



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

SAMANTA GALLO CABRAL

**ATIVIDADES TURÍSTICAS E TRANSFORMAÇÕES
SOCIOESPACIAIS EM ILHABELA – SP**

Londrina
2022

SAMANTA GALLO CABRAL

**ATIVIDADES TURÍSTICAS E TRANSFORMAÇÕES
SOCIOESPACIAIS EM ILHABELA – SP**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Geografia da Universidade Estadual de Londrina – UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Adriana Castreghini de Freitas Pereira

Londrina
2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Cabral, Samanta Gallo .

ATIVIDADES TURISTICAS E TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS EM ILHABELA – SP / Samanta Gallo Cabral. - Londrina, 2022.
213 f. : il.

Orientador: Adriana Castreghini de Freitas Pereira.

Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2022.

Inclui bibliografia.

1. Espaço geográfico - Tese. 2. turismo - Tese. 3. Ilhabela - Tese. 4. meio técnico-científico-informacional - Tese. I. Pereira, Adriana Castreghini de Freitas . II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Exatas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU 91

SAMANTA GALLO CABRAL

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Geografia da Universidade Estadual de Londrina – UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Geografia.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Orientadora: Dra. Adriana Castreghini de Freitas Pereira.
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof^a. Dr^a. Eloíza Cristiane Torres
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof^a. Dr^a. Jeani Delgado Paschoal Moura
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof^a. Dr^a. Maria Goretti da Costa Tavares
Universidade Federal do Pará - UFPA

Prof. Dr. Sidnei Raimundo
Universidade de São Paulo - EACH-USP

Londrina, ____ de _____ de ____.

AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Adriana, minha orientadora, por ter aceitado me orientar, pela paciência e por prontamente realizar as correções nos textos.

Aos professores do programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina, em especial Profa. Dra. Rosana Salvi Figueiredo e Prof. Dr. Edilson Luís de Oliveira, que, durante as disciplinas, ajudaram a entender as categorias geográficas.

À Profa. Dra. Jeani Delgado Paschoal Moura e a Profa. Dra. Maria Goretti da Costa Tavares pelas inúmeras contribuições na banca de qualificação da tese, ainda mais para mim, uma turismóloga cursando doutorado em geografia.

Agradeço aos membros da banca, Profa. Dra. Maria Goretti da Costa Tavares, Prof. Dr. Sidnei Raimundo, Profa. Dra. Jeani Delgado Paschoal Moura, Profa. Dra. Eloiza Cristiane Torres, pela participação na banca de defesa da tese e pelas contribuições e possibilidade de aprender com suas reflexões.

Aos meus pais, que me inspiram pela coragem e pela persistência e me incentivaram aos estudos, dizendo que o conhecimento é o que levamos da vida.

Aos colegas e amigos, Agostinho, Aline, Cássia e Léo pelas parcerias durante as disciplinas, em especial à Lilian, pela amizade e hospedagem durante as aulas; ao Ramon, pela confecção dos mapas e conversas geográficas e ao Maico, pelas discussões geográficas acerca das categorias.

“Nem a sociedade, nem uma nação ou nem mesmo todas as sociedades juntas são proprietárias do globo. São apenas posseiras. E devemos legá-las em melhores condições às gerações futuras” – Karl Marx.

RESUMO

CABRAL, Samanta Gallo. **Atividades turísticas e transformações socioespaciais na zona costeira de Ilhabela – SP**. 2022. 213 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Ciências Exatas – CCE. Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2022.

Sabendo-se que a atividade turística transforma o espaço geográfico na medida em que se instala nos lugares e evolui junto com as mudanças técnico-científico-informacionais, procurou-se investigar tais alterações no município de Ilhabela – SP. Para tanto, o objetivo foi analisar as transformações socioespaciais geradas pela dinâmica das ações antrópicas do processo econômico da atividade turística, na zona costeira de Ilhabela, ocorridas em diferentes temporalidades. Esse recorte espacial justifica-se pelas peculiaridades de ocupação do espaço geográfico de Ilhabela. Para isso, fez-se uso do método dialético na pesquisa sobre as transformações socioespaciais na zona costeira de Ilhabela, com foco nestas mudanças no espaço geográfico durante o processo da atividade turística, de 1957 a 2022, utilizando categorias geográficas como meio técnico-científico-informacional. O trabalho foi pautado em pesquisa exploratória-descritiva, conforme os objetivos, agregou outras técnicas de análise como pesquisa bibliográfica e documental. Para o trabalho de campo foi programado: observação assistemática, questionário para o trade turístico – meios de hospedagens, restaurantes e agências de viagens, e entrevista com o representante da secretaria municipal de turismo. Posteriormente a coleta, iniciou-se a classificação, a categorização e a tabulação dos dados para realizar a interpretação da análise e suas discussões. Abordou-se, assim, sobre o objeto de estudo, a caracterização da zona costeira brasileira, o gerenciamento costeiro relacionado ao turismo e o processo de ocupação de Ilhabela; em seguida, o conceito de território e suas variações, o espaço geográfico e o meio técnico-científico-informacional, a tecnosfera, a psicosfera, a produção do espaço turístico, as horizontalidades e as verticalidades do turismo na Ilha. Descreveu-se e analisou-se os resultados da pesquisa de campo em três tópicos: processo das dinâmicas turísticas relacionadas aos objetos técnicos, dinâmicas das ações do local ao global, e turismo e as desigualdades socioespaciais. Dentre os resultados obtidos, destaca-se, na análise temporal dos meios de hospedagens, que restaurantes e agências de viagens estão intrinsecamente ligados aos tipos de turismo que vão se instalando durante o processo da atividade turística. Os objetos turísticos são um destaque pela peculiaridade e diversidade de atrativos turísticos naturais e culturais. Ainda, percebeu-se que atividades turísticas verticais vêm crescendo e se fixando no espaço geográfico e as horizontais são presentes, resistentes e em consonância com a dinâmica do território. A Ilha, cada vez mais, apresenta variedades de fluxos, com destaque para os fluxos informacionais que foram potencializados pela pandemia da Covid – 19, o que alterou as características das atividades turísticas. Por fim, conclui-se que a evolução e transformação das atividades turísticas ao longo do tempo geraram segregações socioespaciais.

Palavras-chave: Espaço geográfico. Meio técnico-científico-informacional. Turismo. Ilhabela (SP).

ABSTRACT

CABRAL, Samanta Gallo. **Tourist activities and socio-spatial transformations in the coastal zone of Ilhabela – SP**. 2022. 213 p. Thesis (Doctorate in Geography) – Exact Sciences Center – CCE. State University of Londrina, Londrina, 2022.

Knowing that tourist activity transforms the geographic space as it settles in places and evolves along with the informational scientific technical changes, we tried to investigate such changes in the Brazilian municipality of Ilhabela - SP. Therefore, the objective was to analyze the socio-spatial transformations generated by the dynamics of anthropic actions in the economic process of tourist activity in the coastal zone of Ilhabela, which occurred in different temporalities. This spatial cut is justified by the peculiarities of occupation of the geographic space of Ilhabela. For this, it made use of the dialectical method in the research on the socio-spatial transformations in the coastal zone of Ilhabela, focusing on these changes in the geographic space during the process of tourist activity from 1957 to 2022, using geographic categories as a technical-scientific-informational means. The work was based on exploratory-descriptive research according to the objectives, adding other analysis techniques such as bibliographical and documental research. For the field work, unsystematic observation, a questionnaire for the tourist trade (accommodation, restaurants and travel agencies) and an interview with the representative of the municipal tourism office were programmed. After the collection, the classification, categorization and tabulation of data began to carry out the interpretation of the analysis and its discussions. The object of study addressed the characterization of the Brazilian coastal zone, the coastal management related to tourism, the process of occupation of Ilhabela, the concept of territory and its variations, the geographic space and the technical-scientific-informational environment, the technosphere, the psychosphere, the production of tourist space and the horizontalities and verticalities of tourism on the city. Field research results were described and analyzed in three topics: process of tourist dynamics related to technical objects; dynamics of actions from local to global; and tourism and socio-spatial inequalities. Among the results obtained, the temporal analysis of the means of accommodation, restaurants and travel agencies that are intrinsically linked to the types of tourism that are installed during the process of tourist activity stands out. The tourist objects are a highlight for the peculiarity and diversity of natural and cultural tourist attractions. It was also noticed that vertical tourist activities have been growing and establishing themselves in the geographic space, and horizontal activities are present, resistant and in line with the dynamics of the territory. The city increasingly contains a variety of flows, with emphasis on the information flows that were boosted by the Covid-19 pandemic, which changed the characteristics of tourist activities. Finally, it is concluded that the evolution and transformation of tourist activities over time generated socio-spatial segregation.

Keywords: Geographic space. Technical-scientific-informational environment. Tourism. Ilhabela (SP).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Métodos e Técnicas de pesquisa utilizada na tese.	23
Figura 2: Comparações dos municípios do PNGC.	31
Figura 3: Uso e ocupação exclusivos da zona costeira.	36
Figura 4: Ilha das Cabras - Ilhabela (SP)	50
Figura 5: Mapa de localização da área de estudo da pesquisa.	51
Figura 6: Mudanças dos nomes de Ilhabela.	53
Figura 7: Canoas de voga.	59
Figura 8: Linha do tempo do período colonial em Ilhabela.	62
Figura 9: Acesso rodoviário pela rodovia Tamoios SP - 099.	64
Figura 10: Linha do tempo da atividade em Ilhabela.	78
Figura 11: Mata Atlântica no Parque Estadual de Ilhabela e sua zona de amortecimento.	83
Figura 12: Mirante do Morro da Cruz.	85
Figura 13: Fazenda São Mathias	94
Figura 14: Pertinência geográfica na produção e consumo do espaço do turismo	107
Figura 15: Placas de publicidade do turismo em Ilhabela - SP	109
Figura 16: Tecnologias em serviços de alimentação.	119
Figura 17: Bairros e regiões do município de Ilhabela.	122
Figura 18: Análise temporal dos meios de hospedagem em Ilhabela-SP	126
Figura 19: Análise temporal dos restaurantes em Ilhabela-SP.	130
Figura 20: Análise temporal das agências de viagens de Ilhabela - SP	134
Figura 21: Mapa dos principais pontos turísticos de Ilhabela - SP	141
Figura 22: Mapa dos estabelecimentos que contribuíram com a pesquisa.	143
Figura 23: Mapa da naturalidade dos respondentes que compõem o trade turístico	147
Figura 24: Objetos turísticos verticais na Região Sul	155
Figura 25: Calendário de eventos de Ilhabela - 2022.	159
Figura 26: <i>Marketing</i> utilizado pelo <i>trade</i> turístico	165
Figura 27: Bacia de Santos e a exploração de petróleo.	178
Figura 28: Conflitos de uso e ocupação territorial e a segregação socioespacial ..	185

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução dos cruzeiros marítimos em Ilhabela no período de 2000/2001 a 2009/2010	73
Gráfico 2: Ano de nascimento dos trabalhadores do <i>trade</i> turístico.....	144
Gráfico 3: Naturalidade dos respondentes	145
Gráfico 4: Tipologia da moradia dos respondentes	148
Gráfico 5: Período que os respondentes residem no município de Ilhabela	149
Gráfico 6: Nível de escolaridade dos respondentes da pesquisa.....	150
Gráfico 7: Renda mensal dos respondentes na alta e na baixa temporada	151
Gráfico 8: Quantidade de funcionários do <i>trade</i> turístico pesquisado	166
Gráfico 9: Contratação de funcionário no <i>trade</i> turístico	168
Gráfico 10: Interferências negativas no trade turísticos no município de Ilhabela..	173
Gráfico 11: Relação entre a atuação do poder público com o <i>trade</i> turístico	176
Gráfico 12: Impactos positivos causados pelo turismo em Ilhabela	180
Gráfico 13: Impactos negativos causados pelo turismo em Ilhabela.....	181

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Evolução da receita orçamentária de Ilhabela - SP	75
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Estado da arte - Estudos sobre Ilhabela.....	17
Quadro 2: Categorias de análises utilizadas na pesquisa	25
Quadro 3: Menções de palavras relacionadas ao turismo presentes na legislação de gerenciamento costeiro	40
Quadro 4: Legislação sobre Zoneamento Ecológico-Econômico	42
Quadro 5: Dissertações e teses relacionadas a Ilha costeira e ao turismo	46
Quadro 6: Crescimento populacional do município de Ilhabela.....	79
Quadro 7: Classificação anual da balneabilidade das praias para Ilhabela	157
Quadro 8: <i>Marketing</i> realizado pelo <i>trade</i> turístico de Ilhabela	162

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ANTT	Agência Nacional de Transporte Terrestre
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CETESB	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo
COMTUR	Conselho Municipal de Turismo
DERSA	Desenvolvimento Rodoviário S/A
FFLCH/USP	Biblioteca Florestan Fernandes da Universidade de São Paulo
HU	Unidade Habitacional
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MTUR	Ministério do Turismo
OTA's	Agências de Viagens Online
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PEIb	Parque Estadual de Ilhabela
PMI	Prefeitura Municipal de Ilhabela
PNGC	Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro
TAUS	Termo de Autorização de Uso Sustentável
TEBAR	Terminal Marítimo Almirante Barroso da Petrobrás
TPA	Taxa de Preservação Ambiental
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
ZEE	Zoneamento Ecológico-Econômico

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. METODOLOGIA	21
3. ILHABELA NO CONTEXTO DA ZONA COSTEIRA BRASILEIRA	28
3.1. CARACTERIZAÇÃO DA ZONA COSTEIRA BRASILEIRA	28
3.2. GERENCIAMENTO COSTEIRO E TURISMO	34
3.3. OCUPAÇÃO DA ZONA COSTEIRA EM ILHABELA	43
3.4. PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO TURISMO EM ILHABELA	63
4. DINÂMICA TERRITORIAL DO TURISMO EM ILHABELA	81
4.1. TERRITÓRIO: UMA APROXIMAÇÃO CONCEITUAL	81
4.2. ESPAÇO GEOGRÁFICO E MEIO TÉCNICO CIENTÍFICO INFORMACIONAL	89
4.3. PSICOSFERA E TECNOSFERA E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO TURÍSTICO	102
4.4. DAS HORIZONTALIDADES ÀS VERTICALIDADES DO TURISMO EM ILHABELA.....	110
5. IMPACTOS DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS E HOTELEIRAS NO MUNICÍPIO DE ILHABELA	121
5.1. PROCESSO DAS DINÂMICAS TURÍSTICAS: OS OBJETOS TÉCNICOS	121
5.1.1. Meios de hospedagem, restaurantes e agências de viagens	125
5.1.2. Principais pontos turísticos	137
5.1.3. Perfil socioeconômico da população pesquisada	142
5.2. DINÂMICA DAS AÇÕES: DO LOCAL AO GLOBAL	152
5.2.1. Atividades turísticas horizontalizadas e verticalizadas	152
5.2.2. Trabalho, Densidade informacional e o papel do <i>marketing</i> digital	158
5.2.3. A importância dos fluxos para o turismo e os impactos da Pandemia....	170
5.3. TURISMO E AS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS.....	175
5.3.1. Segregação socioespacial e as políticas públicas locais para o turismo	175
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	189
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	194
APÊNDICES	203
APÊNDICE A.....	203
APÊNDICE B.....	208
ANEXOS	210

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da atividade turística pode ser caracterizado a partir da Primeira Revolução Industrial, intensificando-se depois, acompanhando as demais revoluções ocorridas na história. Nesse período, houve mudanças importantes na vida dos trabalhadores, como o direito a férias remuneradas, além de infraestrutura adequada às viagens rodoviárias, marítimas e aéreas, oportunizando o surgimento do turismo.

Nesta pesquisa, caracteriza-se o surgimento do turismo somente depois dos direitos trabalhistas conquistados na Revolução Industrial e das técnicas desenvolvidas, como: eletricidade, transporte, comunicação e, mais recentes, como microcomputadores, *internet* e tecnologias da informação. A junção de tempo livre adquirido pelo trabalhador, renda e objetos técnicos proporciona o desenvolvimento da atividade turística; e para sua realização são necessários atrativos turísticos, acesso e infraestrutura no destino, elementos considerados relevantes para o deslocamento do indivíduo da sua casa até o atrativo turístico (SANTOS, 2006).

O recorte espacial da pesquisa é o município de Ilhabela, localizado no litoral norte do estado de São Paulo. Merlo (2000, p. 123) reforça que o desenvolvimento turístico em Ilhabela ocorreu a partir da “implantação de *ferry boat*, nas décadas de 1950 e 1960”, e foi ampliado depois “com a construção da estrada Rio-Santos [...], mas ainda era restrito o número de pessoas que se arriscavam às horas e horas de estrada, à balsa e aos borrachudos”.

Isso demonstra que Ilhabela não foi diferente das demais cidades turísticas do Brasil e do mundo, na qual o acesso por meio dos transportes fez desenvolver o turismo local, bem como a vocação para essa atividade, dada as características como: arquipélago com três ilhotas cercado por vários navios encalhados que servem para mergulho, diversidade de praias, de esporte, de cultura e de atividades turísticas; além do término do período do cultivo de cana-de-açúcar para impulsionar uma nova atividade econômica no município. Além disso, por estar localizada próxima à cidade de São Paulo, que é um grande emissor de turistas, e do porto de Santos, onde cruzeiros marítimos realizam embarque e desembarque de passageiros, tanto do turismo nacional quanto internacional.

A cidade de Ilhabela historicamente passou por diferentes períodos

relativos à economia local, por exemplo, monocultura cafeeira e açucareira, pesca, e, mais recentemente, a atividade turística. Com relação a ela, perpassa pelos modelos de segundas residências, pelas instalações de infraestrutura turística, pelos cruzeiros marítimos, pelas novas normas para uso do território e pela característica da diversidade ambiental, possibilitando passeios no mar e na terra.

O percentual de 80,4% da área da Ilha pertence ao Parque Estadual de Ilhabela (PEIb), o que corrobora com o crescimento constante de turistas e de população residente. Em períodos de alta temporada (meses de novembro a março) a cidade chega a triplicar o número de turistas no território, o que causa transtornos à natureza e à população local, como falta de água, congestionamento de veículos e praias com balneabilidade de águas impróprias para banho.

De modo geral, a zona costeira é um espaço ímpar e frágil, e devido ao grande número de turistas e novos moradores, sejam eles temporários (segunda residência) ou definitivos, têm transformado a paisagem do local. Tais observações geraram a principal questão deste trabalho: Quais foram as transformações socioespaciais determinantes provocadas pelas ações antrópicas na zona costeira de Ilhabela (SP) no período do desenvolvimento turístico?

Buscando responder essa questão tem-se a tese de que, a zona costeira passou por muitas mudanças efetivadas por meio das ações antrópicas desde a chegada dos primeiros turistas neste processo econômico da Ilhabela, alterando o espaço de maneira diferente em cada temporalidade de acordo com as intencionalidades da conjuntura de ocupação, gerando conflito entre o capital imobiliário e a atividade turística.

Esse questionamento desdobra-se em três outras perguntas, assim formuladas: Quais são os objetos técnicos das transformações espaciais entre os anos de 1957 e 2022, período de desenvolvimento turístico? Quais são as densidades técnicas e informacionais presentes nos diferentes períodos de desenvolvimento turístico de Ilhabela? Busca-se as respostas a essas perguntas na pesquisa.

O objetivo geral da tese, gerada pela situação problema, é analisar as transformações espaciais geradas pelas dinâmicas das ações antrópicas no ciclo econômico da atividade turística na zona costeira de Ilhabela, (SP) ocorridas em diferentes temporalidades. Com isso, apresenta-se os seguintes objetivos específicos:

- 1) Pesquisar as dinâmicas das ações antrópicas realizadas no processo de atividade turística na zona costeira de Ilhabela (SP);
- 2) Identificar os objetos técnicos das transformações espaciais no período de 1950 a 2022 na zona costeira de Ilhabela;
- 3) Mapear e caracterizar a dinâmica dos equipamentos turísticos¹ - hoteleira, agências físicas de receptivo e restaurantes, durante o processo da atividade turística.

Tendo em vista as particularidades de ocupação do espaço geográfico de Ilhabela, vários estudos científicos já foram realizados referentes a esta área de distintas temáticas. A partir disso foi feito o estado da arte com a palavra-chave – Ilhabela nos seguintes repositórios científicos: Portal de Periódicos Capes, Google Acadêmico, Scielo, Catálogo de Teses e Dissertações Capes, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) nos últimos cinco anos (2017-2022).

Quadro 1: Estado da arte - Estudos sobre Ilhabela

Palavra-chave: Ilhabela		
Categoria	Tipo de material	Autor (a)
Planejamento turístico responsável	Dissertação	SEIXAS, 2020
Zoneamento ecológico-econômico do Litoral Norte paulista	Dissertação	SANTOS, 2017
Planejamento urbano	Dissertação	ROSSO, 2020 OLIVEIRA, 2019
Comunidade tradicional	Dissertação	MARCONDES, 2018
Comunidade tradicional e turismo	Artigo	MARCONDES; RAIMUNDO, 2019
Tráfego negreiro	Artigo	PESSOA, 2019
Políticas públicas e desenvolvimento sustentável	Artigo	FRANZ; ANDREOLI; SILVA, 2020
Patrimônio e comunidade tradicional	Artigo	CALVENTE, 2018
Cidades inteligentes	Artigo	MORAES, OLIVEIRA, SILVA, GALHARDO 2021.
Unidade de conservação	Artigo	SÁ, NEIMAN, BONDIOLI, 2017.
Pandemia	Artigo	ARRIAGADA, COSTA, 2021

Fonte: autora (2022).

Conforme o quadro 1 faz-se necessário discorrer sobre as pesquisas. A dissertação da Seixas (2020) tem como tema central o planejamento

¹ Equipamentos e serviços turísticos: instalações, construções e comodidades, de fundamental importância para a prática e o desenvolvimento do turismo.

turístico responsável em duas praias de Ilhabela: Perequê e Castelhanos. As discussões são em torno do tempo, trabalho, tempo-livre, perfis de turista e segmentação turística, resultando nas diretrizes para o planejamento responsável das praias, dos empreendimentos, dos turistas e do poder público.

A dissertação do autor Santos (2017), “Gestão municipal participativa: uma análise do papel do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Ubatuba no processo de revisão do zoneamento ecológico-econômico do Litoral Norte paulista”, com o crescimento populacional do litoral norte paulista e sendo uma região de grande riqueza socioambiental, acredita-se em políticas públicas para minimizar os impactos socioambientais.

A dissertação denominada “Diagnóstico de cidade inteligente aplicado em Ilhabela/SP na percepção da população”, escrita por Rosso (2020), tem como objetivo diagnosticar as dimensões de cidade inteligente percebidas pelos habitantes de Ilhabela (SP), bem como, os pontos altos e baixos relacionados à cidade inteligente. Já Oliveira (2019), da dissertação, estudou “Políticas públicas e gestão de resíduos sólidos urbanos no litoral norte do estado de São Paulo”, que se relaciona às políticas públicas sobre a coleta e a destinação dos resíduos sólidos dessa região.

A dissertação da Marcondes (2018), “Conflitos decorrentes do veraneio e do turismo sobre o território tradicional caiçara da praia de Castelhanos a partir de 1950”, mostra que, inicialmente não houve preocupação com a população, e, nos últimos 15 anos, instaurou-se uma disputa territorial entre vários atores, e que, desde a criação do Parque, o conflito existe.

Já o artigo escrito pelos autores Marcondes e Raimundo (2019), intitulado de “Povos tradicionais e turismo: o TAUS como instrumento para gestão de conflitos?”, contextualiza o conflito do uso da área de parque pela comunidade caiçara, e sugere o uso do Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) para solucionar os conflitos e dar as soluções.

O autor Pessoa (2019) escreveu um artigo denominado “Sobre o que se quis calar: o tráfico de africanos no litoral norte de São Paulo em tempos de pirataria”, no qual relata a comercialização clandestina dos africanos depois da proibição do tráfico, como também as praias que desembarcavam os africanos.

Outro artigo escrito por Franz; Andreoli; Silva (2020), com título “Políticas públicas e o desenvolvimento sustentável de cidades litorâneas: estudo de

caso Bombinhas (SC) e Ilhabela (SP)”, estuda as políticas públicas que impulsionam o desenvolvimento sustentável onde foi identificado um crescimento populacional e do PIB, mas não houve o mesmo crescimento relacionado à área ambiental.

Uma autora estudiosa de Ilhabela, CALVENTE (2018), no artigo sobre o patrimônio territorial e a perspectiva das populações tradicionais, realizou um levantamento sobre o patrimônio cultural da praia do Curral e verificou a percepção da população sobre tal legado.

Os autores Sá; Neiman; Hoffman (2017) escreveram o artigo intitulado “O Santuário Ecológico de Ilhabela como área marinha protegida a ser incorporada ao SNUC: panorama atual e próximos passos”, no qual menciona que a categoria de santuário ecológico deixou de existir e teve que ser recategorizada. Ele apresenta, também, dados que justificam a proposta de recategorização da área, assim como objetiva contextualizar a atual situação do Santuário Ecológico de Ilhabela, apresentar subsídios que justifiquem sua recategorização e indicar caminhos para a continuidade do processo.

Um artigo de autoria dos autores Arriagada e Costa (2021), “Impactos pandêmicos ao turismo de zonas geográficas litorâneas, estratégias de prevenção para o litoral norte. O caso de Ilhabela, Brasil”, mostra as consequências da pandemia da Covid-19, as formas de retomada da atividade turística.

Conforme o quadro 1, percebe-se que existem diversas pesquisas sobre o município de Ilhabela, porém relacionada a categoria de análise do meio técnico-científico-informacional em específico, não foram encontradas. As abordagens teórico-metodológicas de trabalhos em geografia mais encontradas estão ligadas ao conceito de território. Assim, a pesquisa justifica-se como uma obra especializada que poderá vir a estimular demais pesquisadores na temática e contribuir na formação superior em geografia e turismo, ao oferecer informações especializadas, estimulando pesquisas futuras.

Assim como observa-se a necessidade de gerar informações importantes e úteis aos gestores públicos e privados do turismo em Ilhabela e de outras cidades turísticas com características semelhantes; de preparar o município de Ilhabela por meio do passado, verificando os erros e os acertos, que podem ser corrigidos no futuro.

Cabe ressaltar também a motivação da autora para trabalhar com essa área de estudo, por enxergar nessa pesquisa uma ótima oportunidade para a sua

formação enquanto pesquisadora, docente e cidadã. Acresce-se a isto o fato de a autora pesquisar sobre cruzeiros marítimos desde a especialização, e as atividades de cruzeiro marítimo em Ilhabela, na dissertação de mestrado.

Esta tese se estrutura em três capítulos, além desta introdução e da metodologia. O primeiro aborda a Ilhabela como contexto da zona costeira do Brasil, em que caracteriza a zona costeira brasileira, as suas particularidades e destaques, a relação entre o gerenciamento costeiro e a atividade turística e os dois períodos econômicos em Ilhabela: agrícola e turístico.

O segundo, sobre a dinâmica territorial do turismo em Ilhabela, discorre sobre a categoria do território e suas nuances na Ilha, e a categoria do espaço geográfico destrinchando no meio técnico-científico-informacional e suas dualidades – técnicas, ações; horizontalidade, verticalidade; tecnosfera, psicofera.

E o terceiro descreve e analisa os resultados da pesquisa de campo em três seções: processo das dinâmicas turísticas dos objetos técnicos, dinâmica das ações do local ao global e turismo e as desigualdades socioespaciais. Ao final, destaca os principais resultados, conclusões e recomendações para trabalhos futuros, além dos seus reflexos na formação acadêmico-profissional da autora.

2. METODOLOGIA

A partir da hipótese de que a zona costeira passou por muitas mudanças efetivadas por meio das ações antrópicas, desde a chegada dos primeiros turistas nesse processo econômico da Ilhabela, como: comercialização das terras pelos caiçaras, segundas residências, instalação de infraestrutura para os turistas, turismo de massa – alterando o espaço de maneira diferente em cada temporalidade, de acordo com as intencionalidades da conjuntura de ocupação, gerando segregações socioespaciais.

Utilizou-se o método materialismo histórico-dialético tendo como pano de fundo principal a teoria geográfica de Milton Santos, sendo os principais conceitos: meio técnico-científico-informacional, tecnosfera e psicofera, horizontalidades e verticalidades. Associadas a isso, várias técnicas de coleta de dados foram utilizadas: trabalho de campo, observação assistemática, questionário e entrevista. Buscando assim, sistematizar um raciocínio organizado que expresse o desenvolvimento histórico-geográfico da atividade turística em Ilhabela.

“A ciência constrói modelos esquemáticos de realidade para orientar a investigação” (DENCKER, 1998, p. 21), dessa forma, o pesquisador necessita construir um modelo científico que consiste em uma série de procedimentos para diminuir os erros na decorrência da pesquisa. O primeiro passo metodológico da pesquisa é encontrar o método científico que melhor se encaixe na problemática, e nesta pesquisa é o método dialético, o qual “vê a reciprocidade sujeito/objeto eminentemente como uma interação social que vai se formando ao longo do tempo histórico” (SEVERINO, 2010, p. 116).

Continua Sposito (2004, p. 46), com a definição do método dialético:

Na dialética, as categorias, comparecendo ora como pares contraditórios ora como elementos de uma tríade, são elementos que fazem parte de sua estrutura e que compõem seu movimento. Essas categorias são: matéria e consciência; singular, particular e universal; particular, movimento e relação; qualidade e quantidade; causa e efeito; necessário e contingente; conteúdo e forma; essência e fenômeno; possibilidade realidade. [...] à geografia, é preciso acrescentar e destacar o espaço e o tempo [...].

Segundo Severino (2010), o método dialético tem como pressupostos: a totalidade (é necessário entender todos os indivíduos envolvidos na

dinâmica da transformação do espaço da Ilha), a historicidade (o recorte temporal de 1957 a 2022 é indispensável para entender o início do uso e ocupação da atividade turística e o desenvolvimento dessa atividade), a complexidade (uma ação antrópica altera o espaço geográfico, como: a instalação de balsas impulsiona a atividade turística, segundas residências, a circulação dos moradores para fora da Ilha, etc.), a dialeticidade (a implantação da balsa ligando São Sebastião a Ilhabela, teve como objetivo ligar por meio do transporte marítimo a Ilha ao continente, porém esta ação antrópica gera várias transformações) e a praxidade (a dinâmica humana em Ilhabela, no transcorrer do tempo, deixa as marcas no espaço, revelando as temporalidades do desenvolvimento e de tecnificação de uma sociedade). Dessa forma, o método dialético tem a “tendência de considerar o comportamento social como o resultado de conjunto de elementos, alguns gerais e determinantes, outros particulares ou contingentes” (GOMES, 2016, p. 275).

A figura 1 foi desenvolvida com base em Sposito (2004), em seu quadro – agrupamento abrangente das correntes teóricas-metodológicas, no qual o autor discorre sobre as características do método dialético. Com base nesse quadro, a figura demonstra o método e as técnicas de acordo com a dialética que estão sendo utilizados para desenvolver a tese, apresentando as técnicas empregadas, e claro, que por meio delas os objetivos são alcançados. Segundo Sposito (2004), o método dialético vai sendo construído conforme o desenvolvimento da pesquisa.

Com relação ao tipo de pesquisa pertinente aos objetivos da tese, é denominada pesquisa exploratória-descritiva:

A pesquisa exploratória procura aprimorar ideias ou descobrir intuições. Caracteriza-se por possuir um planejamento flexível, envolvendo em geral levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas experientes e análise de exemplos similares. As formas mais comuns de apresentação das pesquisas exploratórias são pesquisa bibliográfica e o estudo de caso. [...]
A pesquisa descritiva, em geral, procura descrever fenômenos ou estabelecer relações entre variáveis. Utiliza técnicas padronizadas de coleta de dados, como questionário e a observação sistemática. A forma mais comum de apresentação é o levantamento, normalmente realizado mediante questionário e o que oferece descrição da situação no momento da pesquisa (DENCKER, 1998, p. 151).

Para Severino (2004), a pesquisa exploratória tem como propósito compreender o objeto escolhido para estudo, esquematizando suas categorias; já a pesquisa descritiva é aquela que anota e investiga os acontecimentos estudados e procura encontrar os motivos, por meio do esclarecimento do método.

Figura 1: Métodos e Técnicas de pesquisa utilizada na tese.



Fonte: adaptado de SPOSITO (2004) pela autora (2021).

De acordo com o método dialético de Sposito (2004), que realiza grupamento de acordo com a corrente metodológica, foram embasadas algumas pesquisas que devem ser utilizadas para alcançar o resultado desta tese. Tais pesquisas são apresentadas na figura 1 para melhor entendimento. A pesquisa bibliográfica é realizada a partir do registro disponível e acabado como livros, artigos científicos e teses, geradas por outros autores (SEVERINO, 2007; GIL, 2008); ainda, a pesquisa bibliográfica auxilia o pesquisador, porque já foram temas abordados anteriormente. A busca pelos temas: território, meio técnico-científico-informacional, turismo e Ilhabela, para análise e entendimento foram realizadas na biblioteca da Universidade Estadual de Londrina – UEL, na Biblioteca Florestan Fernandes da Universidade de São Paulo – FFLCH/USP, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, e em bases de dados de teses online como *Scielo*, banco de teses da Capes e Google Acadêmico.

Já a pesquisa documental difere da pesquisa bibliográfica por serem documentos diversos e que não tiveram tratamento analítico anterior e são analisados conforme o objetivo da pesquisa. Esclarece Severino (2008, p. 122-123) “[...] tem-se

como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como: jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais”; cabe relatar os tipos de documentos: dados estatísticos, mapas, legislação, inventário (IBGE); documentos gerais (PMI) e legislações da zona costeira (Governo Federal e Estadual).

O estudo de caso é um procedimento utilizado na tese, por ser uma análise holística e um caso particular.

O estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados. [...] O estudo de caso vem sendo utilizado com frequência cada vez maior pelos pesquisadores sociais, visto servir a pesquisas com diferentes propósitos, tais como: a) explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos; b) descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação; e c) explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos (GIL, 2008, p. 57-58).

Com relação ao estudo de caso, optou-se por estudar a cidade de Ilhabela como recorte geográfico, sendo que o município é composto de várias ilhas e ilhotas localizadas no litoral norte de São Paulo.

Com relação a categoria, é um conceito que engloba características comuns entre si, assim, tornando-se um grupo. Este agrupamento de categorias é envolvido por um conceito – meio técnico-científico-informacional (GOMES, 2016). A seleção de categorias deve ser realizada antes das técnicas, sendo indispensável um estudo aprofundado para selecioná-las. No momento da triagem das categorias é preciso caracterizá-las; as respostas devem estar incluídas nas categorias e elas devem ser mutuamente exclusivas (quadro 02).

Para Minayo (1992) há três finalidades na fase de análise: estabelecer uma compreensão dos dados coletados, confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e/ou responder às questões formuladas e ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado, articulando-o ao contexto cultural do qual faz parte. Com isso, a análise precisa ser cuidadosa para atingir tais finalidades.

No caso de categoria geral – meio técnico-científico-informacional, como utiliza a teoria dialética, tenta entender historicamente as ideias da atividade turística, e é importante para compreender a condição das classes sociais na

sociedade capitalista, assim, confronta pensamentos da população local (GOMES, 1994).

Quadro 2: Categorias de análises utilizadas na pesquisa

Meio técnico-científico-informacional	CATEGORIAS	
	Tecnificidade	Periodicidade
	Horizontalidade	Verticalidade
	Tempos lentos	Tempos rápidos
	Tecnosfera	Psicosfera
	Global	Local

Fonte: adaptado de Milton Santos (2006) pela autora (2021).

A técnica de “observação é todo o procedimento que permite acesso aos fenômenos estudados. É uma etapa imprescindível em qualquer tipo ou modalidade de pesquisa” (SEVERINO, 2007, p. 124). Complementa Lakatos e Marconi (2017, p. 314) a observação “é uma técnica de coletas de dados que tem como objetivo explorar e descrever fenômenos, ambientes, aspectos de vida social de um grupo”. A técnica de observação foi utilizada para analisar os fenômenos no município de Ilhabela, relacionados ao espaço geográfico, no aspecto da periodização e da tecnificação. Será uma observação assistemática ou simples, “entende-se aquela em que o pesquisador, permanecendo alheio à comunidade, grupo ou situação que pretende estudar, observa de maneira espontânea os fatos que aí ocorrem. Neste procedimento, o pesquisador é muito mais um espectador que um ator” (GIL, 2008, p. 101).

A pesquisa de campo aconteceu no período entre 24 de janeiro a 20 de fevereiro de 2022, quando foi aplicado o questionário (apêndice 01) ao trade turístico (meios de hospedagem, agência de viagem, restaurantes), totalizando 64 respondentes. Primeiramente, aplicado na região central – praia de Perequê, depois pela região norte da Ilha – no sentido da praia da Armação até a praia do Perequê, e por último, da região sul – no sentido da praia do Veloso até a praia do Perequê. A maior parte dos entrevistados responderam as questões dando um panorama muito bom de compreensão da realidade estudada, no entanto, alguns trabalhadores, representando o seu respectivo trade turístico, não quiseram responder o questionário. As questões da entrevista e do questionário foram elaboradas a partir das características do desenvolvimento do espaço geográfico em Ilhabela.

Já em relação à entrevista aplicada ao servidor do poder público Edvaldo Agostinho Peres, Agente da Administração Pública da secretaria de turismo

do município de Ilhabela (apêndice 02), constatou-se certa resistência, a opção feita pelo entrevistado, foi responder por escrito as respostas da entrevista via e-mail.

Onde os dados são classificados, e nesta pesquisa foram em décadas históricas, relacionando com a transformação do espaço geográfico nas temporalidades do desenvolvimento e de tecnificação da sociedade de Ilhabela, relacionando as categorias já relatadas. Buscou compreender por meio da técnica dos questionários e da entrevista, a transformação do espaço geográfico no aspecto da atividade turística, de acordo com o conhecimento histórico, a visão da alteração do espaço no tempo e na técnica.

A análise temporal de imagens foi construída da seguinte forma: do recorte temporal de 1957 a 2022, em que, no final de cada década, apresenta-se um mapeamento contendo o desenvolvimento da infraestrutura turística, como: meios de hospedagens, as agências de viagens e restaurantes utilizados para a atividade turística.

Para Lonann e Panosso Netto (2008, p. 387), “serviços e equipamentos turísticos são considerados as instalações, construções e comodidades, de fundamental importância para a prática e o desenvolvimento do turismo”. Os equipamentos turísticos investigados aqui são: meios de hospedagens (hotéis, albergues, pousadas, resorts), alimentos e bebidas (restaurantes) e agências de viagens.

Os mapeamentos foram realizados no software ArcGIS. A pesquisa desses equipamentos turísticos foi coletada de forma decrescente, em que se realizou uma procura do que existe atualmente na Ilha e seus respectivos anos de início de funcionamento. Para encontrar os equipamentos turísticos que existem no momento, foram utilizados o TripAdvisor para os restaurantes e os dados cedidos pela prefeitura municipal de Ilhabela para os meios de hospedagens e as agências de viagens. Posteriormente, com as listas de nomes dos equipamentos turísticos, realizou-se, por telefone, a solicitação da data de fundação de cada meio de hospedagem, já os anos de início de funcionamento dos restaurantes e das agências de viagens foram cedidos pela prefeitura municipal de Ilhabela.

A cartografia temática foi aqui utilizada como ferramenta para a representação dos mapas turísticos de Ilhabela, conforme o desenvolvimento da pesquisa. Para tanto, alguns conceitos fundamentais foram discutidos.

Percebe-se a fusão entre cartografia e turismo dando origem a

cartografia turística, a qual apresenta a informação turística de acordo com a forma gráfica tornando-a um documento relevante para o turismo, cujas informações importam para o planejamento da visita e da gestão. Dessa forma, o espaço geográfico com suas características (naturais e/ou culturais) informa, por meio dos mapas turísticos, a todos interessados, os elementos fundamentais, conforme o objetivo do mapa.

Por meio da quantificação de respostas obtidas pelos questionários, foi possível elaborar gráficos, quadros, nuvem de palavras que se desdobraram em análise de conteúdo. Essa é uma técnica que foi escolhida nesta tese por ter como função selecionar as categorias relatadas nos questionários e nas entrevistas. O conceito de análise de conteúdo é uma técnica de tratamento e análise de informações constantes obtidas a partir de um documento (SEVERINO, 2007; LAKATOS; MARCONI, 2017). As respostas foram analisadas conforme as categorias relacionadas ao meio técnico-científico-informacional.

3. ILHABELA NO CONTEXTO DA ZONA COSTEIRA BRASILEIRA

3.1. CARACTERIZAÇÃO DA ZONA COSTEIRA BRASILEIRA

O conceito amplo da zona costeira brasileira consiste na zona de interação dos meios terrestres, marinhos e atmosféricos. Segundo Rodríguez e Windevoxhel (1998), a zona costeira é o espaço delimitado pela interface entre o oceano e a terra, ou seja, a faixa terrestre que recebe influência marítima e a faixa marítima que recebe influência terrestre. O decreto nº 5.300/2004 complementa a definição, dizendo que a zona costeira corresponde ao espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra, incluindo seus recursos renováveis ou não, abrangendo uma faixa marítima e uma faixa terrestre, com os seguintes limites: faixa marítima - espaço que se estende por doze milhas náuticas, medido a partir das linhas de base, compreendendo, dessa forma, a totalidade do mar territorial; e faixa terrestre - espaço compreendido pelos limites dos municípios que sofrem influência direta dos fenômenos ocorrentes na zona costeira (BRASIL, 2017). Diante disso, fica claro que a zona costeira é a junção da terra, água e ar e suas interrelações com cada um destes elementos e suas especificidades conforme o decreto nº 5300/2004, não sendo abstrata e genérica.

Para Moraes (2007, p. 30), “zona costeira não é sempre uma unidade natural evidente, que circunscreva em todas as áreas litorâneas um espaço padrão singularizado”, com isso o autor revela um conceito da zona costeira relatando as suas características ímpares e complexas. Em consonância, a Resolução nº 01 de 21 de novembro de 1990, da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), diz que:

A zona costeira é a área de abrangência dos efeitos naturais resultantes das interações terra-mar-ar, e leva em conta a paisagem físico-ambiental, em função dos acidentes topográficos situados ao longo do litoral, tais como: ilhas, estuários e baías, comporta em sua integralidade os processos e interações características das unidades ecossistêmicas.

A zona costeira é um espaço caracterizado pela sua especificidade singular, podendo ser constituída de praias, restingas, manguezais, lagoas, estuários, baías e outros.

Zona Costeira - é o espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra, incluindo seus recursos ambientais, abrangendo as seguintes faixas: 3.1.1. Faixa Marítima - é a faixa que se estende mar afora distando 12 milhas marítimas das Linhas de Base estabelecidas de acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, compreendendo a totalidade do Mar Territorial. 3.1.2. Faixa Terrestre - é a faixa do continente formada pelos municípios que sofrem influência direta dos fenômenos ocorrentes na Zona Costeira, a saber: a) os municípios defrontantes com o mar, assim considerados em listagem desta classe, estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE); b) os municípios não defrontantes com o mar que se localizem nas regiões metropolitanas litorâneas; c) os municípios contíguos às grandes cidades e às capitais estaduais litorâneas, que apresentem processo de conurbação; d) os municípios próximos ao litoral, até 50 km da linha de costa, que aloquem, em seu território, atividades ou infraestruturas de grande impacto ambiental sobre a Zona Costeira, ou ecossistemas costeiros de alta relevância; e) os municípios estuarinos-lagunares, mesmo que não diretamente defrontantes com o mar, dada a relevância destes ambientes para a dinâmica marítimo-litorânea; e f) os municípios que, mesmo não defrontantes com o mar, tenham todos seus limites estabelecidos com os municípios referidos nas alíneas anteriores. Os novos municípios, criados, após a aprovação deste Plano, dentro do limite abrangido pelo conjunto dos critérios acima descritos, serão automaticamente considerados como componentes da faixa terrestre, tendo-se como referência a data de sua edição. Os municípios abrangidos pela faixa terrestre da Zona Costeira estão listados no Anexo "B" a este Plano e qualquer atualização necessária será feita por meio de proposta do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal - MMA. (PNGC II, área de abrangência) (BRASIL, 1997, p. 4 – 5).

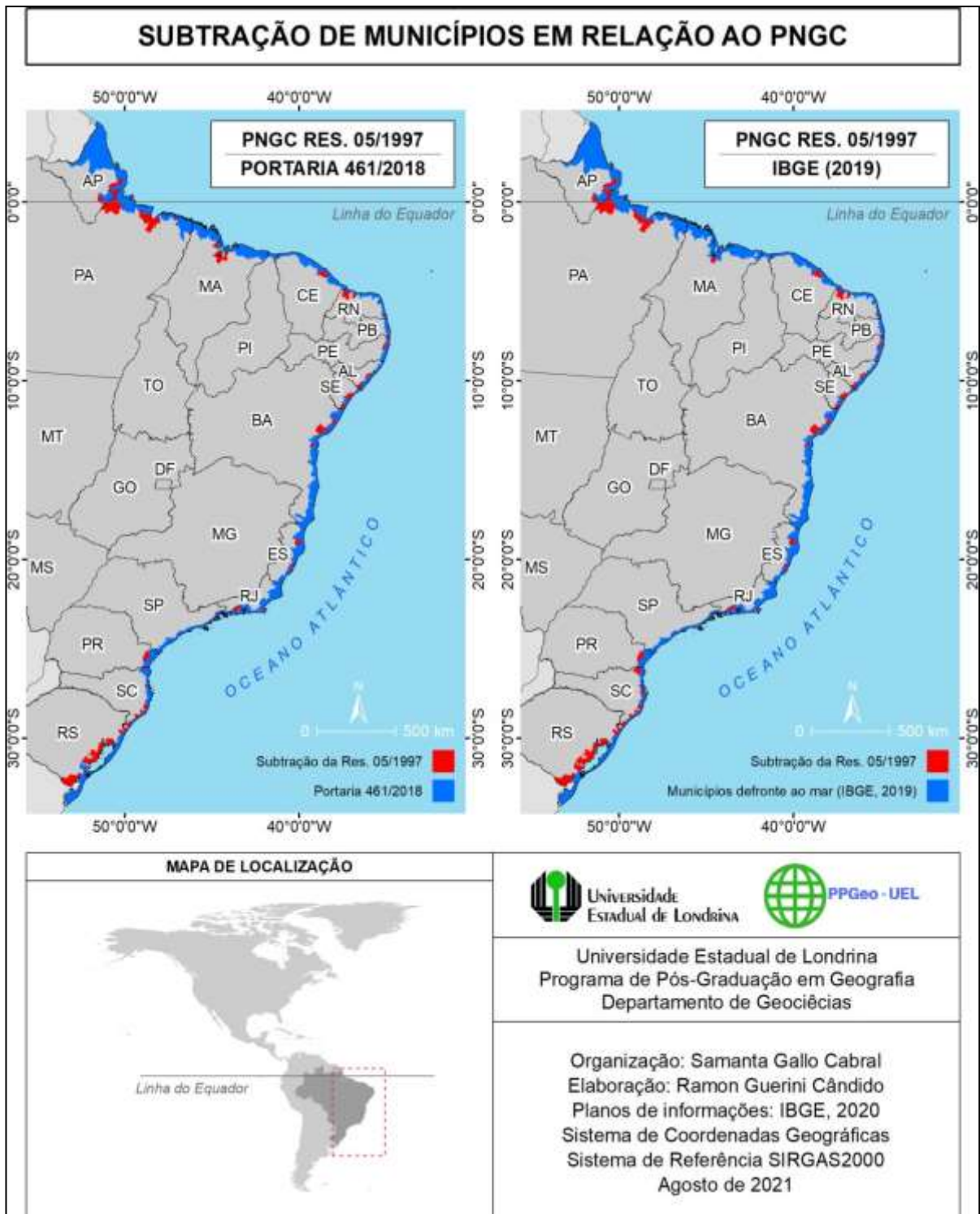
Com isso pode-se observar que a definição sobre a zona costeira referente aos municípios que sofrem interferências no espaço costeiro não são apenas os defrontes com a faixa marítima, mas aqueles municípios que, por alguma razão, recebem algum tipo de interferência do mar. E isso foi alterado na Portaria nº 461, de 13 de dezembro de 2018, passando de 367 municipalidades para 274 municípios, sendo apenas os municípios localizados defronte a faixa terrestre (figura XX).

A diminuição no número dos municípios no espaço costeiro brasileiro permite uma flexibilidade na gestão dos municípios (gestão municipal, estadual e federal), que pode acarretar prejuízos futuros como exploração ambiental, mas, por outro lado, pode trazer empregos para o município. A portaria nº 461/2018, aprova esse novo número de cidades sem dar diretrizes, passando a ser municípios comuns. Se antes esses municípios tinham normas por estarem dentro da zona costeira, em contrapartida, agora passam a ser uma porção espacial modificada por meio da ação humana, o que antes não podiam, por estar dentro do PNGC, porém não têm acesso a um programa específico dos municípios da zona costeira.

A figura 2 ilustra, primeiramente, que o número de municípios do IBGE não se iguala nem com a nova portaria nº 461/2018, com a diminuição do número de municípios pertencentes a zona costeira, pois sempre existiu uma diferença entre o número de municípios da zona costeira com os números de municípios considerados defronte ao mar do IBGE. Logo, o número de municípios localizados na faixa terrestre defronte ao mar deveria ser igual ao cálculo do IBGE no ano de 2019, isto é, deveriam utilizar a mesma metodologia para contabilizar os municípios pertencentes a zona costeira, mas esse número não confere, sendo maior o de municípios do IBGE comparado a portaria nº 461 de 2018.

Além disso, percebe-se na portaria nº 461/2018, em comparação às regiões brasileiras, houve uma maior diminuição no número de municípios das regiões Sul, Nordeste e Norte, com destaque para os estados do Rio Grande do Sul (região sul) e do Pará (região norte), localizados nos extremos da zona costeira brasileira. Por outro lado, acredita-se que a região sudeste não teve uma diminuição tão perceptível quanto as outras regiões brasileiras por ser uma região bastante populosa e há muito tempo explorada, sendo a zona costeira da região sudeste onde está localizado o estado de São Paulo e o município de Ilhabela (figura 1).

Figura 2: Comparações dos municípios do PNGC.



Fonte: Organizado pela autora, 2022. Elaborado por Ramon Guerini Cândido, 2022.

Como se pode ver na figura 2, a zona costeira do Brasil é uma unidade territorial que se estende por mais de 8.500 km, abrangendo 17 estados e mais de duzentos municípios, distribuídos do norte ao sul do país. Inclui ainda a

faixa marítima formada por mar territorial, com largura de 12 milhas náuticas a partir da linha da costa.

O Brasil possui uma das maiores faixas costeiras do mundo, entre a foz do rio Oiapoque, no Amapá e Chuí, no Rio Grande do Sul. O litoral brasileiro é composto por águas frias, no sul e sudeste, e águas quentes, no norte e nordeste, dando suporte a uma grande variedade de ecossistemas que inclui manguezais, recifes de corais, dunas, restingas, praias arenosas, costões rochosos, lagoas, estuários e marismas, que abriga inúmeras espécies de flora e fauna, muitas das quais só ocorrem em nossas águas e algumas estão ameaçadas de extinção (MORAES, 2007). Trata-se de uma área caracterizada com intensa atividade humana e riqueza ecológica, por exemplo, a baixada santista tem uma população estimada para 2020 de 1.881.706 pessoas e a região metropolitana do Rio de Janeiro, o dobro da baixada santista, 3.794.439 habitantes são estimados para o ano de 2020, segundo IBGE (2020).

A zona costeira tem suas características, mas, em termos universais, trata-se de uma localização diferenciada em qualquer parte do mundo, existem atributos naturais e ocupação que são exclusivos desse espaço, tornando um monopólio (MORAES, 2007). Tem característica de singularidade no uso e ocupação, tornando acirradas atividades interessadas em determinado espaço, a especificidade rara torna-se atrativa, com vantagens e finita, com pequenas frações de estoques. Espaço litorâneo sendo escasso, e a localização litorânea como privilegiada são dotados de qualidades geográficas particulares. Com isso apresenta usos múltiplos, tanto comuns, que ocorrem no interior do território, como particulares, como: portos e turismo de praia e sol.

O Estado como um dos agentes produtores do espaço, em seus diferenciados órgãos, tem promovido diversos impactos a essas áreas com capacidade de rever tendências de ocupação e gerar novas perspectivas de uso, principalmente pela imobilização de áreas e pelas instalações de grandes equipamentos ou dotação de infraestrutura (estradas, portos, complexos industriais). Tem-se o exemplo de Ilhabela, que foi impulsionada pela rodovia dos Tamoios (SP – 99) primeiramente pavimentada em 1957 e recém duplicada em 2012, promovendo produção do espaço e intensificando a ida dos turistas para o litoral norte de São Paulo.

“Grande mobilidade demográfica no Brasil, papel se exacerba em

função indutora de povoamento, bastante visível em todo o litoral brasileiro” (MORAES, 2007, p. 27). Se o estado gerir a ocupação de determinado espaço litorâneo consequentemente está quantificando ou qualificando o valor da zona costeira. Exemplo claro foi no governo de Getúlio Vargas, que instituiu o código de pesca pelo Decreto-lei nº 794, de 19 de outubro de 1938, no qual organiza o povoamento do espaço costeiro por meio dos pescadores e suas colônias, tendo como objetivo ocupar a zona costeira para protegê-la dos invasores, já que constava, na época, muitos territórios vazios².

Além disso, deve-se salientar que a zona costeira é considerada patrimônio nacional pelo art. 225, § 4º, da Constituição Federal, junto com a Floresta Amazônica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense, a Mata Atlântica e o Cerrado, sendo que os seus usos podem ser realizados em acordo com a preservação dos meios ambientes, principalmente dos recursos naturais (BRASIL, 1988). Também a Constituição Federal, no art. 20, e nos § 4º, 5º e 6º, declara que as praias e as ilhas oceânicas e costeiras são bens da união, exceto aquelas que tiverem sede de município (Ilhabela); e que mar territorial são os recursos de bens da união. Já no § 6º o mar territorial e os terrenos da marinha são também da união; as faixas terrestres, que não forem bens de nenhuma esfera, podem ser um espaço privado.

Complementando, o território brasileiro possui seis variedades de biomas (cerrado, Amazônia, caatinga, mata atlântica, pantanal, pampa), sendo que cinco estão presentes na zona costeira, somente o pantanal, por estar no interior do país, não se apresenta no espaço costeiro. Sendo assim, apresenta características como a extensão territorial brasileira continental e o espaço costeiro com uma biodiversidade na flora e na fauna tornando tão peculiar e relevante.

A importância desse espaço costeiro ao possuir os elementos de mar e terra, e apresentar suas peculiaridades ambientais e consequentemente um destaque econômico fez com que a ocupação territorial do Brasil, pelos colonizadores, acontecesse do litoral para o interior, ou seja, do sentido leste para oeste. Observa-se as cidades como Recife, Salvador, Rio de Janeiro, que, desde o

² As casas já foram construídas de costa para o mar, pois os indivíduos tinham receio do mar. O oceano destacava-se pela facilidade de locomoção transoceânica e não era utilizada a faixa marítima para o lazer. Somente a cerca de cem anos, iniciou-se a utilização do mar para o lazer e recreação, depois denominado de turismo de sol e praia e/ou turismo de massa; com as instalações de segundas residências, pousadas, hotéis e *resorts*.

período colonial brasileiro, foram habitadas pela facilidade de locomoção em direção ao interior do território. O espaço costeiro onde estão localizados os portos, como das cidades citadas, destaca-se pela possibilidade de ocorrer o transporte intercontinental de mercadorias até hoje. Os portos são mediadores entre o transporte rodoviário e o transporte marítimo, e, na atualidade, o uso dos portos recebe relevância pela globalização.

Completa Moraes (2007, p. 21) “a navegação é, assim, um elemento importante de qualificação dos sítios litorâneos, os quais detém um quase monopólio da atividade portuária”. A ocupação iniciou-se, a partir da costa brasileira, com a chegada dos navios portugueses, quando o transporte marítimo transcontinental era utilizado por passageiros e cargas, atualmente é, na sua maior parte, utilizado para transporte de cargas entre continentes. Com relação à movimentação, o território litorâneo é bastante estratégico em função dos transportes de carga pelo mundo. Por essa questão, vem cada vez mais se estabelecendo e expandindo-se a ocupação desses espaços.

Existe uma quantidade maior de pessoas vivendo na zona costeira. Segundo Moraes (2007, p. 21) “cerca de dois terços da humanidade habitam em zonas costeiras, localizando-se à beira-mar a maior parte das metrópoles contemporâneas”. No Brasil é possível perceber que a maior densidade demográfica é em torno da zona costeira e com menos habitantes no interior do país. Além disso, o Brasil tem a maioria dos seus estados pertencentes ao litoral causando uma pressão sobre o território costeiro. Para tanto, faz-se de suma importância a existência de um gerenciamento costeiro condizente com sua complexidade, no qual esse território seja formado via legislações estatais nas distintas escalas.

3.2. GERENCIAMENTO COSTEIRO E TURISMO

O espaço costeiro possui atividades e usos exclusivos dele, com isso a localização permite estabelecer o espaço litorâneo como uso e ocupação de sua exclusividade. Pelas terras estarem de frente ao mar “a zona costeira acolhe quadros naturais particulares de alta riqueza e relevância ecológica, o que os qualifica como importantes fontes de recursos” (MORAES, 2007, p. 31). Dessa maneira, com todas as particularidades que ocorrem no litoral que o tornam um

espaço diferenciado, justificam-se determinados usos e ocupações que dele são feitos.

A zona costeira possui áreas particularmente sensíveis e frágeis do ponto de vista ambiental, como os estuários e manguezais. Entretanto, em geral, toda a orla marítima³ está sujeita a vetores de desenvolvimento em franco processo de expansão, dentre os quais se destacam o turismo, a aquicultura, a implantação de parques eólicos, as grandes estruturas industriais, portuárias e logísticas ligadas, sobretudo, à exploração petrolífera *offshore*, e seus efeitos multiplicadores, como os produzidos pela descoberta e exploração da formação pré-sal (MORAES, 2007). Essas atividades desenvolvidas na zona costeira são particularmente exclusivas do uso deste território, e não podem ser implantadas em outros espaços interioranos.

Qualquer atividade desenvolvida no ambiente marinho tem imagem na ocupação dos espaços e diversas atividades econômicas concentradas na porção continental do território, dependem e afetam direta e indiretamente os ambientes costeiros e marinhos. Como exemplo, a atividade turística e hoteleira gera um fluxo sazonal de pessoas para as regiões costeiras com maior intensidade na alta temporada, causando impactos significativos na distribuição de água e energia elétrica, descarte de efluentes e coleta de resíduos (MORAES, 2007). “O litoral pode ser definido como uma zona de usos múltiplos, pois em sua extensão é possível encontrar variadíssimas formas de ocupação do solo e a manifestação das mais diferentes atividades humanas” (MORAES, 2007, p. 31).

Os usos diversos do solo na zona costeira vão desde comunidades tradicionais a cidades metropolitanas, de municípios com 26,1 Km² a cidades com 23.034,392 Km², e áreas delicadas e frágeis até instalação de indústria (MORAES, 2007). Com isso, percebe-se a diversidade no uso e ocupação do solo e, por isso, fica mais fácil implantar o planejamento da zona costeira, que, na maioria das vezes, ocorre em função da urbanização, da industrialização e da exploração turística.

Os recursos ambientais referem-se a condições de vida e produção, circunscrevendo fatores de difícil contabilização, como a beleza cênica ou a originalidade paisagística, por exemplo. O fundamento de tal distribuição fica bem evidenciado entre a terra-capital (meio de produção) e matéria-terra (suporte de qualquer atividade produtiva) (MORAES, 2007, p. 18).

³ É a faixa contida na zona costeira, de largura variável, compreendendo uma porção marítima e outra terrestre, caracterizada pela interface entre a terra e o mar (PNGC I, art. 22).

Por isso, com o intuito de demonstrar o exemplo mencionado por Moraes, é que se apresentam na figura 3, os elementos de uso e ocupação da imagem A e B.

Figura 3: Uso e ocupação exclusivos da zona costeira



Fonte: fotografia da autora, 2022. Trabalho de campo, jan. 2022.

A figura 3 tem a intenção de mostrar o uso e ocupação exclusivos da zona costeira – exemplos esses que ocorrem na zona costeira. A imagem A é da praia de Perequê (Ilhabela) com o canal de São Sebastião e ao fundo o porto de São Sebastião (São Sebastião) com os navios de carga atracados. Já a imagem B é da praia da Vila (Ilhabela) com 2 plataformas flutuantes e o píer ao fundo que auxiliam no desembarque dos passageiros de cruzeiros marítimos; o uso destes equipamentos turísticos são utilizados apenas na temporada de navios de cruzeiros, no Brasil, sendo sazonal. O espaço geográfico de Ilhabela, por possuir belezas cênicas, faz com que, no litoral norte de São Paulo, seja o município com mais escalas de cruzeiros da região, mostrando a terra-capital da zona costeira com particularidade de uso somente dela sendo utilizada para a atividade turística.

Ainda sobre a figura 2, a imagem A, apresenta uma disputa territorial entre o transporte marítimo de carga e a atividade turística. A paisagem turística é prejudicada, já que o turista tem a visão do porto de São Sebastião e do Terminal Marítimo Almirante Barroso da Petrobrás (TEBAR), sendo um adensamento logístico, localizado na região oeste de Ilhabela de frente para São Sebastião. Criando uma paisagem natural transformada pelo transporte de carga, o turista está

numa Ilha, porém com vista para uma paisagem transformada.

Gerando praias, como a praia de Perequê, pouco utilizadas pelos turistas e mais pela população local que tem um baixo poder aquisitivo. Por último, essa parte da praia de Perequê é onde existe a venda de peixes pelos próprios pescadores, logo após serem pescados e comercializados. Por ser uma praia central, percebe-se a contaminação da água pelo óleo, bitucas de cigarros e das aves como pombo, caracterizando-a como uma praia urbana da Ilha.

A zona costeira que tiver maior infraestrutura turística para a atividade tem mais chances de ser um espaço degradado, tornando-se mais frágeis pelo impacto ocasionado pela exploração do turismo. Sendo assim, uma ação maior na quantidade de pessoas em um ambiente frágil tem-se uma reação de desequilíbrio como falta de água e poluição das praias. Já os espaços com menor infraestrutura, por consequência mais preservados e cujos territórios são constituídos de uma maior quantidade de paisagem natural recebem uma valorização maior. A atividade turística pode e acontece em outros territórios, porém o turismo faz uso e ocupação do espaço costeiro.

O litoral também se particulariza, modernamente, por uma apropriação cultural que se identifica como espaço de lazer, por excelência, e os espaços preservados são, hoje, ainda mais valorizados nesse sentido. Isto sustenta uma das indústrias litorâneas de maior dinamismo na atualidade, qual seja a que serve as atividades turísticas e de veraneio. Identifica-se, assim, mais um campo onde a posição em tela apresenta, se não exclusividade, pelo menos um grande favorabilidade locacional (MORAES, 2007, p. 18).

Prost (2016) observa o fato de o uso mais recente do espaço costeiro na história ser a atividade turística. As praias tornaram-se objetos de desejos dos turistas, sendo que, quanto mais preservadas forem, maior beleza cênica e menor acesso terão, atraindo turistas em seu tempo livre e nas estações quentes do ano.

Além de o espaço costeiro ser um território escasso e com características ímpares, se comparado com as terras continentais, pode gerar um conflito dos usos desse território por diferentes aplicações. Exemplo disso é na cidade de Ilhabela a utilização pelo turismo e pelo porto de São Sebastião o que gera um conflito de interesse entre os agentes econômicos (imagem A da figura 2).

Antes de adentrar especificamente no contexto de uso e ocupação do espaço de Ilhabela para o turismo, temática que é foco desta pesquisa e que se

difere em vários aspectos dos trabalhos expostos anteriormente, é valido entender como se dá e quais leis regem o contexto da zona costeira brasileira.

A lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC I) que organizou a proteção da costa brasileira, não pensou no diagnóstico ambiental integrado nos âmbitos: federal, estadual e municipal que, com isso, possibilitaria propostas de alternativas de ordenamento territorial, considerando a vocação de cada sistema, e respeitando suas limitações e usos conforme suas potencialidades, uma vez que se atribuiria, exclusivamente, aos estados e municípios a delimitação da Zona Costeira. Já no PNGC II, o plano é confeccionado no formato de um gerenciamento integrado, no qual fica claro que o governo federal elabora as normas gerais e fica a cargo dos estados e municípios o desenvolvimento das normas de gerenciamento, de acordo com as especificidades de cada território.

Além disso, a lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, que instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro I (PNGC I), regulamenta as regras para uso e ocupação da zona costeira e estabelece critérios para gestão da orla marítima. Essa lei foi a primeira legislação específica sobre a zona costeira, com isso tornou-se a base para todas as outras legislações em outras esferas legislativas brasileiras (BRASIL, 1888).

No PNGC I (lei nº 7.661/1988), o termo turístico está nas preliminares do Plano mostrando que a atividade turística aumenta o número de pessoas na zona costeira, implicando na desordem e na exploração dessa área. Também a palavra ecoturismo e atividade turística, no item sobre instrumento dos planos de gestão, instruem a esfera estadual e municipal quanto a ocupação antrópica e a preservação e a recuperação dos ecossistemas (quadro 3). Desse modo, mostra que a atividade turística promove o conflito no território, prejudica a localidade se for mal desenvolvida e, muitas vezes, são agressivas, porém pode ser utilizada para preservação e recuperação do meio ambiente como solicita o PNGC I.

Já, com relação ao Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro II (PNGC II), veio da transferência do IBAMA para o Ministério do Meio Ambiente, no qual foi realizado uma análise e alguns problemas foram detectados: 1 – objetivos e finalidades relacionadas à preservação da zona costeira; 2 – a esfera federal não sem função clara no organograma do trabalho das atividades de coordenação; 3 a sequência das atividades e a implementação do Sigerco (Sistema de Informações

do Gerenciamento Costeiro) e dos planos de gestão e monitoramento, acarretando na impossibilidade de desenvolver ações emergenciais e locais; 4 – metodologia de zoneamento com intensa riqueza para uma administração descentralizada; e 5 – metodologia de zoneamento executada de forma muito morosa e com alto custo que implicando na velocidade da ocupação da zona costeira (MORAES, 2007).

Ainda sobre o PNGC II, a palavra turismo aparece uma única vez em todo o Plano, localizada no item sobre ações programadas, indica uma harmonização do PNGC com as políticas públicas da zona costeira. Esse é um subitem bastante complicado pela questão de interesses do uso e ocupação da zona costeira e suas diversas atividades econômicas e sociais.

Por outro lado, o decreto nº 5300/2004, é a legislação que mais exhibe o termo relacionado ao turismo. É no inciso 2 do artigo 10, que a palavra “turístico” é apresentada no decreto para que seja uma atividade monitorada para demonstrar o impacto e a dinâmica. Também no PNGC I, a palavra “turismo” aparece várias vezes na seção dos instrumentos, no quadro 3, em que as estratégias de ação e as formas de uso e ocupação do território pedem que a atividade turística seja utilizada nas ações na forma de prevenção, correção e controle. E, por último, o capítulo de disposições transitórias, compete ao Ministério do Meio Ambiente e ao Ministério do Turismo atualizar e divulgar o roteiro para elaboração do Plano de Intervenção da Orla Marítima.

No Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro (PEGC), o termo “turismo” está localizado novamente no capítulo de instrumentos de gerenciamento, assim como no plano nacional, e é constituído de definições de tipologias de zonas, e indica, entre as atividades, que o ecoturismo pode ser utilizado na zona 01 (Z-1); e o uso da atividade turística na zona 05 (Z-5), de acordo com a legislação municipal. E, continua nesse trabalho, um inciso dizendo que o ecoturismo terá regulamentações específicas (quadro 3).

Quadro 3: Menções de palavras relacionadas ao turismo presentes na legislação de gerenciamento costeiro

Legislação	Palavras-chaves
Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988 – Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências.	1-Turístico 1-Ecoturismo 1-Atividade turística
Decreto nº 1.540, de 27 de junho de 1995. – PNGC II	1-Turismo
Decreto nº 5.300, de 7 de dezembro de 2004 – institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC, dispõe sobre regras de uso e ocupação da zona costeira e estabelece critérios de gestão da orla marítima, e dá outras providências.	1-Turístico 3-Turismo 1-Ecoturístico 1-Turismo náutico 1-Atividade turística 1-Complexos turísticos 1-Ministério do turismo 1- EMBRATUR (Instituto Brasileiro de Turismo)
Lei nº 10.019, de 03 de julho de 1998 – Dispõe sobre o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro.	1-Ecoturismo 1-Turísticas 1-Ecoturismo
Lei nº 15.688, de 28 de janeiro de 2015 - Altera a Lei nº 10.019, de 3 de julho de 1998, que dispõe sobre o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, e dá outras Providências	1-Atividade turística 1-Turismo

Fonte: Autora, 2019.

Ainda sobre o quadro 3, não é contemplado um plano municipal de gerenciamento costeiro de Ilhabela que deveria ser produzido pela gestão municipal, como encontrado em outros municípios, exemplo: Joinville – SC, Rio das Ostras – RJ, Paraty – RJ, e Campos dos Goytacazes – RJ. Dessa forma, Ilhabela demonstra uma lacuna relacionada ao plano municipal de gerenciamento costeiro e, acredita-se que esse tipo de legislação municipal resulta em algo positivo conforme as ações estabelecidas pela legislação, pois compreende a especificidade do espaço geográfico.

A lei federal nº 7.661/1988 (PNGC I), solicitou dar unidade e coerência aos Planos de Gerenciamento Costeiro Estaduais e Municipais de todo o Brasil. Assim, existiam diferenças nas atividades permitidas na Z-4 instituída pela Legislação Federal citada, e na Z-4 prevista pela Lei Estadual nº 10.019/88. A princípio, a legislação estadual demonstrava-se mais restritiva, mas em verdade ela vinha causando efeito contrário no momento da aprovação dos Zoneamentos Ecológico-Econômicos no litoral do estado de São Paulo.

Além disso, a referida Lei estabelece que o licenciamento de empreendimentos e a fiscalização deverão ser realizados com base nas normas e

critérios estabelecidos no Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), a ser instituído mediante decreto estadual, em consonância com as demais normas estaduais, federais e municipais definidas pelos órgãos competentes, incluindo-se o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro.

Isso porque, ao não prever a legislação estadual as estruturas e atividades náuticas de apoio à atividade turística e lazer náutico; e as atividades de turismo e lazer na sua Z-4, obrigam que, para a viabilização dessas atividades na zona costeira paulista e nas áreas por elas afetadas, sejam declaradas como Z-5 – área eminentemente industrial, o que leva à descaracterização dessas áreas do ponto de vista da proteção ambiental. Sendo que boa parte desse território tem vocação turística e de preservação ambiental, vocações essas incompatíveis com as características de uma Z-5, eminentemente industrial.

A zona costeira paulista foi dividida em quatro setores: litoral norte, baixada santista, complexo estuarino-lagunar de Iguape Cananéia e vale do Ribeira. Cada um desses setores possui um sistema colegiado de gestão, denominado Grupo Setorial, com participação dos governos estadual e municipal e da sociedade civil. Os Grupos Setoriais têm como atribuição elaborar as propostas de zoneamento e fazer a sua atualização quando necessária, bem como elaborar os planos de ação e gestão.

Foi solucionada com uma simples alteração na legislação estadual, modificando os incisos IV e V, do artigo 12 da Lei nº 10.019, de 3 de julho de 1998, nos termos ora propostos, aproximando-a das balizas fixadas para as Z-4 e Z-5 da legislação federal e gerando a solução necessária para os Zoneamentos Ecológico-Econômicos do estado de São Paulo, ao mesmo tempo em que cumprirá com a designação do parágrafo 1º, do artigo 5º, da Lei Federal nº 7.661/88.

As mudanças e evoluções dos marcos legais do gerenciamento costeiro no Brasil vêm reforçando a necessidade de gerir, de forma integrada e participativa, as ações antrópicas na zona costeira e sua compatibilização com o meio ambiente. Nesse sentido, a distribuição de papéis torna-se tão essencial quanto o estabelecimento de compromissos e critérios de ação partilhados entre os diferentes atores da zona costeira, coordenados entre as diversas esferas (federal, estadual e municipal) e sociedade.

Também destaca que os termos: turismo, turístico, turística, e ecoturismo aparecem tanto na legislação federal quanto na estadual. Enquanto a

legislação federal demonstra haver uma relação com o conceito de território, no aspecto de poder e soberania. Já a legislação estadual é pertinente ao aspecto do conceito de território como normas globais que definem as normas locais, como é o caso de Ilhabela. Logo, é a norma estadual que o município de Ilhabela deve seguir, por não ter um plano municipal de gerenciamento costeiro.

O quadro 4 apresenta a legislação do zoneamento ecológico-econômico (ZEE) federal e estadual e tem como objetivo o desenvolvimento local em comum acordo com desenvolvimento socioeconômico e o meio ambiente.

Quadro 4: Legislação sobre Zoneamento Ecológico-Econômico

Esfera administrativa	Tipo	Número	Ano	Ementa
ZEE-Brasil Federal	Decreto	4.297	2002	Regulamenta o art. 9o, inciso II, da Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981, estabelecendo critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil - ZEE, e dá outras providências.
ZEE-São Paulo Estadual	Decreto	66.002	2017	Dispõe sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico no Estado de São Paulo - ZEE-SP, de que tratam a Lei estadual nº 13.798, de 9 de novembro de 2009, que institui a Política Estadual de Mudanças Climáticas, e a Lei estadual nº 9.509, de 20 de março de 1997, que estabelece a Política Estadual do Meio Ambiente e constitui o Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais - SEAQUA, e dá providências correlatas
ZEE-litoral norte Estadual	Decreto	49.215	2004	Dispõe sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico do Setor do Litoral Norte, prevê usos e atividades para as diferentes zonas, estabelece diretrizes, metas ambientais e socioeconômicas e dá outras providências, nos termos estabelecidos pela Lei nº 10.019, de 3 de julho de 1998
ZEE-litoral norte Estadual	Decreto	62.913	2017	Dispõe sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico do Setor do Litoral Norte, e dá providências correlatas.

Fonte: Autora, 2019.

Ainda sobre o quadro 4, o zoneamento ecológico-econômico do litoral norte de São Paulo é de suma importância para o desenvolvimento adequado das zonas marítimas e terrestres. Como apresenta o quadro XX, houve uma revisão em 2017 do ZEE – litoral norte, na qual foram acrescentadas novas zonas (Z5TOD – Subzona 5 terrestre ocupação dirigida, Z1MAEP – Subzona 1 marinha área especialmente protegida, Z2ME – Subzona 2 marinha especial) (BRASIL, 2022, Decreto 62.913/2017).

Com relação a Ilhabela, na revisão do ZEE – litoral norte, foi identificada falha na avaliação, nas zonas Z1 e Z2, zonas essas relacionadas às

manchas urbanas no limite do Parque, mostrando a desconformidade no zoneamento.

Durante o processo de revisão do ZEE, a falta de instrumental técnico, do sistema de informações e do monitoramento dificultou a avaliação da eficácia do zoneamento em direcionar o uso e ocupação do território, a exemplo da delimitação das zonas mais restritivas Z1T e Z2T para controle da expansão da mancha urbana em direção aos limites dos Parques Estaduais da Serra do Mar e [Parque Estadual] de Ilhabela. Os representantes do grupo setorial não puderam comprovar se essa expansão ocorreu tanto por crescimento dos assentamentos irregulares e precários, quanto pela implantação de loteamentos e condomínios que são dispensados das exigências do ZEE devido à sua anterioridade. Esse desconhecimento significou, por sua vez, durante a revisão do ZEE, o reenquadramento em zonas menos restritivas. Ou seja, o reconhecimento e, em último caso, a regularização de situações em desconformidade ao disposto pelo zoneamento, tanto por falhas de enquadramento em 2004, quanto pelas dinâmicas de uso e ocupação do território à revelia da norma (ITAQUI; ZUQUIM, 2017, p. 11).

Outro ponto discutido na revisão do ZEE – litoral norte em 2017, é relacionado a um conflito de normas municipais entre o plano de manejo do PEIb e o plano diretor do município, pertinente a sua zona de amortecimento (entorno do Parque) (ITAQUI; ZUQUIM, 2017). Com isso, percebe-se a necessidade de integração das normas nas diferentes esferas administrativas e das próprias normas municipais para que se consiga estabelecer as diretrizes e o ordenamento territorial. E das normas municipais para que haja a preocupação com a integração e a unificação das legislações para não haver uma lacuna na lei e comprometer a execução do ZEE – litoral norte.

3.3. OCUPAÇÃO DA ZONA COSTEIRA EM ILHABELA

O conceito de ilha é conhecido como uma porção terras emersas circundadas por água doce ou salgada, que pode ser relacionada ao tamanho, tanto pequena quanto grande porção de terras – por exemplo a Groenlândia, e outra variação é a quantidade de ilha que pode ser uma ilha ou um conjunto de ilhas, tendo o nome de arquipélago – como é o caso de Fernando de Noronha.

A característica de uma ilha pode estar relacionada à hidrografia que a circunda, dessa forma, pode ser: ilha fluvial – água proveniente do rio – como a Ilha do bananal, ilha lacustre – água derivada do lago e ilha marítima – água de origem do mar – tal como Ilha Grande. Ainda, a ilha marítima tem um

desdobramento podendo ser classificada em costeiras e oceânicas, “ilhas costeiras são as que resultam do relevo continental ou da plataforma submarina; ilhas oceânicas são as que se encontram afastadas da costa e nada têm a ver com o relevo continental ou com a plataforma submarina” (FREITAS, 2005, p. 199).

E, por fim, a característica da origem da ilha, as ilhas vulcânicas (formadas pela solidificação da lava dos vulcões), não apresentam qualquer ligação com o continente e têm uma base distinta, podendo inclusive ser a ponta de uma montanha submarina; e as ilhas continentais (muito próximas do continente e que se formaram depois de se separarem dele), geralmente ficam próximas a terra firme, sendo nada mais que uma extensão do território continental, tendo áreas inundadas que acabaram “separando-se” do restante do continente.

Resumindo, uma ilha continental provém da mesma base que a terra firme, sendo apenas uma continuação dela. Com estas características apresentadas sobre ilha, é possível escrever sobre a particularidade do município de Ilhabela, que é a segunda maior ilha marítima da costa brasileira, cercada de água salgada. E pela proximidade com a costa brasileira, é uma ilha costeira.

Trata-se de uma ilha continental, e seu surgimento está relacionado com os processos tectônicos que deram origem às serras do Mar e da Mantiqueira, com os processos de erosão e sedimentação, e com as variações do nível do mar ocorrentes no quaternário, nas quais se alternaram períodos glaciais com períodos mais quentes, e a linha do oceano pode ter chegado a até cerca de 100 metros abaixo do nível atual, bem como dezenas acima, nos períodos mais quentes (SÃO PAULO, 1989). SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. Ilhas do Litoral Paulista. São Paulo. p. 52, 1989.

Pelo motivo do objeto de estudo ser uma ilha, foi realizado um estudo sobre as pesquisas de teses e dissertações utilizando a palavra-chave “ilha costeira”, em dois bancos de dados (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)⁴ e Catálogo de Teses e Dissertações – Capes)⁵ no período de 2017 a 2021. Foram encontrados poucos resultados e ainda menos pesquisas

⁴ Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações: pesquisa realizada em 22 de agosto de 2022, utilizando a palavra-chave, ilha costeira e turismo, no período de 2017 a 2021, que teve como resultado 8 trabalhos, deste 1 estava relacionado ao turismo.

⁵ Catálogo de Teses e Dissertações: pesquisa realizada em 22 de agosto de 2022, utilizando a palavra-chave, ilha costeira, no período de 2017 a 2021, que teve como resultado 12632 trabalhos, em seguida, fez o refinamento por grande área de conhecimento, escolhendo ciências sociais aplicadas e ciências humanas – resultando de 530 trabalhos e desses selecionados foram 6 trabalhos.

relacionadas à Ilha costeira e ao turismo (quadro 5). A tese “Urbanização, segundas residências e turismo na zona costeira do Piauí” que pesquisa o processo urbano impulsionado pelo turismo, pelos aspectos físico-espaciais e pelas segundas residências de todo o litoral piauiense, incluído a Ilha Grande – PI (PESSOA, 2020), foi uma das pesquisas encontradas.

Já com relação à dissertação, foi identificada a pesquisa: “O turismo de base comunitária como estratégia para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades tradicionais em reservas extrativistas: um caso da Ilha dos Lençóis em Cururupu – MA”, tese sobre a ilha costeira do Maranhão relacionada ao turismo de base comunitária como indutor do turismo (PINHEIRO, 2017). Outra dissertação relacionada ao turismo de base comunitária em ilha costeira, denominado “Os conflitos decorrentes do veraneio e do turismo sobre o território tradicional caiçara na Praia de Castelhanos a partir da década de 1950”, tem como autoria Marcondes (2018).

A autora Valença (2021) escreveu a tese “Ecomuseu Ilha Grande: (Re)Pensando conceitos, práticas e dinâmicas de um território musealizado” relativa ao patrimônio cultural e natural de Ilha Grande – SP. Também, Ferreira (2019) na sua pesquisa intitulada “O uso de tecnologias e o turismo na Ilha do Mel – PR” discorre sobre a tecnologia na Ilha do Mel, a globalização e o turismo. Já Gomes (2021), em sua dissertação “Política ambiental e interesses privados na Ilha Grande (RJ) – uma análise das áreas Protegidas inseridas na ótica neoliberal”, trata da privatização de áreas naturais na Ilha Grande.

Por fim, a pesquisa da autora Damião (2018), “O mito do turismo sustentável na Ilha João da Cunha - SC: análise das políticas públicas e instrumentos da sustentabilidade”, trata das políticas públicas para o desenvolvimento do turismo nessa ilha.

Quadro 5: Dissertações e teses relacionadas a Ilha costeira e ao turismo

Tipo	Título	Ano	Universidade	Região/estado
Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações Tese	Urbanização, segundas residências e turismo na zona costeira do Piauí	2020	Universidade Federal do Ceará	Ilha Grande – PI
Catálogo de Teses e Dissertações – Capes Dissertação	O turismo de base comunitária como estratégia para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades tradicionais em reservas extrativistas: um caso da Ilha dos Lençóis em Cururupu – MA	2017	Universidade Federal do Maranhão	Ilha dos Lençóis em Cururupu – MA
Catálogo de Teses e Dissertações – Capes Dissertação	Os conflitos decorrentes do veraneio e do turismo sobre o território tradicional caiçara na Praia de Castelhanos a partir da década de 1950	2018	Universidade de São Paulo	Ilhabela – SP
Catálogo de Teses e Dissertações – Capes Tese	Ecomuseu Ilha Grande: (re)pensando conceitos, práticas e dinâmicas de um território musealizado	2021	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	Ilha Grande – RJ
Catálogo de Teses e Dissertações – Capes Dissertação	O uso de tecnologias e o turismo na Ilha do Mel – PR	2019	Universidade Federal do Paraná	Ilha do Mel – PR
Catálogo de Teses e Dissertações – Capes Dissertação	Política ambiental e interesses privados na Ilha Grande (RJ) – uma análise das áreas Protegidas inseridas na ótica neoliberal	2021	Universidade Federal Fluminense	Ilha Grande – RJ
Catálogo de Teses e Dissertações – Capes Dissertação	O mito do turismo sustentável na Ilha João da Cunha – SC: análise das políticas públicas e instrumentos da sustentabilidade	2018	Universidade de São Paulo	Ilha João da Cunha – SC

Fonte: Autora, 2022.

Embora o quadro 5 contextualize sobre o cenário nacional de teses e dissertações relacionadas a ilhas costeiras, percebe-se que as pesquisas realizadas nestas ilhas são poucas, têm diversidade de temas relacionados ao turismo e são pesquisadas ilhas de várias regiões brasileiras. Destaca-se o trabalho de Marcondes (2018) por estudar a praia de Castelhanos em Ilhabela e de Ferreira (2019) que trata da retórica do local e do global relacionada à tecnologia implantada na Ilha do Mel, ambos são trabalhos em consonância com a pesquisa atual.

Já com relação a ilhas turísticas brasileiras pode-se citar: Florianópolis, Ilha do Mel, Ilhabela, Ilha Grande, Abrolhos, Morro de São Paulo – Ilha de Boipeba, Ilha de Itaparica, Fernando de Noronha, Ilha do Marajó, Alter do Chão, a escolha dessas ilhas foi da autora. Dentro dessa diversidade de ilhas brasileiras turísticas existem ilhas fluviais e marítimas e, entre marítimas, as costeiras e as oceânicas. Enfim, o território brasileiro tanto o marítimo quanto o terrestre contempla características naturais diversas que promovem ilhas diversas.

Mas a ilha em questão, e objeto de estudo desta tese, é o município de Ilhabela, localizado no litoral norte do Estado de São Paulo, situado nas coordenadas geográficas 23° 48' 54" de latitude Sul e 45° 22' 14" de longitude Oeste. Possui a formação geológica de espigões e uma hidrografia com cachoeiras que proporcionam atividades turísticas como rapel e trilhas. O clima é, predominantemente, tropical úmido com temperaturas elevadas (média de 25°C) e precipitações abundantes no verão, sendo que no inverno as temperaturas variam entorno de 18°C, com pouca chuva (PRESOTTO, 2004; MILANESI, 2007). Segundo Furlan (2000, p. 118), os fragmentos florestais de Mata Atlântica insular “são de aspectos semelhantes à mata continental, porém apresentam estrutura diferente: são mais baixos, provavelmente uma resposta à ação da maritimidade dos ventos oceânicos, à maresia e ao efeito de sombra de chuva”. Para a autora, a Ilha, tem as seguintes variações de vegetação:

Mangue; planície litorânea com vegetação de restingas e praias; floresta submontana 1 (mata de encosta úmida com aspecto arbóreo denso e textura rugosa); floresta submontana 2 (matas de encosta com fisionomia arbórea rarefeita, textura rugosa com dossel aberto-submontana semidescidual); floresta montana (matas de encosta em maiores altitudes com aspecto denso); floresta alto-montana (matas de encostas com aspecto rarefeito e textura lisa); capoeiras (matas de transição e capoeiras); formação de campos em altas declividades e rocha exposta; vegetação saxícola e costão rochoso; áreas desmatadas: solo nu ou recoberto por gramíneas; e áreas sem vegetal com ocupação urbana (FURLAN, 2000, p. 118).

Ilhabela é recoberta, na sua maior parte, pela floresta tropical de encosta, a Mata Atlântica, com abundância de pequenas bacias hidrográficas no relevo escarpado, contando com mais de 400 ribeirões encachoeirados, características que lhe dão, na concepção atual, um grande potencial turístico (CALVENTE, 1999; DUARTE, 2001; PRESOTTO, 2004). Dessa maneira, a

diversidade de vegetação da Ilhabela, promove uma variedade de atrativos e impulsiona a Ilha a ter uma variedade de roteiros turísticos.

É comum, em território costeiro, a busca dos turistas por atividades no mar, porém, o município de Ilhabela, por ter essas características naturais (ribeirões encachoeirados pelo relevo escarpado e a vegetação do Parque Estadual de Ilhabela – PEIb) proporciona também atividades turísticas em terra. Com isso, essas características naturais geram produto turístico como: trilhas e rapel. Geralmente os agentes receptivos da Ilha orgulham-se da variedade de atividades turísticas ofertadas no município - que podem ser encontradas presentes nos folhetos de divulgação das agências de viagens de turismo receptivo da Ilha - proporcionada pela grande área preservada pelo Parque Estadual de Ilhabela (PEIb).

Pode ser atrativa, enquanto recurso turístico natural, e vale ressaltar que grande parte da Ilha se encontra em área de preservação: o Parque Estadual de Ilhabela (PEIb), que ocupa 27.025 ha, representando 80,40% da área do município, e incorpora todas as ilhas, ilhotas e lajes que compõem o arquipélago (NOFFS, 2007) ou 84,3% da ilha de São Sebastião.

Criado em 1977 pelo decreto estadual nº 9.414, tal espaço tem por objetivo preservar a fauna e a flora local e recuperar áreas degradadas, cujo modelo é espelhado no sistema americano de “reservar” um pedaço de terra para se ter uma amostra no futuro, segundo Maldonado (1997). Vale citar que a “criação do Parque Estadual de Ilhabela foi fundamentada por preocupações puramente biológicas e biofísicas, não levando em consideração a existência de comunidades tradicionais pelas instituições governamentais” (PERES e BARBOSA, 2008, p. 5). Nesse contexto, o início do ciclo de gestão desta Unidade de Conservação foi marcado por uma postura extremamente conservadora no tocante aos aspectos socioambientais.

Por estar inserido em uma unidade de conservação de proteção integral, permite-se apenas o uso indireto dos seus recursos naturais. Os caiçaras que vivem nas suas áreas de conservação não podem mais cultivar o roçado, extrair madeira para a construção das canoas e nem caçar no interior do Parque Estadual de Ilhabela (PEIb). A população local foi proibida de desenvolver as suas atividades habituais (NOFFS, 2007).

Percebe-se, assim, que as políticas públicas conservacionistas que orientaram a manutenção do referido parque criaram rupturas profundas nas

relações dos moradores com o ambiente, uma vez que antigas práticas de uso dos recursos tiveram que ser abolidas (CALVENTE, 1997; MALDONADO, 1997). Assim sendo, os moradores que utilizavam aquelas terras para a sua subsistência, a partir da criação do parque, foram excluídos e não realizam mais práticas de cultivo para o seu sustento. Em 2022, com o crescimento populacional do município, ocorre uma pressão para o aumento do perímetro urbano, levando a cogitar alteração do tamanho do PEIb - a construção civil juntamente com a imigração e com a segunda residência proporcionam a especulação imobiliária.

Além do PEIb, o município possui outros dois parques municipais. O Parque Municipal das Cachoeiras é a primeira unidade de conservação municipal, próximo ao centro e de fácil acesso, abriga a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, onde nasce o córrego da Água Branca e apresenta uma de suas principais cachoeiras - cachoeira da Usina. Ela é fechada para banho porque suas águas são muito fortes e seu relevo escorregadio. Nesse parque existem 4 trilhas: ruínas da usina; do viveiro; interligação com a Estrada Parque; e Poço do Furado, no lado oposto da Cachoeira da Água Branca (Prefeitura Municipal de Ilhabela, 2020). O município apresenta 14 cachoeiras, segundo o Plano Gestor do Turismo de Ilhabela 2020-2023, isso se dá ao relevo acidentado com suas escarpas chegando ao pico de São Sebastião de 1.369 metros de altitude, seguido pelo Pico do Papagaio com 1.037 metros de altitude, e o Pico do Baepi com 1.025 metros de altitude sendo as montanhas mais altas de uma Ilha brasileira.

Já o Santuário Ecológico Municipal Ilha das Cabras está localizado na zona costeira, numa largura de 50m e 1500m de extensão ao longo da beira mar, compreendida entre o Portinho e a Praia de Pedras Miúdas. Nessa área é proibida a caça submarina, a pesca e a retirada de qualquer ser marinho (Prefeitura Municipal de Ilhabela, 2021). O Santuário é um local que proporciona ao turista ver muitas espécies marinhas e, segundo um agente receptivo, os turistas ficam impressionados quando se fala que o lugar é um Santuário, pois desperta o imaginário de algo sagrado. A figura 4 é uma imagem da Ilha das Cabras que foi dada a posse a um proprietário em 1989 e, depois de uma disputa judicial⁶ para

⁶ A Ilha das Cabras em 1989 foi autorizada a ser ocupada pelo Sr. Gilberto Miranda Batista, com isso ele iniciou reformas sem a permissão do município, estado ou união. Foram construídos uma casa de veraneio, piscina, heliponto, garagem para jet-ski, mureta de proteção e praia artificial de forma

conseguir a desocupação, a prefeitura tem interesse em utilizá-la para visitação. Nota-se que o governo municipal tem desejo de obter locais para torná-los atrativos turísticos, assim, diversificando essa atividade e angariando uma variedade de público. Em contrapartida, são mais locais para o poder público municipal administrar. Com o aumento de atrativos turísticos, o turismo pode se intensificar, gerando maior retorno para Ilhabela.

Figura 4: Ilha das Cabras - Ilhabela (SP)



Fonte: Nova imprensa, 2022.

O turismo em Ilhabela é configurado como a base da sua economia, e no decorrer do seu desenvolvimento originou uma oferta diversificada em vários segmentos – náutico, pesca, praia, aventura, desportivo, ecoturismo, ecológico e eventos esportivos. Convém lembrar, que essa variedade de segmentos turísticos presentes em Ilhabela está intrinsecamente ligada ao recurso natural de cidade. Essa oferta atende tanto aos turistas habituais (com residências secundárias), aos turistas eventuais (turistas ou excursionistas) e aos cruzeiristas.

O município de Ilhabela faz parte de um arquipélago constituído por 15 ilhas e ilhotas (figura 05) que compõem a sua totalidade: ilhas de São Sebastião, Búzios, Vitória e as ilhotas dos Pescadores, Sumítica, Serraria, Cabras, Figueira, Castelhanos, Lagoa e Enchovas, com uma área de 348 quilômetros quadrados, que

irregular. Está na disputa judicial desde 1991, para que a Ilha das Cabras faça parte do PEIb e seja uma Unidade de Conservação de Proteção Integral. Esse impasse na justiça já dura mais de 30 anos.

Faz parte do litoral norte juntamente com os municípios de São Sebastião, Ubatuba e Caraguatatuba e do Vale do Paraíba Paulista, composto por 39 municípios, entre os quais se destacam, pela importância econômica, demográfica e turística, os municípios de São José dos Campos, Taubaté, Guaratinguetá, Aparecida e Campos do Jordão.

Conta Buark (1980, p. 83) que a vila de “Ilhabela foi criada, a [portaria de] 3 de setembro de 1806, sob a denominação de VILLA BELLA da PRINCESA [...] pelo governador da Província de São Paulo, o capitão General Antônio José de França e Horta”, em homenagem à filha mais velha do rei D. João VI⁷ e foi elevada a vila⁸ (FIGURA 6). Essa mudança de nome ocorreu pela confusão de duas cidades terem o nome de São Sebastião, além de ser uma homenagem à coroa de Portugal. Quase um século depois, em 1901, a vila foi elevada à categoria de município pelo senhor de engenho capitão Mor Julião de Moura Negrão, criador da autonomia e afirmação urbana (BUARK, 1980).

A sede do município de Ilhabela foi elevada à categoria de cidade em 22 de abril de 1901, com a denominação de Vila Bela (BUARK, 1980). Pelo decreto estadual nº 9775, de 30 de novembro de 1938, o município de Vila Bela (figura 6) passou a denominar-se Formosa (IBGE, 2020). E só em “30 de novembro de 1944, pela Lei Estadual 14.334, passaria a denominar-se definitivamente de Ilhabela⁹, que compreende todo o município de Ilhabela” (BUARK, 1980, p. 84). A carta do estado de São Paulo de 1923 traz o nome Villa Bella, o qual foi dado para homenagear a princesa. A carta apresenta alguns dados como o pico de São Sebastião, que é o mais alto, e o relevo oceânico mostra todas as pontas e a Baía de Castelhanos¹⁰. A figura 6 demonstra, em uma linha do tempo, as alterações dos nomes utilizados e, enfim, Ilhabela.

⁷A filha mais velha de D. João VI chamava-se dona Maria Teresa Francisca de Assis Antônia Carlota Joana Josefa Xavier de Paula Micaela Rafaela Isabel Gonzaga de Bragança.

⁸Vila é denominação de cidade menor.

⁹O município insular de Ilhabela é composto pela ilha de São Sebastião, ilha de Búzios, ilha de Vitória, e pelos ilhotes de Serraria, da Sumítica, das Cabras, dos Castelhanos, da Lagoa, das Galhetas, do Codó, da Figueira e da Prainha.

¹⁰Em 1888 foi assinada a lei que abolia a escravidão no Brasil. A Lei Áurea encerrou legalmente o uso de mão de obra escrava e o comércio escravista no território brasileiro, porém o tráfico não parou no Brasil. O tráfico continuou de forma ilegal em grande parte do território brasileiro, porém um tanto escondido. Os navios com pessoas traficadas não podiam mais aportar nos portos oficiais das cidades da costa brasileira, por isso, procuravam lugares isolados para aportar e desembarcar escravos e tripulação. Assim, como em grande parte do litoral brasileiro, em Ilhabela essa história também aconteceu na baía de Castelhanos. A baía fica na parte leste da ilha de São Sebastião,

Figura 6: Mudanças dos nomes de Ilhabela.



Fonte: autora (2022).

Ilhabela localiza-se a 210 km da capital do Estado e o seu acesso ao continente é realizado por balsas. Do município de São Paulo, o principal núcleo emissor de turistas do Brasil, o acesso é pela Via Dutra (SP 170), rodovia Ayrton Senna e rodovia Carvalho Pinto (SP 70) até São José dos Campos; em seguida pela rodovia dos Tamoios (SP 99) até Caraguatatuba; e pela rodovia Rio-Santos (BR 101) até São Sebastião, onde há a balsa para a travessia até Ilhabela. Também há a opção de acesso pela rodovia dos Imigrantes (SP 160) até Santos e rodovia Rio-Santos (BR 101) até São Sebastião. Dessa forma, a locomoção é facilitada pela proximidade do núcleo emissor de turistas – São Paulo e Rio de Janeiro, por outro lado, pode ocasionar sobrecarga nas praias e seus arredores, muitas vezes triplicando o número da população local. A melhoria das estradas oferece mais rapidez para chegar ao município de Ilhabela, possibilitando uma renovação na atividade turística desenvolvida na Ilha.

A rodovia dos Tamoios (SP-99) é a via que está sendo duplicada nas faixas de planalto - já foram duplicadas nas de planície, mostra facilidade de chegar a São Sebastião, onde se embarcar na balsa para chegar a Ilhabela. A duplicação gera um maior fluxo de veículos e de pessoas para o litoral norte de São Paulo proporcionado pelos objetivos técnicos.

Por meio de um estudo realizado pelo projeto arqueológico de Ilhabela, no período de 1999 – 2007, foi encontrado na Ilhabela um processo civilizatório anterior à chegada dos europeus, foram encontrados 73 sítios arqueológicos – sendo 16 sítios pré-coloniais e 57 sítios históricos (CALI, 2010). Os sítios pré-coloniais são compostos por 8 sítios concheiros¹¹ habitados por coletores,

virada para o mar aberto e isolada da população da Ilha, que desde sempre se concentrou mais próxima do continente, era em Castelhanos que os navios aportavam. A praia de Castelhanos fica a 22 quilômetros do centro de Ilhabela, então os escravos eram levados por uma trilha até o outro lado da ilha para serem vendidos a senhores.

¹¹ A palavra sambaquis tem origem Tupi, e é a mistura das palavras tamba (conchas) e ki (amontoado). Sambaquis são montes compostos de moluscos (de origem marinha, terrestre ou de água salobra), esqueletos de seres pré-históricos, ossos humanos, conchas e utensílios feitos de

pescadores e caçadores, que viveram há 2500 anos, sendo os indícios conchas, ossos de peixes, artefatos e sepultamentos humanos, e além disso, artefatos de pedra polida e lascada, como machados, pontas de flecha; 5 sítios abrigo sob rocha onde eram utilizados para acampamentos e sepultamentos; e 3 sítios cerâmicos, que viveram por volta de 600 anos, principalmente na Ilha de São Sebastião eram ceramistas e agricultores (CALI, 2010; ZWEIG, 2019).

Por mais que tenha constatado que havia índios no período pré-colonial, uma questão que dificulta é que tanto a ilha quanto o município receberam nomes de São Sebastião, prejudicando os relatos históricos¹² que discorrem sobre São Sebastião de forma geral, sem distinguir o que é insular e o que é continente.

Conforme Bendazzoli (2014), o território constituído pela capitania de São Vicente compreendia a faixa litorânea do Rio de Janeiro até a baixada santista e parte do interior era habitada pela nação Tupi, sendo que os limites comuns eram entre São Sebastião – tupiniquins e Caraguatatuba¹³ - tupinambás, ficando pouco ao norte de Ilhabela. Como já havia sido constatado por Pirro (2004), as tribos existentes eram a Tupinambás no norte e a Tupiniquins na costa sul do município de São Sebastião. A tribo Tupi era guerrilheira, disputava recursos e territórios, porém, o papel da Ilha de São Sebastião no topônimo Maambique – enquanto território neutro, ou local para enterrar os mortos, fica apenas como suposição.

Da mesma forma, a presença de índios da etnia Jê junto com os Tupis pode indicar uma disputa por espaço: supõe-se que a chegada dos tupis no litoral tenha deslocado os Jês, que viviam na planície de Caraguatatuba, para a ilha de São Sebastião (PIRRO, 2019). Isto posto, o território de Ilhabela foi disputado entre o povo Tupi e Macro-Jê, e depois entre o povo Tupi, como tupiniquim e tupinambá.

Já os sítios históricos são do “período da colonização com a presença europeia, com as ruínas de antigas fazendas de cana-de-açúcar ou de

pedra ou ossos. É resultado de ações humanas, ou seja, são montes artificiais, com dimensões e formas variadas.

¹² Textos produzidos por Almeida, Ihering, França, Oliveira, Forjaz, Calixto; sendo textos históricos regionais, obteve-se acesso aos textos de forma primária.

¹³ Cinthia Bendazzoli foi muito precisa em sua pesquisa na fronteira entre os tupiniquins e os tupinambás, tomando como base relatos do alemão Hans Staden que ficou prisioneiro por 9 meses dos tupinambás.

café, engenhos, fortes, alambiques, igreja, serraria, habitações, cemitérios, sendo em sua maioria do século XIX ou final do XVIII” (CALI, 2010, p. 16). À vista disso, o município de Ilhabela também apresenta atrativos culturais dos povos indígenas e da colonização e cultivo agrícola da cana-de-açúcar e do café.

Conforme Buark (1992), Ilhabela é uma das maiores ilhas costeiras do litoral brasileiro, sendo a maior ilha rochosa do litoral do estado de São Paulo. De acordo com Almeida (1958), em 20 de janeiro de 1502, Américo Vespúcio¹⁴ “a identificou e lhe deu nome, sob a evocação do santo do dia”, São Sebastião, daí o seu nome, ilha de São Sebastião, como era de costume na época. Os indígenas da nação tupi chamavam a Ilha de Maembipe – como já foi visto anteriormente, mas os colonizadores não levaram em consideração esse nome dados anteriormente a sua chegada e deram um novo nome ao território (ZWEIG, 2019; PLATON, 2009). A Ilha, para os navegadores, tinha uma posição estratégica para o abastecimento de água e de alimentos para seguir viagens (ZWEIG, 2019).

É possível que o território de Ilhabela tenha ficado aproximadamente um século sem interesse dos novos exploradores (CALVENTE, 1999). A história do município de Ilhabela é parecida com o restante do Brasil, de que Portugal encontrou as terras e se fez proprietário, retornando depois de alguns anos.

Proprietário da capitania sendo Pero Lopes de Souza concedeu a terra para Francisco Escobar Ortiz e sua esposa que vieram da capitania do Espírito Santo (OLIVEIRA, 1958). De acordo com Buark (1992, p. 83) e Almeida (1958),

O povoamento branco destas fachadas litorâneas, contudo, só começaria um século depois contando que os primeiros habitantes das terras que margeiam o Canal de São Sebastião foram Diogo de Unhate e João de Abreu¹⁵, que se transferiram de Santos com suas famílias e agregados em 1608.

Esses foram os responsáveis pelo início do desenvolvimento econômico desse local. Percebe-se que a Ilha demorou mais para a instalação das

¹⁴ Américo Vespúcio comandou a primeira expedição de reconhecimento das terras “descobertas” por Pedro de Álvares Cabral, ele era um italiano e o nome dado ao continente americano vem do nome deste senhor (BUARK, 1980). Nas literaturas antigas, no período da chegada dos portugueses ao Brasil, é difícil o entendimento de quando estão falando de São Sebastião (terra firme) ou da Ilha de São Sebastião, pelos dois terem os mesmos nomes.

¹⁵ Diogo de Unhate e João de Abreu: burocratas portugueses oriundos da Vila do Porto de Santos foram para Ilhabela cultivar cana-de-açúcar.

sesmarias em comparação as outras sesmarias brasileiras. A sua colonização se iniciou apenas no século XVII:

A colonização europeia no litoral norte deve ter começado na primeira década do século XVII, os portugueses estabelecendo-se primeiro na Ilha, por esta representar um ponto estratégico na luta contra os indígenas. Várias sesmarias foram concedidas e fundaram-se engenhos de açúcar e [produção] cachaça, assim como culturas de fumo, anil, arroz e mandioca. Barcos portugueses, aportados no canal de São Sebastião, faziam o comércio entre a produção local e produtos que eram adquiridos, como tecidos, carne seca e vinho (CALVENTE, 1999, p. 30).

O território da Ilha iniciou com a plantação de cana-de-açúcar e as instalações dos engenhos para produzir açúcar para ser levado à colônia, a comercialização da matéria-prima era apenas para exportação. Na colônia brasileira, havia outros tipos de plantações, mas eram apenas para subsistência. A comercialização da lavoura brasileira, nesse período, era feita apenas entre colônia e colonizador, não havia um comércio interno.

Atividades de subsistência garantiam a sobrevivência da produção local: pesca, agricultura e caça. As relações econômicas que então existiam no Brasil eram totalmente voltadas para fora: as regiões produtivas não tinham comunicação entre si, apenas com o exterior, através dos mecanismos de importação – exportação (CALVENTE, 1999, p. 31).

Luchiari (1999) chama atenção para as atividades de cana-de-açúcar desenvolvidas pelas empresas canavieiras portuguesas, em cujo cenário são apresentados os interesses da Europa, e com isso, tornavam-se proprietárias do espaço explorando os recursos naturais, e ainda, tinham a mão-de-obra escrava dos indígenas e dos negros.

Noffs (2007) afirma que o cultivo de café, em Ilhabela, substituiu as fazendas, onde se localizavam os engenhos de açúcar. As plantações de café foram cultivadas ultrapassando nos morros de 500 metros, sendo que essa lavoura ocupou a maior área estabelecida até hoje em Ilhabela. A nova prática traduziu-se em um grande crescimento populacional do município com a chegada de escravos que aportavam, em grande medida ilegalmente, pela baía dos Castelhanos, no leste da Ilha (SIMÕES, 2005). Relatam a degradação ambiental causada pelo cultivo do café na Ilha de São Sebastião:

As atividades da lavoura e do café proporcionaram a Ilhabela um período de oitenta anos caracterizado por enorme crescimento econômico, intensificando as atividades comerciais e culturais e enriquecendo os fazendeiros locais. A sua população já alcançava a casa dos dez mil habitantes. No entanto, a produção cafeeira não era realizada dentro de uma preocupação com a conservação da Mata Atlântica, o que ocasionou intensa degradação ambiental (BARBOSA, PERES; 2008, p. 4).

Para Noffs (2007), dois fatores foram importantes para a expansão cafeeira na Ilha, a proximidade de cidades portuárias como Ubatuba e São Sebastião que, depois que escoavam para o porto do Rio de Janeiro, seguia viagem para a Europa, e a mão de obra escrava, barata e abundante. Ilhabela recebeu o tráfico de negros pela praia de Castelhanos. Alguns negros chegavam doentes da longa viagem transoceânica, eram desembarcados na Ilha e vendidos por um valor mais baixo, por estarem debilitados e possivelmente não suportarem a subida da Serra do Mar feita a pé. Vários quilombos foram fundados por africanos tentando resistir ao jugo e produzindo para o autoconsumo (CALVENTE, 1999, p. 30-31).

A produção cafeeira chegou ao seu auge em 1854, com 225 fazendas e 1725 escravos e produção de 1647,50 toneladas de café (FRANÇA, 1954). As terras e o clima do litoral norte de São Paulo não eram apropriados para o cultivo do café, inicia-se, então, a fase de esgotamento da fertilização do solo e sua consequente exaustão com a monocultura, onde existem as erosões e as técnicas rudimentares. Além disso, a construção da estrada de ferro que ligava Santos ao Rio – estrada de ferro central do Brasil – dificulta a escoação da produção de café de Ilhabela (SIMÕES, 2005; NOFFS, 2007).

“No século XIX sua economia era agrária, baseada no trabalho escravo. Chegou a ter mais de dez mil habitantes, cuja diversidade cultural e étnica fez surgir uma população característica, denominada caiçara¹⁶” (CALVENTE, 1999, p. 30). No final do século XIX, juntamente com o declínio da economia do café, é declarada a abolição da escravatura, em 1888, com isso “ocorre um êxodo em Ilhabela, e sua população diminui para 7000 habitantes” (CALVENTE, 1999, p. 31). Embora o uso do trabalho escravo era realizado de forma clandestina, em virtude de ter sido proibido pelos poderes internacionais, Merlo (2003) afirma que o tráfico

¹⁶ Caiçara: refere-se à população de litoral do estado de São Paulo e do sul do Rio de Janeiro. E são comunidades de miscigenação entre índios, negros e portugueses (CENTRO, 2009).

negreiro se manteve de forma ilegal pelo lado leste da Ilha, na baía de Castelhanos, que servia como porto clandestino e de fácil acesso por estar em mar aberto.

Como pode-se observar, foram vários os fatores que ocasionaram a queda da produção do café no território de Ilhabela, e viram como opção a volta do cultivo da cana-de-açúcar e utilização dos antigos engenhos de açúcar para produzir a aguardente. “Retornam os engenhos de cachaça, única atividade local da época que não era de subsistência” (CALVENTE, 1999, p. 31). As áreas desmatadas para o café foram substituídas pela mata secundária ou pela lavoura de cana-de-açúcar, já que mais longe do desmatamento foi para uso da plantação de café. Antes a cana, que era moída por tração animal, passa a fazer uso das moendas de engenhos de água – o território contém alguns ribeirões, o que favorece essa técnica de moagem. Em que “um terço era forma de pagamento para o possuidor do engenho, moer a produção, e os outros dois terços eram lucro do proprietário da plantação, vendida para o dono do engenho” (MUSSOLINI, 1980, p. 224). O restante da população permaneceu vivendo da produção agrícola, da pesca e da caça, configurando o modo de vida do caiçara.

Com a estrada de ferro Central do Brasil e sem a produção cafeeira as embarcações regulares dos portos de São Sebastião e Ubatuba não têm mais interesse em realizar esse trecho do litoral norte e, para escoar a produção, passam a dirigir-se até Santos. Essa produção da Ilhabela é transportada nas canoas de voga - feitas em um único tronco - herança indígena.

A técnica de fazer uma canoa com um tronco de madeira somente demonstra uma arte ancestral pelos canoeiros, revela um conhecimento e domínio da mata para o mar. A canoa necessita navegar na diversidade do mar e sustentar as embarcações e desembarques (MALDONADO, 1997). A ligação entre os centros maiores era realizada por meio da canoa de voga, usada para transportar os cultivos e mercadorias diversas. O tempo de duração da viagem de Ilhabela até Santos era 20 dias (ida e volta) com uma carga de 5.000 quilos, entre pessoas e cargas. Ilhabela possuiu uma frota de 38 canoas (MUSSOLINI, 1980). Ilhabela produzia as embarcações e exportava para o litoral norte, de 500 a 800 toneladas de mercadorias por ano.

¹⁷ Canoa de voga ou canoas bordadas: composta por um troco, porém cavada com machado, herança indígena, composta por proa e popa (CANAL, 2009).

A figura 7 apresenta 2 canoas de voga, a primeira em uso por pescador, atracada no bairro de Santa Tereza, próximo ao *Yacht Club* de Ilhabela. Percebe-se que ainda nos dias atuais, com toda a tecnologia, há pessoas que utilizam a canoa de voga que é movida pela força humana; já a segunda, uma canoa reformada e doada para a prefeitura, com 11 metros de comprimento, esculpida em um tronco de Jequitibá, cujo proprietário era um antigo engenho de aguardente da praia do Jabaquara, está em exposição no Parque Fazenda Engenho D'Água – fazenda desapropriada pela prefeitura municipal. As canoas de voga representam a grandiosidade da Mata Atlântica com árvores desse tamanho do Jequitibá; e a sabedoria do caiçara em esculpir um troco que permite a navegação de pessoas e mercadorias.

Figura 7: Canoas de voga.



Fonte: Acervo da autora (2022).

As canoas de voga não atendiam apenas os engenhos, mas também a venda do excedente da lavoura e da pesca, e abasteciam de querosene, sal, roupas e ferramentas. Percorriam o litoral norte até Santos para atender a população de Parati-RJ até Santos-SP (MUSSOLINI, 1980, p. 225). Com a canoa de voga, os habitantes de Ilhabela começam a comercializar a produção agrícola, que se mostra diversificada, entre os municípios, o que difere dos períodos anteriores, em que a agricultura era somente comercializada com os colonizadores.

Calvente (1997) explica que a pesca passa a ser uma importante atividade econômica para o município, a partir de 1920. Praticada pelos caiçaras

desde os primórdios da colonização, essa atividade configurou-se no interior de uma cultura particular mantida pelas comunidades por necessidade de sobrevivência.

Por volta da segunda década do século XX houve a instalação de imigrantes japoneses na Ilha, trazendo inovações no sistema de pesca: redes de cerco¹⁸ e barcos a motor. A pesca costeira com finalidade comercial atraiu também os homens nativos, e vários povoados de pescadores caiçaras surgiram nas pequenas planícies litorâneas (CALVENTE, 1999, p. 31).

Em 1920, a pesca torna-se a principal atividade econômica de Ilhabela, que sofreu transformação com a imigração japonesa ocorrida a partir dessa década. Os japoneses introduziram a pesca de cerco. Antes só pescavam o que necessitavam para subsistência, mas com o crescimento da migração japonesa, tornaram-se empresários da pesca e incrementaram os plantios com hortas e adubação com os restos dos peixes. Os caiçaras trabalhavam na produção e na distribuição/transporte, e as esposas dos imigrantes japoneses nas fábricas de conservas em São Sebastião. A diminuição da pesca e o ápice da Segunda Guerra Mundial fizeram com que os japoneses abandonassem o litoral norte, levando ao desaparecimento das hortas, mas ainda hoje utiliza-se a pesca por meio das redes de cerco (NOFFS, 2007). A herança deste período colonial manifesta-se em 2022, nos bens de natureza material como as igrejas, as fazendas, enfim, patrimônio cultural da Ilha, e em eventos culturais tradicionais das festas religiosas.

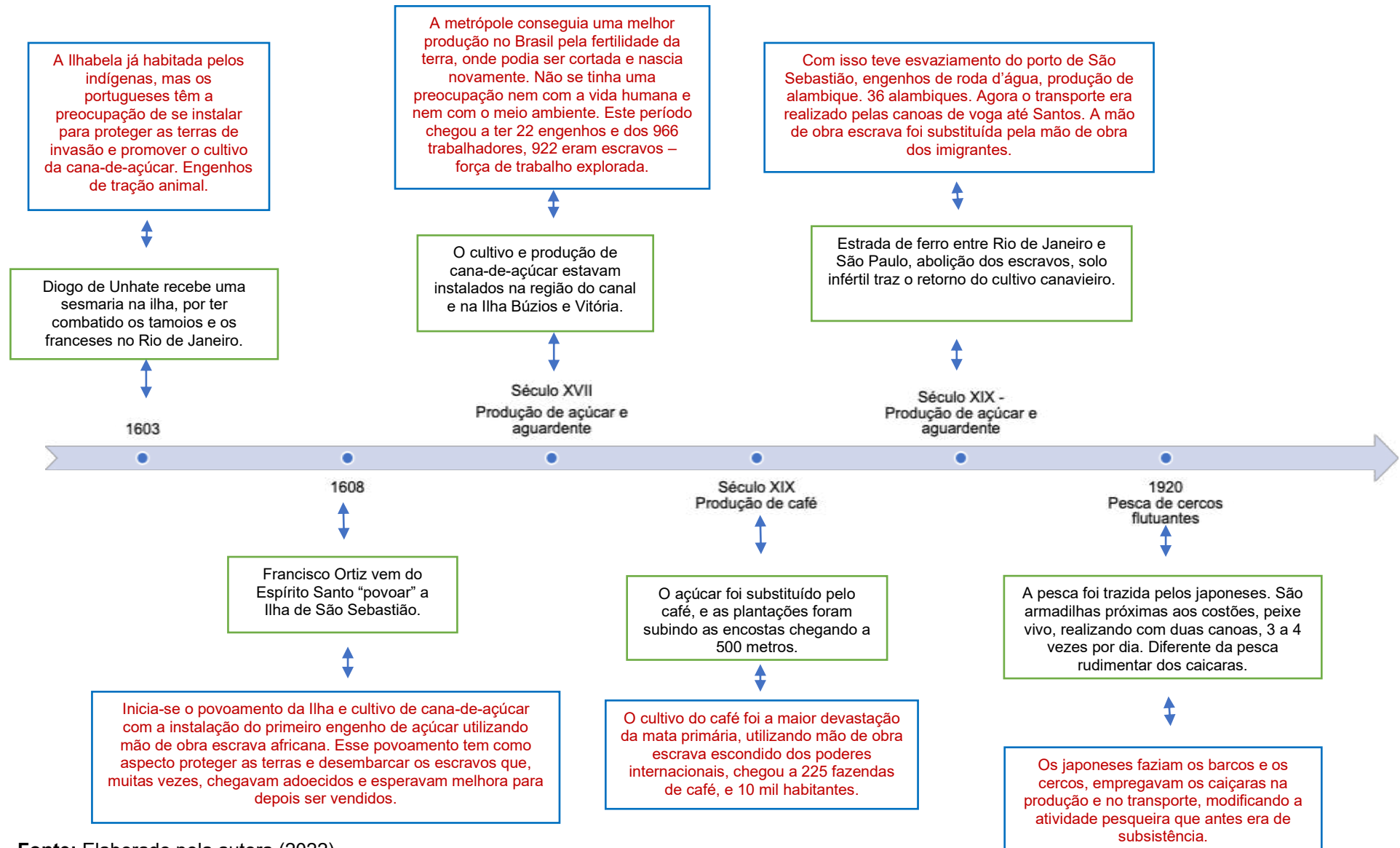
A figura 8 - denominada linha do tempo do período colonial no município de Ilhabela - tem como objetivo representar o que cada atividade agrícola desenvolvia no território local, as técnicas rudimentares com uso da força braçal escrava e depois substituída pelos imigrantes. É o período de transição da Ilha do meio da técnica natural, para a ocupação dos portugueses, passando a utilizar o cultivo agrícola, fazendo uso das técnicas da agricultura, como o cultivo da cana-de-açúcar. Como objetos técnicos as enxadas, facões, engenhos de açúcar, os alambiques, os meios de transportes aquáticos e ferroviários, e outros.

Além disso, os atrativos culturais são na sua maioria herança desse período, os casarões, as fazendas, as igrejas, o centro histórico – patrimônio cultural

¹⁸ Redes de cerco: Rede de pesca que cerca o peixe pela ação dos pescadores a pé (cerco de ala) ou em embarcações (cerco embarcado). Cercado o peixe, faz-se a retirada pelo uso de puçás ou pequenas cocas (CENTRO, 2009).

material, que caracteriza Ilhabela por ter patrimônio cultural em seu território, além do patrimônio natural.

Figura 8: Linha do tempo do período colonial



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

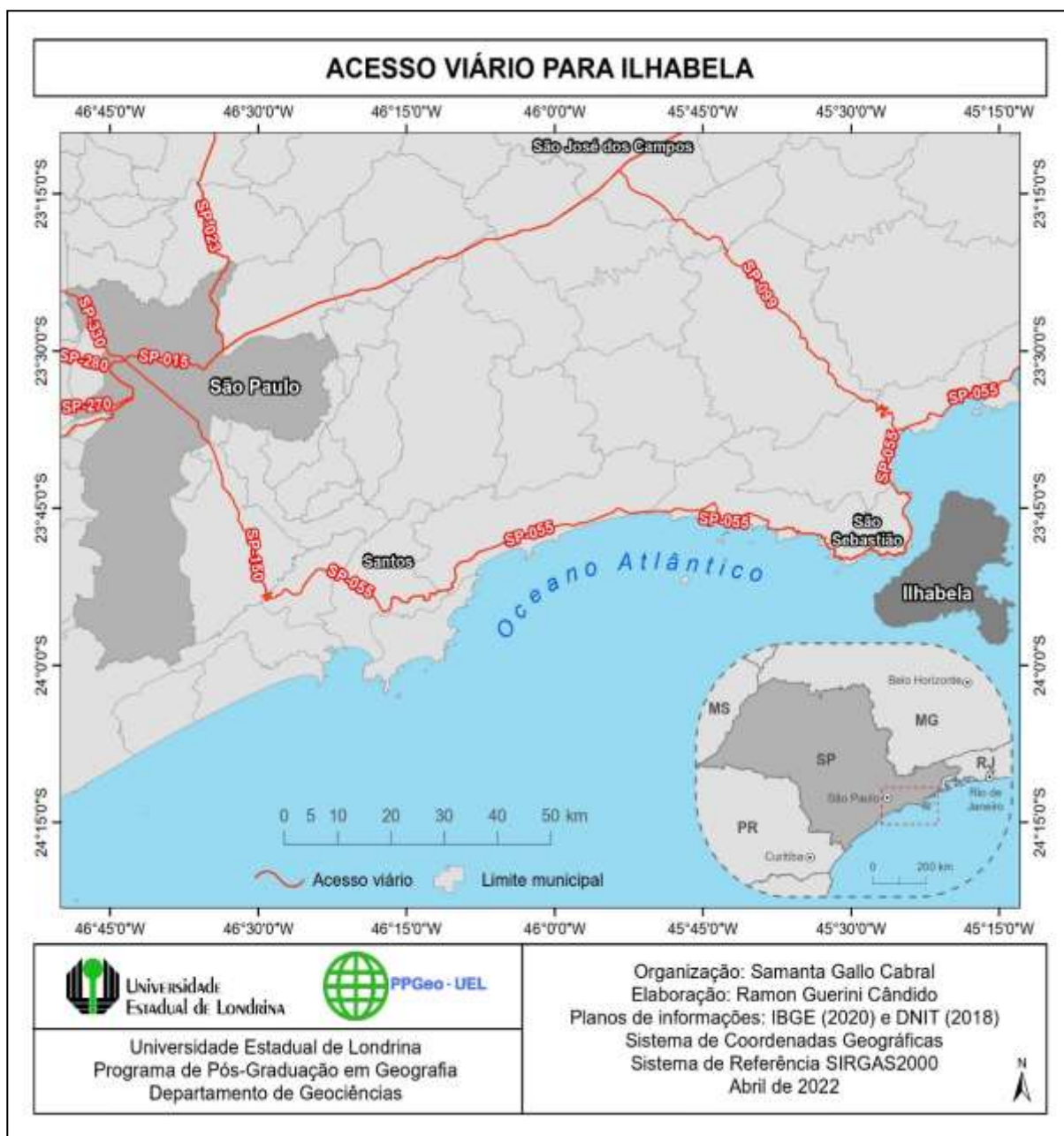
3.4. PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO TURISMO EM ILHABELA

Depois do período de atividades agrícolas desenvolvidas no território da Ilha, inicia-se a implantação de acessos. Entre 1936 e 1942, foi construído o TEBAR - Terminal Marítimo Almirante Barroso, para o transporte de petróleo e seus derivados levando a uma atividade petrolífera, que antes era apenas primeiro setor e depois com o TEBAR, tornou-se o setor secundário da economia. O terminal de São Sebastião foi finalizado somente em 1969 (SILVA, 2006). Sua instalação auxilia a economia regional, apesar do fato de que alguns acidentes, como vazamento de óleos de navios no canal, afetarem também Ilhabela. Em 2022, o TEBAR abastece 4 refinarias em terra e navios para outros portos ou exportação. Com relação às rodovias que dão acesso ao litoral norte do Estado de São Paulo, e, conseqüentemente, à Ilha, Noffs (2007, p. 22) relata que:

Em 1938 foi inaugurada a rodovia dos Tamoios (SP-99), interligando Caraguatatuba e São José dos Campos e, nos anos [19]60, a SP-125 interligando Ubatuba a Taubaté. Em 1955 foi entregue ao tráfego o trecho completo entre São Sebastião, Caraguatatuba e Ubatuba (SP-55) e em 1957 pavimentação da rodovia [dos Tamoios].

Conforme a figura 9, a chegada pelo transporte rodoviário do município de São Paulo a São Sebastião, a rodovia dos Tamoios, permitiu o acesso à região do litoral norte do estado de São Paulo, tornando-se, dessa forma, uma rodovia importante para a região. Lembrando que a pavimentação só ocorreu 20 anos depois da rodovia dos Tamoios, na mesma década (1950) que se iniciou a produção de veículos no Brasil.

Figura 9: Acesso rodoviário pela rodovia Tamoios SP - 099.



Fonte: Organizado pela autora, 2022. Elaborado por Ramon Guerini Cândido, 2022.

A construção das rodovias e a operação da balsa fizeram com que o turismo em Ilhabela fosse incentivado, como descreve França (1951, p. 124) a respeito das primeiras atividades turísticas na década de 1950:

[...] habitantes do planalto, principalmente da Capital, aparecem por ocasião de férias ou feriados para curtos períodos de repouso. Seu número não tem cessado de aumentar nos últimos anos, principalmente na área urbana de Ilhabela. Este pequeno povoado está conhecendo uma transformação importante, com a construção de residências modernas, pertencentes aos capitalistas do planalto. Por outro lado, durante curtos períodos dos meses de dezembro e janeiro, ou julho, é comum à sua população de pouco mais

de quatrocentos habitantes, ver-se acrescida por forasteiros em número equivalente ou mesmo superior. Seus 3 hotéis e as habitações do elemento local, que então costumam hospedar veranistas, superlotam-se. Até em abrigos provisórios ou barracas armadas na praia instalam-se os que procuram desfrutar de alguns dias de repouso, na bela estância. As casas comerciais auferem então os melhores lucros, não deixando de exagerar os preços.

A primeira balsa foi produzida em um estaleiro do Guarujá, em madeira com um motor de 160 hp, carregava 8 veículos por vez e era feita a cada 2 horas. Já o segundo *ferry boat*, em 1959, foi construído com comportas que evitavam molhar os veículos, com altura superior a 1.40 metros de borda livre, com quatro motores, tinha capacidade para transportar 18 veículos e realizava o percurso em 15 minutos. Presotto (2004, p. 121) relata o atual funcionamento da balsa que liga São Sebastião a Ilhabela, na primeira metade da década de 2000:

[...] pode-se notar a presença de cinco balsas funcionando para garantir o fluxo de pessoas sem muito tempo de espera. Nem sempre as cinco balsas encontram-se em funcionamento, o que leva o turista a experimentar transtornos. Em um final de semana normal, sem feriados, com duas balsas funcionando, a partir da sexta-feira à tarde, é fácil esperar de 2 a 3 horas para fazer a travessia. Como tal situação vinha acontecendo constantemente, a DERSA – Desenvolvimento Rodoviário S/A, que é responsável pelo transporte resolveu instalar mais três balsas, principalmente em feriados prolongados.

Em 2016, o DERSA (Desenvolvimento Rodoviário S.A.), coloca um *ferry boat* com capacidade para 380 veículos. A instalação das rodovias e a balsa na travessia foram fatores importantes para as pessoas se deslocassem para Ilhabela com a intenção de lazer e turismo. Em 2022, obteve-se a informação que continua o mesmo número de balsas na sua totalidade – cinco balsas em funcionamento. Para que a espera do transporte não seja demorada e sim programada, foi instalado um sistema de agendamento para utilização da balsa, sendo realizado com no mínimo de 24 horas de antecedência e no máximo de 30 dias. O valor a ser pago pelo transporte é unidirecional – somente pago em São Sebastião, e o valor é diferente para cada tipo de veículo. O sistema hidroviário que liga Ilhabela ao continente, é mais eficaz em 2022, em contrapartida, gera um maior volume de veículos o que prejudica o trânsito do município de Ilhabela, dadas as ruas serem estreitas e não comportar a quantidade de automóveis circulando, principalmente na alta temporada.

Merlo (2000, p. 123) reforça que o desenvolvimento turístico ocorreu a partir da “implantação de *ferry boat*, nas décadas de 1950 e 1960”, e foi ampliado depois “com a construção da estrada Rio-Santos [...], mas ainda era restrito o número de pessoas que se ariscavam a horas e horas de estrada, à balsa e aos borrachudos”. Os primeiros moradores de segunda residência¹⁹ vieram da capital, sendo um grupo seletivo de paulistanos que, em 1956, fundaram o *Yacht Club* de Ilhabela (DOMINGUES, 2000). A transformação de Ilhabela por meio dos acessos como as rodovias e o *ferry boat* impulsionaram a atividade turística na Ilha, onde o acesso e/ou transporte é um dos elementos para a realização da atividade turística.

O uso e ocupação do território da ilha de São Sebastião eram realizados, pelos moradores, de forma espontânea na construção sua casa e seu rancho de pesca (ROCHA E SILVA, 2009). Segundo França (1952) em 1950, os caiçaras utilizavam como recurso a técnica primitiva da agricultura de rotação do solo, plantações da cultura de mandioca, de milho, de cana-de-açúcar, de arroz ou de banana. Por utilizarem um sistema de agricultura rotineiro, primitivo e destruidor, as quadras eram por vezes capoeiras, gramíneas, solo à mostra, e queimadas; nesse espaço habitado entre o mar e a mata. Acredita-se que os moradores se instalavam em área com acesso ao mar; que era utilizado para a navegação das canoas de voga e dos barcos a motor com a intenção de comercializar os excedentes do cultivo e dos peixes, o lazer com a família e o transporte de doentes (FRANÇA, 1952). Com isso, conclui França (1952) que na paisagem de Ilhabela são visíveis os efeitos de um sistema de exploração baseado em economia primitiva, rotineira e destruidora principalmente pelo uso do fogo, que muitas vezes chegava até o pico do morro, deixando o solo estéril e podendo, com a chuva, arrastar bloco e solo para a base do morro, obstruindo ou desviando os ribeirões.

Ilhabela sofreu várias alterações em sua paisagem no decorrer dos séculos, resultando em desmatamento e perda de horizontes superficiais do solo. Estas alterações podem ser notadas em toda a orla da Ilha, não só na porção voltada para o canal de São Sebastião onde estes processos são mais intensos, mas também nos trechos voltados para o mar aberto onde cortes rasos da vegetação, associada a práticas de queimadas, efetuados ao longo de décadas, descaracterizaram o meio (SMA SP, 1998, p. 17).

¹⁹ Segunda residência: ou residência turística, residência secundária, casa de campo, casa de temporada, casa de veraneio; opõe-se à residência principal e sua utilização compreende o uso temporário por períodos que podem ser prolongados ou não (TULIK, 2001).

Essa transformação da paisagem ocorreu pelo cultivo da cana-de-açúcar, e foi empobrecendo o solo e escalando os picos pelo desmatamento, nessa época era corriqueira a queima para renovação e desmatamento.

Já no ano de 1956, a prefeitura do município de Ilhabela, instituiu a taxa de turismo, conforme a lei municipal nº 011, 04 de outubro de 1956, em que 5% das contas gastas em hotéis, pensões, restaurantes, similares e casas de cômodos eram destinados de forma integral na melhoria turística, e até 25% do total poderia ser aplicado em propaganda turística.

Percebe-se que a atividade turística já estava instaurada na cidade em meados de 1950, outro destaque é para as casas de cômodos, indicando que as pessoas recebiam turistas em casa, lembrando que este tipo de turismo pode ser menos prejudicial a população local, e que a quantidade de meios de hospedagem não era o suficiente para receber os turistas em Ilhabela.

Por último, a taxa de turismo ser utilizada integralmente para o turismo é uma falha, ela tem que ser utilizada para a cidade, já que é a cidade que recebe o turista, é ela que tem que ser boa para quem vive nela e, por consequência, irá atrair os viajantes.

No contexto nacional da década de 1950, percebe-se os municípios instaurando normas no território por meio da taxa de turismo, e assim começam a se organizar referentes a atividade turística: Guarapari (lei nº 57, de 12/12/1949), Santos (lei municipal nº 1.281, 29/11/1951), Caraguatatuba (lei ordinária nº 88, de 15/03/1952), Salvador (lei nº 410, de 10/09/1953), Florianópolis (lei nº 240/1955), Lages (lei nº 108/1956), Foz do Iguaçu (lei nº 177, 14/09/1957), Ubatuba (lei nº 18, 30/12/1963).

Com relação ao litoral norte de São Paulo, Caraguatatuba é a primeira cidade a ter essa taxa, pois, logisticamente, foi a cidade que teve mais impacto com a rodovia dos Tamoios (SP 99). O transporte para o turismo é um pilar importante para que a atividade aconteça, lembrando que o indivíduo necessita ir até o produto turístico para consumi-lo. Em contato com a secretaria de turismo do município de São Sebastião, foi dito que se desconhece essa taxa de turismo, dessa forma, há indícios de que São Sebastião foi a única cidade a não aplicar a taxa de turismo. A taxa de turismo de Ilhabela foi revogada em 1970.

Para Silva (2006, p. 18), na década de 1960 desenvolveu-se um turismo elitizado²⁰, com as pessoas de maior poder aquisitivo adquirindo terras “[...] a fim de construírem suas casas de veraneio”. Além de um fluxo de pessoas em busca de “empregos nas atividades ligadas ao turismo e ao setor de serviços em geral”. O autor ainda destaca que possuir uma casa de praia significava *status* para a sociedade. Intensificando a transformação da terra rural em urbana (NOFFS, 2007). Inicia-se então, a especulação imobiliária, uma procura de terrenos para a construção de segunda residência. Em 2022, ter uma segunda casa para o lazer ainda é para poucos.

Na década de 1970, houve uma intensificação da atividade turística em Ilhabela por diferentes grupos que procuravam atividades diferentes dos turistas anteriores que frequentavam a Ilha, os quais tinham preferência pelo esporte náutico (PRESOTTO, 2004). Com isso, ocorreu uma ampliação da oferta com novos serviços e atividades para os turistas. Merlo (2000, p. 124) assinala que:

Um outro aspecto relaciona-se à reestruturação do comércio, que começa a atender às novas exigências turísticas, a partir dos anos de [19]69, [19]70 e [19]72. O antigo comércio existiu de acordo com as necessidades locais até a década de [19]40. O novo comércio reestrutura-se de acordo com a demanda turística, o que leva as constantes alterações das fachadas, demonstrando a lei de oferta-procura em Ilhabela.

Com o crescimento de segundas residências em Ilhabela nas décadas de 1970 e 1980, a população local foi se afastando do mar e se aproximando da mata. Assim, os turistas ficam em casas próximas ao mar e estas vão perdendo suas características: tais residências têm extensos quintais, que antes eram utilizados pelos caiçaras para plantações, mas que hoje são utilizados pelos turistas para o lazer (PRESOTTO, 2004).

A construção de casas de veraneio para classes altas vem provocando casos de total êxodo das terras, como foi o caso da Praia das Enchovas, Praia de Indaiatuba e Saco das Tocas, sendo que algumas das famílias foram absorvidas como caseiras das propriedades privadas que se apossaram desses locais, enquanto as outras famílias restantes mudaram-se de localidade (BARBOSA; PERES, 1999, p. 6).

²⁰ Turismo elitizado: é um turismo que descobre lugares e ocorrem em pequena escala, abrindo espaço para o turismo de massa (BENI, 2001).

Os caiçaras percebiam a terra como um meio de trabalho e de sobrevivência e suas terras não tinham cercas separando as propriedades. Quando vieram as propostas de vendas dos interessados no terreno, os caiçaras também perderam a frente para o mar, dessa forma, a venda do terreno prejudica a agricultura e a pesca (CALVENTE, 1993). Além disso, os caiçaras passaram a morar nos morros, para dar lugar a construção de amplas residências dos turistas. Vieram pessoas de fora como mão de obra a ser empregada na construção civil e, com isso, a população da ilha cresceu, e tais trabalhadores fixaram moradias, muitas vezes, na forma de construções marginalizadas.

Em nenhum momento da redação do decreto teve-se a preocupação com a população local, cujas terras eram usadas para plantar banana, mandioca e matéria prima para a construção dos ranchos e das canoas (CALVENTE, 1993). Já as áreas ocupadas pelos habitantes e que se tornaram PEIb tinham que se tornar terras devolutas. Dessa forma, a criação do PEIb gerou um conflito com a população que utilizava a mata e até a área para o cultivo de culturas de subsistência.

Por outro lado, é importante a criação do Parque para não haver a exploração do espaço, especialmente pelos compradores de terras que queriam construir as suas segundas residências, sendo um período de especulação imobiliária. A criação do PEIb vem ao encontro do reflexo da instauração nacional do novo código florestal, lei 4.771, de 15 de setembro de 1965 (art.5º) “[...] com a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção da flora, da fauna, e das belezas naturais, com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos”, sendo estes os únicos objetivos do parque. Ao instituir o PEIb torna-se um espaço de conflito de uso e de ocupação pela população local.

A lei municipal nº 005, de 10 de maio de 1968, decreta a desapropriação amigável ou judicial, na faixa do terreno onde passaria a estrada de rodagem²¹, com 12 metros de largura, desde o bairro Perequê até o bairro da baía de Castelhanos, que estava em construção. Ficando pronta em 1977, liga desde o bairro de Perequê (Oeste – canal de São Sebastião) até a praia dos Castelhanos (Leste – mar aberto), em um percurso que corta o Parque estadual de Ilhabela. Essa

²¹ Lei municipal nº 004/b, de 02 de abril de 1958, denomina de rodovia coronel José Vicente Faria Lima, a estrada de rodagem de Perequê à Castelhanos.

estrada de rodagem de terra batida é mantida em condições em que somente passam veículos com tração 4x4 (NOFFS, 2007).

Parece ser intencional a má conservação da via para não haver uma intensificação de veículos à procura pelas praias do leste – mar aberto, que, conseqüentemente são menos exploradas; e para ser utilizado o veículo de 4x4 das agências de receptivo. Sendo assim, a permissão de veículos 4x4 nessa via causa uma proteção ao parque.

No início da década de 1980, o trecho da rodovia SP-55, entre Bertioga e São Sebastião, ficou pronto. Esse trecho asfaltado, ligando a baixada de Santos ao litoral norte, amplia ainda mais a urbanização da região norte do litoral paulista e a atividade turística (NOFFS, 2007). Dessa vez, dando melhor acesso entre a região da baixada santista e a região do litoral norte.

A lei municipal nº 311, de 24 de maio de 1989 disciplinou o turismo [de massa] praticado por ônibus de fretamento no município de Ilhabela e tomou outras providências. Essa lei estabeleceu o uso do estacionamento no bairro de Barra Velha para ônibus registrados no Departamento nacional de estradas de rodagem (DNER) ou Departamento estadual de estradas de rodagem (DER) e para, no máximo, 3 veículos por dia, sendo 100 cruzados novos a diária, e com solicitação para autorização feita com 72 horas de antecedência.

Aqueles que não pagassem a taxa receberiam multa de 10 vezes o valor da diária do estacionamento e seriam rebocados e liberados mediante o pagamento. Por último, estaria isento da taxa o passageiro que tivesse interesse comunitário no município ou hotéis e restaurantes com estacionamentos próprios que requeressem autorização.

Essa lei regulamentou o turismo de massa, um novo segmento do turismo praticado em de Ilhabela, pois regularizando, colocando limite de ônibus por dia e cobrando uma taxa, eles conseguem selecionar e minimizar a quantidade de turistas de massa na cidade. As leis estabelecidas sobre o turismo de massa nas décadas de 1990 e 2000 vão ao encontro do relato da Marcondes (2018) sobre a atividade turística, que também passa a receber um fluxo grande de pessoas, principalmente nas férias de janeiro, nos feriados e aos finais de semanas.

Essa lei municipal (nº 311/1989) foi revogada pela lei nº 164/2002, que estabeleceu disciplina ao turismo [de massa] praticado por ônibus, peruas, vans

e micro-ônibus de fretamento e equiparados, no município de Ilhabela, além de tomar outras providências com relação aos veículos registrados por pessoas jurídicas, empresas ou entidades registradas na Agência Reguladora de Serviços Públicos e/ou Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT), passando a permitir 09 veículos por dia no estacionamento, com valores diferentes - dependendo do tamanho do veículo, mediante solicitação feita com 72 horas de antecedência e autorização de estacionar o veículo em outro local se for comprovada a necessidade. Já a segunda lei, mostra uma ampliação da regulamentação de excursões na Ilha, inserindo outros veículos de uso coletivo de menor porte, que poderiam estar burlando a lei na utilização de veículos menores, mas com o mesmo objetivo.

A lei municipal que regulamenta o turismo de excursão é a lei municipal nº 359 de 12 de dezembro de 2005, que alterou a redação da lei nº 164 de 30 de dezembro de 2002 e que disciplina o turismo praticado por ônibus, peruas, vans, micro-ônibus, *trailers* e equiparados, podendo perceber a inclusão também dos trailers e aplicação da lei também para veículos de uso próprio, além de fretamento, que já era utilizado na lei revogada. Outra alteração está relacionada ao aumento dos valores da diária do estacionamento e a uma nova isenção da taxa para atendimento de pessoas físicas (primeiro grau) e jurídicas, proprietárias de imóveis com estacionamento próprio, fazendo uso para si ou para locação, desde que exerçam atividades profissionais e estejam em dia com o tributo.

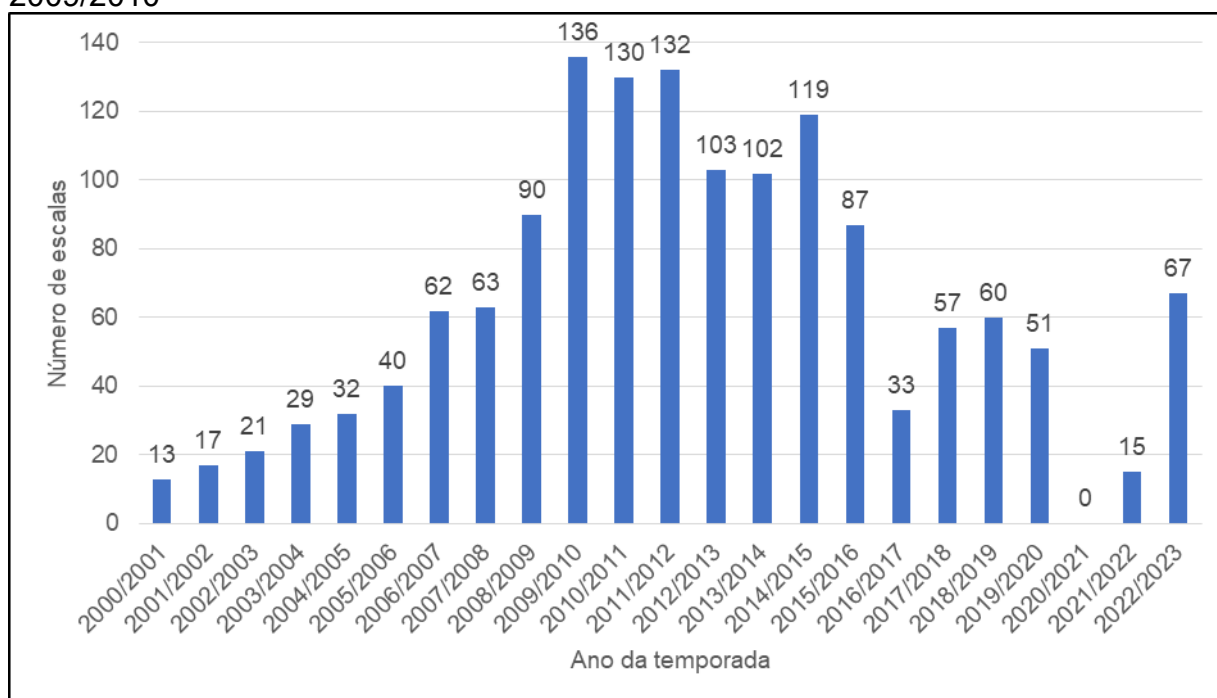
Percebe-se que a lei municipal que regulamenta o turismo de massa em Ilhabela, teve como objetivo normatizar o espaço geográfico da Ilha, pois 84% do território é um Parque. Acredita-se que não é somente o turismo de excursão que necessita ser regulamentado, mas o turismo em geral. No final do ano de 2019 Ilhabela apresentou congestionamento na SP-131, onde cruzaram pela balsa 10 mil veículos, resultando em praias com água imprópria, o que não é somente impactante para o meio ambiente, mas também para a população que recebeu 120 mil turistas no último *réveillon*, quando o número de habitantes foi quadruplicado pelos turistas. Esta lei para disciplinar o turismo de massa está em vigor e só realizam a travessia pela *ferry boat* com a autorização da secretaria do turismo, caso não a tenham, o DERSA (Desenvolvimento Rodoviário S/A) não permite o ingresso ao município.

Outro tipo de turismo praticado em Ilhabela é a escala de cruzeiros marítimos, onde os cruzeiristas passam determinadas horas na cidade, enquanto o navio estiver atracado no canal. Com a abertura de cabotagem brasileira, em 1998 e 2001, iniciou-se a temporada de navios de cruzeiros na costa brasileira, e Ilhabela se preparou para o recebimento regulamentando o uso exclusivo para o píer durante o embarque e o desembarque, já na temporada 2001/2002, também com a vinda do navio-veleiro da marinha do Brasil “cisne branco”.

Já na temporada 2002/2003, o decreto municipal nº 470, de 13 de novembro de 2002 dispõe sobre a permissão de prestadores de serviços na praça da bandeira e píer da vila durante as visitas de navios em Ilhabela. O *trade* turístico, juntamente com o poder público, começa a organizar essa nova atividade turística que atrai prestadores de serviços de outras localidades e tem como objetivo que cruzeiristas, no desembarque, consigam, de uma forma mais estruturada, comprar atividades turísticas. Dependendo do período do desembarque, principalmente janeiro e dezembro quando se tem a alta e altíssima temporada, na cidade, durante um período do dia, somam-se os cruzeiristas aos turistas, trazendo uma população flutuante ainda maior.

Conforme o gráfico 1, a temporada de 2008/2009 teve 90 escalas de cruzeiros marítimos e 291.700 passageiros desembarcaram na Ilha. Antes de iniciar essa temporada, a prefeitura regulamentou a atividade do turismo receptivo destinada aos cruzeiristas, com a lei municipal nº 668, de 24 de novembro de 2008 que dispõe sobre o receptivo de navios de cruzeiro no município da estância balneária de Ilhabela com o objetivo de regulamentar e ordenar a atividade. Dessa forma, a lei municipal nº 668 destaca os principais itens como: regulamentar os veículos e as embarcações que fariam as atividades de transporte de passageiros dos navios de cruzeiros, e oficializar as vagas de *stands* montados durante o receptivo dos navios de cruzeiros para comercialização de produtos turísticos. Essa regulamentação mostrou que havia uma oferta desordenada no turismo receptivo, com uma grande demanda de cruzeiristas atraindo forasteiros vindos prestar esse serviço, invadindo e causando uma disputa do espaço geográfico da atividade turística.

Gráfico 1: Evolução dos cruzeiros marítimos em Ilhabela no período de 2000/2001 a 2009/2010



Fonte: Prefeitura Municipal de Ilhabela (2009), Wettour (2022), Brasil Cruise (2022).

Já no ano de 2009, o decreto municipal nº 1.995, de 09 de outubro de 2009 dispõe sobre os procedimentos a serem adotados durante a temporada de receptivos de navios de cruzeiros e toma outras providências com relação a alguns impasses que não contemplavam as locadoras de veículos e os taxistas. O decreto discorre sobre um regulamento que elaborado em conjunto com os prestadores de serviços e a secretaria de municipal de turismo para estabelecer os passeios locais somente com a expedição de voucher, e proibir o assédio por meio de venda de produtos ou de serviços, sendo que qualquer dificuldade será levada ao COMTUR – Conselho Municipal de Turismo. Com isso, constatou-se que a quantidade de cruzeiristas desembarcando na Ilha causou uma invasão de prestadores de serviços ilegais e legais, da Ilha e de outras localidades, além da insistência e perseguição aos cruzeiristas para aquisição de determinado produto/serviço turístico deixando-os acuados.

A atividade turística de cruzeiros marítimos na Ilhabela teve o seu apogeu de escalas na temporada 2009/2010. Vários motivos, como atrativos turísticos e a peculiaridade de ser uma ilha, fizeram com que a cidade recebesse uma quantidade de número de escalas muito próxima das dos portos de Santos e do

Rio de Janeiro. Quando a atividade turística passa a ser predatória é o momento de rever, e pensar se é interessante continuar da mesma maneira.

A queda de paradas de navios no município, não foi uma política da cidade. Houve uma pressão das companhias marítimas para baixar o preço das operações no Brasil, sendo elas: a praticagem, a taxa de embarque e o abastecimento de combustível, de água e retirada de lixo; além da falta de infraestrutura nos portos brasileiros para receber navios de cruzeiros de passageiros. Segundo a Abremar, dirigida por Ricardo Amaral, em 2013, com a concorrência entre Brasil e outros países do hemisfério sul que têm taxas mais baixas, as armadoras de cruzeiros escolheram outros países como: Argentina e Austrália. Dessa forma, o decréscimo de escalas na Ilha reflete o que ocorre em toda a costa brasileira.

Além disso, o prestígio ou a imagem positiva da cidade junto aos turistas, também promove o crescimento do fluxo de navios de cruzeiros na temporada de verão, aumentando ainda mais a população flutuante na Ilha. O turismo de cruzeiros marítimos em Ilhabela faz com que se “estique” a temporada de verão, que se inicia em novembro e termina em abril.

Os turistas dos navios “desembarcam para o almoço ou um café (expresso) em alguns dos luxuosos locais que os oferecem [e não tem um contato maior com a comunidade local, principalmente na Vila (centro da cidade)” (DOMINGUES, 2000, p. 56). Quando se deslocam para as praias, esses turistas preferem as do Curral, Grande, do Sino, do Viana, da Siriúba e do Perequê. É realizado um *city tour*²² e na última praia visitada o turista desfruta do ambiente. Segundo os agentes receptivos, foram escolhidas estas praias por causa de suas infraestruturas.

Depois do ápice de escalas de navios de passageiros na temporada 2009/2010 – 136 escalas, essas passaram a diminuir no município de Ilhabela, mas a maior diminuição foi na temporada de 2016/2017, chegando ao um terço do número de escalas que a Ilha recebia. Nas temporadas de 2019/2020, 2020/2021, 2021/2022 foram temporadas com escalas canceladas por motivo da pandemia do Covid-19. Mesmo que o turismo de cruzeiros marítimos utilize menos os

²²*City tour*: Passeio pelos principais pontos turísticos de uma cidade. Geralmente o *city tour* está incluso nos pacotes turísticos.

equipamentos turísticos, os desembarques de passageiros e tripulação geram renda para a localidade e este segmento de cruzeiros também foi prejudicado pela pandemia.

Entre 2006 e 2007, é descoberta a localização de uma reserva de petróleo no pré-sal da bacia de Santos. Logo, Ilhabela começa a receber *royalties* do petróleo, tendo uma nova fonte de renda, além do turismo. Com isso, a receita orçamentária aumenta gerando possibilidades para investir em melhorias no município, além de receber pessoas interessadas nas novas oportunidades na indústria petrolífera. Por outro lado, há também uma maior probabilidade de vazamento de óleo atingindo o município por diferentes ocorrências. A tabela 1 mostra que, depois que iniciou a extração de petróleo, os *royalties* da cidade de Ilhabela cresceram exponencialmente, podendo beneficiar a população na saúde e na educação.

Tabela 1: Evolução da receita orçamentária de Ilhabela - SP

Ano	Receita orçamentária	Ranking no estado de São Paulo
2005	55.545,00	98º
2006	61.008,00	101º
2008	81.194.616,49	120º
2009	79.138.670,39	130º
2010	98.048.198,48	-
2011	130.061.196,89	-
2012	128.900.000,00	-
2013	174.255.499,74	106º
2014	278.848.191,03	76º
2015	440.112.551,64	57º
2016	427.439.456,90	65º
2017	635.442.140,33	45º
2018	-	-
2019	941.931.000,00	-
2020	1.090.000.000,00	-

Fonte: IBGE (2020), Instituto Ilhabela Sustentável (2020).

No mesmo período, em 2007, foi implantada a taxa de preservação ambiental (TPA), pela lei municipal nº 547, de 19 de dezembro de 2007, em que cada veículo teria um valor distinto a ser pago conforme seu tamanho. Já os recursos obtidos seriam destinados, prioritariamente, a projetos de educação ambiental, limpeza e conservação das áreas ambientalmente protegidas. Esta taxa de preservação ambiental existiu por 13 anos, até a pandemia do coronavírus, quando foi suspensa pelo decreto municipal nº 8.121, de 01 de junho de 2020.

Também em 2020, a lei foi revogada e não existe desde então a TPA. Essa taxa não inibiu os turistas que visitaram a Ilha neste período.

A duplicação da rodovia dos Tamoios começou em maio de 2012, na gestão estadual do governador Geraldo Alckmin, fazendo parte do programa de aceleração do crescimento – PAC do governo federal de 2007, havendo uma preocupação dos ambientalistas relacionada ao trecho da serra, no Parque Estadual da Serra do Mar, com as nascentes do rio Tietê e do rio Paraíba do Sul. Foram divididas em três etapas: trecho do planalto (11,5 ao km 35,8 e o segundo, do km 35,8 ao km 60,5), o trecho da serra (entre o km 60,45 e o km 82) e o trecho dos contornos norte e sul. A rodovia SP-99 faz parte do corredor de exportação, a duplicação consiste em melhorar o fluxo de caminhões que transportam mercadorias do porto de São Sebastião para o aeroporto de Campinas e vice-versa, e para outras localidades. A duplicação da rodovia dos Tamoios SP-99 tem como objetivo diminuir o tempo de deslocamento rodoviário com maior fluidez das cargas.

A duplicação da rodovia dos Tamoios impacta vários aspectos positivamente e negativamente: ambiental, social e econômico. O parecer favorável sobre a duplicação da rodovia SP-99, justifica-se pela crescente demanda do turismo, empreendimentos ligados ao petróleo, redução dos riscos de acidentes, e custo e tempo de viagem para o transporte de carga e de passageiros (CETESP, 2013). A duplicação da rodovia SP-99 traz reflexos tanto para a população quanto para o turista de Ilhabela, com melhoria no deslocamento e redução de possibilidade de acidentes, permitindo um maior fluxo de turistas.

A criação do Plano de Manejo do Parque Estadual de Ilhabela (PEIb) em 2015, teve como objetivo o diagnóstico, os zoneamentos, os programas de gestão, monitoramento e avaliação. O plano de manejo do Parque discorre sobre as atividades conflitantes existentes, como: aumento urbano rápido, ocupação dentro do Parque, caça, tráfico de animais, extração de produtos florestais, desmatamento, presença de animais domésticos, soltura de animais exóticos (SÃO PAULO, 2015). Além disso, é necessário dizer que somente em 2004 formaram um conselho consultivo – representantes da sociedade e órgãos públicos, 2006 a câmara técnica do ecoturismo e em 2011 a câmara técnica das comunidades tradicionais e estrada dos Castelhanos, percebendo que foram criados tardiamente, se comparado a data do decreto que estabelece o Parque.

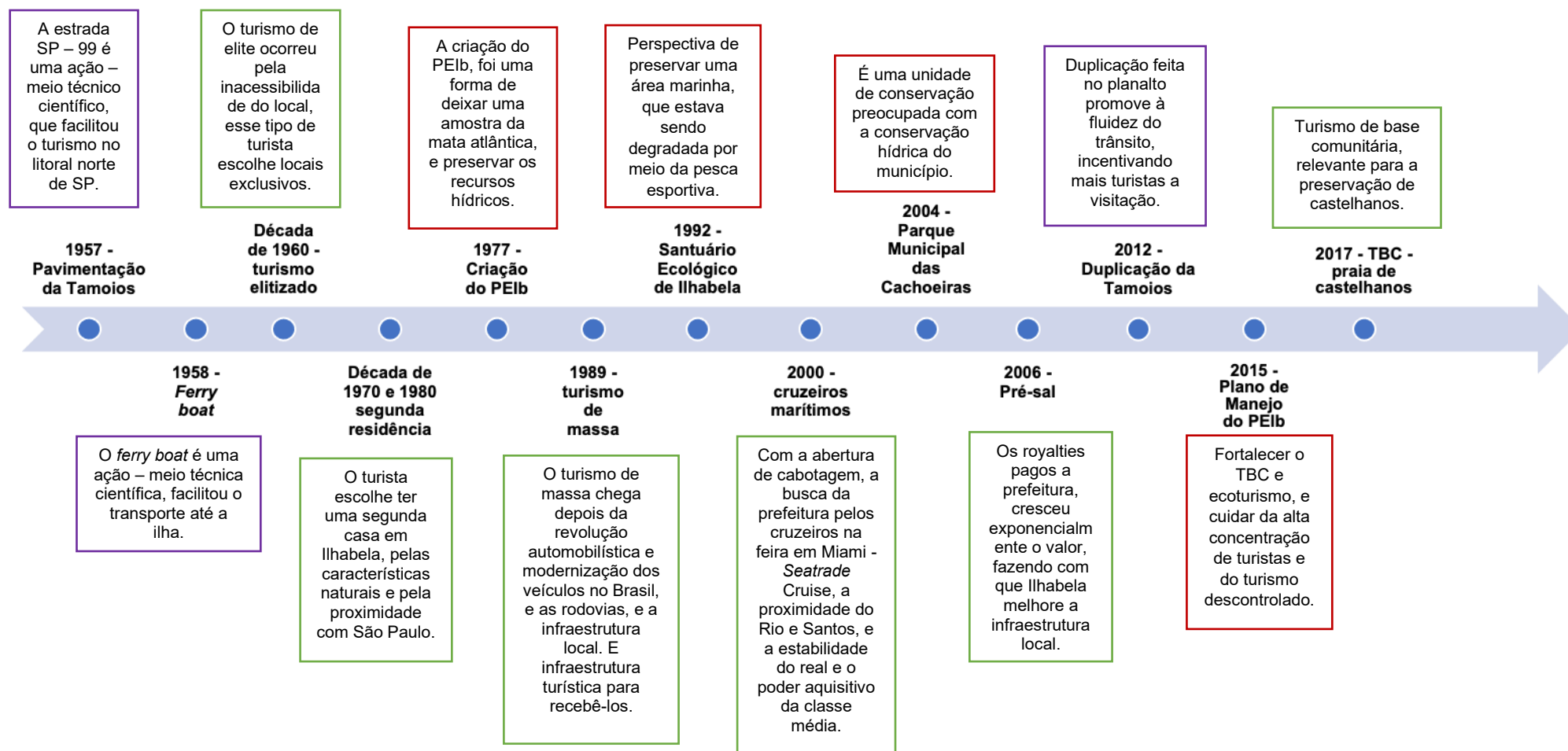
Com isso percebe-se que desde a criação do PEIb, as atividades desenvolvidas não estavam em consonância com os objetivos do decreto estadual nº 9.414/1977. Ainda, os programas de gestão do plano de manejo do PEIb e as medidas a serem adotadas, traduzem-se em diretrizes e linhas de ação. Estas representam a síntese das ações de manejo dentro de cada tema e, quando implementadas, deverão produzir resultados significativos que contribuirão para que o Parque alcance seus objetivos, tendo como preocupação o uso do turismo descontrolado e a concentração de turistas no PEIb. Por último, no uso público do Parque, fortalecer o turismo de base comunitária e o ecoturismo, por serem dois segmentos turísticos com menor impacto no território.

Em 2017, o núcleo de turismo comunitário, juntamente com Ilhabela *Convention & Visitors Bureau*, Castelhanos vive e a Associação amor castelhanos, criaram um segmento do turismo de base comunitária dos castelhanos, que pode ter menos impacto negativo com esta atividade. Essa comunidade oferece aos turistas hospedagem, alimentação e experiências com os anciões, passeios de barco e pesca de cerco. Com a intenção de ter o desenvolvimento de base local, busca-se fortalecer o modo de vida da comunidade caiçara.

Com relação a praia do Bonete – outra comunidade caiçara localizada no lado leste da Ilha tenta se organizar para a realização do turismo de base comunitária, desde a década de 2010. Talvez, o que falta para sua concretização, na base comunitária em Bonete, seja uma organização junto com a comunidade local.

A figura 10, que trata sobre a linha de tempo relacionada exclusivamente a atividade turística, desde a década de 1950, quando deu início uma incipiente visita de turistas ao município de Ilhabela, mostra que cada evento local de acesso, de normas representa as ações no espaço turístico local, e hoje os segmentos de turismo elitizado, turismo de massa, turismo de cruzeiros e turismo de base comunitária.

Figura 10: Linha do tempo da atividade turística em Ilhabela.



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Com relação ao número de habitantes, no quadro 6, relata França (1952) que no ano de 1854 Ilhabela chegou a ter 10.759 habitantes – período cafeeiro, e em 1950 o número da população era de 4800 habitantes, este decréscimo é pela abolição dos escravos e fim do cultivo de café. Segundo dados de Presotto (2004), o crescimento populacional da ilha pode ser visto como moderado nas décadas de 1970 e 1980, 5.707 e 7.800 habitantes respectivamente. Já no início da década, em 1991, a população passa a 13.538 habitantes e com diminuição pequena para 13.100 em 1996. Mas verifica-se novo crescimento, passando para 20.836 em 2000 e para 23.902 em 2007, segundo dados censitários do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (2009). A previsão para o censo de 2020 era de 35.591, o último censo registrou 28.196 pessoas.

Quadro 6: Crescimento populacional do município de Ilhabela

Ano	1854	1950	1970	1980	1991	1996	2000	2007	2009	2020
Hab.	10.759	4.800	5.707	7.800	13.538	3.100	20.836	23.902	28.196	35.591

Fonte: IBGE (2020).

No período da pandemia – Covid-19, a população de Ilhabela ficou 4 meses sem poder usar o *ferry boat* – de março a junho de 2020, isso causou danos principalmente aos moradores, que ficaram sem ter opção de sair da Ilha e tinham algumas regras para aqueles que saíssem, e menos danos aos turistas por não poderem frequentar a Ilha. Já com relação a economia baseada na atividade turística, houve prejuízos econômicos que afetaram não somente Ilhabela, mas o mundo todo. Em julho de 2020, a Ilha voltou a receber os turistas, mas com algumas restrições como utilização de máscara e grupo de 6 pessoas. No período de julho a outubro de 2020, a capacidade dos meios de hospedagens foi aumentando aos poucos, sendo permitido de 50% a 100% de ocupação.

Já em março de 2021, a solicitação de teste de Covid-19 negativo e a segunda dose da vacina de Covid-19 passaram a ser exigidos, além da permissão para uma capacidade de 50% dos meios de hospedagens, isso demonstra as idas e vindas relativas aos aumentos de casos de Covid-19 durante a pandemia. Acredita-se que a pandemia do Covid-19 em Ilhabela, por se tratar de um território insular, foi mais cuidadosa, trazendo prejuízos para a atividade turística, na qual funcionários

foram demitidos no período em que os empreendimentos turísticos ficaram fechados.

Em contrapartida, o período pandêmico exigiu uma melhora na tecnologia da informação, devido à necessidade de trabalho remoto. Foram duas empresas de telecomunicações que investiram nas instalações de fibra óptica almejando atender o consumidor da Ilha, e com isso atraíram o deslocamento de pessoas que estavam trabalhando em *home office* e os filhos estudando de forma remota, desse modo, os meios de hospedagem passaram a alugar por mês.

Logo, percebe-se que, desde 1950, a paisagem de agricultura passa a ser uma paisagem turística, a atividade turística vem diversificando e abrangendo uma maior parcela de turistas. Hoje a Ilha tem: turismo elitizado, turismo de massa, turismo de base comunitária e turismo de cruzeiros. Por ser uma Ilha com uma densa vegetação, atrativos de terra e mar, instiga o imaginário e atrai pessoas interessadas neste tipo de lazer, de praia e sol. Por outro lado, impulsiona os forasteiros em busca de empregos e oportunidades, às vezes, a ganância econômica, principalmente dos proprietários dos recursos, prejudica o meio ambiente. Ainda, desencadeando, por conseguinte, uma disputa territorial entre a atividade turística e o meio ambiente. Somado ao aumento populacional da ilha tem-se o crescimento desordenado do espaço urbano por meio dos condomínios e da periferia, principalmente na zona de amortecimento do PEIb, transformando o espaço geográfico. Essa transformação ocasiona a diminuição do espaço verde, um adentramento ao Parque que dá lugar ao espaço construído por moradias e para o turismo.

4. DINÂMICA TERRITORIAL DO TURISMO EM ILHABELA

4.1. TERRITÓRIO: UMA APROXIMAÇÃO CONCEITUAL

O dicionário Michael (2019, n.p.), conceitua território como uma “porção da superfície terrestre pertencente a um país, estado, município, distrito etc.”, já o termo jurídico de território, diz: a “área da superfície de terra que contém habitantes, dentro de cujas fronteiras o Estado exerce a sua soberania, e que compreende todo o solo, inclusive rios, lagos, mares interiores, águas adjacentes, golfos, baías e portos”.

Dessa forma, conforme esses conceitos, o território é um espaço delimitado pelas fronteiras e regido pelas normas criadas para estabelecer o poder. Acrescenta-se um dado importante, o território é um espaço habitado e dominado com presença das relações, caso contrário não existe a soberania e sim um espaço - e um espaço vazio. Por exemplo, o espaço de Ilhabela, enquanto habitado por povos indígenas, era um território regido pelas normas e valores da nação indígena.

O Estado se caracteriza por 3 elementos essenciais: o território, o povo e o governo; já a nação é caracterizada pela coexistência do território e do povo mesmo inexistindo o governo e conseqüentemente o Estado (ANDRADE, 1996).

Nas palavras de Andrade (2004), no conceito de território relacionado com o povo, soma-se o espaço e o poder, ou seja, para o território existir é inerente à presença do poder. Este poder pode ser exercido pelo setor público, estatal e grandes empresas – o poder das grandes empresas foi e continua sendo demonstrado no processo de globalização, que faz minimizar as fronteiras políticas e autoridades do Estado.

O território é concebido como uma porção do espaço geográfico, ou seja, espaço concreto e acessível às atividades humanas. Como tal, o espaço geográfico é contínuo, porém repartido, limitado, ainda que em expansão, diversificado e organizado. O território é fruto dessa repartição e dessa organização. “Tal como todas as unidades do espaço geográfico, ele deve ser, em teoria, limitado, embora seu formato possa ser modificado por expansão, encolhimento ou subdivisão”

(GOTTMANN, 2012, p. 525). Em um mapa representando um território onde preexiste o espaço o território é diferente e posterior ao espaço geográfico. Isso porque o território seria as formas de usos, de ocupação e modos de vida de um determinado espaço, o que Santos (2006) denomina de território usado.

O conceito de território decorre da relação socioespacial e do ponto de vista metodológico, seja em termos subjetivos, locais, regionais, nacionais e globais, desde que se considere as lógicas de comando dos fluxos que o definem, entrecruzando normas globais com as normas locais (SANTOS, 2006). Ainda assim, o território é estabelecido em um espaço definido e delimitado.

Principalmente depois da intensificação da globalização, e cada vez mais infiltradas no território mundial, as empresas turísticas, por exemplo, têm que respeitar as normas locais para a implantação e desenvolvimento do seu empreendimento, tem como exemplos: as agências de viagens *on-line*, as redes internacionais de meios de hospedagens, as empresas de cruzeiros marítimos, etc. Uma empresa como a MSC Cruzeiros – empresa Suíça, que atua no Brasil – durante a estação de verão tem que seguir a legislação brasileira quando estão ancorados ou navegando próximo da costa do Brasil.

A estrutura do território é subordinada às normas, sendo o território como norma aquele em que o lugar estabelece o sistema de normas, ou seja, a norma é produzida pela configuração territorial e o território normado é aquele regulado por ações do Estado (SANTOS, 2006). No município de Ilhabela, por exemplo, as normas ambientais e de expansão urbana são essenciais para regulamentar o território, caso contrário, não existiria mais o remanescente da mata Atlântica no PEIb.

Como se pode observar na figura 11, a imagem A mostra a mata do parque de Ilhabela, um patrimônio natural do território em boas condições de preservação. A mata atlântica no Parque possui mata primária e secundária, depois da criação do PEIb pela norma, houve a regeneração de áreas desmatadas no passado, principalmente pelo cultivo da cana-de-açúcar e do café. Porém, em 2022, área possivelmente regenerada depois da criação do Parque, denominada de zona de amortecimento, localizada no bairro Reino – região central (imagem B) está recebendo impactos negativos da ocupação humana ao seu redor, promovida por construções de residências e estabelecimentos.

Figura 11: Mata Atlântica no Parque



Fonte: Autora, 2022.

Conforme Antas Junior (2005, p. 60), no território normado, o elemento repressivo sobrepõe-se aos demais, enquanto no território como norma prevalece o elemento comunicacional. O território com normas pode ser alterado a qualquer momento, geralmente, de acordo com os interesses de grupos dominantes. A legislação de Ilhabela demonstra alteração referente aos números de veículos permitidos para entrar na Ilha, veículos estes usados para transportar grupos de turistas, alterações realizadas na primeira década do século XXI, permitindo uma quantidade maior de veículos. O território deve impor como uma norma e as normas deveriam respeitar as configurações territoriais.

Para Silveira (2011, p. 05), “o território usado é assim uma arena onde fatores de todas as ordens, independentemente da sua força, apesar de sua força desigual, contribuem à geração de situações”. Essas forças acontecem geralmente de força desigual, proporcionando benefícios a uma parte da população. Na criação do Parque Estadual de Ilhabela por meio do decreto nº 9.414 de 1977, partes dos morros já estavam sendo desmatadas para utilização das plantações de cana-de-açúcar e depois do café e o retorno da cana-de-açúcar. Não houve uma discussão com relação aos moradores de Ilhabela, apenas a preocupação em preservar para recreação, educação e uso científico.

A área onde foi criado o Parque, já foi anteriormente ocupada com agricultura, territórios que foram construídos e desconstruídos. Atualmente, segue essa dinâmica, locais que deveriam ser preservados são lugares de ocupação

irregular de população de baixa renda e de alta renda – claro que com objetivos diferentes de fazer uso desta ocupação e em diferentes áreas da zona de amortecimento. Um caso da ocupação irregular é no Morro da Irene, no bairro Reino, na região central, mostrando o déficit de moradias para a população e o impacto ambiental das moradias que escoam o esgoto a céu aberto. A ocupação irregular em Ilhabela inicia no Morro dos Mineiros, no bairro de Itaquaduba, na região central. Souza (2008, p. 81) afirma que:

Territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica (SOUZA, 2008, p. 81).

Para Garson (2009, p. 74), “governos locais e a forma como se relacionam entre si e com os demais entes da federação são elementos importantes na construção de estruturas de governança”. O litoral norte que inclui os municípios de Ilhabela, São Sebastião, Ubatuba e Caraguatatuba, por terem as mesmas características físicas e socioeconômicas, possuem sindicatos como: Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Ubatuba, com base territorial semelhante. Eles estão filiados ao sindicato estadual (FHORESP - Federação de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Estado de São Paulo), e têm que fazer uso das normas federais trabalhistas. Os governos locais desenvolvem as suas normas dentro da federação.

As normas jurídicas mantêm intensa relação com a produção e a configuração do território. Essa relação é determinante nos modos de uso e organização do território por todos os agentes sociais que dele fazem parte, também pela emergência de uma nova forma de direito que está interferindo na vida de todos, conscientes ou não, participantes ou aliados do funcionamento oficial (ANTAS JUNIOR, 2005, p. 136).

Tanto o território normado quanto o território como norma, fazem parte da Ilha, as normas estão relacionadas à atividade turística, a zona costeira, e ao espaço científico informacional intensificado pela globalização e variadas densidades técnicas (produto deste espaço geográfico).

O território é basicamente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. Possibilita perceber o que é concebido e quem concebe nesse espaço em análise, e por último, as conexões afetivas entre o grupo social e o

espaço em que vivem (LOPES, 2006). A territorialidade acontece pela formação de um território juntamente com as pessoas que o habitam, e tem consciência da relação entre eles. Nas palavras de Andrade (1995), a territorialidade pode ser conceituada como um processo íntimo da conscientização e sentimento de pertencimento a determinado território pela população, de integrar e criar confraternização entre elas. As imagens da figura 12 representam aspectos da territorialidade no município de Ilhabela.

Figura 12: Mirante do Morro da Cruz.



Fonte: MOTTA, 2016; Google Earth, 2022.

Como se percebe nas imagens da figura 12, imagem A foi um projeto de implantação de um mirante no Morro da Cruz no ano de 2016, obra projetada pelo arquiteto Ruy Ohtake, por R\$ 395 mil reais e a construção estava orçada em R\$ 2,5 milhões de reais. Com altura de 25 metros, que transformaria a paisagem de Ilhabela com uma estrutura moderna, destoando dos morros de Mata Atlântica ao redor do Mirante, a aparência do projeto é algo extravagante para a Ilha, sem ter nenhuma harmonia com o lugar (MOTTA, 2016). O projeto desenvolvido pelo arquiteto caberia, a nosso ver, em uma cidade metrópole por ser um projeto com características futuristas e/ou modernistas. A modernidade pode estar presente em Ilhabela, mas de outra forma, como por exemplo, em uma banda larga pública de qualidade e um local com equipamentos tecnológicos para a população.

A população do município de Ilhabela demonstra e exerce sua territorialidade a partir do momento que faz um abaixo assinado com 2.600 assinaturas, posterior uma audiência pública, vetando este projeto e demonstrando a existência de uma relação com o seu território. E ainda, fazendo valer a legislação

que prevê construções de no máximo 8 metros de altura. Na visão da autora é descabível uma estrutura desse porte em qualquer lugar do território da Ilha. A gestão municipal não pode seguir esse exemplo equivocados em relação à legislação gestão do território, em contrapartida, apoia a população que demonstrou às normas que querem para Ilhabela, aquelas que valorizam sua territorialidade. Isso evidencia a resistência territorial, em que a população sabe o que deve e pode ter no território, indicando algo tradicional com o lugar. Portanto, a resistência territorial acontece pelo fato de ter uma organização social, que defende a resistência do território.

Já a imagem B da figura 12 apresenta um abandono do Mirante do Morro da Cruz – localizado próximo da praia do Perequê – região central da Ilha, com presença de capim colônio, sem a devida manutenção. Será que é proposital esse abandono em plena temporada de 2022? Será que existe um interesse em terceirizar para alguma gestão privada esse Mirante?

Segundo Haesbaert (2004, p. 20), “não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade sem inseri-los num determinado contexto geográfico, territorial”. Acredita-se que a população de Ilhabela, tem esta noção do contexto geográfico, de todas as características e peculiaridades que tornam a ilha um lugar incomum e, muitas vezes, lutam pelo seu território. O que pode ser realizado nesse Mirante, como atrativo turístico, é colocar binóculos, fazer um paisagismo condizente com o lugar e uma acessibilidade à população e ao turista.

O território turístico de Ilhabela demonstra as relações de poder, uso do poder público e privado e a sociedade. De acordo com Saquet (2010), o território produz variadas territorialidades demonstradas na vida cotidiana das pessoas. Haesbaert (2004, p. 168) acrescenta que, o poder é a base principal do conceito de território, compreendendo como “um espaço sobre o qual se exerce um domínio político, e como tal, um controle do acesso”.

Complementa Coriolano (2006, p. 370), “o turismo materializa-se na lógica da diferenciação histórica e geográfica dos lugares e das regiões”, no município de Ilhabela percebe-se este processo de espacialização, principalmente com a intensificação do turismo de massa no final da década de 1990, promovendo novas formas geográficas e territorialidades, assim, novos territórios turísticos, como na região sul da Ilha, o qual recebe uma camada relacionada com a atividade turística.

Para entender melhor, as novas formas geográficas no contexto do território, de acordo com Haesbaert (2014) apresentam-se três principais dimensões, são elas:

- 1) Político-jurídica²³ está relacionada com o espaço e poder, constituído no espaço delimitado, com as fronteiras definidas e, sobretudo apresentada pelo estado-nação;
- 2) Cultural – estabelece conexão entre o território e a subjetividade da apropriação do espaço;
- 3) Econômico – o território como recurso, juntamente com as lutas de classe, demonstrando a dependência entre capital e trabalho.

Estas dimensões estão geralmente presentes nos territórios. No caso do município de Ilhabela, consegue-se perceber essas dimensões, sendo elas indissociáveis do território, que devem ser tratadas de forma integrada (HAESBAERT, 2014).

Define Haesbaert (1995), que o território pode ser destacado a desterritorialidade, que seria a ruptura do território tanto simbólico (relação material e imaterial) quanto concreto (econômico e político). O uso e processo de domínio do território, quando acontece a desterritorialidade, impõe uma nova forma de gestão no território, alterando o território.

No município de Ilhabela, a desterritorialização já ocorreu, mais de uma vez, quando o território brasileiro foi organizado e ocupado pela coroa portuguesa nas capitânicas hereditárias, a posse de Ilhabela ocorreu excluindo e tentando escravizar a nação indígena, e num segundo momento, foi na criação do PEIb, quando muitos moradores que utilizavam dos recursos da mata foram excluídos daquela área e não puderam mais utilizá-la como antes.

Essas desterritorializações promoveram modificações no território que fizeram surgir novas formas de uso e de processo no mesmo, e os caiçaras se mobilizaram para duas praias (Castelhanos e Bonete), protegidos pelos PEIb – o Parque funciona como uma barreira de proteção, e essas duas praias tem como característica ser praias de tombos – que também promove uma determinada

²³ Esta dimensão definida por Rogério Haesbaert é denominada por Milton Santos como território normado.

proteção, ou até um impedimento para desembarcar em terra. Essa mobilidade realizada pelos caixas promove movimentos para territorialização de outras áreas gerando uma multiterritorialidade. A desterritorialidade gera na forma nova de territorialidade, a multiterritorialidade “um processo concomitante de destruição e construção de territórios mesclando diferentes modalidades territoriais (como os ‘territórios-zona’ e os ‘territórios-rede’), em múltiplas escalas e novas formas de articulação territorial” (HAESBAERT, 2004, p. 32).

O território-zona pode se manifestar e ser analisado como horizontalidades, “serão os domínios da contiguidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial” (SANTOS, 1998, p. 16), como os restaurantes da praia do Curral em Ilhabela, um espaço costeiro com características de comercialização de alimentos e bebidas, e aluguéis de equipamentos para atividades na praia.

Já o território-rede, pode ser relacionado a eventos de verticalidades que são formas sobrepostas e descontínuas, por ter uma alta densidade informacional, e existem por causa da fase do capitalismo informacional ser a partir do desenvolvimento da tecnologia e do avanço da globalização. O meio técnico-científico-informacional colabora para o aumento das relações comerciais internacionais, ou seja, em redes, promovendo novas formas de negócios e de lucros (SANTOS, 2006).

Como exemplo do turismo da Ilha, é o caso das redes hoteleiras internacionais, dos cruzeiros marítimos e das agências de viagens *on-line*. A multiterritorialidade é um fenômeno do processo da globalização intensificado com a disseminação do meio técnico-científico-informacional, a partir da década de 1970.

A multiterritorialidade é uma sobreposição do território-zona (horizontalidade) que continua no território globalizado, juntamente com o território-rede (verticalidade), enfim, coexistem e sobrepõem um ao outro, formando diversas camadas. Já com relação ao poder, existe em diferentes níveis, em aspectos material e imaterial, “dominação ou de apropriação da sociedade-espaco, que ao longo de um contínuo vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica” (HAESBAERT, 2004, p. 95-96). Desse modo, as características culturais, políticas e econômicas vão dos aspectos mais materiais aos abstratos e imateriais, além da possibilidade de

acesso e conexões tanto físicas quanto virtuais.

A palavra território, com o passar dos tempos, recebeu novas definições, a partir do processo de desterritorialização e, assim, explica fenômenos condizentes com a globalização do meio técnico-científico-informacional, “uma dialética do mundo concreto, evoluímos da noção, tornada antiga, de estado territorial para a noção pós-moderna de transnacionalização do território” (SANTOS, 1998, p. 15). Dessa forma, será exposto no próximo tópico como se deram as evoluções técnicas, científicas e informacionais que condicionam a transnacionalização do território atualmente.

4.2. ESPAÇO GEOGRÁFICO E MEIO TÉCNICO CIENTÍFICO INFORMACIONAL

Quando se refere ao espaço, são várias suas concepções e conceituações construídas historicamente. Uma delas, é a definição feita pelo dicionário Michaelis (2018) que tem como uma das definições de espaço a extensão tridimensional ilimitada ou infinitamente grande, que contém todos os seres e coisas, sendo o campo de todos os eventos. O espaço seria essa convivência/relação do homem e da natureza – lembrando que o homem é parte da natureza, e tudo que acontece nele, tanto às ações naturais (queda de uma árvore atingida por um raio) quanto as artificiais, produzidas pelo próprio homem (agricultura familiar). Dessa forma, o espaço geográfico pode ser compreendido como uma extensão tridimensional transformada pela ação antrópica.

Para Souza (2016), o espaço geográfico não corresponde apenas à superfície terrestre, mas sim aos acontecimentos existentes nela. Com isso, as ações ocorridas no espaço geográfico foram deixando camadas de acontecimentos durante os períodos, e intensificando as ações nesses últimos séculos da humanidade.

Conforme Santos (2006, p. 12), o espaço geográfico é o “conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações [...]”. Essa inseparável conexão de sistemas, é o que conecta o mundo das ideias ao mundo concreto, que, “[...] os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre os pré-existentes”. E ações que tornam o espaço concreto, condicionam, possibilitam e

produzem novos espaços, pois “[...] podem nascer predestinados a certo tipo de ações, a cuja plena eficácia se torna indispensáveis” (SANTOS, 2006, p. 12).

Para Santos (2017), em uma nova geografia, o espaço é a matéria trabalhada por excelência; uma forma durável, que não se desfaz paralelamente à mudança de processos. Ou seja, há espaços que se cristalizam no tempo, “quando a sociedade age sobre o espaço, ela não o faz sobre objetos como realidade física, mas como realidade social, formas-conteúdo [...]” (SANTOS, 2006, p. 71). Espaço é um conjunto de formas animado entre a relação do homem com a natureza que, em alguns casos, podem continuar com a mesma forma ao longo de sucessivas temporalidades, mas com diferentes conteúdo.

As possibilidades promovidas por expressões do espaço geográfico do passado podem facilmente ser percebidas em Ilhabela, sobretudo, na forma-conteúdo dos meios de hospedagem da atualidade. Por exemplo, casarões que eram antigas fazendas do século XIX, são atualmente, utilizados como hotéis de luxo, ou seja, meios construídos que serviram a tempos passados e que atualmente, servem ao turismo na Ilha, trata-se então, de uma produção do espaço turístico por meio de espaço geográfico preexistente. No entanto, têm-se também, novos espaços, com novas formas e, também novas funções, atendendo agora um mundo globalizado e cada vez mais informacional.

Para compreender melhor o conceito de meio técnico-científico-informacional, entende-se como indispensável à noção de técnica. Santos (2006, p. 29) descreve-a como:

[...] principal forma de relação entre o homem e a natureza ou melhor entre o homem e o meio, é dada pela técnica. As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço. Essa forma de ver a técnica não é, todavia, ecompletamente explorada (SANTOS, 2006, p. 29).

Para Sorre (1948, p. 5) a noção de técnica “estende-se a tudo que pertence à indústria e à arte, em todos os domínios da atividade humana”, assim, a técnica perpassa a história e evolui, aprimorando-se e reinventando-se. Continua

o entendimento da relação entre mudança técnica e mudança geográfica era fundamental, sugerindo, então, que os estudos geográficos levassem em conta, simultaneamente, as técnicas da vida social, as técnicas da energia, as técnicas da conquista do espaço e da vida de relações e as técnicas da produção e das transformações das matérias-primas (SORRE, 1948, p. 6-7).

Dessa forma, técnica é fundamental para a transformação do espaço geográfico, por meio dela juntamente com a ação é que acontece a transformação do espaço. É através da técnica, interferindo na agricultura, no transporte, na comunicação, na informação, e no turismo que se apresenta o cenário atual do espaço geográfico. Essas diferentes técnicas operam o espaço, assim todas as manifestações técnicas estão ligadas às ações.

O meio geográfico é resultado da fusão de um meio que já existe, como o início no meio natural, passa pelo meio técnico, e atualmente encontra-se no meio técnico-científico-informacional, sendo que a fusão apresenta o novo espaço, que é misto e híbrido. As técnicas podem ser de períodos diferentes, e pertencer a um mesmo território, como camadas distintas em proporções diferentes. As distintas técnicas se difundem gerando um espaço híbrido, e tendo como resultado a maneira como as pessoas vivem no território. A rugosidade é a desigualdade das técnicas no espaço, sendo uma parte atrasada e outra prosperada em relação às heranças sócio geográficas (SANTOS, 2006).

Pode-se usar como exemplo, a rugosidade no espaço na cidade de Ilhabela, evidenciada pela desigualdade de técnicas em casas coloniais utilizadas como residências, no passado, e hoje são usadas como lojas para comercializar *souvenir* aos turistas – paisagem evidente no centro histórico da Vila, anteriormente a chegada do *ferry boat*, os passageiros embarcavam e desembarcavam no píer da Vila, por isso há um retrato denso desse patrimônio histórico-cultural. Isso faz com que hoje se tenha técnicas informacionais. A implantação de novas técnicas, geralmente gera resistência, pois produz um processo de supressão, acumulação e sobreposição – tornando o espaço com diversas camadas de técnicas.

A técnica é um elemento importante de explicação da sociedade e dos lugares, mas, sozinha, a técnica não explica nada. Apenas o valor relativo é valor. E o valor relativo só é identificado no interior de um sistema da realidade, e de um sistema de referências elaboradas para entendê-la, isto é, para arrancar os fatos isolados da sua solidão e seu mutismo (SANTOS, 2006, p. 22).

Nesse sentido, entende-se que a técnica via trabalho transfere valor para o espaço e esse valor é um valor relativo. Por exemplo, a cidade de Dubai demonstra alta densidade técnica informacional com alto valor relativo. Só foi

possível a construção de Dubai no deserto por meio da aplicação das mais novas técnicas científicas-informacionais. E seu espaço continua a se reconstruir baseado em alta densidade técnica-informacional, pois, uma cidade que promove chuva artificial utilizando drones para emitir choques elétricos nas nuvens e assim promover precipitação, comprova claramente esta densidade. Sem dúvida, o atrativo de maior valor para Dubai é a tecnologia informacional intrínseca no seu território.

Por outro lado, o paraíso turístico de Fernando de Noronha, apresenta características de uso de densidades técnicas-informacionais de forma diferente. Seu atrativo turístico é marcado pelos elementos naturais no território, entretanto, se utiliza de uma vasta densidade técnica-informacional para oferecer seus serviços, passando pelo modo de chegada ao arquipélago, pelos passeios ao mar e pelos tipos de transportes. As técnicas permeiam o território e trabalham em função de Fernando de Noronha, promovendo seu alto valor relativo, mesmo o interior da Ilha tendo baixa densidade de técnica e mais elementos naturais. Outro olhar sobre a técnica interferir no território do arquipélago é o *marketing* digital que tem alta densidade técnica informacional, realizado, na maioria das vezes, nas redes sociais, despertando a vontade de praticar atividade turística no local, assim, Fernando de Noronha está inserido no mundo informacional dentro da dinâmica atual de globalização.

A técnica por si só não modifica o espaço, para tanto, esta necessita fazer parte do fenômeno dela. Exemplificando, o fenômeno da técnica seria um cruzeiro marítimo navegando pela costa brasileira, já as técnicas em si constroem o navio. O recurso da técnica permite identificar e classificar os elementos de seu fenômeno no espaço. Santos (2006, p. 29) explica que:

Toda situação é uma construção real que admite uma construção lógica, cujo entendimento passa pela história da sua produção. O recurso à técnica deve permitir identificar e classificar os elementos que constroem tais situações. Esses elementos são dados históricos e toda técnica inclui história. Na realidade, toda técnica é história embutida. Através dos objetos, a técnica é história no momento da sua criação e no de sua instalação e revela o encontro, em cada lugar, das condições históricas (econômicas, socioculturais, políticas, geográficas), que permitiram a chegada desses objetos e presidiram à sua operação. A técnica é tempo congelado e revela uma história (SANTOS, 2006, p. 29).

O espaço conta a história através das técnicas incutidas nele. O turismo de sol e praia vai atrair mais turistas, caso tenha uma menor densidade

técnica, geralmente este turista almeja viajar para um lugar com paisagens naturais, como no caso de Ilhabela. A densidade técnica não está em Ilhabela necessariamente, mas existe uma densidade técnica informacional trabalhando em função do seu território. Percebe-se na história do município, o uso de menor densidade de técnicas, por ter tido, antes da atividade turística, apenas agricultura até o período de 1950.

A idade de um lugar pode ser relatada por meio das técnicas, como: produção, transporte, comunicação, dinheiro, controle, política, sociabilidade e subjetividade, enfim, as técnicas são um fenômeno histórico. Assim, é possível identificar a origem do lugar e, de forma diferente, utilizando as técnicas. Pode-se aplicar em escala de lugar ou de território; nacionalmente ou um conjunto de lugares (SANTOS, 2002).

Dessa forma, Ilhabela apresenta em seu território diferentes densidades técnicas. A região oeste (canal de São Sebastião) com maior densidade de técnicas, por estar localizada próxima a balsa tem maior infraestrutura, com isso uma maior circulação de pedestres e veículos, onde turista pode se locomover para as praias próximas, contando com a paisagem do terminal São Sebastião – Petrobrás, onde os navios petroleiros nacionais e internacionais atracam e transferem o petróleo através de oleoduto abastecendo as refinarias do interior de São Paulo.

Já a região leste da Ilha (oceano Atlântico – mar aberto) apresenta menor densidade técnica de infraestrutura. Para chegar até o local, necessita passar pela estrada de chão batido localizada no parque, utilizando veículos 4x4. Percebe-se que a estrada, por não ser pavimentada, preserva o local, pois são poucos os veículos que circulam. Por outro lado, força o turista a utilizar o serviço de veículo 4x4 para chegar até a praia de Castelhanos – região leste da Ilha ou ter um veículo 4x4 e autorização da administração do Parque para a entrada. Outra característica, relacionada à menor densidade técnica é a energia elétrica ser operada por gerador de energia e não por uma companhia de energia, como ocorre na maior parte do Brasil. Esse retrato da Ilha, mostra que nesse território existem lugares com distintas densidades técnicas de infraestrutura, que revela dados históricos, fenômeno histórico.

A técnica tem como característica ser aplicável em todas as coisas, a expansão do sistema capitalista acelera a universalidade da técnica e se faz voraz

com a globalização. Além disso, a implantação de novas técnicas geralmente tem mais resistência para implantação e acontece de forma irregular no território. De forma geral, Santos (2013) divide as técnicas em períodos, de acordo com as mudanças na relação homem com a natureza, a partir da produção de uso das técnicas em períodos denominados: meio natural, meio técnico e meio técnico-científico-informacional. Assim, os espaços geográficos são espaços de acumulação desigual de tempos e técnicas utilizadas no passado.

A história da construção do espaço, contada pelas técnicas, é visível e identifica a periodicidade e a revela. Neste conglomerado histórico, percebe-se o fator econômico, geográfico, político e sociocultural, pois a técnica utilizada aponta as condições históricas. Um exemplo da condição histórica congelada das técnicas em Ilhabela é a Fazenda São Mathias (figura 13) – na praia da Feiticeira, região Sul da Ilha, quando, no período colonial, fez uso do seu território para o cultivo da cana-de-açúcar e do café, e hoje, nas estruturas da sede da fazenda, serve para desenvolver as atividades turísticas – hospedagens, eventos e alimentação. Esse uso da sede é justamente relacionado ao prédio ter características coloniais, que favorecem a busca por este tipo de patrimônio histórico-cultural. As imagens mostram a frente da sede de frente para o mar – praia da Feiticeira, sua lateral, onde passa um pequeno curso d'água, onde percebe-se um certo abandono tanto dos moradores quanto do poder público, e a última imagem apresenta o portão de entrada, presente nos fundos, localizado na rodovia SP-131.

A Fazenda São Mathias mostra as técnicas utilizadas na construção da fazenda, que contam a história do lugar e apresenta hoje uso como meio de hospedagem com técnicas informacionais, sendo a *internet* o meio para se fazer as reservas, a divulgação e o *marketing*. A seguir, a figura 13 com imagens da fazenda.

Figura 13: Fazenda São Mathias



Fonte: Autora (2022).

Outras formas de uso feito pelo turismo na Fazenda São Mathias são nas bordas das suas terras, principalmente as em contato com o mar. Onde as terras foram loteadas e abrigam um condomínio fechado com residências de alto padrão, expressando nessa área uma forma diferente. Um turismo de segunda residência e/ou residência da população do município, sendo um dos vários condomínios fechados da Ilha. Apresentando assim, camadas e sobreposições de técnicas, dadas pelas ações de diferentes períodos.

As técnicas são datadas e incluem tempo, qualitativamente e quantitativamente. É uma medida do tempo: o tempo do processo direto de trabalho, o tempo da circulação, o tempo da divisão territorial do trabalho e o tempo da cooperação. Nesse caso, a divisão do trabalho, no período do cultivo de cana-de-açúcar, era realizado pelos escravos; com a atividade turística a divisão de trabalho é realizada pela população local, pelo setor operacional e por pessoas especializadas vindas de fora da Ilha – demonstra o tempo da divisão territorial das técnicas. As ações anteriores não repercutiam globalmente, mas hoje sim, uma ação pode refletir globalmente, e existe a possibilidade de várias ações individuais gerarem uma mudança global.

O espaço é formado de objetos técnicos. O espaço do trabalho contém técnicas que nele permanecem como autorizações para fazer isto ou aquilo, desta ou daquela forma, neste ou naquele ritmo, segundo esta ou outra sucessão. Tudo isso é tempo. O espaço distância é também modulado pelas técnicas que comandam a tipologia e a funcionalidade dos deslocamentos. O trabalho supõe o lugar, a distância supõe a extensão; o processo produtivo direto é adequado ao lugar, a circulação é adequada à extensão. Essas duas manifestações do espaço geográfico unem-se, assim, através dessas duas manifestações no uso do tempo (SANTOS, 2006, p. 34).

A relação do homem com a natureza mediada pelas técnicas é distinta conforme o período; desta forma, o homem passa a dominar a natureza com o uso das técnicas no espaço geográfico (SANTOS, 2006). O espaço geográfico compreende o espaço natural transformado pela ação do ser humano. À vista disto, um dos aspectos mais acentuados desse espaço é o seu dinamismo, isto é, ele está em constante transformação.

Faz parte da essência e do desenvolvimento do conjunto de técnicas permanecerem por um período e terem domínio sobre as outras técnicas, até a chegada de novas técnicas na sociedade. Percebe-se a rapidez que essas técnicas vêm sendo substituídas por novas com o passar dos períodos (SANTOS, 2002, p.

114). A substituição das técnicas não quer dizer que a antecessora deixou de existir, mas sim que existe uma sobreposição de técnicas, e as atuais só existem pelo desenvolvimento daquelas em períodos passados. Com isso, observa-se que:

As épocas se distinguem pelas formas de fazer, isto é, pelas técnicas. Os sistemas técnicos envolvem formas de produzir energia, bens e serviços, formas de relacionar os homens entre eles, formas de informação, formas de discurso e interlocução. O casamento da técnica e da ciência, longamente preparado desde o século XVIII, veio reforçar a relação que desde então se esboçava entre ciência e produção. Em sua versão atual como tecnociência, está situada a base material e ideológica em que se fundam o discurso e a prática da globalização (SANTOS, 2002, p. 115).

As técnicas passaram a transformar e difundir o território nos últimos séculos, com maior rapidez na atualidade do que no século XVIII, esses períodos foram se encurtando com o passar do tempo. Para que isso ocorresse, foi necessária a característica da divisão de trabalho. Sem a divisão de trabalho não se instala o sistema técnico ou esse pode ser mais demorado relacionado a outros territórios. Outra característica da técnica é ser irreversível, dificilmente voltaremos a utilizar lamparina em vez de luz elétrica. E por último, as técnicas transformam a paisagem natural em paisagem artificial do território.

As técnicas eram específicas de cada população do local onde estava instalada, com as suas especificidades e, de acordo com as necessidades daquela população e seu território, iam desenvolvendo as suas respectivas técnicas. Com o passar dos tempos, as trocas de técnicas entre os grupos de população ocorriam de forma dócil, obrigatória e/ou por escolhas, e assim, passou-se a popularizar as técnicas em outros territórios trazendo a homogeneização das técnicas. Além disso, com as viagens transoceânicas, a troca de fauna e flora entre continentes, confirma as alterações das técnicas, caminhando em direção à globalização delas e chegando atualmente com sua homogeneidade.

Milton Santos (2006, p. 157) contextualiza o meio natural da seguinte forma:

Quando tudo era meio natural, o homem escolhia da natureza aquelas suas partes ou aspectos considerados fundamentais ao exercício da vida, valorizando, diferentemente, segundo os lugares e as culturas, essas condições naturais que constituíam a base material da existência do grupo.

No período chamado meio natural, o relacionamento era integral do

homem com a natureza, pois os homens viviam de forma nômade, coletando e caçando. Com a revolução agrícola, o homem passa a viver de forma fixa, sedentário e agrícola, utilizando algumas técnicas para domesticar a natureza e os animais. Há uma harmonia espacial entre a natureza herdada e as pequenas técnicas estabelecidas, em que o respeito pela terra gerava o descanso do solo sem produção, a rotatividade das terras semeadas e, com isso, conseguir novamente gerar novos cultivos – uso de sistemas técnicos sem objetos técnicos (SANTOS, 2006). Nesse período do meio natural, a navegação era denominada de tempos lentos, sendo assim o uso dos rios e do mar serviam para a alimentação do homem, e por este motivo eles se estabeleciam próximo das águas.

Dessa forma, a sociedade já utilizava algumas técnicas no meio geográfico, explicando: domesticação dos animais e das plantas. O meio natural caracterizou-se no território brasileiro até por volta do século XIX. Era um meio dominado pelos tempos lentos da natureza, que presidiam as ações humanas que se davam no território. Nesse sentido, a unidade era dada pela natureza e a presença humana buscava se adaptar aos sistemas naturais (SANTOS; SILVEIRA, 2001). Como se sabe os períodos acontecem em tempos diferentes em cada território e até no próprio território, os navios que aportavam na costa brasileira faziam uso da navegação à vela e a remo, sendo embarcações de longos percursos para pessoas e mercadorias, percebe-se que mesmo o território não tendo a técnica, sofre interferência do uso da técnica de outro território.

As épocas se distinguem pelas formas de fazer, isto é, pelas técnicas. Os sistemas técnicos envolvem formas de produzir energia, bens e serviços, formas de relacionar os homens entre eles, formas de informação, formas de discurso e de interlocução. Os presentes sistemas técnicos incluem o que se denomina macrossistemas e microssistemas técnicos.

O meio técnico exhibe objetos técnicos misturados à natureza criando espaços mistos/híbridos, a instalação dos objetos técnicos ocorreu apenas em espaços possíveis de instalação. O período técnico é fase do desenvolvimento do espaço mecanizado, o artificial impondo-se sobre o natural (SANTOS, SILVEIRA, 2001). Mais tarde foram implantados alguns equipamentos no território, de modo a atenuar o comando da natureza. Esse período gera a sensação do homem ser superior à natureza, quando o território é implementado de novos materiais

resultando num novo tempo de deslocamento, de família e de trabalho. Vale a pena destacar que, nesse período, cresce a divisão de trabalho e a preocupação pela preservação do meio ambiente, prevalecendo nesse período a comercialização e não a natureza.

A incorporação de alguns equipamentos como ferrovias, portos, telégrafos, e outros aparelhamentos, caracterizou a implantação do meio técnico, permitindo maior fluidez na circulação de pessoas e de mercadorias, e preparando o território para o processo de industrialização. Nesse período, as viagens de longa distância eram feitas com navio de motor a vapor, cuja velocidade é duplicada, permitindo maior fluidez da matéria-prima brasileira para os países europeus.

Percebe-se a disparidade da tecnificação no território brasileiro com a chegada das ferrovias em certas regiões para maior mobilidade interna da produção agrícola e da mineração para chegarem até os portos – antes as mercadorias eram transportadas por tração animal.

A partir de 1850, as primeiras linhas regulares de navegação entre o Brasil e o velho mundo, impulsionam à construção de cais nos portos do Rio de Janeiro, Bahia, São Luís, Recife e Cabedelo e docas em Belém (SANTOS; SILVEIRA, 2001); uma das linhas regulares foi da empresa *Cunard Line*, com navio de propulsão a vapor, com separação de classes sociais, que foi o meio de transporte intercontinental naquele período histórico. A separação das classes sociais nos navios representava os diferentes papéis que os grupos sociais tinham no processo de produção que o indivíduo estava inserido na sociedade, e conseqüentemente o poder aquisitivo do passageiro.

Houve um crescimento das cidades localizadas perto dos portos e nas suas proximidades, exceto as cidades com produção agrícola e extração de minérios do interior do país; como binômio do porto de Santos e a cidade de São Paulo, que tem uma posição estratégica no território para o escoamento das mercadorias.

Relatam Santos e Silveira (2001), entre 1900 e 1935, no Brasil foi iniciada a construção efetiva de 13 portos marítimos e fluviais, correspondendo a 5 à região nordeste, 3 à região sudeste, 3 à região sul e 2 à região norte; já entre 1930 e 1960 foram construídos 9 portos, sendo 5 na região sul. O aumento da instalação dos portos em todo o território brasileiro demonstra a necessidade da realização do

transporte das matérias-primas – produção brasileira e a forte presença dos navios pela costa brasileira. Ainda, neste momento histórico, os navios também eram utilizados para o transporte de passageiros, principalmente para a migração, permitindo uma alta circulação de pessoas.

Depois da segunda guerra mundial, Santos (2006, p. 157), conceitua um novo período, o meio técnico-científico-informacional.

Quanto ao meio técnico-científico-informacional é o meio geográfico do período atual, onde os objetos mais proeminentes são elaborados a partir dos mandamentos da ciência e se servem de uma técnica informacional da qual lhes vem o alto coeficiente de intencionalidade com que servem às diversas modalidades e às diversas etapas da produção.

Neste novo período do meio técnico-científico-informacional temos como exemplo a construção do Boeing 707, tarefa composta de ciência e de técnicas informacionais, que somente foi possível por causa das novas tecnologias. Ele fez o primeiro voo comercial na década de 1950, e o avião passa a ser utilizado para longos e rápidos trajetos intercontinentais (PALHARES, 2002); permitindo maior fluidez de pessoas para outros locais antes utilizados pela navegação, assim perdendo a sua supremacia. Santos, afirma ainda (2013, p. 117),

Nesta nova fase histórica, o Mundo está marcado por novos signos, como: a multinacionalização das firmas e a internacionalização da produção e do produto; a generalização do fenômeno do crédito, que reforça as características da economização da vida social; os novos papéis do Estado em uma sociedade e uma economia mundializadas; o frenesi de uma circulação tornada fator essencial da acumulação; a grande revolução da informação que liga instantaneamente os lugares, graças aos progressos da informática.

Os navios passam por uma modernização nesse último meio geográfico, pois conseqüentemente às dinâmicas espaciais, faz com que os navios alterem, agreguem e tornem novos equipamentos reformados com novas características, como foi alternativa adaptá-los a navios de cruzeiros, mudando a função, que, então, serviria para pequenas e longas distâncias, o principal atrativo da viagem. Os navios de cruzeiros, dentro do processo do ciclo de produção, são denominados de capital fixo móvel, pelo alto valor de investimento, os quais os passageiros podem utilizar, geralmente no verão, praticando a atividade turística na costa brasileira, e o valor pago pelos turistas para o uso dos navios nas viagens é

transferido aos proprietários através do processo de capital fixo (HARVEY, 2013).

Os objetos técnicos sobrepõem a natureza, criando espaços densos de objetos. Vale destacar que os objetos são constituídos de técnicas e ciência e conseqüentemente também são informacionais.

[...] nesse período, os objetos técnicos tendem a ser ao mesmo tempo técnico e informacionais, já que, graças à extrema intencionalidade de sua produção e de sua localização, eles já surgem como informação; e, na verdade, a energia principal de seu funcionamento é também a informação. [...] podemos falar de uma cientifização e de uma tecnicização da paisagem. A informação não apenas está presente nas coisas, nos objetos técnicos, que formam o espaço, como ela é necessária à ação realizada sobre as coisas. A informação é o vetor fundamental do processo social, e os territórios são, desse modo, equipados para facilitar a sua circulação. [...] o meio técnico-científico-informacional é a cara da geografia da globalização (SANTOS, 2006, p. 138).

É o meio técnico-científico-informacional que oferece suporte a esse novo espaço geográfico, onde os aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais de qualquer lugar do mundo, se tornaram interdependentes das técnicas. Ele é a base da globalização, dos benefícios, das facilidades e do conforto oferecidos à população. Por outro lado, também gera a marginalização e exclusão social, distribuindo-se desigualmente pelo espaço geográfico. Permite que em muitos países, suas populações fiquem à margem do desenvolvimento e do uso dessas tecnologias, concentrando renda e aprofundando ainda mais as diferenças socioeconômicas, além de ser a causa principal do desemprego estrutural.

Santos e Silveira (2001) mostram que ocorre a qualificação dos equipamentos portuários por causa da soja, trigo, petróleo, e os portos desses períodos mostram alguma especialidade conforme o material escoado. Elucidando na atividade de cruzeiros marítimos, os portos de passageiros estão muito aquém dos portos que escoam soja, trigo e petróleo relacionado à qualificação técnica.

Atualmente, é possível saber, praticamente em tempo real, sobre um evento ocorrido. Diferentemente no passado, só se sabia dos eventos algum tempo depois. Os eventos artificiais ocorriam de forma mais espaçada no tempo; hoje existe um domínio sobre o espaço que conseqüentemente consegue-se saber dos eventos de forma imediata, aproximando os lugares, mesmo sendo eventos independentes (SANTOS, 2006). Exemplos disso são as imagens de satélites, em que os novos objetos instalados em qualquer lugar da superfície da terra podem ser

observados, demonstrando a transformação do espaço geográfico. Ou uma reserva de viagem de cruzeiro ou avião, que pode facilmente ser realizada pela internet, de qualquer lugar da superfície terrestre para também qualquer outro lugar. Com isso, percebe-se que esses eventos distintos são sabidos imediatamente por conta da tecnologia – a evolução da técnica permitiu o imediatismo.

A produção de algo novo é denominado de meio técnico-científico-informacional, sendo aparecimentos no território geográfico desse tipo de objeto, que fazem parte do progresso. Os objetivos têm uma carga de técnicos e informacionais, relacionados a intencionalidade da produção e do lugar instalado; porém, o funcionamento do objeto é a informação (SANTOS, 2006).

Para Silveira (2011), em cada período histórico, o território de um país pode ser visto como um campo de forças que atuam nos meios naturais e artificiais, sendo bastante dinâmicas, participando das densidades técnicas, informacionais e normativas, como é visto o caso da navegação de cabotagem que, conforme o contexto, modifica o dinamismo. Percebe-se nesse transporte turístico, a dinâmica das ações humanas geradas pelo efetivo uso das densidades técnicas, informacionais e normativas que apresenta a complexidade do momento atual.

As densidades normativas na dinâmica da navegação de cabotagem geraram a queda na procura do transporte de navios de passageiros. A partir da temporada 2012/2013 as companhias marítimas buscaram outros territórios, como a América do Sul e Oceania – que têm em comum a estação do verão no mesmo período que no Brasil. Verifica-se a difusão do sistema técnico comandado pelas técnicas informacionais que cria uma concentração e dispersão combinadas.

Dão-se, no território e na sociedade, bruscas mudanças de papéis, que são ao mesmo tempo mudanças de lugares. De tal modo, os chamados equilíbrios precedentes se rompem e mudam o conteúdo dos lugares e do território como um todo, indicando novos fatores de localização (SILVEIRA, 2011, p. 5).

No período do meio técnico, eram poucos os objetos que auxiliavam as pessoas, e mais tarde passaram a substituí-las. Hoje os objetos estão em maior número. O objeto é científico graças à natureza de sua concepção, é técnico por sua estrutura interna, é científico-técnico porque sua produção e funcionamento não separam técnica e ciência. Os objetos do passado e atuais compõem o mesmo espaço, até o momento, nenhum dos sistemas de objetos conseguiu se impor perante

os demais, sempre há uma composição de variados sistemas de objetos (SANTOS, 2006).

Os equilíbrios precedentes se rompem e mudam o conteúdo dos lugares e do território como um todo, indicando novos fatores de localização, como exemplo tem-se o terminal de passageiros de Santos (Concais S/A) que já contou com um total de 310 escalas com embarque de 512 mil passageiros na temporada de 2010/2011; e na temporada de 2017/2018 contou com apenas 88 escalas e 252 mil passageiros (CONCAIS, 2020).

Apesar da grande diminuição de escalas ter sido para menos de um terço na temporada 2010/2011, a quantidade de passageiros diminuiu apenas pela metade, isso pode ser explicado pela mudança do tamanho dos navios que comportam maior quantidade de pessoas vindas para o Brasil, geralmente, cruzeiros marítimos maiores são mais acessíveis pelo preço da viagem. Nas temporadas seguintes, 2019/2020 e 2020/2021, houve uma diminuição brusca causada pela pandemia do Covid-19, sendo que o destaque foi em 2019/2020 não teve escalas devido às regras de distanciamento (*lockdown*).

Tal encolhimento da atividade turística, em específico as escalas dos navios, geram mudanças no lugar. Um lugar totalmente especializado na área de navegação sendo o principal porto brasileiro, maior complexo portuário da América Latina, isso é muito comum na globalização, devido às manchas de especialização da produção no tempo rápido. A cada período técnico corresponde uma mudança geral nas relações sociais.

4.3. PSICOSFERA E TECNOSFERA E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO TURÍSTICO

Antes de ater-se à produção do espaço turístico é válida a conceituação dessa atividade. Turismo é conceituado de modo controverso entre autores que trabalham com essa temática, visto que cada um o conceitua conforme sua área de estudo e pesquisa. O turismo pode ser considerado como multidisciplinar, e está presente nas áreas da geografia, hotelaria, patrimônio cultural, entre outros. Turismo está relacionado a viagens, porém, não são todas as viagens que são consideradas como atividade turística.

Para que a atividade turística seja caracterizada é necessário que o

turista se desloque para um destino com recursos naturais, culturais e/ou artificiais, ou seja, com um atrativo turístico e com o mínimo de infraestrutura turística. Neste tópico, tem-se ainda a intenção de descrever o progresso²⁴ dos conceitos de turismo.

Para a Organização Mundial do Turismo – OMT (1994, p. 38), o turismo é definido como “as atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras”. Por ser um órgão mundial, institui-se que o período de viagem tem que ser menor que um ano, e a viagem pode ser por diferentes motivos.

Para Mathieson e Wall (1990, p. 43) o turismo é “o movimento temporário de pessoas para destinos fora dos seus locais normais de trabalho e de residência, as atividades desenvolvidas durante a sua permanência nesses destinos e as facilidades criadas para satisfazer as suas necessidades”. Nesse caso, para os autores Mathieson e Wall, a viagem realizada para negócio (trabalho), não é atividade turística; por outro lado, existem estudos que indicam que esse tipo de viagem pode gerar maiores gastos e, geralmente, as empresas subsidiam e a pessoa pode utilizar recursos próprios.

O turismo modifica as localidades receptoras causando impactos positivos e negativos de diferentes formas. Para o desenvolvimento do turismo, é necessária infraestrutura turística (equipamentos e serviços específicos da atividade), que pode causar impactos de magnitudes diferentes. Impactos do turismo são transformações espaciais e/ou imateriais que acontecem como decorrência da atividade turística. Pode haver uma simplificação nos estudos de caso de os impactos serem denominados de positivos e negativos, sendo mais complexos, por exemplo, determinada cor de artesanato pode não ser aceita pelos consumidores, então os artesãos param de produzir naquela determinada cor, e esta mudança pode ocasionar um impacto na cultura, como não passar a sabedoria deste tingimento para gerações futuras.

Tanto Barretto (2005) como Lohmann e Panosso (2008) discorrem sobre os impactos econômicos, físicos, sociais, psicológicos, culturais e políticos do turismo. Com relação aos *impactos econômicos positivos*, tem-se o aumento de renda

²⁴ Está relacionada às etapas do turismo de meados do século XX, e a evolução tecnológica dos meios de transportes, onde a atividade turística está mais consolidada.

e a criação de empregos; e com relação aos *impactos negativos* tem-se o aumento sazonal de preços e a especulação imobiliária (RUSCHMANN, 1997).

O efeito multiplicador é tido como um dos principais impactos econômicos do turismo, pois funciona como se fosse uma cadeia pela qual o dinheiro passa a ser distribuído: primeiro, entre as empresas e os trabalhadores do turismo; depois, entre as empresas e os trabalhadores de outros setores que mantêm interface com o turismo; e, por fim, entre os setores que não possuem a menor relação com o turismo, como o gasto dos salários dos trabalhadores do turismo na economia local (LOHMANN; PANOSSO, 2008).

Já com relação aos *impactos físicos positivos*, pode-se referir à construção de novas instalações e a melhoria da infraestrutura local; e os *impactos negativos*, os danos ambientais e a superpopulação (BARRETTO, 2005). Lohmann e Panosso (2008) tratam dos *impactos ambientais positivos* ressaltando que pode haver preservação ambiental, uma vez que ela seja estimulada e valorizada, e quanto aos *impactos físicos negativos* na diminuição das áreas verdes, contaminação das nascentes, uso inadequado do solo.

Os *impactos sociais positivos* discorridos são: o fortalecimento dos laços comunitários via voluntariado, o aumento do interesse dos moradores locais na participação de eventos regionais, reforço do vínculo social entre os residentes; os *impactos sociais negativos* seriam o crescente da avareza e a aceleração de intenções sociais indesejáveis, como a urbanização excessiva, apreciação exagerada do turista (BARRETTO, 2005; LOHMANN; PANOSSO, 2008).

No que se refere aos *impactos psicológicos positivos*, Barretto (2005) destaca o crescente orgulho local e do espírito comunitário, assim como a conscientização sobre a possibilidade de outros olhares diferentes sobre o local; e os *impactos psicológicos negativos*, a autora lembra a intenção de se tomarem atitudes defensivas e a grande probabilidade de mal-entendidos, o que gera graus diversos de hostilidade entre visitantes e visitados.

No que concerne os *impactos culturais positivos*, Lohmann e Panosso (2008) apresentam a troca cultural entre turistas e residentes, resgate cultural local e dos grupos minoritários, valorização local da cultura e conscientizando a população; os *impactos culturais negativos*: desmantelamento da cultura local causando a aculturação, perda da autenticidade da cultura local e hibridação da cultura.

Finalmente, Barretto (2005) e Lohmann e Panosso (2008), discorrem os *impactos políticos positivos*: debates sobre a melhoria da atividade turística e envolvimento da comunidade nas decisões, divulgação dos valores e propagação dos valores políticos do governo; e por último os *impactos políticos negativos*, uso do poder político sobre a atividade turística em benefício próprio ou para terceiros.

Tratando-se dos impactos positivos e negativos do turismo que ocorrem em Ilhabela, alguns deles podem ser percebidos facilmente, como a especulação imobiliária da própria atividade turística, geração de emprego, construção do *pier* para o desembarque dos cruzeiristas, cassação do prefeito, construção de meio de hospedagem em área de proteção ambiental, superlotação no *réveillon* e nas férias do mês de janeiro causando contaminação das praias, promoção de eventos religiosos, aculturação, audiências públicas para as tomadas de decisões. Com isso percebe-se que a atividade turística traz para o destino – Ilhabela, esses diversos tipos de impactos positivos e negativos.

Conforme Valls (2006, p. 26), o destino turístico é composto “de produtos turísticos, os quais, por sua vez, se estruturam a partir dos recursos ou atrativos existentes no lugar”.

O atrativo turístico é composto de “locais, objetos, equipamentos, pessoas, fenômenos, eventos ou manifestações capazes de motivar o deslocamento de pessoas para conhecê-los. Os atrativos turísticos podem ser naturais; culturais; atividades econômicas; eventos programados” (BRASIL, 2007, p. 27).

O atrativo “é o elemento que desencadeia o processo turístico” (VALLS, 2006, p. 27), ou seja, a matéria-prima do turismo sem a qual um país ou uma região não poderiam empreender desenvolvimento turístico (BOULLÓN, 1983).

O turismo acontece por três fatores: o primeiro deles é um atrativo turístico que provoque o deslocamento de pessoas para este lugar, podendo ser cultural ou natural. O município de Ilhabela possui atrativos naturais e culturais, mas os atrativos naturais são os que provocam o deslocamento dos turistas, sendo eles as praias, as cachoeiras, a floresta, as trilhas e as áreas de mergulho. Já os atrativos culturais presentes na Ilha são: as capelas, a igreja, as fazendas, o sítio arqueológico, os faróis, as festas e a alimentação caiçara – patrimônio histórico-cultural do período colonial. Esse conjunto de atrativos culturais e naturais faz com que pessoas se desloquem nos finais de semana e durante as férias escolares para

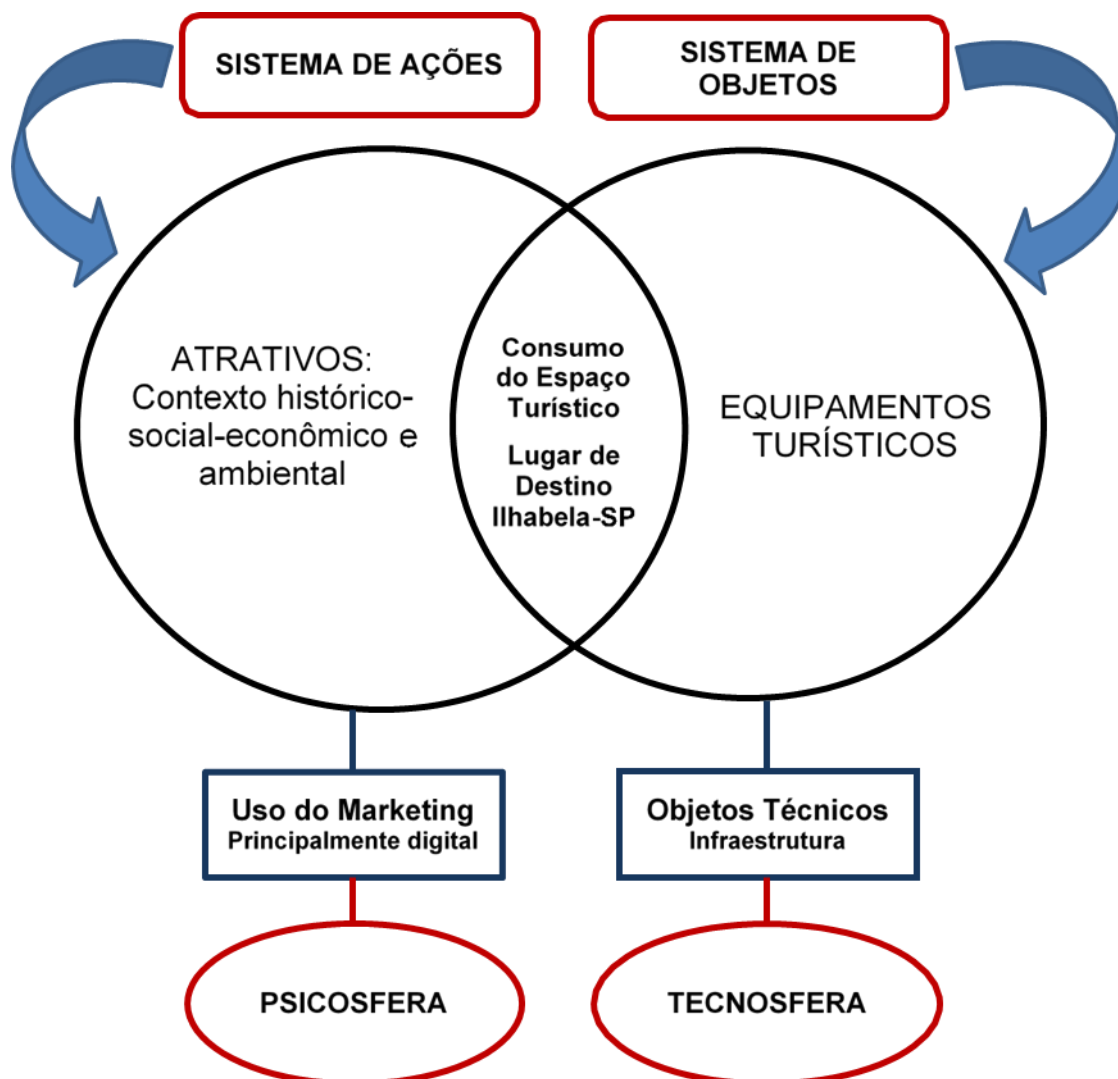
realizar o turismo em Ilhabela.

Os atrativos turísticos naturais e culturais fazem parte da composição do produto turístico, de acordo com o Ministério do Turismo é “o conjunto de atrativos, equipamentos e serviços turísticos acrescidos de facilidades, localizados em um ou mais municípios, ofertado de forma organizada por um determinado preço” (BRASIL, 2007, p. 53). Esse conceito pode ser reforçado pela afirmação de Ruschmann (2000), que entende o produto turístico como o resultado de uma combinação de bens e serviços disponíveis ao consumo do turista. Segundo a autora, o produto turístico, apesar de compor um todo, pode ser adquirido na sua totalidade ou de forma parcial por parte do turista.

Portanto, para esta pesquisa, com base no referencial teórico-conceitual apresentado, um produto turístico é composto de atrativos turísticos acrescidos de infraestrutura, serviços e equipamentos, comercializados de forma organizada, a fim de satisfazer às necessidades e aos desejos do turista.

Assim, a produção e conseqüentemente o consumo do espaço turístico envolve um conjunto indissociável, composto por um sistema de ações e por um sistema de objetos técnicos que se realiza como evento nos lugares (SANTOS, 2006). Existem então, diversidades e particularidades que caracterizam tal realização, e estas se dão pela configuração espacial pré-existente nos lugares, possibilitando múltiplos usos e relações do turismo no território. Dessa forma, são pelos processos de consumo dos espaços que são criados os territórios turísticos em sua diversidade no Brasil. Na figura 14, a seguir, apresenta-se um esquema baseado na teoria de Milton Santos (2006) que procura evidenciar a pertinência geográfica do estudo do turismo de Ilhabela-SP.

Figura 14: Pertinência geográfica na produção e consumo do espaço do turismo



Fonte: adaptado de SANTOS (2006) elaborado pela autora (2021).

Na figura 14, apresenta-se então a aplicação efetiva do olhar geográfico sobre a atividade turística, especialmente de Ilhabela. De um lado têm-se os equipamentos turísticos que representam o sistema de objetos técnicos – infraestruturas – que contribuem com a parcela da *tecnosfera*. De outro lado têm-se os atrativos turísticos – formados por uma base histórico-social-econômica e ambiental – que representam o sistema de ações carregadas de intencionalidades que contribuem como parcela da *psicosfera*. Essas duas esferas somadas constituem o espaço como produto turístico a ser consumido dentro da lógica capitalista, que é o motivo das pessoas se deslocarem para Ilhabela – lembrando que esse deslocamento ocorre somente por haver acesso, como: a rodovia dos Tamoios SP–99 e o *ferry boat*, que foram se aprimorando com o passar do tempo,

permitindo o acesso aos objetos turísticos da Ilha.

Esse espaço turístico produzido e consumido insere-se na dinâmica da globalização. Uma das características do produto turístico é ser estático, assim, para ser consumido necessita ir até ele, com atores que se relacionam de forma multiescalar no espaço, se tornando espaços globalizados, “Os espaços da globalização se definem, pois, pela presença conjunta, indissociável, de uma tecnosfera e de uma psicofera, funcionando de modo unitário. A tecnosfera é o mundo dos objetos, a psicofera é a esfera da ação” (SANTOS, 2006, p. 173).

Para Santos (2006, p. 175), “a psicofera, [diz respeito] ao reino das ideias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido”, enquanto a “tecnosfera compreende o conjunto de objetos técnicos, resultado da artificialização crescente do espaço” (SANTOS, 2008, p. 30). A psicofera na Ilhabela é moldada pela publicidade, pelo modismo e pela estratégia de mercado. A publicidade dentro e fora do município tem como base a fetichização do lugar, com os dizeres da figura 15: “paraíso natural”, “paz de espírito” e “tempo de viver ao ar livre” criando uma atmosfera de paraíso tropical, distante dos problemas do cotidiano no tocante do imaginário. Com relação ao *marketing* e publicidade realizados pelo município foi dito pelo Edvaldo Peres²⁵ (2022), “todas a[s] atividade[s] de *Marketing* é tratado com uma empresa de propaganda terceirizada”, desta forma, acredita-se que uma empresa terceirizada para a realização do *marketing* e publicidade do município consiga uma melhor qualidade.

²⁵ E. P. é funcionário da secretaria de turismo da prefeitura de Ilhabela, e foi cedida a entrevista por escrito e enviado por e-mail, sendo evitada a entrevista pessoalmente.

Figura 15: Placas de publicidade do turismo em Ilhabela - SP



Fonte: autora (2022)

De acordo com Kahil (2010), tomando o conceito de psicofera como dimensão política do espaço geográfico pode-se defini-la em duplo sentido, pois, ela não é isolável e está entretecida à esfera técnica do território. A natureza turística e o patrimônio histórico-cultural tornaram os atrativos turísticos, sendo eles parte da tecnosfera turístico presente na Ilha, promovendo a psicofera pertencente ao lugar e conhecida em todo o Brasil, e quiçá na América do Sul. Portanto, a autora a intitula como o *espírito de uma época*, ou seja, o espírito que conduz a esfera técnica de uma temporalidade, a tecnosfera.

Psicofera e tecnosfera são complementares e, por suposto, a esfera técnica, mesmo como sistema de objetos técnicos, não poderia ter valor ou significado em si. Os objetos (naturais ou artificiais) têm realidade *per se* ou autonomia de existência, devido a sua constituição material ou sua realidade corpórea, mas não tem autonomia de significação, não fosse sua existência relacional (quer consideremos relações entre coisas, ou seja, sistemas de objetos, quer consideremos relações entre sujeito-objeto) (KAHIL, 2010, p. 477).

Nessa perspectiva, questiona-se - qual o espírito de nossa época? Ou melhor - qual a psicofera que envolve de fato a dinâmica da realização do

turismo em Ilhabela? Estas são algumas das questões que se busca responder ao longo desta pesquisa.

Essas reflexões obrigam-nos a evidenciar como a atividade turística de Ilhabela se dinamiza no sistema capitalista globalizado, e como se dão as formas e conteúdo dessa atividade, seus atores hegemônicos e hegemonzados, dinâmicas de tempos lentos e rápidos. Para tanto, no próximo tópico discorre-se sobre os recortes territoriais da Ilhabela, divididos em situações de horizontalidades e verticalidades no espaço.

4.4. DAS HORIZONTALIDADES ÀS VERTICALIDADES DO TURISMO EM ILHABELA

A atividade turística em Ilhabela inicia a construção de sua tecnosfera a partir da década de 1950, pelo interesse das pessoas em viajar para a Ilha e o município de receber, assim, percebe-se um território com mais objetos artificiais e o aumento das camadas de densidade do meio-técnico-científico-informacional no espaço da Ilha. Já a psicosfera, que no início da atividade se constituía de forma tradicional, com divulgações de seus atrativos via face-a-face, rádio e televisão, atualmente se constitui de forma digital e informatizada. A atividade turística da Ilha é disseminada como atrativos, principalmente pelas ações do *marketing* digital, ações intencionalmente direcionadas à captação de pessoas com perfis de consumo dos tipos de turismos existentes na Ilha, esse *marketing* é realizado nas mídias sociais, no *site* de busca e nas agências de viagens *online* e são feitos com grandes aportes de investimentos pelas empresas do setor.

As configurações espaciais criadas pelo turismo indicam conseqüentemente possibilidades de usos territoriais, que se desenvolvem de diferentes formas e com atuações de atores hegemônicos e atores hegemonzados, formando situações de horizontalidades e verticalidades. De acordo com Santos (2006) esses conceitos são os novos recortes territoriais da globalização, sendo definidos da seguinte forma:

De um lado, há extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidade, como na definição tradicional de região. São as *horizontalidades*. De outro lado, há pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia. São as *verticalidades*. O espaço se compõe de uns e de outros desses recortes, inseparavelmente. É a partir dessas novas subdivisões que

devemos pensar novas categorias analíticas. Enquanto as horizontalidades são, sobretudo, a fábrica da produção propriamente dita e o *locus* de uma cooperação mais limitada, as verticalidades dão, sobretudo, conta dos outros momentos da produção (circulação, distribuição, consumo), sendo o veículo de uma cooperação mais ampla, tanto econômica e politicamente, como geograficamente (SANTOS, 2006, p. 192).

Assim, pode-se dizer que as verticalidades tendem a servir aos atores hegemônicos, forças distantes que atuam nos lugares, alterando a psicosfera e a tecnosfera local, de forma a desestruturar as atividades locais e regionais, ou seja, as horizontalidades. As potencialidades para a atividade turística em Ilhabela se tornaram vetores de atração para atores verticalizados, mesmo sendo visível também a atuação de atores horizontalizados no espaço. Isso porque, existem diferentes formas de uso territorial feitas pelo turismo, possíveis de serem consumidos por também diferentes públicos.

Dessa forma, em 2022, apresenta no espaço turístico com a atuação da retórica da horizontalidade e da verticalidade, do local e do global, do tempo lento e do tempo rápido, sendo que alguns tipos de turismo se destacam, sendo eles: turismo de elite, turismo de massa, turismo de base comunitária e turismo de segunda residência. A atividade turística ocorre em Ilhabela a partir do turismo de elite (ou minoritário) sendo “o turismo de minorias inclui as viagens realizadas para locais pouco procurados pelas pessoas. A visita de cem pessoas a uma fazenda de café do século XVIII, em São Paulo, é um exemplo do turismo minoritário também chamado seletivo” (CAMPOS; GONÇALVES, 2005, p. 57). De acordo com os autores, o turismo elitizado é relacionado com o volume de demanda, mas para outros autores está relacionada a classe social como:

É o que é feito pelas classes sociais economicamente privilegiadas, que vão responder diretamente pelo desenvolvimento da prática de turismo, pelas seguintes razões: têm considerável estabilidade econômica, constituem uma elite privilegiada; provocam o fenômeno do mimetismo nas demais classes sociais; descobrem e desenvolvem novos polos de atração turística, criando a necessária infraestrutura básica, em pequena escala, de acesso, equipamentos e serviços turísticos, favorecendo o turismo de massa pelo efeito de substituição dos núcleos receptores tradicionais de elite, quando se tornam saturados pelo processo de ocupação desordenada, especulações imobiliárias e conseqüentemente massificação da oferta e da demanda, aliada à perda do prestígio (BENI, 2001, p. 420).

Também Melquiades e Tadine (2010, p. 193), relaciona à classe social, o conceito de turismo de elite “por equipamentos e serviços personalizados

direcionados a uma classe social de alto poder aquisitivo”. Conforme esses conceitos, percebe-se que o turismo de elite presente em Ilhabela, relacionado à classe social e à quantidade de demanda, ocasionaram a especulação imobiliária, a vinda do *Yacht Club* de Ilhabela e equipamentos turísticos para eles – meios de hospedagens denominados Hotel Mercedes e Hotel Ilhabela e no século XXI, a chegada das redes hoteleiras ofertando hotéis de luxo acessíveis à elite.

Como foi dito por Beni (2001), depois do lugar ter uma infraestrutura básica e turística, além do acesso, o turismo elitizado “abre portas” para o turismo de massa, os turistas de classe social média passam a imitar os turistas elitizados indo para lugares que até então era frequentado por minorias. O turismo de massa é qualificado por viagens organizadas e atividades em grupo, os produtos turísticos têm como objetivo vender para os turistas de poder aquisitivo médio, geralmente roteiros muito procurados por milhares de pessoas (MELQUIADES; TADINI, 2022; GONÇALVEZ; CAMPOS, 2005).

Beni (2001, p. 420-421), sobre o turismo de massa, faz a seguinte contextualização:

Sob todos os aspectos é o mais importante devido à expressiva quantidade de turistas envolvida tanto nos fluxos internacionais como no interno, porquanto reúne os estratos que formam a classe média, incluindo-se aí os profissionais liberais, funcionários categorizados, empresariais e públicos, que desfrutam da relativa disponibilidade de meios econômico-financeiros, contando com subvenções ou poupanças próprias. Este estrato de demanda por turismo, é o agente de substituição dos núcleos tradicionais de elite e conseqüentemente o incentivador e propulsor da expansão da infraestrutura de equipamentos e serviços turísticos nos núcleos receptores, gerando dessa forma um consumo de equipamentos e serviços em larga escala.

A demanda turística no turismo de massa é grande, e produz uma maior oferta de produtos turísticos – a tecnosfera turística em larga escala no espaço geográfico. O turismo de massa tem elementos da horizontalidade e da verticalidade, mesmo consumindo produtos mais baratos, ficando menos dias no lugar, mas com uma grande demanda turística, levando ao consumo em larga escala. Em 2022, a verticalidade está no Airbnb, no TripAdvisor, no Uber entre outros, que são formas de baratear as viagens, menos usuais que o tradicional pacote de viagem, maneira mais comum de realizar o turismo.

Percebe-se em Ilhabela, o turismo elitizado presente nos extremos

da Ilha, do lado do continente no Sul e no Norte. Já o turismo de massa, presente na região central. E isso, pode-se observar também com relação ao fluxo de pessoas, de veículos, a quantidade de tecnosfera turística também nessas áreas. No caso dos transportes, entende-se o turismo de elite utilizando helicópteros e lanchas, e o turismo de massa usando veículos.

Complementa Rejowski (2002, p. 85), foram vários os fatores que impulsionaram o crescimento do turismo massivo e muitos deles vão ao encontro com o processo turístico da Ilha.

Paz prolongada em zonas de estabilidade política [...]; consolidação do poder aquisitivo de amplas camadas da população em países ocidentais, e aumento do tempo livre com mais dias de férias; maior interesse em conhecer outros povos e civilizações pela expansão da educação e da cultura; desejo de evasão, descanso e recreação para ambientes próximos à natureza, em face de problemas decorrentes da industrialização e do crescimento populacional inseridos no processo de urbanização; redução das jornadas de trabalho e criação de férias anuais remuneradas; desenvolvimento da tecnologia principalmente dos transportes (trens, aviões, navios, carros); incremento da publicidade e aplicação de técnicas de *marketing*, aumentando a motivação para as atividades de lazer, e dentre estas, o turismo.

Ao analisar o processo turístico do turismo de massa desenvolvido na Ilha, estimulado pelos direitos trabalhistas, pela tecnologia e *marketing*, pela facilidade do acesso e, claro, pela a globalização, há incremento de equipamentos turísticos para atender. Porém, o volume da demanda causa certo desconforto na população local²⁶, como: aumento dos preços, da população flutuante²⁷ e dos veículos.

Já o turismo de base comunitária, vai em direção oposta ao turismo de massa. O turismo de base comunitária tem como foco oferecer ao turista a vivência do lugar – convivência e alimentação; para conservar a cultura e a natureza local, o tempo lento é que prevalece neste turismo, até mesmo o turista nesse período “entra” no tempo lento da comunidade – quando a sensação é que o tempo passa mais devagar, esse tempo também está relacionado a elementos naturais: maré, lua, natureza.

²⁶ Isso foi relatado durante a pesquisa em Ilabela, na qual os pesquisados relataram que no período do *reveillon* não se consegue ir ao mercado, por causa do congestionamento de veículos.

²⁷ População flutuante: é aquela que alterna em datas específicas (como férias, finais de semana prolongados, feriados, trabalhos etc.), e sempre em lugares já pré-determinados, como praias, pontos turísticos, pontos mais afastados dos grandes centros urbanos.

Porém, é a comunidade tradicional (caiçara, quilombola, indígena, ribeirinhas etc.) que planeja: quando, quantos, como, quais e para quem a atividade turística é oferecida. Em Ilhabela, a comunidade de caiçaras da praia de Castelhanos, fundou, em 2017, o turismo de base comunitária, no qual oferecem hospedagem, alimentação e atividades de lazer para o turista interessado em vivenciar o dia a dia mais natural da comunidade. Esse tipo de turismo gera renda e emprego para a comunidade local, sendo mais justo, em um claro movimento de horizontalidade.

Em Ilhabela, as comunidades de caiçaras de Castelhanos e do Bonete, são as maiores do local. A comunidade de Castelhanos, embora tenha oficializado o turismo de base comunitária em 2017, já recebia turistas sem estar organizada, já que demandava recursos financeiros. Já Bonete, também tem interesse em criar e organizar o turismo de base comunitária, porém, já recebe turistas interessados nesta tipologia.

Conforme o MTur (2008) o turismo de base comunitária é orientado pelos princípios da economia solidária, da solidariedade e da valorização da cultura local, visa apropriar-se dos lucros derivados das atividades turísticas como modelo de desenvolvimento turístico realizado principalmente pelas comunidades locais.

Coriolano *et. al.* (2009, p. 282) caracteriza como “envolvimento de todos os residentes da comunidade no processo de desenvolvimento do turismo enfatiza os valores comunitários e proporciona gestões integradas e mais sólidas para a execução das ações e para os possíveis entraves que enfrentarão”. No turismo de base comunitária, o desenvolvimento ocorre conforme a comunidade se coloca como sujeito do processo e não como objetivo, e assim apresenta alguns elementos deste conceito:

Base endógena da iniciativa e desenvolvimento local; participação e protagonismo social no planejamento, implementação e avaliação de projetos turísticos; escala limitada e impactos sociais e ambientais controlados; geração de benefícios diretos à população local; afirmação cultural e interculturalidade; compartilhamento e aprendizagem mútua entre o turista e os atores locais (IRVING, 2009).

É preciso dizer, que o turismo de base comunitária vai além da conservação do patrimônio natural e cultural e dos recursos financeiros, este turismo tem como elemento o pertencimento à terra e lutas sociais dessas comunidades.

E por último, tem-se o turismo de segunda residência que está presente em quase todo o processo histórico da atividade turística na Ilha. Para Tulik (1995, p. 21) a segunda residência consiste em: “um alojamento turístico particular, utilizado temporariamente, nos momentos de lazer, por pessoas que têm seu domicílio permanente num outro lugar”. O turismo de segunda residência é perverso e responsável pela especulação imobiliária, no qual, muitas vezes, os caiçaras foram ludibriados pelos forasteiros interessados em suas terras, causando o afastamento dos pescadores do mar, prejudicando as pescarias e marginalizando os caiçaras.

É uma categoria que não gera consumo nos meios de hospedagens e pode ou não consumir alimentação em estabelecimentos desse tipo de produto. Ainda, promove a mudança da população local para os morros enquanto os forasteiros ficam com a vista à beira-mar. Em contrapartida, gera recursos para a construção civil e o mercado imobiliário. Além disso, existe um cenário das residências vazias e sem uso, em um bom período do ano, enquanto os moradores vão cada vez mais para os morros, causando uma pressão sobre o PEIb.

Cruz (2007) salienta, em sua análise sobre a segunda residência, os seguintes aspectos: o uso repetido do imóvel faz com que seu usuário adquira um vínculo com o lugar; essas residências induzem obras de infraestrutura básica, o que resulta a produção de espaços urbanos pouco habitados; pode resultar na migração de comunidades locais devido ao aumento do preço dos imóveis e serviços do lugar; e os impactos socioambientais da urbanização pela segunda residência, entre eles, degradação da vegetação original, poluição de cursos d'água e lençol freático e saturação no abastecimento de água e energia elétrica.

Percebe-se que o turismo de segunda residência também está presente nas OTAs²⁸ e no AirBnb, pois, proprietários de segunda residência passaram a hospedar nessas propriedades turistas interessados em alugar esse tipo de hospedagem. Isso pode ser considerado um fator de verticalização, uma ordem global, da informação em um ambiente tecnológico, gerando um tempo rápido, assim, as residências podem ter um fluxo de aluguel mais rápido pela artimanha

²⁸ Existe uma discrepância no número de estabelecimentos turísticos com os publicados no plano gestor de 2020, de acordo com o Sr. E. P.(2022), são “os estabelecimentos turísticos estão em constante transformação, ampliação e mudanças que vão desde troca administrativa, proprietário e a modalidade de negócio”. Também foi percebido pela pesquisadora que alguns estabelecimentos estão duplicados na OTA.

tecnológica dos *sites*.

Entre esses tipos de turismo presentes em Ilhabela – turismo de elite, turismo de massa, turismo de base comunitária e turismo de segunda residência, todos são atingidos pela globalização, fazendo o contraponto entre a verticalidade e a horizontalidade. Porém, o turismo de base comunitária tem mais elementos da horizontalidade, de ordem local e com um tempo lento.

São dois principais tipos de produtos turísticos, que podem ser reais e potenciais. Ilhabela é um tipo de produto turístico real, com atrativos naturais e culturais, e formatados para receber os turistas. O produto turístico é compreendido por ser um conjunto de bens e serviços de um possível destino consumido pelos viajantes (COOPER *et. al.*, 2001).

A ampliação do conceito original de produto turístico se dá pela necessidade de maximizar, por meio de cooperação mútua, os recursos existentes nas mais diversas regiões do país, gerando produtos e serviços complementares que ajudarão na diversificação da oferta turística local, regional e nacional. Em termos de comercialização, é importante compreender que todos os produtos e serviços possuem ciclos de vida no mercado em que se inserem.

O ciclo de vida do produto turístico pode ser longo ou curto, e não ocorre de forma absolutamente linear – Ilhabela teve o início da atividade turística na década de 1950. Existem pequenas oscilações em cada fase que podem ser causadas por diferentes fatores, tanto do ambiente externo quanto do interno. Para o destino turístico iniciar e até chegar à fase da maturidade necessita das técnicas de inovação e tecnologias. As técnicas informacionais não estão apenas no território de Ilhabela, estão também nos produtos turísticos. De acordo com Pereira (2001, p. 76), esses ciclos podem ser divididos em cinco fases distintas. São elas:

1ª fase – pesquisa e desenvolvimento – nesta fase, o produto ainda não existe fisicamente: existe apenas de forma conceitual. Trata-se de uma sugestão de produto ou serviço, que pode ser elaborado e implementado de acordo com as necessidades que satisfaçam a demanda que se apresenta. É neste momento que ocorre o planejamento mercadológico e a determinação de ações que serão executadas em etapas posteriores. Durante a pesquisa e desenvolvimento pode ocorrer o uso de uma ferramenta chamada *benchmarking*, que consiste na identificação e assimilação de “boas ou melhores práticas” que estão sendo usadas em situações similares, com vistas a adaptá-las a cada realidade e implementá-las em seus destinos de atuação. Por exemplo: uma agência de turismo faz uma pesquisa entre seus concorrentes e verifica que alguns estão introduzindo novos sistemas de informação, constata ainda que a utilização

dessas novas ferramentas está tornando seu trabalho mais ágil e gerando maiores lucros, e, com base na pesquisa realizada, transfere essa prática também para a sua empresa.

2ª fase – introdução – ocorre quando o produto ou serviço é introduzido no seu respectivo segmento de mercado. O destino ainda é pouco conhecido e não possui um posicionamento estabelecido. É uma fase em que o fluxo de visitantes e vendas cresce lentamente, e o retorno é geralmente baixo, haja vista que os esforços estão focados nos investimentos em infraestrutura, divulgação e distribuição, visando promover a aproximação do produto com o consumidor, ou seja, com o turista.

3ª fase – crescimento – nesta fase, o destino torna-se conhecido pelo consumidor e seu posicionamento vai se consolidando no mercado. O fluxo de visitantes cresce mais rapidamente, e as vendas aumentam. Então, é necessário melhorar a qualidade dos serviços oferecidos, investir em novos mercados e até agregar novos atrativos ao produto para oferecer a seus consumidores, pois é neste momento que a concorrência é estimulada a comercializar produtos similares.

4ª fase – maturidade ou saturação – agora, o produto já está consolidado no mercado, e seus concorrentes também. Geralmente é a fase de maior duração do ciclo de vida do produto ou serviço: é quando as vendas tendem a se estabilizar. O ritmo de crescimento diminui, assim como os lucros. Nesta fase, os destinos com marcas já consolidadas ocupam as maiores fatias do mercado. É o momento de inovar, buscar novos segmentos de mercado e consumidores.

5ª fase – Declínio - A imagem do produto já está desgastada, em um posicionamento desfavorável junto aos consumidores. Diminuem consideravelmente os fluxos de visitantes e de investimentos. Caso não haja alteração da tendência, o resultado é a morte do produto, e sua retirada no mercado.

O ciclo de vida do destino turístico de Ilhabela está na quarta fase de destino consolidado, no período da alta temporada chega a triplicar o número de turistas, sendo a principal atividade econômica. Possuindo atualmente uma população ativa nas decisões do município, com participações, por exemplo, em audiências públicas.

Da mesma forma, o ciclo de vida não é imutável. Por exemplo, a queda pode ser interrompida e revertida com a reconstrução do produto. Também pode ser revertida com uma mudança de marca e de posicionamento ou com uma potencialização de ações publicitárias que renovem a imagem do produto. As estratégias devem manter-se sob um ponto de vista de longo prazo, e as metas devem ser estabelecidas para monitorar e avaliar, de forma regular, a fase em que o produto se encontra (PEREIRA, 2001). Pode-se afirmar que Ilhabela não é o mesmo produto de 10 anos atrás e sim, que houve uma transformação no produto – isso ocorre pela intencionalidade do espaço turístico em Ilhabela. A diferença está na forma de acesso, na quantidade de objetos técnicos, no fluxo de pessoas, de mercadorias e de veículos, com maior ou menor influência de atores atuando de forma verticalizada

ou horizontalizada.

O espaço geográfico com conteúdo do meio técnico-científico-informacional, objetos e ações especializados tem uma alta carga de intencionalidade – Ilhabela possui lugares com cargas de intencionalidade diversas, que estão de acordo com os atores produtores do espaço turístico, como se percebe nesses diferentes tipos de turismo já mencionado. Atualmente, é percebido que se pretende diversificar a oferta de atrativos turísticos e angariar cada vez mais turistas, com produtos turísticos para variadas classes sociais.

Além disso, o produto turístico tem as cinco fases pelo motivo das técnicas e tecnologias que fazem o produto se desenvolver e se atualizar. Como exemplo, segundo Palhares (2002), a partir da década de 1950 com o surgimento do Boeing 707, as aeronaves passaram a ser mais utilizadas para longos e rápidos deslocamentos, fazendo com que as embarcações perdessem tal função. Os armadores tiveram, então, que encontrar mais tarde novas alternativas, aumentando o desenvolvimento da atividade de cruzeiros. E os navios transatlânticos se adaptaram e passaram a ser cruzeiros marítimos, cada vez mais estruturados para o público cruzeirista.

Desde a década de 1990, as tecnologias vêm modificando o setor de turismo em várias áreas como: hotéis, agências, atrativos naturais e/ou culturais e transportes. As inovações tecnológicas trouxeram mudanças no produto ou no serviço das organizações. Com a tecnologia, e o advento da *internet*, tornou-se possível ampliar o tempo de comercialização dos produtos da agência, do hotel, da localidade. Um *site* está no ar, à disposição dos internautas, 24 horas por dia. Mesmo enquanto as portas das agências estão fechadas, os seus produtos estão sendo consultados ou comprados. As agências de viagens online (*TripAdvisor, Booking, Decolar etc.*) estão disponíveis no mundo e comercializando os produtos turísticos por meio da tecnologia. Para Cooper *et. al.* (2001), o desenvolvimento de novas tecnologias está influenciando diretamente a atividade turística. As empresas e os consumidores estão se beneficiando de uma cooperação mais eficiente entre os fornecedores do composto do turismo, para garantir uma apresentação integral dos produtos turísticos, fatores trazidos pela verticalização que para o setor é considerada favorável.

Essas agências de viagens online (OTA), que podem ser

consideradas atores hegemônicos, verticalizados, controlam grande parte das opções de viagens aéreas, hotéis, restaurantes e lazer, fornecendo preços atualizados e disponibilidade desses serviços. A confirmação dessas informações é feita online, permitindo também flexibilidade e variedade de opções de serviços. Turistas e viajantes estão aproveitando essas ferramentas para personalizar os tipos de serviços utilizados por eles, além de obterem mais rapidez e eficiência no acesso às informações. Como uma indústria global, o turismo liga os fornecedores de serviços turísticos aos consumidores, igualmente distribuídos por todo o mundo. Essa globalização é disponibilizada através de redes virtuais de informações, unindo pessoas das mais variadas culturas e hábitos.

Além disso, a tecnologia também está no meio de hospedagem, nos restaurantes, nas agências de viagens – equipamentos turísticos (sistemas de objetos). Exemplo, nos meios de hospedagens: televisões interativas nos quartos para chamar mensageiros, fazer o cálculo do *check-out* do hóspede e acordá-lo em horários estabelecidos – para o hóspede; o uso de banco de dados para armazenar informações sobre as necessidades e preferências de cada cliente – para o empreendedor. Na figura 16 apresentam-se tecnologias de um restaurante em Ilhabela. A tecnologia está cada vez mais próxima dos turistas, o exemplo da figura 16, em um restaurante na praia do Julião em Ilhabela, o acesso ao banheiro (imagem A da figura 16) e a ducha (figura B e C da figura 16) é dado por uma pulseira que ao entrar em contato com o dispositivo permite ao turista utilizar.

Figura 16: Tecnologias em serviços de alimentação



Fonte: Foto obtida pela autora em trabalho de campo, 2022.

Porém, quem tem acesso ao uso é quem está consumindo algum produto no restaurante, assim o proprietário controla o uso e faz com que o turista consuma para poder utilizar. Além disso, a tecnologia nos restaurantes está cada vez mais sendo utilizada nos cardápios dos estabelecimentos por meio do QR code, o que traz como facilidade a rapidez de baixar o cardápio e começar a escolher, mesmo antes do garçom chegar, por outro lado, o turista tem que ter celular com bateria e *internet* para conseguir o acesso ao cardápio.

Dessa forma, cada vez mais as tecnologias influenciam a atividade turística, possibilitando o maior avanço de verticalidades no espaço, exercidas por algumas áreas com maior proporção, como agências de viagens internacionais, meios de hospedagem como redes de hotéis que atuam em todo o mundo, e transportes turísticos, como por exemplo, a atuação das grandes empresas que possuem os navios de cruzeiros que param em Ilhabela.

No entanto, outras áreas possuem menor aporte de tecnologias e poder sobre o território, configurando menor densidade técnico-científico-informacional, que são os atrativos e prestadores de serviços locais, como pequenas pousadas e hotéis, restaurantes e lanchonetes. Esse embate territorial entre verticalidades e horizontalidades influencia diretamente a vida das pessoas que compõem o espaço banal, como exemplo, as comunidades tradicionais de pescadores e quilombolas presentes na ilha, respaldando em mudanças na paisagem, espaços de convivência e serviços locais.

5. IMPACTOS DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS E HOTELEIRAS NO MUNICÍPIO DE ILHABELA

5.1. PROCESSO DAS DINÂMICAS TURÍSTICAS: OS OBJETOS TÉCNICOS

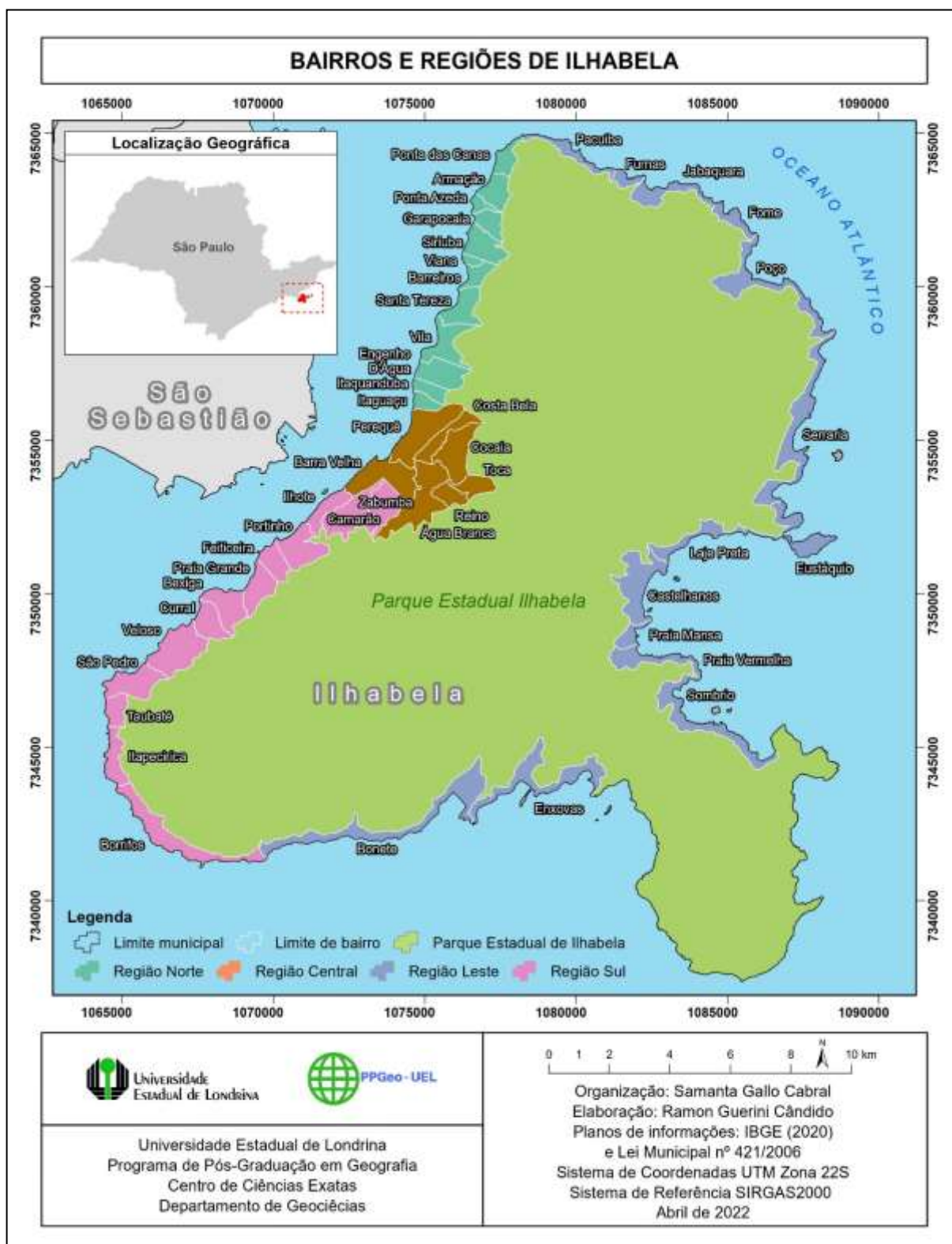
Nesta secção apresenta-se o processo das dinâmicas turísticas em Ilhabela, desde o início do processo do turismo até os dias atuais, conforme as ações vão ocorrendo os objetos técnicos e suas respectivas intencionalidades. Dessa forma, apresentam-se os objetos técnicos – meios de hospedagens, restaurantes e agências de viagens, instalados no período entre 1957 e 2022.

Tem como objetivo evidenciar as regiões intramunicipais e os bairros de Ilhabela descritos na pesquisa. As regiões do município presentes no mapa são representadas com base nos dados oficiais da prefeitura municipal. O lado Oeste da Ilha é onde ficam as regiões: Norte, Central e Sul – espaço posicionado para o continente, dessa forma, espaço com acesso, mais fluxos de pessoas e veículos, com mais objetos técnicos turísticos e maior densidade tecnológica. Já a região leste é o espaço posicionado para o mar aberto, é o contrário das outras regiões, pois possui acesso apenas pela estrada de Castelhanos ou por transporte aquaviário. Há menor fluxo de pessoas e veículos, mais moradias e menos comércios, com menor densidade tecnológica. Pode-se observar melhor no mapa da figura 17.

Em relação aos bairros, muitos deles localizados à beira mar recebem o mesmo nome das praias. Com a expansão territorial apresenta os bairros para o interior do município, mais próximos do PEIb, principalmente próximos à entrada do Parque, localizada na região Central, onde existe maior concentração de pessoas e comércios, resultando em maior densidade técnica.

As residências, os comércios, os equipamentos turísticos instalados em determinados bairros demonstram a intenção de viver, morar, trabalhar, e a força das relações sociais. Geralmente, existe um pertencimento, um sentimento pela vivência desenvolvida pelo lugar, são as relações que predominam na identidade do bairro.

Figura 17: Bairros e regiões do município de Ilhabela.



Fonte: Trabalho de campo realizado em janeiro de 2022. Organizado pela autora, 2022. Elaborado por Ramon Guerini Cândido, 2022.

Faz-se necessário contextualizar sobre alguns bairros da Ilha. O bairro da Armação [de baleias] recebe esse nome por ser o local onde era realizado o corte e processamento de baleias oriundas da pesca predatória, a proibição de caça às baleias no Brasil ocorreu em 1987 – a gordura das baleias era utilizada para gerar energia e argamassa na construção civil. Ainda, nesse bairro havia o método de conservação do peixe pela salga, utilizado na espécie de peixe lambari. Em 2022, na praia da Armação, foi instalada uma área para eventos – principalmente para casamentos, restaurantes, uma capela da Imaculada Conceição, uma escola de *kitesurf* e *windsurf* e alguns hotéis ao seu redor – e o funcionamento do projeto *a.mar fishlab* que tem como objetivo utilizar matéria-prima pescada pelas comunidades caiçaras, e *chefs* de cozinha renomados envolvidos no projeto, que ainda utilizam as técnicas de defumação, salga, conserva, charcutaria e fermentação, com isso, valorizam os alimentos e resgatam a cultura²⁹ local. As técnicas de conservação de peixe já existiam nesse lugar, e foram aprimoradas com a tecnologia.

A Vila é um bairro importante desde quando a travessia do canal de São Sebastião era realizada por embarcações, o desembarque das pessoas era realizado nesse lugar. A Vila é composta por um centro histórico, com infraestrutura básica, onde hoje funcionam lojas, bancos, mercado, Igreja Nossa Senhora D’Ajuda, o fórum, centro de informações turísticas, serviços de alimentação e meios de hospedagens, e ainda, a instalação do *pier* para o embarque e desembarque dos passageiros dos cruzeiros marítimos e mais duas plataformas flutuantes para dar maior fluidez ao desembarque dos passageiros. As embarcações dos cruzeiros marítimos contêm técnicas com elementos tecnológicos e informacionais trazidos para a Ilha, além disso, como já dito percebe-se nesse bairro a rugosidade, prédios do século agrícola sendo utilizado como agência de viagem que vende passeios dentro do navio, utilizando a tecnologia e a informação.

Já na região central, o bairro Perequê, é o centro comercial da Ilha, local da sede da prefeitura municipal de Ilhabela, funcionamento da infraestrutura básica e da infraestrutura turística – alto fluxo de veículos, de pessoas, de mercadorias. Com praias mais utilizadas pela população local e por turistas da classe média, é onde são realizados os eventos esportivos promovidos pela

²⁹ Fonte: Trabalho de campo realizado em janeiro de 2022.

prefeitura municipal. Não se pode deixar de dizer que os passeios turísticos utilizam embarcações que saem deste bairro. Também tem aspecto das camadas técnicas presentes de diversos períodos históricos e que hoje atuam a tecnologia e a informação, com maior fluxo de pessoas, mercadorias, veículos e dinheiro.

O bairro Reino, localizado na região Central, mas na área próxima a entrada do Parque, um bairro mais residencial com pouco comércio, mas que destoa dos bairros à beira mar, existe uma mistura de residências de classe média, de classes mais baixas e ocupação irregular, como o Morro da Irene. Esse bairro torna-se caminho para a passagem de veículos geralmente 4x4, indo e vindo da praia de Castelhanos, entrada que dá acesso ao Parque.

Para Edvaldo Peres (2022) quando questionado sobre a ocupação, respondeu que “sim, inclusive promove campanhas para evitar invasão e explosão demográfica”, acredita-se que além de campanhas sobre ocupação seja necessário realizar políticas públicas sobre uso e ocupação do solo, e que as invasões ocorrem por causa do adensamento. Nesse bairro, já existe uma menor intensidade da tecnologia e da informação.

O bairro do Curral, localizado na região Sul, é compreendido com infraestrutura turística de destaque, a partir de 2010. Por ter uma praia longa e plana, existem muitos restaurantes instalados com vários estacionamentos. E dois hotéis para o público do turismo de elite, um recém-instalado – *Wyndham Ilhabela Casa di Serena* e, na direção contrária o *DPNY Beach Hotel* e SPA. O *Wyndham* é o exemplo de verticalidade, uma empresa americana tendo interesse em posicionar um hotel numa ilha brasileira. Durante a pesquisa, foi observado um evento social – casamento, na capela de Santa Cruz, localizada em uma praia frequentada por turistas de classe alta. Caracteriza-se esse bairro com a presença da tecnologia e da informação, uma técnica do último período que se apresenta intrínseca nos objetos técnicos.

Com relação à região leste, tem-se a praia de Castelhanos³⁰, vila de caiçaras com implantação do turismo de base comunitária - já foi eleita uma das praias mais bonitas do Brasil, com um formato de coração gerado pela quebra das

³⁰ Praia de Castelhanos era o lugar de desembarque dos escravos trazidos para o Brasil, os selecionados eram levados para a região central da Ilha. Recebe este nome pelos corsários espanhóis que se refugiavam nessa região.

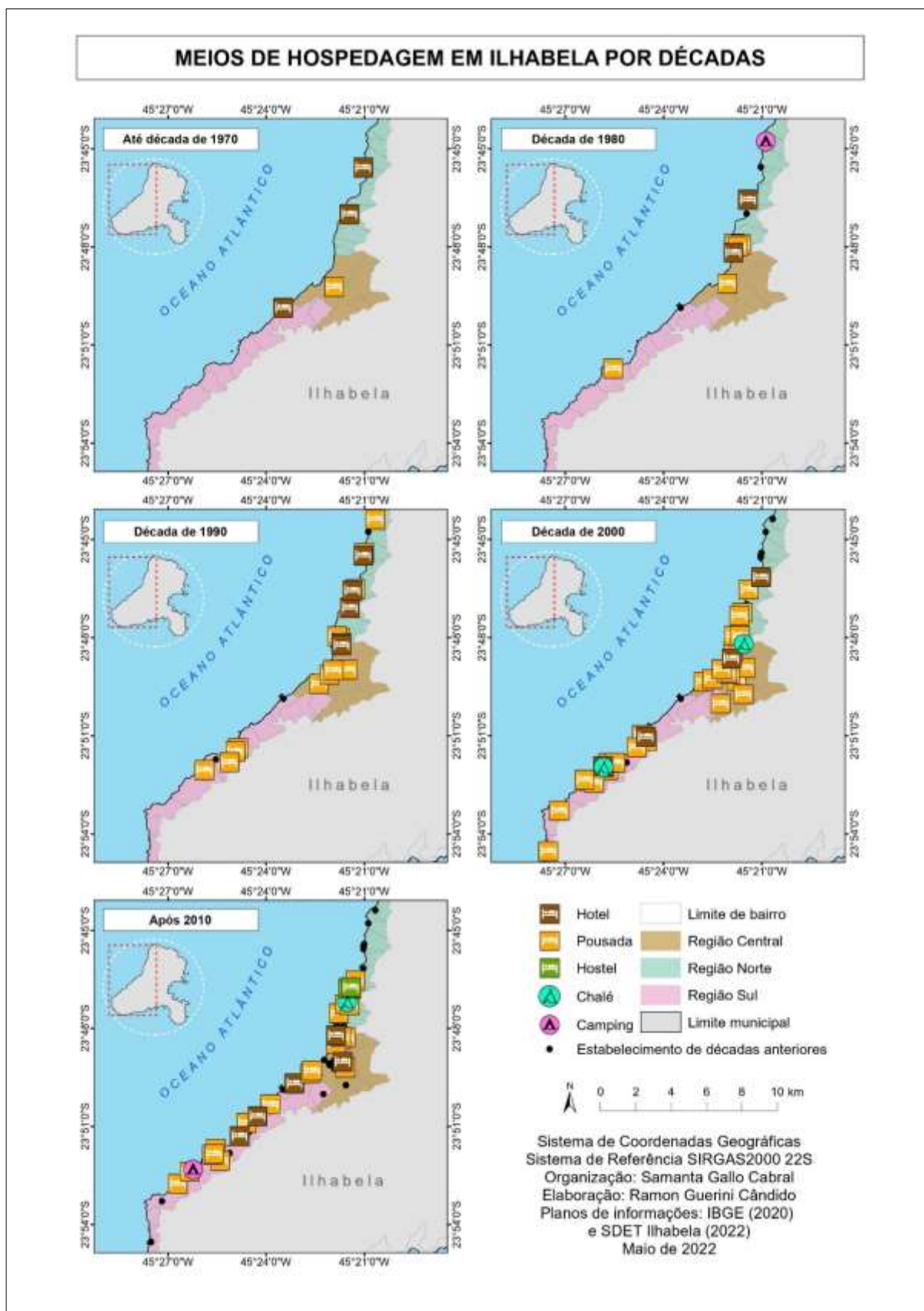
ondas. Para chegar até essa praia é necessário atravessar o Parque, com veículo 4X4 e com autorização da administração do Parque ou ir pelo mar com o transporte hidroviário. Com estrutura turística pautada no turismo de base comunitária, apresenta atividades junto à comunidade, restaurantes e meio de hospedagens. Neste bairro, percebe-se a existência das técnicas mais antigas, utilizadas na agricultura de subsistência e na pesca, nos aspectos atuais, percebem-se itens como gerador de energia e internet para o celular.

E por último, a praia do Bonete, também na região Leste, com mar aberto, com maior concentração de população caiçara, também pautada no turismo de base comunitária. Existe nessa praia um turismo de base comunitária, mas não oficial. Os objetos técnicos turísticos da praia como restaurantes e hospedagem, combinam com riachos, o que dá a opção de água doce na realização do lazer. Condiz com as mesmas características da praia de Castelhanos, porém acredita-se que menos estruturada para a atividade turística. Na próxima seção, serão apresentadas as análises temporais de três (3) tipos de objetos turísticos.

5.1.1. Meios de hospedagem, restaurantes e agências de viagens.

As possibilidades promovidas por expressões do espaço geográfico do passado podem facilmente ser percebidas em Ilhabela, sobretudo, na forma-conteúdo dos meios de hospedagem da atualidade. Por exemplo, casarões que eram antigas fazendas do século XIX, são atualmente, equipamentos turísticos de luxo, ou seja, meios construídos que serviram a tempos passados e que atualmente, servem ao turismo na ilha, trata-se então, de uma produção do espaço turístico por meio de espaço geográfico preexistente. No entanto, têm-se também, novos espaços, com novas formas e, também novas funções, atendendo agora um mundo globalizado e cada vez mais informacional. Confira na figura a evolução do espaço turístico de Ilhabela, representado pela quantidade e diversidade dos meios de hospedagem.

Figura 18: Análise temporal dos meios de hospedagem em Ilhabela-SP



Fonte: Trabalho de campo realizado em janeiro de 2022. Organizado pela autora, 2022. Elaborado por Ramon Guerini Cândido, 2022.

Os mapas da figura 18 representam a análise temporal do espaço e dos objetos turísticos – meios de hospedagem³¹, da década de 1970 até 2022. Entretanto, França (1951) contextualiza que na década de 1950 os forasteiros ocupavam os 3 hotéis, as residências que hospedavam veranistas e as barracas armadas na praia, com isso percebe-se, durante a pesquisa, que esses hotéis de 1950 não estão mais em operação na Ilha, pois somente os meios de hospedagens em funcionamento conseguem informar o ano de início de funcionamento.

Com relação à instalação dos primeiros meios de hospedagens³² em Ilhabela, na década de 1970, percebe-se, na figura 18, a instalação de 4 meios de hospedagens, sendo eles na região Norte, Central e Sul. Na região norte, têm 2 hotéis instalados: 1 bem próximo da região central e outro próximo da Vila – bairro onde era realizada a travessia entre o continente e a Ilha e onde, antes da instalação da balsa, havia um comércio. Já na região Sul, as instalações do meio de hospedagem são próximas da balsa – sendo, elas de fácil acesso aos turistas.

Neste mesmo período, identificaram-se pousadas e hotéis presentes na Ilha e em áreas de fácil acesso para essa década, consequência das ações e dos objetos pertencentes ao município de Ilhabela. Foi nesse período que ocorreu a pavimentação da rodovia dos Tamoios e a instalação da balsa, juntamente com o avanço da indústria automobilística e popularização do automóvel, fatos que possibilitaram o deslocamento para a realização da atividade turística – objetos técnicos de acesso, período de aprofundamento da disseminação do meio técnico-científico-informacional. A intencionalidade desse período é para suprir a necessidade do turismo de elite e incentivar mais essa classe social a frequentar a Ilha - território com características do turismo elitizado (CAMPOS; GONÇALVES, 2005; BENI, 2001). Já a economia passava pela transição, a qual tinha terminado o período econômico da agricultura e iniciado o da atividade turística.

Já na década de 1980, as extremidades tanto da região Norte como da região Sul, recebem estabelecimentos hoteleiros. No Norte, um novo tipo –

³¹ Os nomes dos meios de hospedagens foram cedidos pela prefeitura municipal de Ilhabela e o ano de início de funcionamento foi dado pelos próprios meios de hospedagem à pesquisadora ao telefone.

³² Os três mapas que produzidas sobre análise temporal – meio de hospedagem, restaurantes, e agências de viagens (figura 16, 17, 18), foram embasadas em dados a partir dos produtos turísticos presentes hoje, assim foi feito uma pesquisa sobre a data de fundação de cada estabelecimento.

camping e no Sul – pousada, essas praias onde os estabelecimentos foram implantados, eram, na época, de pouco acesso, com isso, percebe-se a intenção de afastamento do centro da cidade em busca da natureza, da privacidade, e do exclusivo. O turismo elitizado levou a criação do *Yacht Club* Ilhabela e o desenvolvimento das segundas residências. Escolher Ilhabela para instalar o *Yacht Club*, representa que os milionários tinham a intenção de fazer parte do município – e o fizeram morando ou tendo uma segunda residência. Essas ações produzem os objetos do interesse desse público, que procuram ter sua residência e seu transporte aquático para deslocamento, sendo o propósito de lazer do turista elitizado.

Além disso, identifica-se uma sobreposição espacial de pousadas e hotéis instalados na transição entre a região Central e a região Norte – em 2022, uma das áreas de praias com balneabilidade ruim, comprovando a sobrecarga do espaço povoado. Não menos importante, a diversificação de meios de hospedagens representando uma abrangência de clientes, assim os objetos turísticos com característica de horizontalidade, ou seja, de base local, e que possuem tempo lento de acordo com a busca desses turistas.

Em relação à década de 1990, praticamente em todas as praias existiam meios de hospedagens, tanto na região Norte quanto na região Central sendo eles hotéis e pousadas. Na região Sul, é possível verificar que a maioria está instalada na praia Grande, um pouco mais distante da balsa. Na década de 1990, com a chegada do turismo de massa, a gestão pública regulamentou esse tipo de turismo por meio de criação de lei, com intuito de controlar a entrada de veículos de passageiros de médio e grande porte. Denominados como “farofeiros”, que vem de ônibus e podem nem ter estadia para passar a noite – chamado de “bate-e-volta”.

Assim, nota-se um novo tipo de turismo, causando uma rachadura no espaço geográfico de Ilhabela, e os tipos de meios de hospedagem ampliando para atender público de classe A, B e da classe C. Edvaldo Peres (2022), sobre o perfil de turista do município, respondeu que se baseou no plano de *marketing* turístico estratégico 2017-2019, o qual diz que 11% são acima de 20 salários mínimos (classe A), 16% de 11 a 20 salários mínimos (classe B), 35% de 6 a 10 salários mínimos (classe C), 26% de 1 a 5 salários mínimos (classe D e E). Dessa forma, identifica que existem mais turistas da classe C, D, e E praticando a atividade turística na Ilha, sendo que 12% não quiseram responder. Um respondente disse ser

preocupante a quantidade de pessoas milionárias que estão vendendo suas propriedades (mansões), essa resposta corrobora com o perfil de que é comum o turista elitizado buscar outro lugar quando há aumento do turismo de massa.

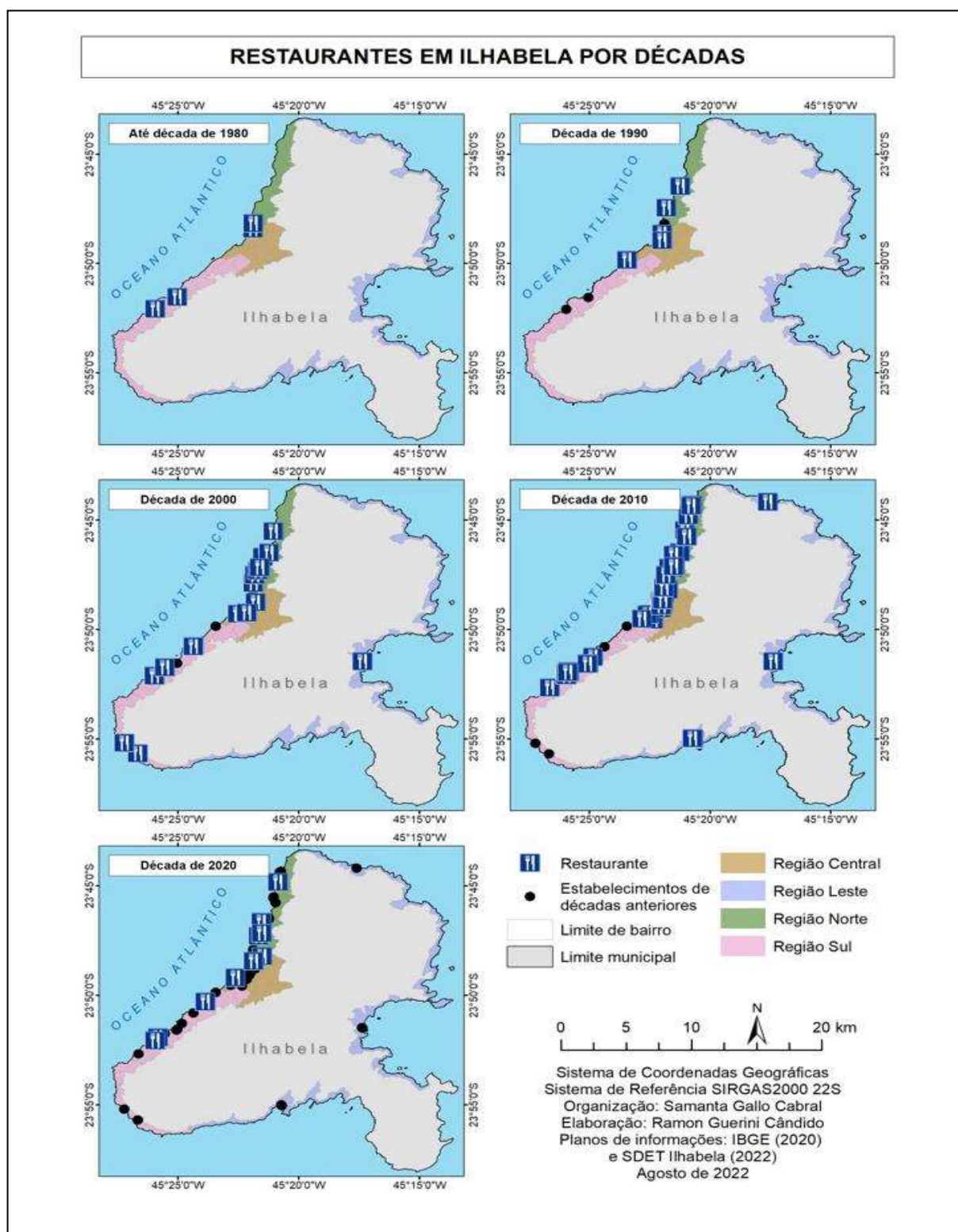
No início do século XXI, na década de 2000, iniciam-se as escalas de navios no *pier* da Vila, fazendo com que Ilhabela seja conhecida internacionalmente pelos *marketings* dos cruzeiros. Os meios de hospedagens instalados na região Central iniciam a subida em direção aos morros – sentido o PEIb. Percebe-se no mapa que, desde a década de 2000, os meios de hospedagens estão muito próximos principalmente na região Norte e Central – trazendo maior fluidez de veículos, pessoas e mercadorias. A região Norte é uma área mais plana que a região Sul que facilita a construção e acesso às praias, com mansões dos milionários e o *Yacht Club* para aqueles turistas que possuem embarcações nesta marina. A região Central é onde fica o centro comercial do município com acesso a infraestrutura. Visto que, a ocupação e uso do turismo no município ocorreram com maior densidade na região Norte e Central, percebendo de forma clara na temporalidade da década de 2000.

Na década de 2010, a região Sul, passou por instalações de hotéis de luxo para atender a elite que frequenta Ilhabela. A instalação dos hotéis de luxo no Sul se dá de forma diferente da região Norte, nessa região os hotéis promovem a exibição do luxo, no Sul os hotéis reservam o luxo para os clientes; e usam como escudo as barreiras naturais, como os costões – objetos naturais. Provavelmente isso acontece pela mudança de comportamento do hóspede e/ou turista.

Existem hotéis de luxo e mansões na região Norte, sendo que o metro quadrado (m²) permanece mais caro do que na região Sul. Porém, a balneabilidade das praias da região Sul é melhor do que na região Norte, promovendo interesse na instalação dos novos meios de hospedagens. Nesta última década, a instalação é por completo dos meios de hospedagens nos espaços das praias do canal de São Sebastião, e existe a diversidade dos meios de hospedagens para atender qualquer público, de vários poderes aquisitivos, onde se percebe uma densa produção do espaço geográfico turístico sendo desenvolvido. No início da década de 2020, os meios de hospedagem têm novas formas, a forma-conteúdo é de objetos turísticos carregados de tecnologia e informação, característico do mundo globalizado. Mesmo a Ilha sendo um lugar com mais dificuldade para chegar estas

forças externas, ou até mais retardatário, ainda assim a globalização é avassaladora e implanta o tempo rápido, o global, e a verticalidade no território.

Figura 19: Análise temporal dos restaurantes em Ilhabela-SP



Fonte: Trabalho de campo realizado em janeiro de 2022. Organizado pela autora, 2022. Elaborado por Ramon Guerini Cândido, 2022.

Os mapas da figura (19) mostram o desenvolvimento dos restaurantes no espaço turístico, no período de 1957 a 2022, demonstrando a quantidade e diversidade de restaurantes instalados na Ilha.

Já com relação ao serviço de alimentação, no qual foi realizada uma análise temporal somente dos restaurantes³³ estabelecidos em Ilhabela (figura 19). Em 2022, não existem restaurantes que perduraram nas décadas de 1950, 1960 e de 1970. Percebe-se que na década de 1980 e 1990, são poucos os estabelecimentos. Será que as refeições eram realizadas nas residências ou nos meios de hospedagens? Ou existiram e não permaneceram até os dias atuais? Os moradores vendiam refeições aos turistas? Os turistas elitizados se deslocavam para outros lugares com suas embarcações para realizar as refeições? Uma destas perguntas pode ser respondida pelo uso da taxa de turismo, uma lei municipal Nº 011 de 04 de outubro de 1956, na qual 5% das contas gastas em hotéis, pensões, restaurantes, similares e casas de cômodos, realmente não contemplaram estabelecimentos alimentícios como os restaurantes.

No século XX, o serviço de alimentação, em específico os restaurantes, são poucos em funcionamento na Ilha. Com essa análise temporal, compreende-se que foi tardia a implantação dos restaurantes em Ilhabela pelo fato da atividade turística ter iniciado na década de 1950, e serem poucos os números de restaurantes, se comparados a quantidade de meios de hospedagens.

Os restaurantes da década de 1980 estão presentes na região Central e Sul. O restaurante instalado nesta área Central vai ao encontro da atividade turística que acontecia próximo ao *ferry boat*, uma região com mais objetos técnicos e maiores fluxos. Já a região Sul, estava no início da instalação dos objetos turísticos na região, a atividade turística era muito incipiente, porém, esse objeto turístico, na década de 1980, tem-se o início da consolidação do serviço de alimentação na praia do Curral, com maior distância para o *ferry boat*, é importante para o turismo ter infraestrutura para receber o consumidor dessa atividade. E em

³³ Dentre os tipos de equipamentos turísticos de alimentos e de bebidas – restaurantes, bistrô, bar, sorveteria, cafeteria etc., foi escolhido apenas a tipologia de restaurante para demonstrar na figura da análise temporal. Outro dado importante foi que os restaurantes foram retirados do OTA's TripAdvisor.

comparação à análise temporal dos meios de hospedagem com os restaurantes estão presentes nos mesmos bairros.

Já na década de 1990, são instalados mais restaurantes na região Central e na região Norte, e um na região Sul. Novamente os estabelecimentos tanto meios de hospedagens como restaurantes – objetos turísticos estão instalados nas mesmas regiões, consolidando o turismo de massa já presente na Ilha, e no território normado (SANTOS, 2006). Acredita-se que nesse período houve um aumento do fluxo de pessoas, de veículos e de mercadoria, além dos objetos turísticos estarem instalados em todas as regiões.

A década de 2000 apresentou um crescimento dos restaurantes instalados na Ilha, sendo a maior quantidade deles instalados é na região Norte e na região Central – conforme o mapa da figura 19 há uma intensa quantidade de objetos técnicos nessas duas regiões, muito próximas ao píer da Vila. Reafirmando a existência do turismo de massa que chegou à década de 1990, aumentando nas décadas seguintes, acredita-se que para suprir a necessidade dos turistas.

Contudo, não se pode deixar de relacionar os cruzeiros marítimos que passam a realizar escala em Ilhabela – uma das cidades a receber mais escalas no país, com passageiros desembarcando para realizar o turismo na ilha. Existe a possibilidade dos cruzeiristas efetuarem o consumo de alimentos de restaurantes durante as escalas, por outro lado, o consumo de hospedagem não é realizado por cruzeiristas, que geralmente retornam para o navio onde estão hospedados.

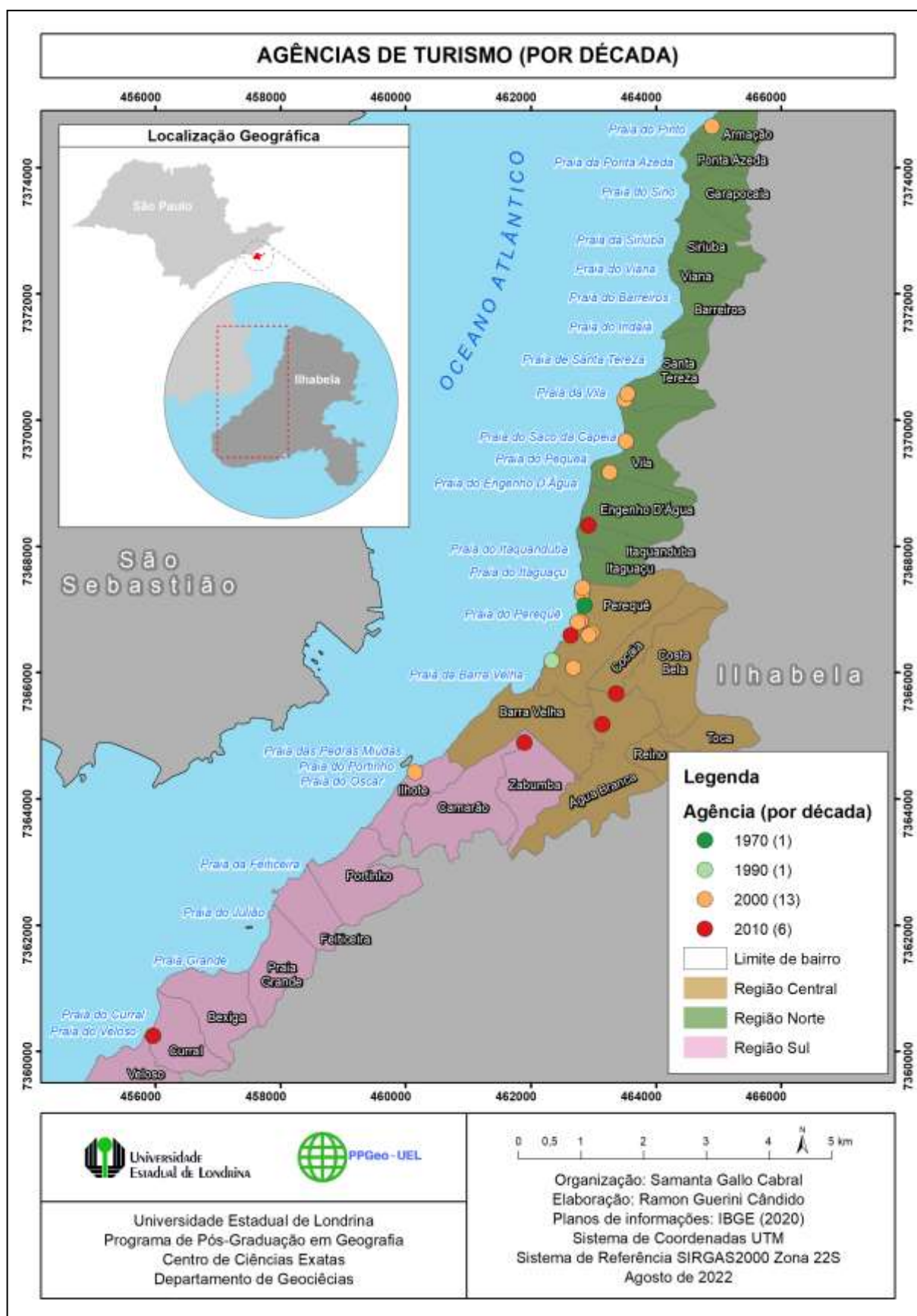
Porém, pode-se ver o primeiro restaurante na praia de Castelhanos – isso comprova que o turismo já existia antes da comunidade oficializar o turismo de base comunitária em 2017, o turismo traz outra fonte de renda para a comunidade caiçara de Castelhanos. Também existe algo peculiar na década de 2000, que são os restaurantes nos dois extremos – região Sul e região Norte, isso vai ao encontro do turismo de elite que se deslocam para áreas menos ocupadas e mais exclusivas (BENI, 2002). É relevante destacar que no objeto turístico de restauração, mesmo sendo escolhido um segmento, existe, por exemplo, cozinhas de restaurante comandadas por caiçaras e por *chef* de cozinha, o turismo de Ilhabela permite esse tipo de segmentação, mesmo em objetos turísticos com características de horizontalidade.

Na década de 2010, os restaurantes já estavam presentes em todas as regiões do lado do continente, somado ao turismo de cruzeiros que teve uma época abundante de cruzeiros marítimos e chegando a 136 escalas na Ilha – temporada 2009/2010. Na década de 2010, a praia do Bonete recebe o seu primeiro restaurante – outra praia com comunidade de caiçaras que também tem o turismo como fonte de renda extra. No final da década de 2010, a globalização atua com mais força na Ilha, os objetos turísticos passam a estar presente nas regiões Norte, Centro e Sul, com alta densidade tecnológica – está presente a verticalização, com maior influência de aspectos globais, aliada ao tempo rápido, mesmo que o turista não perceba, há mais forças globais, forças de fora agindo no território da Ilha.

E por último, este início da década de 2020, quando ocorreu a pandemia da Covid-19, com *lockdown*, e a população evitou viajar a lazer e, em certos períodos, houve intenções diferentes de realizar o turismo na pandemia. Podem-se citar duas delas para compreender esses novos objetos técnicos de alimentação nesse período, viajar para trabalhar em *home-office* e para lugares contemplados pela natureza. Mesmo assim, houve abertura de restaurantes neste período, o contraponto é que muitos restaurantes de Ilhabela foram fechados na pandemia.

Restaurantes são objetos turísticos utilizados tanto por turistas quanto pela população local. Na pandemia, com a diminuição de turistas, a população local fez uso desses objetos e consolidou as empresas de entrega de comida pela internet (*ifood, rappi, uber eats* etc.). Nos restaurantes, a tecnologia pode estar na cozinha - em equipamentos para a cocção dos alimentos, como nos fornos de combinado, no salão - utilizando QR code para o acesso ao cardápio, e nas entregas - utilizando os aplicativos para a comunicação de pedidos. Com isso, entende-se que os restaurantes podem ter alta densidade tecnológica, relacionada ao período do meio técnico-científico-informacional (SANTOS 2006). Faz-se necessário dizer que os restaurantes vistos como objetos turísticos, funcionam em ambientes construídos que já foram residências em um determinado tempo histórico, ou de fazenda – apresentando uma rugosidade, ainda mais o município que teve seu início há muito anos, assim, apresentando um ambiente híbrido. O mapa da figura 20 apresenta a análise temporal das agências de viagens que são os objetos turísticos com maior intensidade no território neste século.

Figura 20: Análise temporal das agências de viagens de Ilhabela - SP



Fonte: Trabalho de campo realizado em janeiro de 2022. Organizado pela autora, 2022. Elaborado por Ramon Guerini Cândido, 2022.

Com relação à análise temporal das agências de viagem³⁴ em um município como Ilhabela, faz-se necessário explicar agência de viagem receptiva e agência de viagem emissiva, respectivamente, agência preparada para receber o turista na localidade e agência preparada para vender outros destinos para o turista. Em Ilhabela existem os dois tipos de agências, porém todas atuam no receptivo. Além disso, uma delas vende passeios na Ilha, antes do desembarque e atuando dentro do navio de cruzeiro. Outro dado importante é sobre as características naturais da Ilha, que permitem que o turista não contrate uma agência durante a viagem, por exemplo, da praia do Perequê, é possível realizar a visita à praia ou a cachoeira sem um guia.

Por outro lado, para chegar a outros atrativos naturais é necessária a contratação de agência de viagem – praia de Castelhanos ou ter um veículo 4x4 para atravessar o Parque. Ainda, pode-se dizer que existem turistas que preferem se deslocar de forma independente e outros turistas que escolhem o deslocamento de forma guiada.

Em vista disso, percebe-se que o número de agências de viagens é menor do que os outros objetos turísticos estudados nesta pesquisa. Na década de 1970, ocorreu a abertura de uma agência no bairro Perequê, período que havia o turismo de elite, e, mais tarde, na década de 1990, uma segunda agência entra em funcionamento também instalada no bairro do Perequê, agora pode atender este novo tipo de turista na Ilha, o turista de massa. Lembrando que o bairro Central é passagem para a região Norte da Ilha.

Percebe-se no mapa da figura 20, que as agências de viagens estão concentradas na região Central, na praia do Perequê, o motivo é a facilidade de acesso, próximo ao embarque e desembarque de veículos e passageiros *do ferry boat*, saídas das embarcações realizadas neste bairro e a proximidade da entrada do Parque.

Na década de 2000, existe um aumento do número das agências de viagens, impulsionado pelo número de cruzeiros marítimos. Próximo ao desembarque de passageiros existe o *pier* e um *stand* montado para as empresas que realizam passeios, no segmento de agências de viagens receptivo, locadora de

³⁴ Os nomes das agências de viagens e o ano de início de funcionamento foram cedidos pela prefeitura municipal de Ilhabela.

veículos (vans, buggies, jipes etc.). O *stand* foi organizado pela prefeitura, uma função necessária na época de número alto de cruzeiristas que desembarcavam na Ilha, assim, apresenta um espaço turístico normado. Quando houve a expansão das agências de viagens receptivas, principalmente para atender os cruzeiristas, vieram pessoas de outros municípios com experiências ou não para trabalhar nesse ramo, já que perceberam uma lacuna nessa área.

Percebe-se que objetos técnicos como os cruzeiros marítimos, trata-se de elementos que resultam da verticalização, ou seja, promovidos por agentes globais, que influenciam diretamente a dinâmica da Ilha. Houve a vinda de forasteiros interessados em trabalhar com os passeios e a abertura da agência. Esse aumento constatado na figura 20, durante a década de 2000, comprova que os cruzeiros marítimos geraram impacto no espaço geográfico. Outro fato que chama a atenção é a instalação da maioria das agências de viagens receptivas na região Nortes na praia da Vila – localizado no desembarque dos cruzeiristas.

Já na década de 2010, em comparação ao número de abertura de agências é a metade da década anterior, acompanha o declínio dos cruzeiros marítimos no Brasil e, conseqüentemente, das escalas em Ilhabela. Algumas agências estão instaladas mais distantes das praias, mais no interior, localizadas na região Central. Em 2022, as agências de viagens reclamaram durante a pesquisa da diminuição de clientes e dos concorrentes proprietários das empresas de veículos, como os jipeiros, que vendem o passeio pela metade do valor da agência demonstrando esse tipo de concorrência e, para isso, o proprietário da agência justifica o pagamento do aluguel e de funcionários, em comparação aos jipeiros que não tem estes gastos.

Faz-se necessário dizer que os objetos turísticos – agências de viagens e empresas de veículos para transporte foram impulsionadas pelo número de escalas de cruzeiros marítimos na Ilha, sendo que hoje o número de agências precisa encontrar outro público para sanar essa diminuição. Esse objeto turístico está intrinsecamente ligado à abertura de cabotagem de navios de cruzeiros na costa brasileira, que teve como consequência as escalas de navios no espaço turístico de Ilhabela principalmente pela proximidade do porto de Santos e do Rio de Janeiro.

Outro ponto importante é a tecnologia e informação que permeiam os passeios comercializados pelas agências de turismo. Esses objetos turísticos vêm tendo um aperfeiçoamento nos seus produtos e serviços por conta da comunicação, venda, operação e transporte, impulsionados pelo último período do meio técnico-científico-informacional. Exemplificando: a venda feita pela OTA, a comunicação pelo *WhatsApp*, a pesquisa para saber se terá um golfinho durante o passeio para ser avistado pelo grupo de turista, o transporte confortável para o deslocamento dos turistas, são promovidos pelos objetos técnicos e ações especializadas dos trabalhadores. Nesse próximo tópico será apresentado os pontos turísticos de Ilhabela tanto objetos naturais quanto os objetos artificiais.

5.1.2. Principais pontos turísticos de Ilhabela

Este tópico tem como objetivo apresentar a oferta turística – atrativos naturais e culturais do município de Ilhabela. Para tanto, foi confeccionado um mapa que será exibido mais adiante, com base no plano gestor de turismo de estância balneária de Ilhabela (figura 21). Perante isso, caracterizam-se os atrativos naturais como: praias, cachoeiras e poços, riachos, mergulhos e trilhas. Somam-se um total de 41 praias, quantidade esta que reflete a diversidade desses ambientes naturais localizados de frente para o mar e voltados ao continente, atraindo assim, uma grande diversidade de públicos.

Em relação às trilhas, somam um total de 20 delas que apresentam funções diferentes. Trilhas localizadas do lado Oeste geralmente são para chegar numa cachoeira ou num pico do morro, já as trilhas do lado Leste além dessa função, também servem para atravessar de uma praia para outra. Como no leste da Ilha de frente para o mar e a proximidade das praias com a mata do Parque se misturam, os deslocamentos de um lugar para outro são realizados por essas trilhas. As trilhas e as cachoeiras são peculiaridades que tornam Ilhabela um lugar especial. A ilha soma um total de 15 cachoeiras e poços, atrativos naturais que estão presentes nesse espaço devido, o relevo acidentado que proporciona essas quedas.

A ilha apresenta outra particularidade que são as áreas de mergulho, dando ao turista a opção de realizar o mergulho autônomo nos naufrágios (Darf e Teresina, representados no mapa e outros não presentes) localizados no extremo

Sul da Ilha. Relata-se que a rotação dos instrumentos utilizados pelas embarcações, como as agulhas de bússola eram descompensadas pela magnetita, mineral presente nas rochas magmáticas, o que influenciou indiretamente nos naufrágios em Ilhabela, região caracterizada por paredões rochosos. Tem ainda, o mergulho livre que ocorre em três praias da região Sul e uma praia do extremo Norte.

Outro atrativo importante é a Ilha das Cabras, que retorna ao patrimônio público. Está sendo implantado nessa ilha um museu da cultura caiçara com previsão de ser inaugurado em 2025, sendo assim, outro atrativo turístico possível que será de possível visitação. Inclusive, já houve a intenção da prefeitura instalar um aquário nesse local.

O lugar ainda apresenta outros tipos de atrativos naturais sendo eles: quatro mirantes no lado Leste e no Oeste, em alguns deles até foram instaladas placas com o nome do município para os turistas tirarem fotografias junto delas, realizando assim, um s til *marketing*, além da paisagem. Contempla-se ainda, as piscinas naturais ocasionadas pela água do mar represada em dois locais da Ilha.

Os atrativos naturais do município de Ilhabela, ou seja, objetos naturais que deram início ao turismo e que ainda impulsionam a atividade na Ilha, desempenham características que despertaram o interesse das pessoas para se deslocarem para lá. Algumas dessas pessoas com o claro objetivo de investir nos objetos técnicos para constituírem a estrutura turística necessária para receber turistas e obterem lucros com isso.

O Parque Estadual de Ilhabela (PEIb) traz um diferencial para a cidade, fazendo algo muito peculiar para o turismo de praia, além da praia o turista pode consumir a mata com rios, morros, cachoeiras e picos. O *trade* turístico faz uso do PEIb, não somente as agências de viagens receptivas, que desenvolvem a suas atividades no Parque, mas também os meios de hospedagem e os restaurantes, que fazem uso indiretamente, pelas pessoas que consomem o PEIb. Apesar de haver um consumo turístico, as normas ambientais fazem do PEIb um impedimento para o avanço da exploração turística do território de forma desordenada. Os meios de hospedagem não estão instalados nos morros adentro pela barreira do PEIb, a exploração dos rios e das cachoeiras pelas agências de viagens receptivas praticando rapel, cachoeirismo, a transformação dos espaços dos rios formando

piscinas artificiais cimentadas, por causa do PEIb – resultando numa água doce possível de ser consumida pelos moradores do município.

Para Edvaldo Peres (2022) “a área citada [PEIb], correspondente a 80% do município, é administrada pelo Estado [...] porém, cabe à prefeitura incentivar, fiscalizar e investir na preservação junto ao Estado”. Mas, foi dito por um respondente durante a pesquisa que uma gestão municipal cogitou diminuir a área do Parque.

Acrescenta-se também que, o PEIb protege as duas comunidades tradicionais que estão na praia do Bonete (70 famílias) e na praia de Castelhanos (30 famílias), essas praias que estão localizadas na região leste para o mar aberto, são praias tombos, que necessitam de barco voadeira para desembarcar os turistas e chegar em terra. Imediatamente, entende-se que o PEIb e a localização dessas praias também protegem da exploração do turismo desregulado e da especulação imobiliária.

A respeito dos atrativos culturais – objetos técnicos artificiais, são na sua maioria do ciclo da agricultura, como: fazendas, capelas, igreja, faróis, ruínas, sítio arqueológico, construção histórica – materiais. Por ter no passado a colonização e forte presença do catolicismo, na Ilha existe uma (1) igreja matriz, chamada de Nossa Senhora D’ Ajuda – Vila, além de doze (12) capelas espalhadas por todo seu território. As fazendas agrícolas são seis (6) espalhadas pelo município, a fazenda São Mathias é uma delas, a qual promove eventos sociais e hospedagens. Pode-se citar também a Fazenda do Engenho D’ Água desapropriada pela prefeitura por 23 milhões de reais, é tombada pelo Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e pelo Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico) que é aberta ao público para visita de forma gratuita.

A Ilha contempla dois faróis que estão posicionados no seu lado Oeste, nas suas extremidades tanto do Norte como do Sul. Os faróis são estruturas com fonte de luz, cuja função é orientar as embarcações durante a noite.

Conservados pelo tempo e alterado de funções, tem-se a casa da princesa que é onde funciona a câmara municipal – o local era uma residência privada e funcionou como quartel da marinha durante a revolução constitucional de 1932. Foram cadastrados no Iphan 62 sítios arqueológicos, confirmou-se pelo

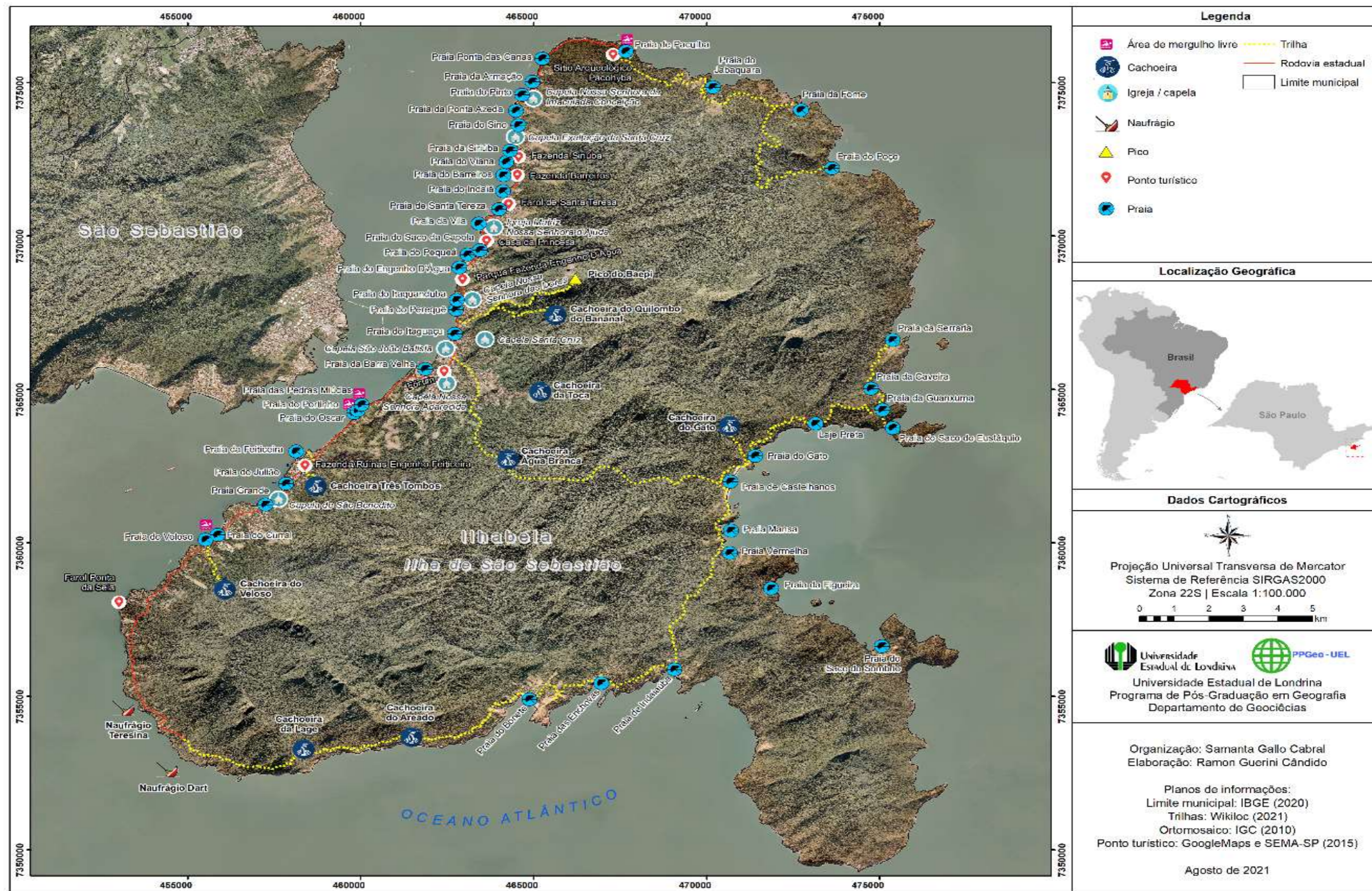
estudo que os primeiros habitantes eram homens que pescavam e coletavam, ainda não dominavam a agricultura e sobreviviam do que a natureza oferecia em um período de meio natural sem o domínio de técnicas avançadas. Também tem o prédio que era o Fórum, e hoje funciona a sede da administração do Parque Estadual de Ilhabela.

Já entre os atrativos culturais imateriais podem ser citados aspectos religiosos e festivos como: santo padroeiro, lendas, cultura caiçara – canoa de voga, festas religiosas: Nossa Senhora D’Ajuda, São Benedito, procissão de São Pedro, Santa Verônica, festival do camarão, da lula, da sardinha, da tainha, do xerelete.

É válido ressaltar que, o Plano Gestor de Turismo de 2005 em comparação ao Plano Gestor de Turismo de 2020, houve relativo aumento do número de atrativos naturais e culturais na ilha. Acredita-se que seja necessária certa criteriosidade para inserir como atrativo turístico artificial para que não haja uma banalização desses objetos artificiais. Após esta apresentação descritiva dos atrativos turísticos³⁵ na ilha, apresenta-se na figura 21 o mapa que representa a localização e denominações desses atrativos.

³⁵ Acrescenta que no anexo A apresenta os passeios realizados pelas agências de viagens receptivas, tanto pelo mar quanto por terra e por aéreo, utilizando os veículos e várias agências realizam *city tour* que pode ser em atrativos naturais e culturais.

Figura 21: Mapa dos principais pontos turísticos de Ilhabela - SP



Fonte: Trabalho de campo realizado em janeiro de 2022. Organizado pela autora, 2022. Elaborado por Ramon Guerini Cândido, 2022.

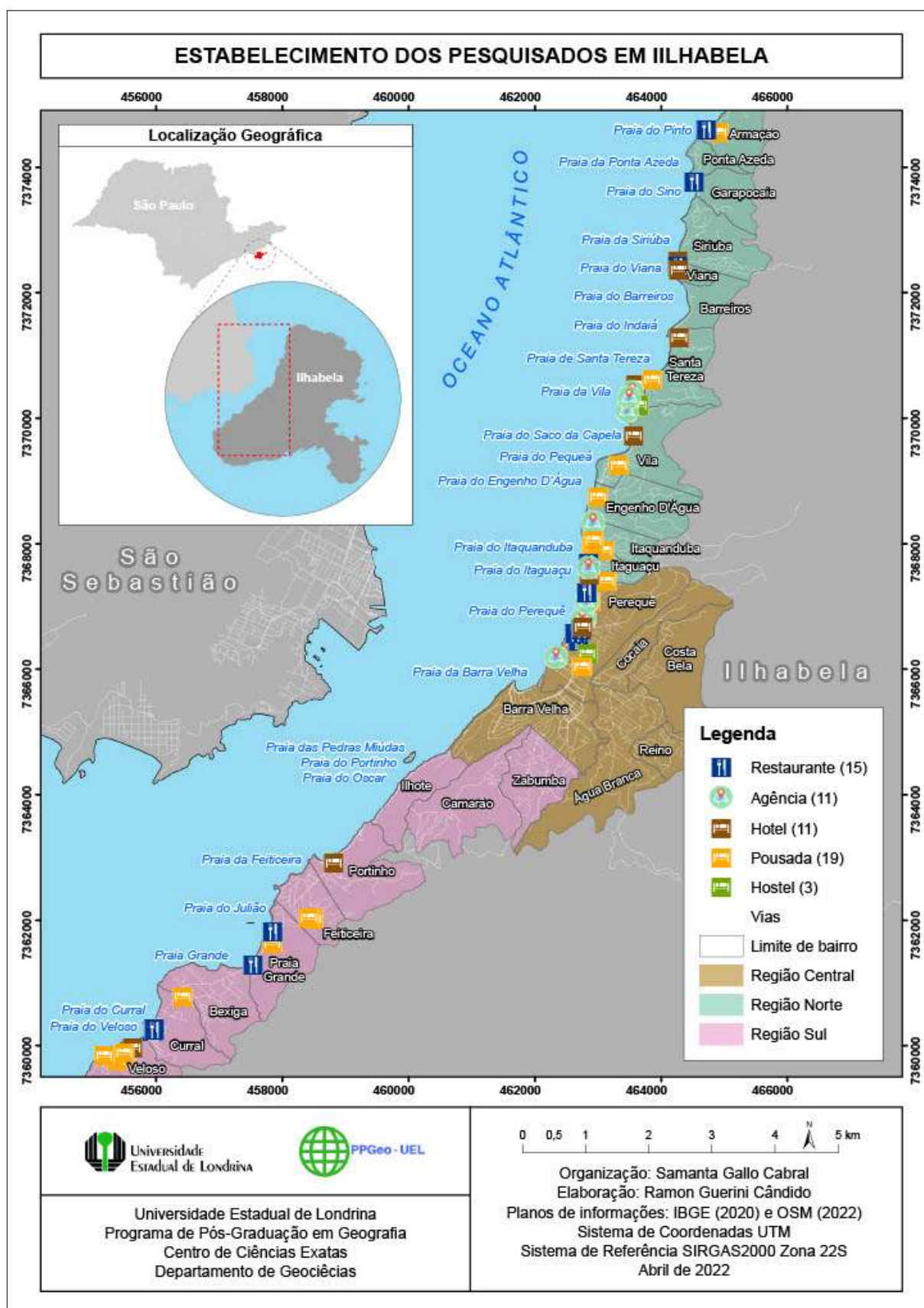
5.1.3. Perfil socioeconômico da população pesquisada

Nesta seção, são abordados os impactos das atividades turísticas e hoteleiras em Ilhabela, por meio da análise dos dados empíricos coletados em trabalho de campo. A pesquisa de campo aconteceu no período entre 24 de janeiro a 20 de fevereiro de 2022, quando foi aplicado o questionário (apêndice 01) ao *trade* turístico (meios de hospedagem, agência de viagem receptiva e/ou emissiva, restaurantes). Primeiramente, aplicado na região central – praia do Perequê, depois pela região Norte da Ilha – no sentido da praia da Armação até a praia do Perequê, e em seguida, da região Sul – no sentido da praia do Veloso até a praia do Perequê. A maior parte dos entrevistados responderam as questões, dando um panorama muito bom de compreensão da realidade estudada, no entanto, alguns trabalhadores representando o seu respectivo *trade* turístico não quiseram responder o questionário.

Já em relação à entrevista aplicada ao servidor do poder público (apêndice 02), constatou-se certa resistência, a opção feita pelo entrevistado, foi responder por escrito as respostas da entrevista via *e-mail*. Observou-se nas entrevistas que a população estava arredia e apreensiva em responder as perguntas.

Para melhor sistematizar e representar a espacialização dos objetos técnicos que envolvem o *trade* turístico de Ilhabela, bem como a densidade dos tipos de agentes turísticos em cada parte do município que contribuíram respondendo às questões, foi elaborado o mapa da figura 22. No mapa é possível observar a quantidade de restaurantes, agências de viagens receptivas, hotéis, pousadas, e *hostels*, em cada região intramunicipal, sendo elas: Norte, Central e Sul.

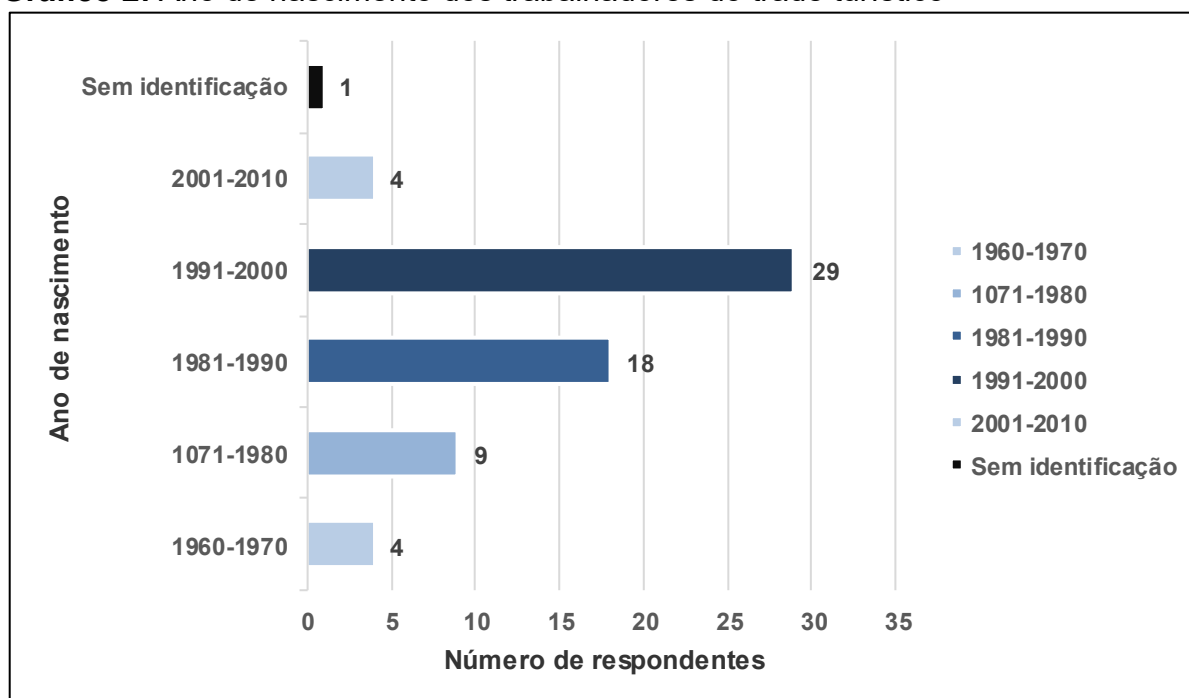
Figura 22: Mapa dos estabelecimentos que contribuirão com a pesquisa



Fonte: Trabalho de campo realizado janeiro de 2022. Organizado pela autora, 2022. Elaborado por Ramon Guerini Cândido, 2022.

Foram 64 indivíduos entrevistados do *trade* turístico que responderam às perguntas, não havendo uma pré-seleção. O intuito foi aplicar o questionário em todas as regiões de Ilhabela para perceber se havia alguma diferença nas respostas conforme a localização das praias, as pesquisas foram realizadas em meios de hospedagens, restaurantes e agências de viagens. Entre os respondentes 86% são funcionários e 14% são proprietários, compreende esse percentual, por geralmente serem os funcionários que atuam na linha de frente diretamente com os turistas, possibilitando fácil acesso e disponibilidade para responder à pesquisa. No gráfico 2, pode-se visualizar o ano de nascimento dos trabalhadores que responderam ao questionário.

Gráfico 2: Ano de nascimento dos trabalhadores do *trade* turístico



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Em relação ao ano de nascimento dos respondentes, a maior parte, é nascida entre os anos de 1991 e 2000 (44%), seguidos por nascidos entre 1981 e 1990 (27%), são esses os dois períodos com maior quantidade de indivíduos, sendo eles jovens com no máximo 32 anos (gráfico 2). São pessoas da geração Y³⁶ e

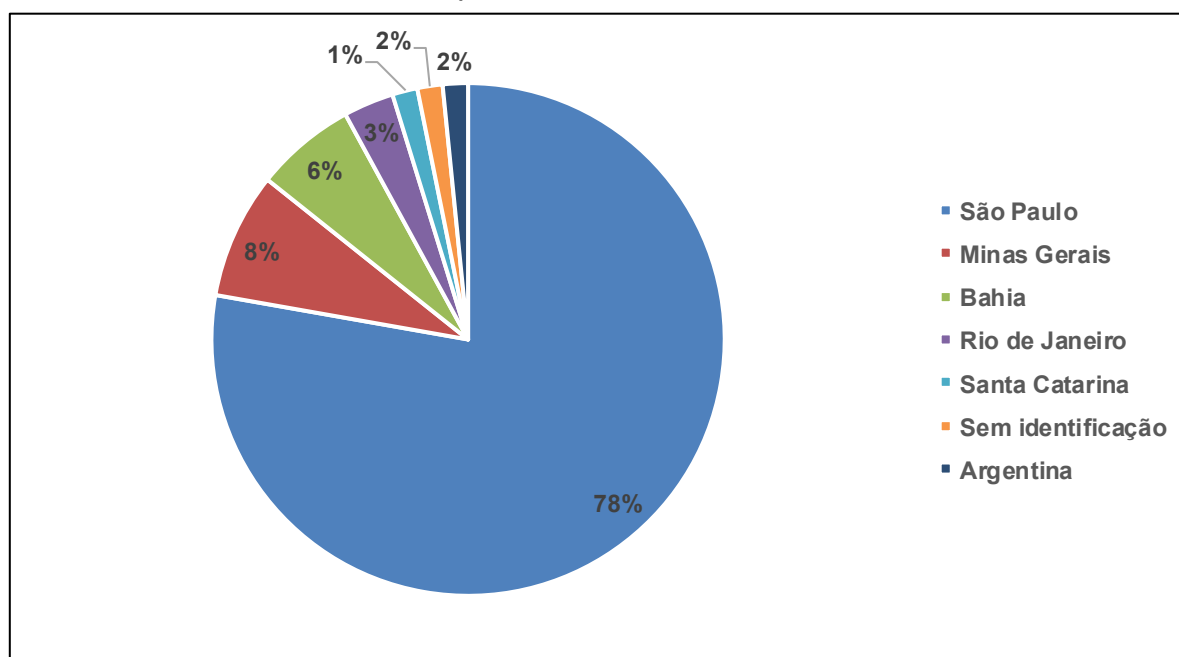
³⁶ Geração Y: nascidos aproximadamente entre 1981 e 1994, sendo bastante tecnológicos.

geração Z³⁷, que cresceram no período de início da disseminação do meio técnico-científico-informacional, que interagem com o mundo tecnológico e informacional de uma forma natural. A destreza dessa geração é estar conectado de maneira orgânica ao manusear os aparelhos com tecnologia.

Para Santos (2006, p. 218), “[...] a localidade se opõe à globalidade, mas também se confunde com ela”. Essa confusão entre o local e o global, é percebida no trabalho que, por um lado o trabalhador, por ter a tecnologia no dia a dia gera no trabalho uma habilidade com as tecnologias, principalmente com a chegada da verticalização, como por exemplo, as agências de viagens online. Trata-se de um movimento do global para o local, que a tendência é sempre avançar no uso das tecnologias. Por outro lado, trabalhadores autônomos em empresas de entrega de alimentação e empresa de transporte privado urbano, possuidoras de elementos da verticalidade, têm a sensação de ser seu próprio empresário, porém, a verdade é que esses trabalhadores não têm seguridades trabalhistas.

Os elementos de verticalidade, de forças globais, denominadas tempo rápido, geram a dissolução dos vínculos empregatícios, além de criar uma rotina exaustiva. No gráfico 3 apresenta-se a naturalidade dos respondentes.

Gráfico 3: Naturalidade dos respondentes



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

³⁷ Geração Z: nascidos a partir de 1995, sendo imersos na tecnologia.

A crescente utilização de aplicativos para compras em geral, resulta em novos hábitos de consumo que favorecem a lógica explicada anteriormente. Percebe-se que 78% dos indivíduos são do estado de São Paulo, o que representa a maioria dos respondentes. Desse percentual, a maior parte é da capital, em seguida, o restante do interior do estado de São Paulo.

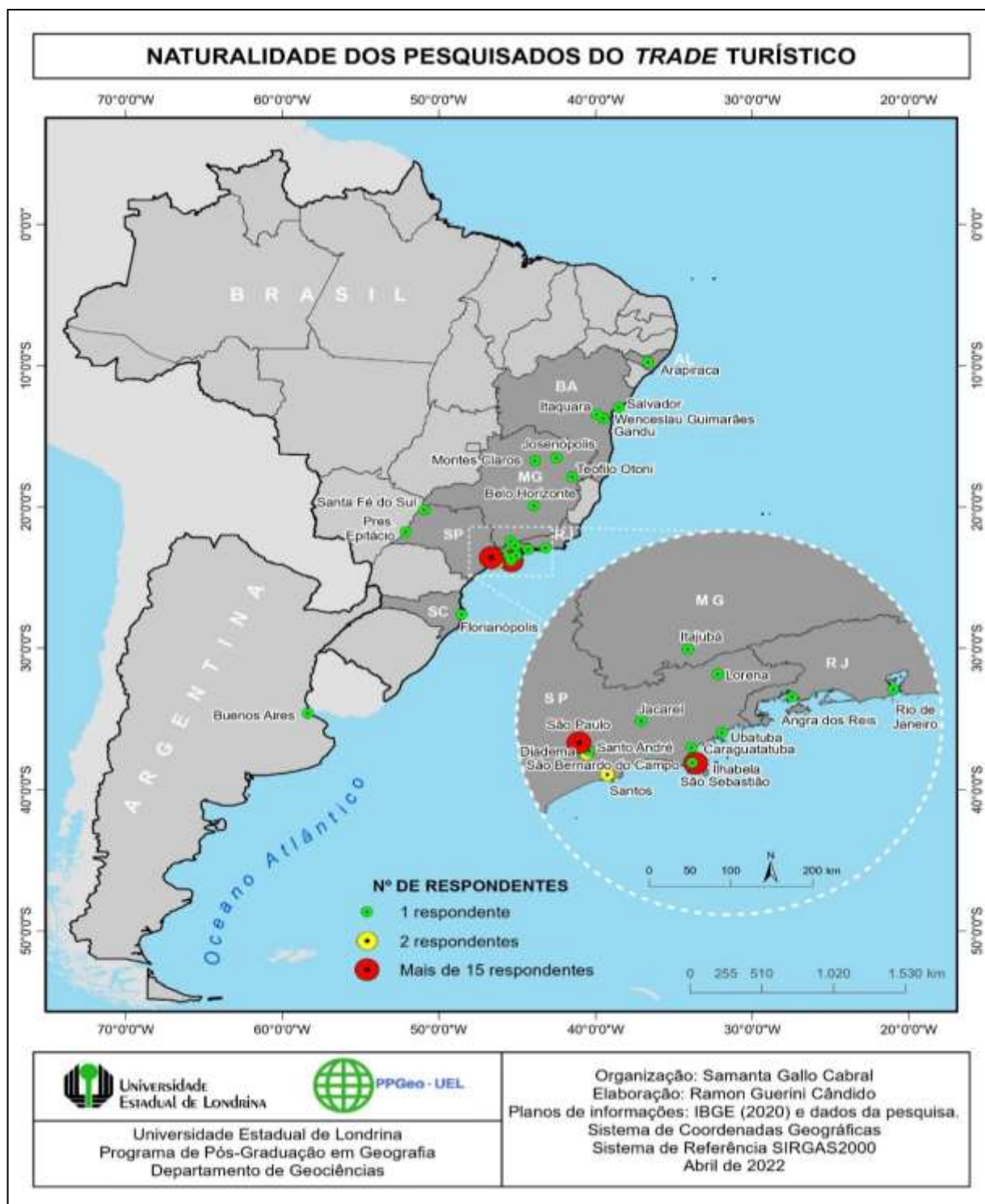
Durante a aplicação dos questionários, foi comunicado que a gestão municipal no período de 2001-2004, teve a política de buscar pessoas de outros estados como: Minas Gerais e Bahia para trabalhar no setor de construção civil e turismo e, conseqüentemente votarem também no município, já que passaram a ser munícipes, sendo uma política de captação de pessoas que repercute no eleitorado, pela busca de trabalhadores que não estão disponíveis em Ilhabela. Foi dito por um dos respondentes, que a busca por novos trabalhadores acontece “já que os caiçaras são preguiçosos”, isso é uma fala habitual dita antes pelos portugueses sobre os indígenas, sendo apenas ressignificada. Cabe aqui dizer que os caiçaras vivem de outra forma em tempo lento – em consonância com a natureza, e que deve ser respeitada a escolha de cada um em viver do seu modo. Demonstrando a banalização da cultura dos caiçaras por ser uma comunidade minoritária, que sofre preconceito pela sua cultura diferenciada.

Esse relato de buscar pessoas de fora do município para trabalhar foi de mais de um respondente, além de que, é sabido do crescimento exponencial do número de habitantes, acredita-se que haverá muitas pessoas originárias desses estados trabalhando no turismo. Todavia, essa amostra apresenta algo comum, a maioria das pessoas são de origem do estado de São Paulo, onde está localizada Ilhabela e é mais o próximo. A maior migração de pessoas é da cidade de São Paulo, julga-se pelo fato de as pessoas quererem mudar da “selva de pedras” para um município onde a natureza prevalece.

Outro ponto a ser debatido é sobre o trabalhador do turismo que tem como característica, trabalhar 6 dias por semana, com apenas uma folga semanal, trabalhar nas férias e nos feriados, enquanto outras pessoas estão se divertindo. Ao longo dos anos, isso pode fazer com que, os trabalhadores do turismo queiram trabalhar em outras áreas, como por exemplo, no setor administrativo e deixem a área do setor operacional do turismo. O gráfico 3 busca demonstrar a naturalidade

dos respondentes. Para melhor entendimento da origem dos respondentes envolvidos na pesquisa, apresenta-se na figura 23 o mapa com a espacialização de suas naturalidades.

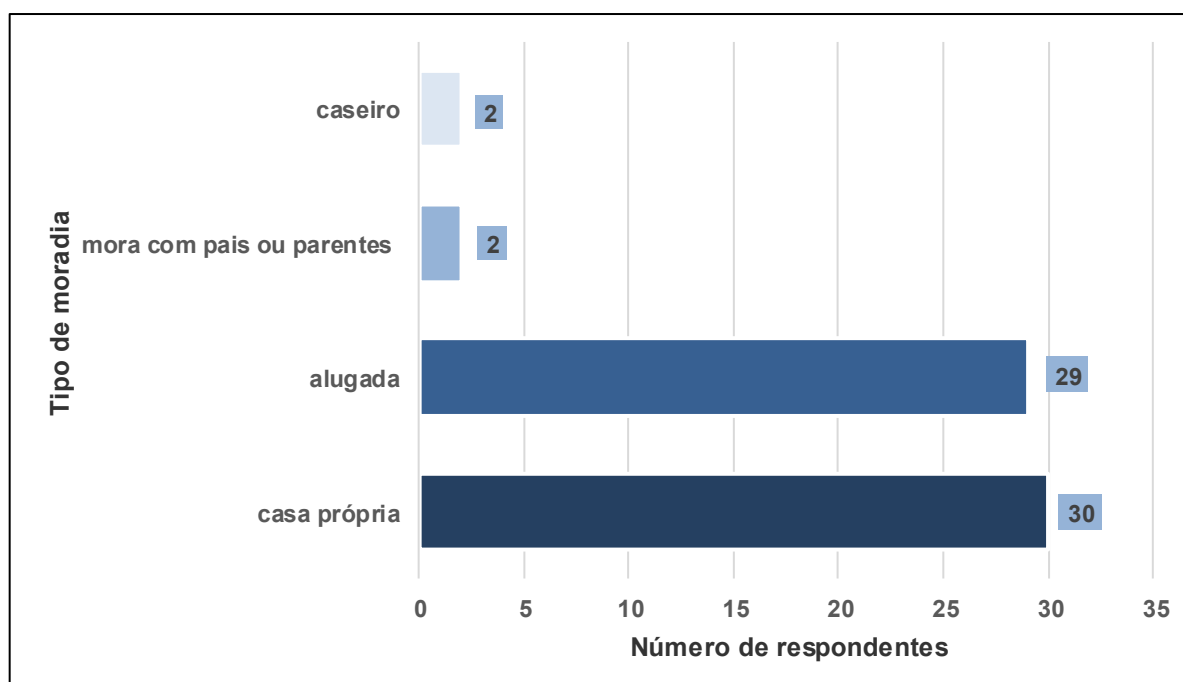
Figura 23: Mapa da naturalidade dos respondentes que compõem o trade turístico



Fonte: Trabalho de campo realizado janeiro de 2022. Organizado pela autora, 2022. Elaborado por Ramon Guerini Cândido, 2022.

Como se percebe na figura 23, os trabalhadores que responderam aos questionários, migrantes de outros estados (fora o estado de São Paulo) estão em menor número e espalhados no território brasileiro e até no território argentino – a imagem do mapa representa essa busca dos trabalhadores relatados pelos respondentes. Existe uma concentração de migrantes do município de São Paulo, sendo essa a maior parte e, as demais migrações, do interior do estado de São Paulo. Um ponto positivo a destacar é que o maior número de respondentes é de naturais de Ilhabela, indicando que atividade turística emprega indivíduos nascidos na cidade. O próximo gráfico 4 apresenta a tipologia de moradia dos respondentes do *trade* turístico investigado.

Gráfico 4: Tipologia da moradia dos respondentes

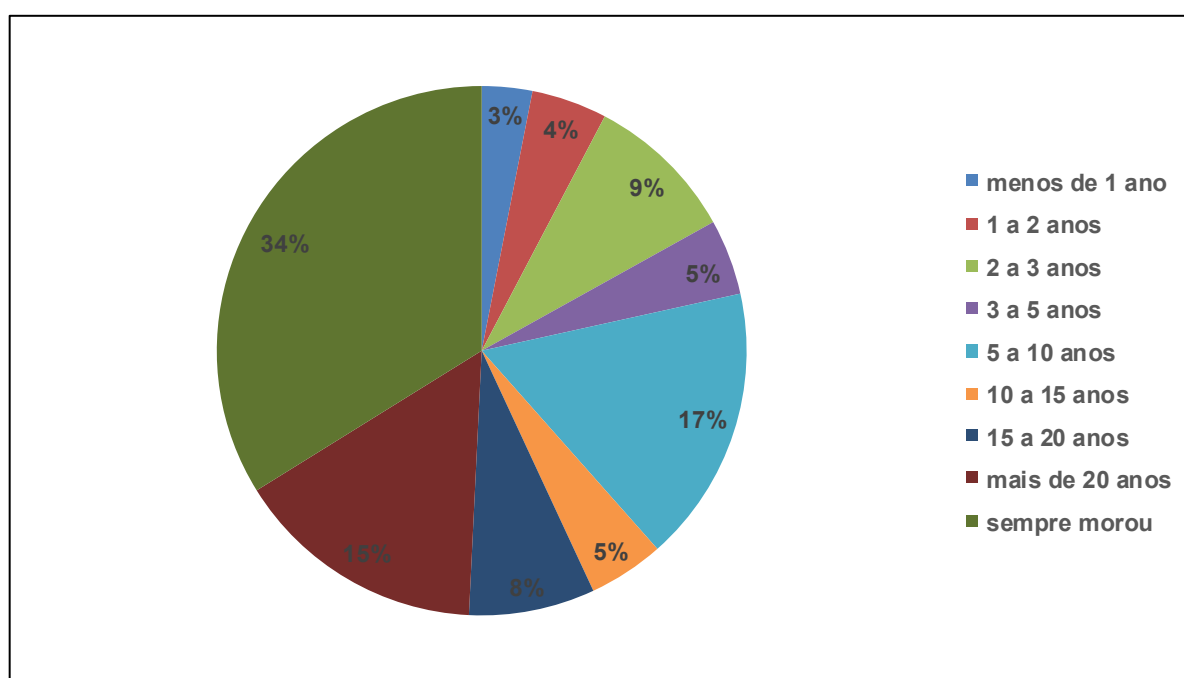


Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Sobre o tipo de moradia (gráfico 4), 46,88% (30) dos respondentes possuem casa própria, considera-se um número alto pelo valor do metro quadrado (m^2) no município de Ilhabela. O metro quadrado em Ilhabela varia de R\$ 300,00 reais a R\$1500,00 reais, dependendo da região, sendo que na região Central e Norte o valor é mais alto e na região Sul mais barata. Outro aspecto que varia o preço do metro quadrado é a vista que o terreno proporciona e o tamanho da área

que pode ser construída no terreno. Por outro lado, a porcentagem da população que não tem sua casa própria passa de 50%, em um mundo ideal os indivíduos devem ter a sua casa própria – direito à moradia própria, mas como foi dito o metro quadrado na Ilha é alto, fora outros aspectos como: solicitação para poder realizar a construção no terreno e o aguardo da permissão, influenciam na obtenção da casa própria pelo indivíduo. Já no gráfico 5, é apresentado o período que os respondentes residem na ilha.

Gráfico 5: Período que os respondentes residem no município de Ilhabela



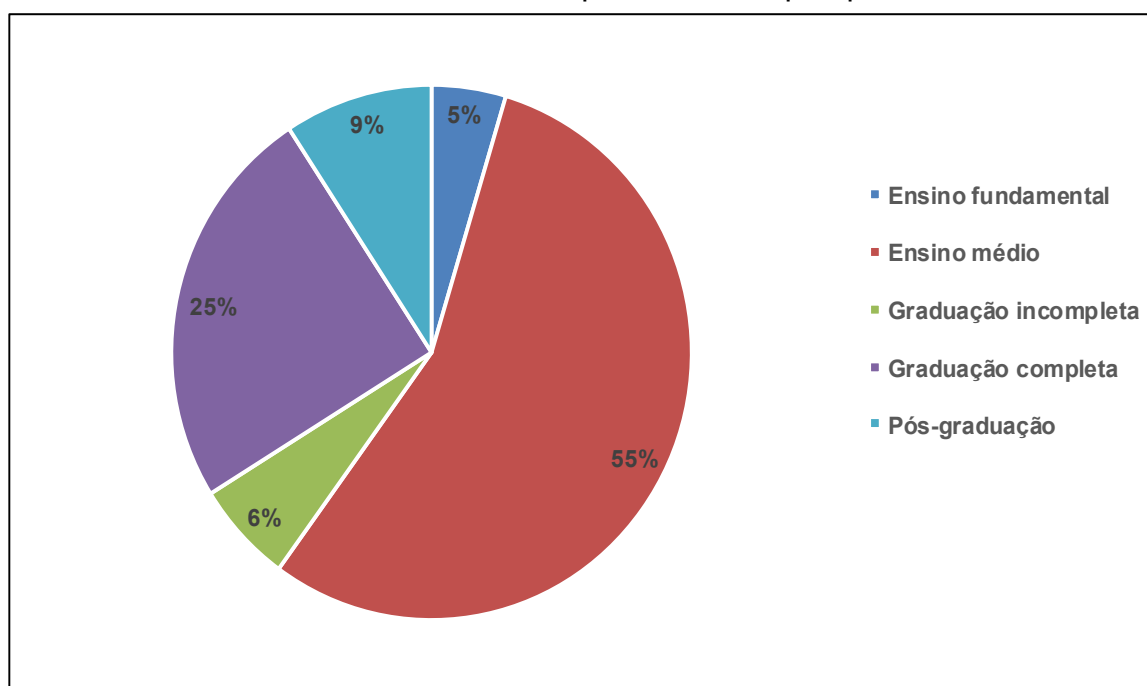
Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

O gráfico 5 mostra a relação com o lugar, isso porque 34% dos respondentes, a maioria, sempre morou na Ilha. Constata-se com isso que, criou-se uma rede de solidariedade, uma atmosfera agradável, um vínculo do mercado turístico com a comunidade existente, o que demonstra um pertencimento com a Ilha. Em seguida, representando 17%, são os que vieram a morar no município entre 5 e 10 anos, e por último, os que vivem há mais de 20 anos, representando 15%. Assim, houve a migração de 17% no período de 5 a 10 anos e de 9% no período de 2 a 3 anos. Essa migração pode estar relacionada com a crise econômica e política brasileira que se iniciou em 2015, com o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff e que perdura até a atualidade.

Por outro lado, a causa dessa migração pode ter ocorrido pelo pagamento dos *royalties* pela Petrobrás ao município de Ilhabela. Dois respondentes disseram que “Ilhabela não precisa da atividade turística para viver, que eles podem fechar o seu comércio e viver dos *royalties* - sugerindo ao gestor municipal dividir o valor dos *royalties* por habitantes - que eles viveriam bem”. Até mencionaram que Ilhabela não precisava da atividade turística, a atividade turística gera uma receita e aos moradores viverem dos *royalties* não é viável, gera uma renda espacial, ou seja, acontece uma dinâmica socioespacial pelo turismo, são consequência do turismo na prestação dos produtos e serviços.

Os turistas são atraídos pelas belezas da natureza natural, porém, esses mesmos turistas ao realizar a atividade em Ilhabela consomem espaços da natureza artificial que são os meios construídos (*trade* turístico). Exemplificando, os turistas querem a natureza, como: água límpida, vegetação não explorada, mas não renunciam aos objetos, exemplo o ar-condicionado, a banheira. Por fim, os turistas buscam os dois tipos de natureza e vão para Ilhabela onde os objetos proporcionam conforto e comodidade da vida moderna, a psicofera anima um tecnosfera é a soma do espaço geográfico. O gráfico 6 apresenta o nível de escolaridade dos respondentes do *trade* turístico do município de Ilhabela.

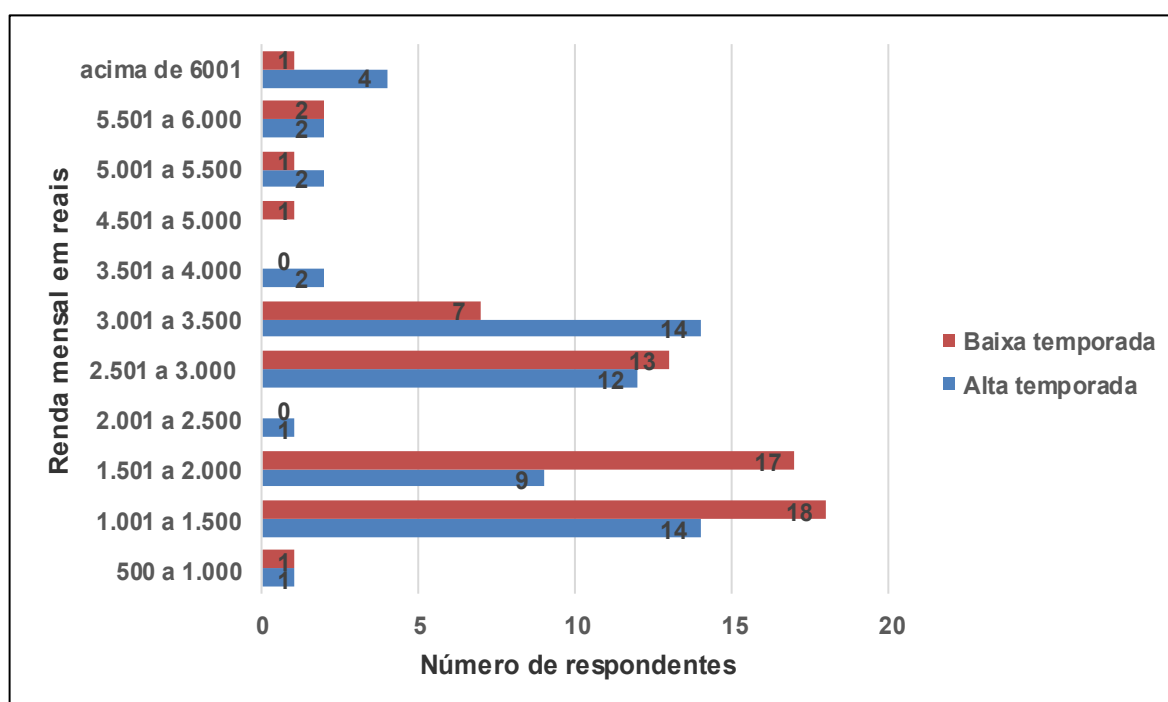
Gráfico 6: Nível de escolaridade dos respondentes da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

No gráfico 6, em relação à escolaridade, o maior número de trabalhadores tem o Ensino Médio (55%), seguidos por 25% do total com Ensino Superior. A formação acadêmica na atividade turística em Ilhabela não é exigida, o que fica claro quando 55% dos trabalhadores possuem Ensino Médio. O turismo não é uma área que força ou/e busca um trabalhador com estudo acadêmico, geralmente, demonstra interesse pelo curso técnico ou experiência na área. Sem ter a necessidade da especificidade da formação acadêmica no turismo, podendo qualquer indivíduo com formação acadêmica ou não trabalhar na área, o que pode ser o motivo para muitos cursos de graduação em turismo terem fechado no Brasil, de 2000 a 2022. Já o gráfico 7 representa a renda mensal dos respondentes durante a alta e a baixa temporada do turismo na Ilha.

Gráfico 7: Renda mensal dos respondentes na alta e na baixa temporada



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Outro ponto a ser discutido, é que a formação acadêmica nem sempre resulta numa renda mensal diferenciada, gerando outra particularidade para o indivíduo não cursar o Ensino Superior. E por último, em Ilhabela não há oferta de graduação – somente cursos *on-line* ou é preciso se deslocar para as cidades onde são oferecidos cursos de graduação, isso também gera outra particularidade que se mostra como um empecilho para o indivíduo cursar uma formação acadêmica, dificuldade no deslocamento por ser pela balsa.

A sazonalidade turística é percebida no gráfico 7, apesar de muitas vezes o respondente não querer falar sobre a renda mensal, demonstrando um desconforto. Os funcionários recebem uma comissão ou taxa de serviço pelas suas vendas, a renda mensal aumenta pelo volume da comissão recebida na alta temporada, e é ela que garante um adicional na renda do funcionário.

Ainda no gráfico 6, o intervalo entre R\$1.501,00 e R\$2.000,00, que, na alta temporada, 9 indivíduos recebem, passa para 17 trabalhadores recebendo esta faixa mensal, quando na baixa temporada, demonstrando um aumento de trabalhadores recebendo uma renda mensal menor na baixa temporada.

Ao analisar o intervalo entre R\$3.001,00 e R\$3.500,00, pode-se perceber uma diminuição no número dos trabalhadores entre a alta e a baixa temporada dessa faixa salarial. Na alta temporada são 14 e na baixa temporada são 7 trabalhadores, mais uma vez fica claro a diminuição salarial entre as temporadas.

5.2. DINÂMICA DAS AÇÕES: DO LOCAL AO GLOBAL

5.2.1. Atividades turísticas horizontalizadas e verticalizadas

No município de Ilhabela, para desenvolver o turismo são necessários alguns objetos turísticos, como os meios de hospedagens. Se tratando de redes hoteleiras na cidade de Ilhabela é importante datar que o primeiro hotel de rede internacional que se instalou no Brasil foi a *Ceaser Park*, em 1976, na cidade de São Paulo.

Para entender o cenário de hotéis de rede em Ilhabela, ressalta-se que foi uma pousada do Capitão a primeira a participar de duas redes de meios de hospedagens. Apresenta a rede *Plaza Inn*³⁸ que administra e atua como uma central de reservas focando a qualidade, o preço, e a satisfação. E esta mesma pousada, está associada ao Roteiro de Charme, para fazer parte dessa associação necessita ter determinadas características, uma delas é a responsabilidade com o meio ambiente. O Roteiro de Charme faz o meio de hospedagem ser qualificado para ter uma certificação e estas práticas estão de acordo com a OMT (Organização Mundial do Turismo). Ao passo que a pousada está associada a duas redes distintas e

³⁸ *Plaza inn* é uma rede de hotéis com 3 segmentos: *Allia Hotels*, *All Inn Hotels* e *Plaza Inn* Hotéis, há mais 40 anos no mercado, trabalha com desenvolvimento e administração.

nacionais, sendo que uma cuida do econômico e outra do meio ambiente, estas são as primeiras redes hoteleiras de Ilhabela.

Em seguida, a próxima rede a atuar no território de Ilhabela, foi a Rede *Velinn* – uma rede hoteleira nacional, iniciada em 2014 e que atende hotéis e pousadas dos municípios: Ilhabela, Rio de Janeiro, Mangaratiba e Angra dos Reis. Em Ilhabela, em abril de 2022, a Rede *Velinn* administrava 12 pousadas e hotéis e 1 *camping*. A Rede *Velinn* é responsável pela comercialização das reservas e *marketing*.

E por último, recém-chegada, foi a rede *Wyndham Hotels & Resorts* que é uma empresa americana, presente nos 5 continentes e em 22 países, uma marca segmentada para atender diversos públicos. O *Wyndham Ilhabela Casa Di Sirena* (praia do Veloso – região Sul) foi inaugurado em dezembro de 2019, é o primeiro meio de hospedagem de rede internacional a chegar na Ilha, aproximadamente 50 anos depois da instalação do primeiro meio de hospedagem internacional no Brasil – evidenciando que as formas de verticalização chegaram na Ilha de forma tardia. Explica Santos (2006, p. 193) que “[...] as verticalidades são vetores de uma racionalidade superior e do discurso pragmático dos setores hegemônicos, criando um cotidiano obediente e disciplinado”. Estes objetos turísticos verticais são dados pelo fluxo com vetores superiores que se impõem ao espaço turístico, com características de padronização existentes entre os hotéis de rede, regido pelos modelos internacionais.

A chegada tardia destas redes hoteleiras justifica-se primeiramente pela sua localização no território, por se tratar de uma Ilha no interior do estado. Além disso, estes tipos de objetos turísticos verticais se diferenciam muito dos atributos naturais de Ilhabela. Esse fato gerou aspectos positivos, pois, por muito tempo, não houve interferências de atores hegemônicos, principalmente em relação a aspectos ambientais, ainda protegendo os objetos turísticos horizontais. Por outro lado, essa rede de pequenas pousadas e hotéis – Rede *Velinn*, trata-se de horizontalidade, que promove a união e o fortalecimento dos pequenos empresários na Ilha. Conforme Santos (2006, p. 192) há extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidade, como na definição tradicional de região.

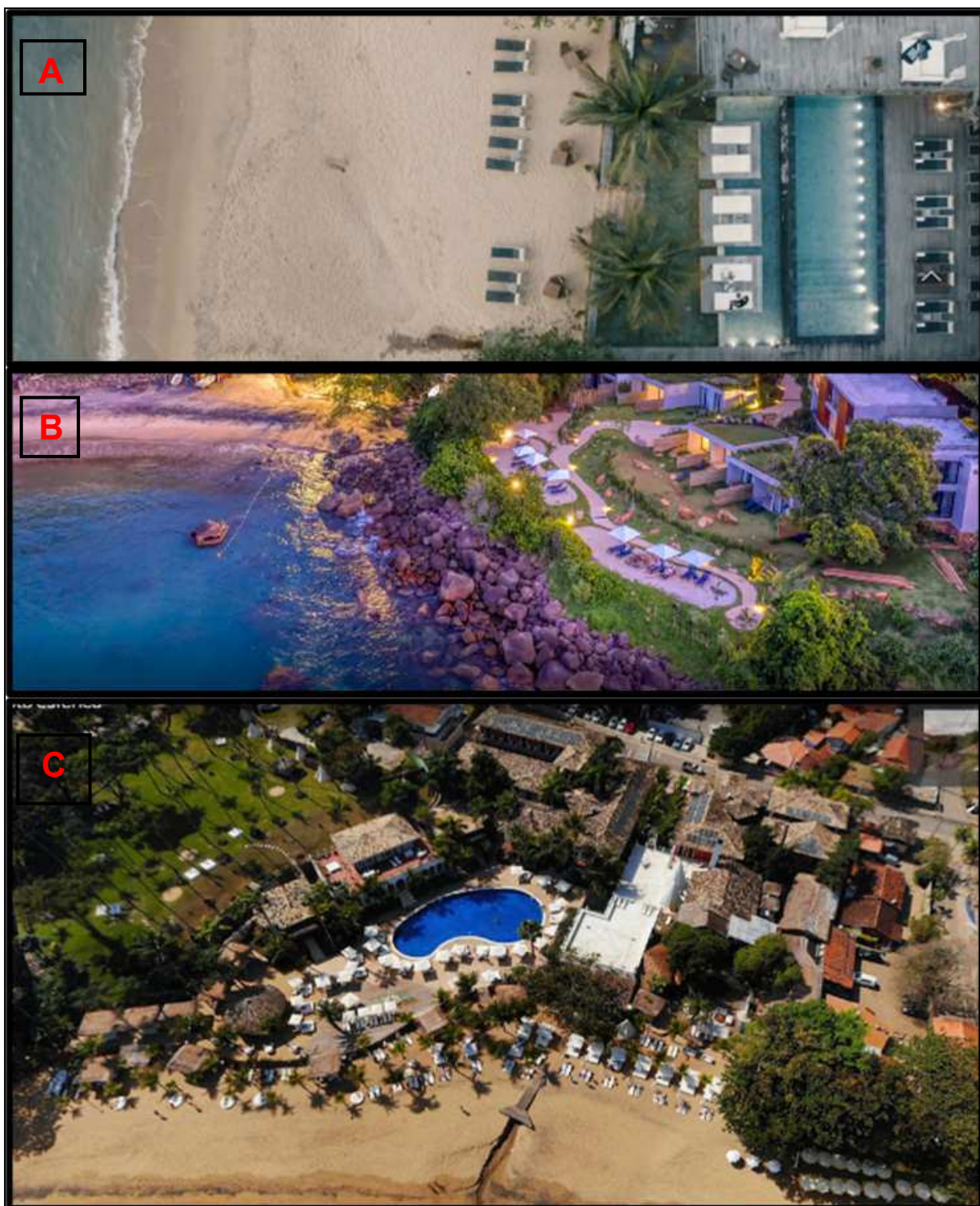
Qualquer objeto turístico vertical instalado na Ilha deve ter uma aparência ligada à natureza, isso pode gerar uma harmonia entre o empreendimento e as características da própria Ilha.

Em relação ao mercado hoteleiro, essas redes de hotéis, ao gerarem concorrência, muitas vezes, fazem isso de forma desleal aos objetos turísticos horizontais, pois os meios de hospedagens verticais possuem elementos como: barganha no momento da compra de insumos, o *know-how* dado pela administração, uma marca conhecida, uma central de reservas.

Os elementos da verticalidade “[...] dão, sobretudo, conta dos outros momentos da produção (circulação, distribuição, consumo), sendo o veículo de uma cooperação mais ampla, tanto econômica e politicamente, como geograficamente” (SANTOS, 2006, p. 192). Essas vantagens como da marca *Wyndham*, podem gerar a falência dos pequenos meios de hospedagens, apesar do público dos hotéis de luxo ser diferentes das pousadas.

O *Wyndham* Ilhabela *Casa Di Sirena* tem característica em comum com do *DPNY Beach Hotel & SPA* (praia do Curral) e do *TW Guaimbê Exclusive Suítes* (praia do Julião) referente ao espaço geográfico, são produtos turísticos instalados à beira de praias próximas de encostas, o que promove uma separação física dando uma proteção aos hotéis (figura 24).

Figura 24: Objetos turísticos verticais na Região Sul



Fonte: Google Earth, 2022.

Essa proteção física promove nas praias a sensação de uma praia privada, um espaço disponível aos hóspedes dos hotéis. As espreguiçadeiras, os guarda-sóis, e os bangalôs na areia inibem o uso da praia daqueles que não estão hospedados nos hotéis. Esse fato mostra que esses hotéis realizam uma exclusão

dos usuários da areia das praias, o que não deveria, pois, a praia é um local público e democrático, onde todos podem e devem ter acesso a esse lazer e/ou ao trabalho como, por exemplo, a pesca.

Somam-se a isso, esses hotéis (*Wyndham Ilhabela Casa di Sirena* e *TW Guaimbê*) terem o serviço de concierge³⁹ para o atendimento do seu hóspede, serviço esse disponibilizado pelos meios de hospedagens geralmente de categoria de luxo, que predominam suas instalações na região Sul da Ilha.

A instalação recente dos três hotéis na região Sul, se explica pela qualidade da água e a balneabilidade das praias desta área, como se pode ver, as da região Sul têm qualidade superior às praias da região Central. Acredita-se que a facilidade de acesso a estas praias da região Central e Norte, e a quantidade de pessoas morando e trabalhando próximo a elas, dão como resultado praias com balneabilidade ruim ou péssima. Ainda, comparando a região Sul e Norte de Ilhabela, constata-se que nas praias extremas de cada região há balneabilidade melhor que as praias centrais.

Já na região Sul, desde a praia do Julião até a praia do Veloso, onde os 3 meios de hospedagens demonstrados na figura 24 estão instalados, a balneabilidade começou a ficar ruim em 2019. Os hotéis serem implantados em praia com um histórico de balneabilidade, no máximo, regular traz segurança para o hotel e para os hóspedes. Além disso, o metro quadrado da região Sul é mais barato que nas outras regiões e mais íngreme, o que encarece a construção. O quadro 7 demonstra a classificação da balneabilidade anual das praias de Ilhabela de 2000 a 2020.

³⁹ A função é instruir os hóspedes com informações importantes e ajudá-los a realizar seus desejos, como chamar um táxi, fazer reservas em restaurantes, encontrar boas lojas e muito mais.

Quadro 7: Classificação anual da balneabilidade das praias para Ilhabela

Região	Praia	Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
Norte	Armação		Boa	Regular	Boa	Regular	Ruim	Regular	Ruim	Regular	Ruim	Regular	Ruim	Ruim	Regular	Ruim	Regular	Ruim	Regular	Boa	Ruim	Ruim	Regular	
	Pinto		Boa	Regular	Boa	Regular	Péssima	Péssima	Ruim	Regular	Ruim	Ruim	Ruim	Regular	Regular	Ruim	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular	
	Sino		Regular	Regular	Ótima	Boa	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular	Boa	Regular	Regular	Regular	Regular	Ruim	Regular	Regular	Boa	Regular	Ruim	Boa	
	Siriúba		Regular	Regular	Boa	Regular	Regular	Ruim	Regular	Regular	Regular	Ruim	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular	Boa	Regular	Regular	Ruim	Ruim	
	Viana								Ruim	Regular	Ruim	Ruim	Ruim	Ruim	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular	Péssima	Ruim	
	Barreiros Norte																Ruim	Regular	Boa	Regular	Regular	Regular	Boa	
	Barreiros Sul																Regular	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular	Péssima	
	Saco da Capela		Boa	Regular	Boa	Regular	Boa	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular	Boa	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular	Boa	Boa	Regular	Regular	Regular	Regular
	Engenho d'Água																	Boa	Regular	Boa	Regular	Regular	Regular	Regular
	Itaquanduba															Péssima	Péssima	Péssima	Péssima	Regular	Ruim	Péssima	Péssima	Péssima
	Itaguaçu		Regular	Regular	Boa	Regular	Ruim	Ruim	Regular	Regular	Regular	Ruim	Ruim	Ruim	Ruim	Ruim	Péssima	Ruim	Ruim	Regular	Regular	Ruim	Ruim	Péssima
Central	Perequê		Regular	Regular	Regular	Ruim	Ruim	Regular	Ruim	Regular	Ruim	Ruim	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular	Ruim	Ruim	
Sul	Ilhas das Cabras																					Ruim	Boa	
	Portinho		Boa	Boa	Regular	Ruim	Ruim	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular	Ruim	Ruim	Ruim	Regular	Regular	Regular	Ruim	Péssima	
	Feiticeira		Boa	Boa	Regular	Regular	Regular	Boa	Regular	Boa	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular	Ruim	Regular	Regular	Boa	Regular	Ruim	Ruim	
	Julião															Boa	Regular	Regular	Boa	Regular	Regular	Regular	Regular	
	Grande		Boa	Regular	Boa	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular	Boa	Regular	Regular	Boa	Regular	Regular	Regular	Regular	
	Curral		Boa	Regular	Ótima	Ótima	Regular	Boa	Regular	Boa	Regular	Regular	Regular	Regular	Regular	Boa	Regular	Regular	Boa	Boa	Boa	Boa	Regular	Ruim
	Veloso																			Regular	Regular	Ruim	Ruim	

Fonte: CETESB, 2008; 2020.

A instalação de um hotel da rede *Wyndham Hotels & Resorts* em Ilhabela demonstra o avanço do capitalismo pela promoção do processo de verticalização, são empresas internacionais se instalando no território. Essa rede internacional demonstra a verticalização, que geralmente “esmaga” o concorrente pelo preço (SANTOS, 2006). Em junho de 2022, os preços estavam em DPNY (R\$ 872,00), TW (R\$ 1.379,00) e *Wyndham* (R\$ 628,00) em OTA diferentes. É perceptível que o *Wyndham* consegue flexionar o preço de R\$ 1.053,00 para R\$

628,00 no período de baixa temporada (maio, 2022). A partir dessa rede internacional, inicia-se uma nova fase do *trade* turístico no espaço geográfico no município de Ilhabela, a gestão municipal atual quer trazer um *resort* para uma comunidade caiçara, já houve tentativa nas duas maiores comunidade tradicionais de caiçaras (praia do Castelhanos e de Bonete).

Este novo tipo de estabelecimento dita a nova era instigada pelo poder público e pela especulação imobiliária, fica aparente na gestão municipal (2020-2023) quando, em 2021, a gestão municipal apela que as terras da praia de Castelhanos são herança de família, e reivindica para devolverem para construção de um *resort*, com isso a comunidade se uniu para criar uma REVEX – Reserva Extrativista Municipal (MESQUITA, 2022).

Em fevereiro de 2022, mesmo discurso, só que agora na praia do Bonete – outra praia em que vivem famílias caiçaras – foi feita reivindicação das terras para a construção de um *resort*. O motivo para instalar um *resort* nessas terras é a paisagem natural preservada, em seguida, promove a especulação imobiliária que gera lucros e impostos. A intensidade de pessoas frequentando essa nova área provoca circulação de dinheiro que, por sua vez, o excedente é utilizado para reinvestimentos. O turismo elitizado é movido pelo poder, influência e novos lugares, burla o mecanismo e elimina a concorrência à ocupação imobiliária em vários sentidos, espera-se muito lucro e poder à custa das propriedades dos povos tradicionais caiçaras.

5.2.2. Trabalho, Densidade informacional e o papel do *marketing* digital

A maneira de trabalhar a atividade turística na baixa temporada é por meio do turismo de eventos e do turismo da terceira idade para amenizar a baixa ocupação na atividade turística. Fica claro que, apesar do município ter calendário de eventos, ainda há um gargalo. Outro agravante é a queda na temperatura, no outono e inverno os turistas perdem o interesse de ir à praia, por isso os eventos de inverno podem impulsionar a ida de turistas à cidade. Afirma Edvaldo Peres (2022) sobre a sazonalidade ser “alta temporada de verão e a baixa temporada de maio a setembro”, desta forma, são 5 meses com menor fluxo de turistas, devido a estação de inverno.

A sazonalidade do turismo de lazer em Ilhabela apresenta características coincidentes com finais de semana (semanal) e férias escolares (anual). Conforme Panosso e Lohman (2008), a sazonalidade é uma alteração semanal ou anual relacionada ao número de turistas gerando número de gastos, tráfego de pessoas e de veículos e empregos na localidade. Com isso, o turismo mostra na alta temporada uma sobre carregada (mais de 120 mil turistas no ano novo 2021/2022 em Ilhabela), e depois um esvaziamento de turistas, mas, ao mesmo tempo, danoso para os moradores, com consequência de diminuição salarial sem as comissões dadas devido à baixa ocupação da atividade turística. A oferta do *trade* turístico não pode ser aumentada exclusivamente para uma determinada época⁴⁰, e depois ficar onerosa na baixa temporada. O calendário anual de eventos de Ilhabela, na figura 25, vem complementar a discussão sobre a alta e a baixa temporada.

Figura 25: Calendário de eventos de Ilhabela - 2022.



Fonte: Prefeitura municipal de Ilhabela (2022).

⁴⁰ Exemplo utilizado no turismo em megaeventos são os cruzeiros que ficam fundeados para auxiliar na demanda turística, Copa do mundo. Foi utilizado no Rio de Janeiro na Copa 2014, e será utilizado em 2022 no Catar onde dois navios de cruzeiros ficam atracados para hospedar os torcedores durante o campeonato mundial, sem a necessidade de construção de meios de hospedagem para um megaevento como a Copa.

A Prefeitura Municipal de Ilhabela (Secretaria de turismo) desenvolve o calendário anual de eventos municipais⁴¹ (figura 25) para atenuar a sazonalidade turística no município, com eventos consolidados como: Festa de São Benedito – Congada, Ilhabela *in Jazz*, Semana Internacional da Vela, Festival do Camarão, Circuito Ilhabela de Vela Oceânica. Política de criação do calendário de eventos é usual, e observa-se que no calendário do ano de 2022 os meses de alta temporada (janeiro e dezembro), diminuem os eventos, já que não há necessidade de eventos para atrair mais turistas, por haver um deslocamento natural – nesse período em que há um interesse dos turistas em irem para a Ilha nas férias escolares. Destacam-se também os feriados e finais de semana da baixa temporada com eventos para atrair turistas para o município, por exemplo, o mês de setembro.

Além do calendário de eventos, outro fator que fez diminuir a sazonalidade em 2021, segundo o entrevistado Edvaldo Peres (2022), foi “graças as campanhas voltadas para o *home [Office e/ou] anywhere office*, onde o turista concilia melhor condição de trabalho, diversão e qualidade de vida”. Esse tipo de atividade é uma forma de trabalho que teve maior destaque na pandemia da Covid-19, já que muitos trabalhadores puderam exercer as atividades de suas residências, e depois, com a diminuição dos casos houve trabalhadores que retornaram e outros que continuaram em *home office*. Esses trabalhadores que permaneceram nesse tipo de atividade poderão ajudar a diminuir a sazonalidade nos próximos anos.

Vale destacar sobre outro tema do *trade* turístico - meio de hospedagem, agências de viagem receptivas e restaurantes, se possuem imóvel próprio ou alugado. Foi respondido que 30% dos imóveis são alugados para o funcionamento da atividade turística. O mercado imobiliário mostra que lucra com turismo sem fazer turismo, pode ser por não ter o capital suficiente para a compra do seu próprio imóvel ou que não há imóveis disponíveis para venda.

Por outro lado, 62% têm seu próprio imóvel onde comercializa os seus produtos, mais da metade dos respondentes tem seu próprio imóvel para o funcionamento, isso demonstra que a atividade turística gera recursos financeiros para o proprietário adquirir seu próprio imóvel.

⁴¹ O calendário de eventos tem indícios do seu planejamento pela prefeitura municipal de Ilhabela desde 2004.

Logo depois, quanto as respostas relacionadas a localização satisfatória do produto turístico, 95% dos trabalhadores responderam ter a localização satisfatória do imóvel, em uma análise sobre o espaço geográfico disponível para a construção (lembrando que o território de Ilhabela é 84% do PEIb) é um trecho à beira do mar, do Norte ao Sul da Ilha, com predomínio do lado Oeste, área voltada ao continente. Uma paisagem com vista para o mar, sol, verde da floresta, os morros aparentes, é uma paisagem deslumbrante, o espaço geográfico é satisfatório. Juntamente com a infraestrutura na região, como: água, energia elétrica, transporte, e telefone, reafirma a qualidade de localização satisfatória. Por último, 5% responderam não saber se tinham localização satisfatória. Definitivamente, um município em que a maior parte está instalada à beira mar e com a infraestrutura básica, o resultado é ter uma localização satisfatória quando se fala em atividade turística.

A propósito, 62% dos respondentes disseram que utilizam outras empresas turísticas, 36% não as utilizam, e, somente 2% não souberam responder. Há uma interação de serviços e/ou uma troca de serviços e produtos entre as empresas e os indivíduos, essas relações em menor e maior grau dependem da oferta turística, por exemplo: os meios de hospedagem tem mais possibilidade de indicação de um restaurante ou de uma agência de receptivo do que vice-versa.

Um exemplo específico sobre as agências de turismo receptivo de Ilhabela é que elas vendem um passeio de barco, mas quem realiza o passeio é outra agência. Dessa forma, a agência que vendeu o passeio é uma empresa intermediária, e quem executa o serviço é a empresa que tem barco e/ou escuna. A agência de turismo receptivo mais citada foi a Maremar. Foi dito durante a pesquisa que: “terceirizar a escuna, não vale a pena por se tratar de muito investimento” – as escunas são investimentos altos tanto na compra quanto na manutenção (marina, combustível, piloto⁴²). Essa dinâmica de solidariedade de atuação entre empresas configura uma característica de horizontalidades (SANTOS, 2006).

⁴² Piloto ou marinheiro de barco foi uma das reclamações do proprietário da agência de viagem, segundo ele, os cursos de formação de marinheiro ou moço do convés, sempre há muitos inscritos, mas a marinha oferece poucas vagas. Para selecionar os alunos, é realizada uma prova, e geralmente os aprovados são alunos com mais instrução, geralmente, proprietários das suas próprias embarcações. Desta forma, os futuros trabalhadores que necessitam ter a carteira de habilitação para conduzir a navegação ficam sem a vaga.

Acrescenta-se também que pode acontecer de um turista chegar sem reserva (*walk-in*) de hospedagem e pedir uma indicação em um restaurante, já é bastante comum uma agência indicar um local para alimentação, e ainda, serem comissionadas pela indicação. A indicação das empresas turísticas é geralmente comissionada e comum. A indicação envolve vários aspectos: qualidade, proximidade, valor da comissão ou do produto e/ou serviço gratuito, e relações; o lugar. O quadro 8 descreve o *marketing* realizado pelos meios de hospedagens, restaurantes e agências de viagens receptivas da cidade de Ilhabela.

Quadro 8: *Marketing* realizado pelo *trade* turístico de Ilhabela

TIPOS DE <i>MARKETING</i> REALIZADO PELO <i>TRADE</i> TURÍSTICO						
<i>Marketing digital</i>				<i>Marketing tradicional</i>		<i>Marketing Direto</i>
Rede social horizontal ⁴³	Rede social vertical ⁴⁴	Hotelaria de rede	Internet	Impressão	<i>Trade</i> turístico	-
WhatsApp	<i>Booking</i>	Roteiro de charme	Sites	Mídia impressa	Agência de viagem	Face a face
Instagram	Decolar	Plaza inn hotéis	Anúncio em aplicativo	Jornais de Ilhabela	Meios de hospedagem	Gerenc. de receita ⁴⁵
Redes sociais	Trivago	Velinn hotel e pousadas	-	Panfletagem	Restaurante	-
Facebook	-	<i>Windyan hotels e resorts</i>	-	Placas pela cidade	-	-
Google	-	-	-	Festival da alimentação	-	-

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

O quadro 8 apresenta uma forma mais densa no marketing digital, isso acontece primeiro pelo aumento da possibilidade do mundo informacional, aplicativos e plataformas e anúncios pagos. O mundo informacional fez com que a

⁴³ Redes sociais horizontais têm o objetivo de criar um ambiente digital em que pessoas possam se comunicar e compartilhar (*facebook, Instagram* etc.).

⁴⁴ Redes sociais verticais têm o objetivo de segmentar e tendem a agrupar pessoas por interesse de assunto comum (*TripAdvisor, Booking, decolar* etc.). São redes criadas para o debate em torno de um determinado assunto específico – viagens, e por isso agrega um público mais uniforme em termos de perfil.

⁴⁵ Gerenciamento de receita ou (*Revenue Management – RM*) é vender para a pessoa certa, no momento certo ao preço certo. Por exemplo, uma aeronave vai decolar para o destino com apenas 30% da ocupação das poltronas, então a empresa aérea abaixa o preço para que possam vender a passagem, e não ter desperdício de produto. Caso contrário, o produto turístico como meio de transporte e meio de hospedagem não conseguem estocar, nem o levar para casa, é perecível, e esse é o motivo de fazer o gerenciamento de receita.

atenção das pessoas mudasse, antes era mais tradicional (*outdoor*, televisão, panfletos) e agora o celular está na palma da mão das pessoas, e por isso o *marketing* digital sobrepõe o *marketing* tradicional, pois está presente nas plataformas digitais dos *smartphones*, demonstrando o elemento informacional intensificado pela globalização. Além disso, os aplicativos de anúncios podem até ser feitos por empreendedores comuns, não requerendo uma qualificação superior.

O *marketing* digital, principalmente a rede social vertical, veio para ficar, sendo muito improvável retroceder, pelo contrário, as estimativas é que aconteçam avanços. A classificação dos meios de hospedagens feita pelo guia quatro rodas e pelo Ministério do Turismo (classificação oficial brasileira) ficaram obsoletas, e foram substituídas pelas agências de viagens online (OTA – *On-line Travel Agency*) – Decolar, *Booking*, Trivago: nas quais a classificação dos seus produtos é realizada pelos próprios usuários, ao contrário de antes que eram os especialistas que avaliavam com símbolos de casas ou de estrelas.

Por isso, em 2022, é tão comum no *trade* turístico pedirem para os consumidores irem até o *site* das agências de viagens online e fazer a avaliação. Existem restaurantes que pedem para os clientes fazerem a avaliação, condicionando isso ao ganho de uma sobremesa, dessa forma, fica evidente que a avaliação se tornou uma barganha, pois, essa avaliação faz com que o cliente fique submisso do objeto turístico e com mais chances de a avaliação ser positiva. Já as avaliações negativas provavelmente são mais espontâneas por ser uma insatisfação do cliente que faz com que seja dito para todos evitarem determinado objeto turístico.

Os turistas pesquisam na OTA qual é o meio de hospedagem que se encaixa melhor a sua necessidade. Existe uma variação de preços entre elas, e o fato interessante é que muitos meios de hospedagem gostariam de desvincular de uma OTA pela comissão dada – em média 25% da diária de uma hospedagem, mas acabam ficando dependente deste sistema de OTA, pois o poder do alcance é muito maior que o próprio site do produto turístico. Os sites das agências online são intuitivos e o diferencial é que o consumidor vai até eles pela facilidade e comodismo.

O surgimento das OTA's aconteceu nos seguintes anos e países: o *Booking* – em Amsterdã, em 1996, a Decolar – na Argentina, em 1999 e o

TripAdvisor – nos Estados Unidos da América, em 2000. Em meados da década de 2000, as agências de viagens online começam a atuar de forma internacional, e passam a estar presente em mais países, inclusive no Brasil.

Com isso, os meios de hospedagem passaram a precisar de profissionais especializados no setor de reservas dos meios de hospedagens para gerenciar a OTA. Isso devido ao risco de acontecer um *overbooking*, uma venda com valor mais baixo ou o contrário por não vender por estar mais alto. Como se tratava de uma área nova, muitos meios de hospedagem tiveram que qualificar funcionários. Esse processo aprofunda a divisão social do trabalho dentro do turismo – quanto mais densa a diversidade de serviços turísticos, mais densa a divisão do trabalho. “Quanto mais forte numa área é a divisão do trabalho, tanto mais há tendência para que esses sistemas técnicos hegemônicos se instalem” (SANTOS, 2006, p. 97). Como já foi dito não há perspectiva de um retrocesso, e sim avanços, surgimento de outra OTA, a divisão de trabalho estabelece uma forte densidade corroborando cada vez mais para este tipo de empresa. Existe uma liderança dessas empresas nos mercados que nem as grandes redes de hotéis internacionais conseguem atuar sem elas.

Referente às redes sociais verticais (*Facebook, Instagram, WhatsApp*) precisam ser administradas e/ou alimentadas diariamente, exemplificando, muitas vezes, percebe-se uma página do hotel no *Instagram*, mas com uma publicação muito antiga, ou uma publicação recente, mas sem a interação com os consumidores do turismo, perdem a oportunidade de relacionar com os clientes, assim como as redes sociais horizontais. O contato entre a rede social do *trade* turístico e o cliente gera vendas, posicionamento, comunicação. Além disso, a interação torna a tecnologia menos fria e distante, encurtando a distância entre a empresa turística e o cliente.

Outro exemplo é o *WhatsApp*, uma mídia social, muito utilizada para *marketing*, vendas, comunicação que também está substituindo as chamadas pelo telefone. Algumas empresas turísticas preferem se comunicar pelo *WhatsApp* do que pelo telefone, o turista liga e o equipamento pede para entrar em contato pelo telefone do *WhatsApp*. A comunicação pelo *WhatsApp* está intrinsecamente ligada ao período do meio técnico-científico-informacional principalmente com a inovação da última onda deste século, como a *internet* das coisas.

Com o propósito de saber qual o papel do *marketing* na dinâmica atual do turismo em Ilhabela, e se os equipamentos do *trade* turístico fazem *marketing*, foi respondido que 92% realizam algum tipo de *marketing*, 5% não realizam e 3% não souberam responder.

Foi utilizada uma nuvem de palavras para representar visualmente os dados respondidos, ou melhor, buscar verificar quais palavras são mais citadas pelos respondentes do *trade* turístico. O *marketing* realizado pelos pesquisados do *trade* turístico, apresentados na figura 26, as palavras mais utilizadas são o *Instagram* e o *Facebook*, que são redes sociais verticais usadas para posicionamento, propaganda e comunicação. Outro grupo de palavras com destaque nesta figura, foram *Booking* (OTA), *Google* (buscador e publicidade), mídias sociais, *WhatsApp* (nova forma de realizar). Enquanto o *marketing* tradicional citado menos vezes pelos respondentes, fica menos perceptível na figura. Em resumo, o *marketing* digital está sendo consumido pelo *trade* turístico no município de Ilhabela, o que era esperado já que o *marketing* tradicional está diminuindo aos poucos.

Figura 26: *Marketing* utilizado pelo *trade* turístico

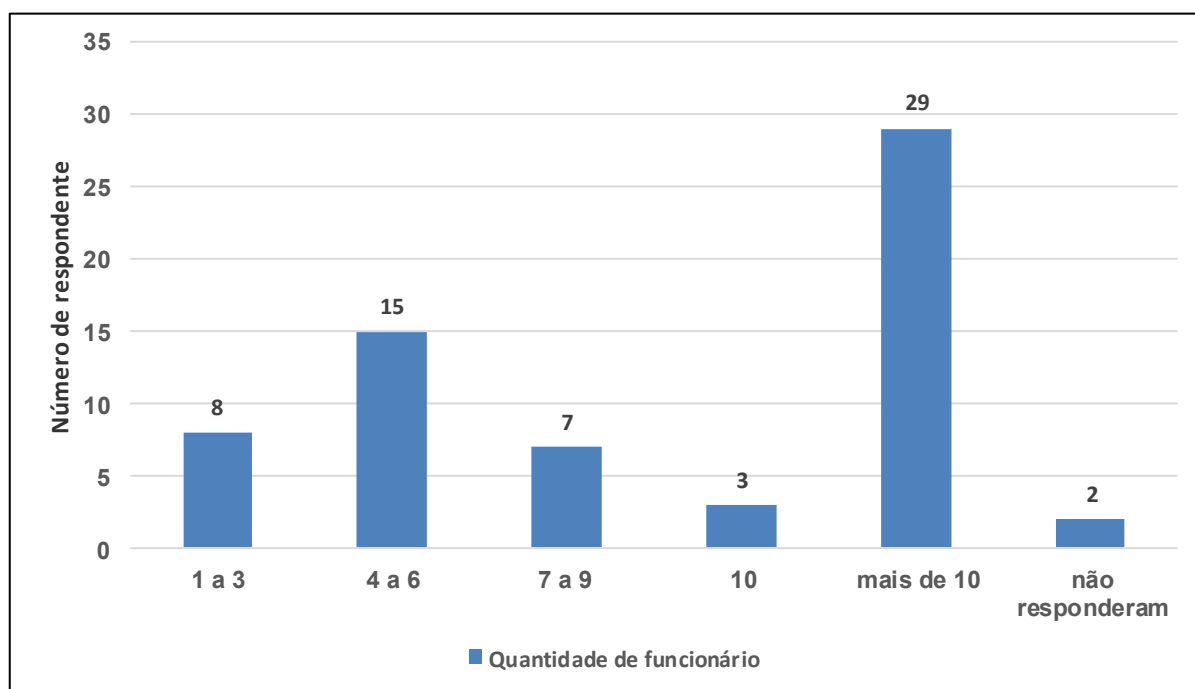


Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Os destaques das palavras, na figura 26, reafirmam a verticalização, mostrando que há presença de grandes empresas transnacionais trabalhando em prol do consumo do espaço turístico na Ilha. Sob o ponto de vista do *trade* turístico receber incentivo para o funcionamento do estabelecimento, 74% responderam que não tiveram incentivos, seguidos de 17% que não souberam responder e 9% disseram ter recebido algum tipo de incentivo.

Além disso, este *marketing* digital produzido pelas empresas gera uma divisão do trabalho específica, como explica Santos (2006, p. 83) a “nova divisão do trabalho [...] uma exigência de renovação das ideologias e dos universos simbólicos, ao mesmo tempo em que, aos outros, tornam-se possíveis o entendimento do processo e a busca de um sentido”, gerando trabalho em OTA's, no setor de reservas da hotelaria etc. A especificidade cada vez maior de um trabalho fica mais dividido e mais consolidado. O gráfico 8 esclarece sobre a quantidade de funcionários que cada empreendimento turístico que participou da pesquisa possui.

Gráfico 8: Quantidade de funcionários do *trade* turístico pesquisado



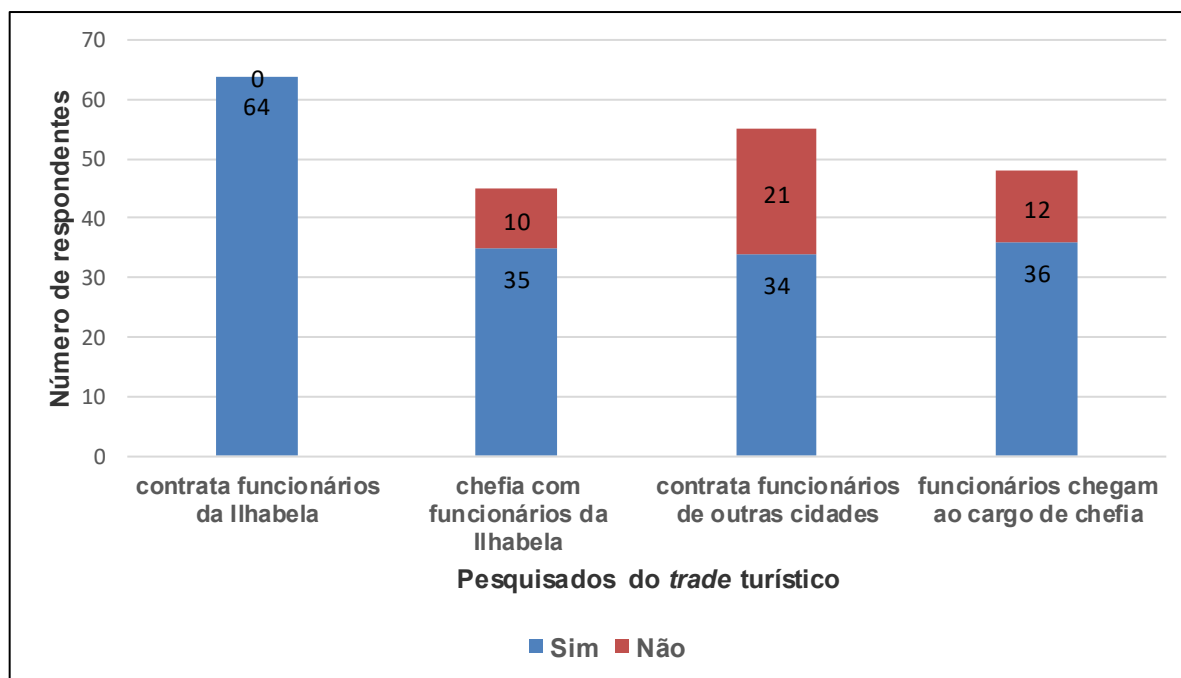
Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

No que diz respeito à quantidade de funcionários nas empresas do *trade* turístico, metade delas tem até 10 funcionários. Isso se deve a empresas pequenas, repercutindo a uma pequena parcela de contratação, também relacionado ao turismo de praia e ao espaço geográfico na Ilha, onde os estabelecimentos são de pequeno ou médio porte. Não cabe em Ilhabela, um *resort* ou um hotel de grande porte com torres ou muitos andares, isso destoaria do lugar. Ilhabela é um produto que desperta interesse dos turistas por ser possuidora de qualidades ímpares – começando por ser uma Ilha, em seguida por ter uma mata com cachoeiras – e permitir este tipo de empreendimento faz com que a Ilha seja uma praia como qualquer outra no litoral, assim descaracterizando esta peculiaridade do arquipélago.

Uma parte do *trade* pesquisado contratam mais de 10 funcionários para trabalhar, gerando mais empregos na cidade, esses estão relacionados aos restaurantes e aos hotéis com uma quantidade maior de unidades habitacionais⁴⁶. Os restaurantes são empreendimentos que necessitam de vários funcionários, tanto no salão quanto na cozinha, para o seu funcionamento. Os restaurantes que têm contratado mais de 20 funcionários são estabelecimentos que recebem clientes para o almoço e o jantar, trabalhando ininterruptamente, em dois turnos, geralmente (53, 30, 26, 23). Outro tipo de estabelecimento, são os hotéis, como eles têm uma quantidade maior de unidade habitacional precisa contratar mais pessoas, principalmente para trabalhar no setor de governança, esse setor realiza a higienização e arrumação das unidades habitacionais (70, 50, 25, 20).

Diante disso, o resultado dos pesquisados do *trade* turístico, confirma o que já é sabido, as áreas de alimentos e bebidas e de governança são as duas maiores em conjunto de pessoas que compõem o quadro de uma empresa, gerando maior número de contratação. Já o gráfico 9 anuncia a forma de contratação e relação entre funcionários e chefia.

⁴⁶ Unidade habitacional (UH) como o espaço destinado à utilização pelo hóspede, para seu bem-estar, higiene e repouso, caracterizando dois tipos de UH's: apartamento com, no mínimo, quarto de dormir de uso exclusivo do hóspede, com local apropriado para guarda de roupas e objetos pessoais, servido de banheiro privativo, e suíte, constituída de apartamento, acrescido de sala de estar.

Gráfico 9: Contratação de funcionário no *trade* turístico

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

O gráfico 9 demonstra que não existe o movimento pendular em Ilhabela, isso se deve ao uso obrigatório do transporte da balsa para saída ou chegada a Ilhabela – a saída para trabalhar ou estudar em outro município é uma dificuldade por ter como o único tipo de acesso a balsa. Por isso, as pessoas são residentes de Ilhabela, mas isso não significa que as pessoas são naturais da Ilha. Aplicado a isso, a contratação de funcionários chega a 100% de residentes de Ilhabela. Apesar de alguns responderem que não haveria problema em contratar pessoas de fora do município de Ilhabela.

Como discutido anteriormente, existem empresas turísticas pequenas e muitas sem cargos de chefia. Mediante ao exposto, 35 empresas responderam que têm chefias do município de Ilhabela e 10 empresas pesquisadas não tem chefia do município, isso se desdobra sobre serem naturais de outros municípios e residentes de Ilhabela, e podem ser trazidos trabalhadores para os cargos de chefia exclusivamente para trabalharem nesse cargo. Exemplificando, o Hotel *Wyndham Casa Di Sirena*, trouxe profissionais de outras unidades para ocupar os cargos de chefia “rede, vem pessoas de qualquer lugar”.

De acordo com o gráfico 9, 34 pesquisados de empresas turísticas responderam que contratam pessoas de outros lugares e 21 responderam que não

contratam, respostas como: “qualquer lugar do mundo”, “se não tiver opção na Ilha traz de fora”, “sim, mas moram na Ilha”, “mas, tem preferência por causa da balsa”. Em vista disso, não se contratam pessoas de fora, que não residam em Ilhabela, e por ser uma ilha e ter que realizar o deslocamento pela balsa, é praticamente um pré-requisito residir em Ilhabela.

E por último, 36 respondentes das empresas turísticas disseram que existe a política de crescimento dentro da empresa, esse número representa um estímulo para os funcionários terem novos cargos e salários mais altos, e que a empresa está interessada em dar um crescimento de carreira para os funcionários. Em suma, empresas turísticas que desenvolvem essa política de crescimento de carreira, trarão mais incentivo ao funcionário, certa segurança e um possível número menor de fluxo de entradas e saídas dos funcionários dentro da empresa. Por outro lado, 12 respondentes do *trade* turístico disseram que não há funcionários que chegam até o cargo de chefia, isso são as empresas pequenas, que podem nem ter cargo de chefia ou o único cargo de chefia ser do proprietário, e muitas empresas são familiares nas quais os cargos de chefias são ocupados por eles próprios.

Foi dito pelos respondentes que a especulação imobiliária aumentou há 5 anos, mas sabe-se que desde o ano 2000, ela já atua na Ilha. A especulação imobiliária na atividade turística atinge primeiramente os meios de hospedagem, essas locações para os turistas de veraneios, ocorriam e continuam a acontecer pelas imobiliárias. Há poucos anos o Airbnb⁴⁷ chegou ao Brasil, e atua em Ilhabela, o que também é uma opção para os turistas na locação e nas diferentes formas de hospedagem. Essa plataforma mostra outra tecnologia atuando no turismo, de fora para dentro de Ilha, já que sua sede é nos Estados Unidos. Conforme Edvaldo Peres (2022),

“As atividades como *Airbnb* e *Booking*, visam a somar na divulgação da oferta de um produto que antes era anunciado em jornais ou revistas. Não prejudica a Hotelaria, quando se trata de um imóvel que se enquadra no quesito “Aluguel de Temporada” o qual tal trata a Lei do Inquilinato de 1991. O que atrapalha mesmo são as “pseudo pousadas” que são estabelecimentos que oferecem serviços, porém sem registro nenhum na prefeitura e nos demais órgãos legais, pois não registram carteira de

⁴⁷ Airbnb é uma plataforma de aluguel de hospedagens, que permite que qualquer pessoa disponibilize ou reserve acomodações ao redor do mundo. Seu grande diferencial é oferecer alternativas às hospedagens tradicionais, incluindo casas e apartamentos em bairros residenciais no Brasil e em mais 190 países.

trabalho, não tem inspeção de corpo de bombeiro ou vigilância sanitária, enfim não tem um alvará, não emitem nota fiscal de serviço e por muitas vezes praticam valores desleais à concorrência”.

Faz-se necessário dizer que o alcance do AirBnb é diferente dos anúncios dos classificados de jornais e revistas, a plataforma de aluguel de hospedagens tem um alcance em 190 países e entre pessoas que antes não eram abarcadas. Será que o Airbnb vai chegar a prejudicar o mercado hoteleiro?

Uma reclamação sobre este tipo de aluguel dado pela especulação imobiliária – casa, quarto, chalé e outros, é que não existe uma fiscalização e/ou pagamento de impostos como pagos pelos meios de hospedagem, conforme os respondentes do trade turístico. Futuramente, isso pode ser analisado de forma delicada, pois, os meios de hospedagem geram impostos e empregos. Já o Airbnb gera uma sensação de administração autônoma e renda, porém, para aquele que têm pelo menos um quarto para alugar e compartilhar com um hóspede. Por outro lado, na população local há pessoas que necessitam dos equipamentos turísticos para trabalhar e ter renda para viver.

5.2.3. A importância dos fluxos para o turismo e os impactos da Pandemia

O espaço geográfico permite determinadas redes conforme suas características, um conjunto de pontos fixos interligados por meio dos fluxos como: ferrovias, rodovias, comunicação, internet, permitindo um tempo rápido e fluidez no espaço, remetendo ao deslocamento de pessoas, carros, informação, dinheiro.

Assim, é importante conceituar rede técnica, trata-se do “instrumento da produção, da circulação e da informação mundializadas. Nesse sentido, as redes são globais e, desse modo, transportam o universal ao local” (SANTOS, 2006, p. 227). As redes unem pontos distantes no interesse produtivo, com elementos da verticalidade no espaço geográfico. Santos (2006) ainda ressalta que:

O território é a arena da oposição entre o mercado – que singulariza – com as técnicas da produção, a organização da produção, a "geografia da produção" e a sociedade civil – que generaliza – e desse modo envolve, sem distinção, todas as pessoas. Com a presente democracia de mercado, o território é suporte de redes que transportam as verticalidades, isto é, regras e normas egoísticas e utilitárias (do ponto de vista dos atores hegemônicos), enquanto as horizontalidades levam em conta a totalidade dos atores e das ações (SANTOS, 2006, p. 175).

A partir do raciocínio de Santos (2006) de que as redes são as grandes transportadoras de verticalidades e horizontalidades, buscou-se verificar a opinião dos respondentes sobre as interferências das infraestruturas de redes no desenvolvimento do trade turístico de Ilhabela. As interferências da legislação e do canteiro de obras dentro ou fora da Ilha foram os mais equilibrados relacionados ao número de sim e de não respondidos pelo trade turístico. Em seguida, relacionado ao canteiro de obra dentro ou fora do município de Ilhabela, a sua interferência são: rodovia dos Tamóios (SP-99), SP-131, e estrada de Castelhanos.

A rodovia dos Tamoios (SP-99) está em duplicação desde 2012, o trecho do planalto já foi duplicado e em 2015 iniciou-se a duplicação da via de serra. Existe a interferência dessa obra em Ilhabela, pois é a rodovia mais rápida para chegar até a balsa que permite a travessia para a Ilhabela, em São Sebastião. Geralmente a reclamação dos turistas é pela “demora da chegada quando a estrada está fechada, chegam irritados e descontam no pessoal da ilha; e pode fechar também a rodovia por haver acidente”.

Já a SP-131⁴⁸, é a principal rodovia em Ilhabela, que interliga a região Norte a região Sul da Ilha. É uma rodovia malconservada e, na sua maior parte, de via simples, que prejudica a locomoção. Quando chove, piora o trânsito, pois fica mais lento, foi dito: “se chove na Ilha é um caos”. Quando ocorre desmoronamento de trecho, dificulta a movimentação, impedindo o acesso. Segundo respondente: “quando caiu barreira, se locomoviam por barco”. Outro ônus da rodovia é a construção ou a reformas em residências ou o comércio criando um obstáculo na fluidez da circulação dos veículos além dos excessos de veículos na Ilha, gerando um caos e grandes congestionamentos relatados, principalmente no período de *réveillon*.

Por último, a estrada de Castelhanos, é uma estrada de 15 quilômetros que corta o PEIb. Foi citada 3 vezes como problema – menos vezes do que as outras estradas, principalmente pelas agências de viagens receptivas que atuam com passeios no Parque. Na época das chuvas, por causa da serra na floresta e por ser uma estrada de chão com trechos sinuosos, pode ficar fechada.

⁴⁸ A SP-131 é a principal interligação entre as regiões Norte e Sul de Ilhabela. A rodovia possui 24,5 quilômetros de extensão, inicia no entroncamento com a SPA 000/131 e termina na praia de Borrifos.

Relata Edvaldo Peres (2022) que a estrada que impacta em Ilhabela é a estrada de Castelhanos, “pois, uma estrada interditada como a de Castelhanos impede que os turistas façam passeio para aquela praia”.

Relacionada às obras, foram citadas a obra na “Rua do Cocaia quando refizeram o calçamento”. Quando a “Sabesp faz conserto e manutenção provoca e buraco na rua”. Foi um trecho que no período pandêmico a “barreira sanitária com apresentação de testes de Covid-19 foi importante para amenizar a contaminação, porém muitos deixaram de vir”.

Com isso, reafirma-se que o acesso ao destino turístico, é fundamental para acontecer o turismo, significa a motivação ou não para o deslocamento do turista para o destino. Apesar de haver um posicionamento da autora, em defender a diminuição do número de veículos, principalmente na alta ou altíssima temporada do turismo, quando o número de pessoas chega a triplicar, gerando um desconforto no local tanto para os moradores quanto para os turistas, a ação de colocar um limite no número de entrada de veículos é para o bem-estar de todos, para evitar congestionamento de veículos e para haver um deslocamento dos indivíduos nesse período de explosão de número de turistas.

Com a pandemia da Covid-19, o setor de serviços no qual está inserida a atividade turística foi muito afetado, a medida provisória nº 936 de 1º de abril de 2020, sendo um programa emergencial de manutenção do emprego e da renda, esse programa foi instituído para custear o empregado e o empregador, ou seja, uma solução encontrada para o empregado não ficar sem emprego e o empregador não fechar sua empresa. De acordo com Edvaldo Peres (2022) “foi drástico seu início em 2020, mas aos poucos a cidade foi superando a questão e se adaptando às novas possibilidades”. A atividade turística foi radicalmente atingida em todo o mundo e, conseqüentemente, na economia durante a pandemia da Covid-19.

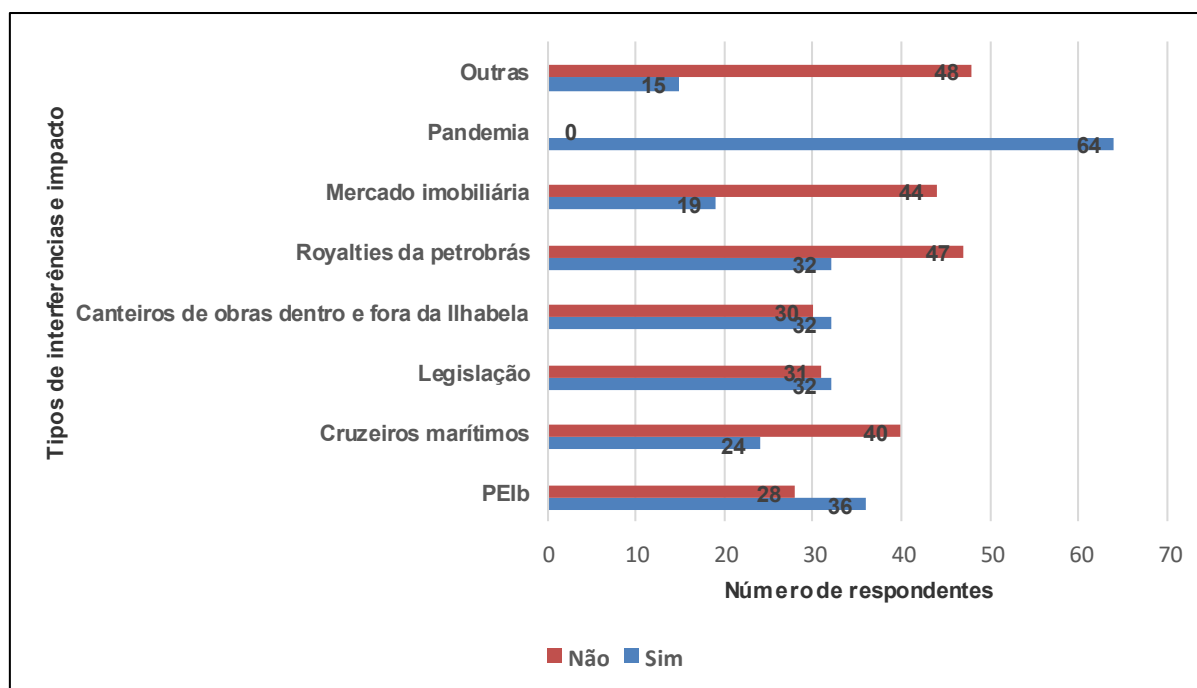
Ainda, em setembro de 2020, a gestão federal (2019-2022) publicou a lei nº 14.051 de 8 de setembro de 2020, que instituiu abertura de crédito extraordinário de 5 bilhões de reais para o fim específico do turismo.

Uma herança da pandemia do Covid-19, é o trabalho em *home office*, podendo se deslocar para uma cidade turística, tal fato também passa a concorrer com os moradores, já esse novo tipo de turista vai geralmente passar um

tempo maior na cidade, e isso acontece pela melhoria que teve na *internet* com velocidade de conexão e no carregamento de dados, proporcionando o trabalho em *home office*. Reafirma Edvaldo Peres (2022) que “os estabelecimentos comerciais passaram a melhorar a estrutura de *internet* e “escritórios”, áreas de trabalhos para atender a essa demanda e isso refletiu positivamente numa taxa de ocupação inédita no município”, se referindo ao trabalho em *home office* em cidades turísticas adicionada a uma internet de qualidade gerando esse novo tipo de turismo.

A seguir, no gráfico 10 constam os atores e eventos que interferiram e se deram no tempo e no espaço do município de Ilhabela gerando um espaço turístico, ou seja, um espaço propício para o desenvolvimento do turismo.

Gráfico 10: Interferências negativas no trade turístico no município de Ilhabela



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Uma resposta unânime está relacionada à interferência da pandemia na atividade turística, isso porque em 2020 os estabelecimentos ficaram 4 meses e, em 2021, ficaram mais 2 meses fechados, devido a interrupção da Balsa. A pandemia do Covid-19 atingiu o turismo diretamente. Sem turistas, sem consumo dos produtos e dos serviços turísticos, mostrando que o turismo foi uma das atividades econômicas mais atingidas nesse período. O *trade* turístico respondeu que teve “muitos cancelamentos, não podia alugar quartos e não podia receber as pessoas pela redução de capacidade de funcionamento, o que interfere até hoje”.

Durante o fechamento da balsa, muitos respondentes relataram que havia barcos clandestinos, que atravessavam o canal de São Sebastião com a “luz do barco apagada para trazer essas pessoas que poderiam possuir segundas residências – por meio de suborno, atravessavam pelo canal e desembarcavam na Vila”.

Com relação aos trabalhadores, houve empresas que não despediram os funcionários e outras que chegaram a despedir 90%. Os trabalhadores sem salários deixaram de consumir no comércio da Ilha diminuindo o giro na economia, o circuito produtivo começa a ficar lento com menos lucro. Além disso, foi falado que teve um momento da pandemia de Covid-19, em que muitos funcionários foram contaminados pela Covid-19 e pela gripe h2n3.

Houve ainda períodos com as restrições, o uso de máscara e 50% da capacidade do estabelecimento e queda das reservas na fase vermelha. Nesse caso o *delivery*, foi uma maneira de continuar o funcionamento dos restaurantes, no entanto, alguns estabelecimentos que tinham como público os turistas, tiveram mais dificuldades para atendê-los já que era outro público-alvo.

O período pandêmico trouxe muitos resultados negativos à economia local, com “agências que não se recuperaram até hoje” – janeiro de 2022, e “disseram que ainda se sente o retorno lento nas vendas”. A pandemia produz uma baixa celeridade da economia turística da Ilha. O reflexo foi que algumas empresas turísticas encerram as atividades ou passaram a atender de outra forma, como alguns meios de hospedagem que alugam o equipamento turístico por inteiro.

É importante complementar que o interesse em ter uma segunda residência cresceu no território, Edvaldo Peres (2022) ressalta que “a época recente em que mais tivemos essa pretensão de deslocamento foi durante a pandemia de Covid-19, principalmente com o crescimento do trabalho em *home office*”.

Mais adiante, já quando perguntado se há uma interferência dos cruzeiros no trade turístico, 40 estabelecimentos responderam que não há. Os cruzeiros marítimos iniciaram as atividades na Ilha no início do século XXI, trazidos pela gestão municipal, tornando-se uma das cidades que mais recebeu escala no Brasil, apresentando uma resposta que vai ao encontro da suposição da autora. Geralmente, os cruzeiros marítimos hospedam 3 mil passageiros que desembarcam sem carro, esses passageiros utilizam um *resort* flutuante, com tudo disponível

dentro, então, pouco consomem nas escalas e o tempo em terra varia de 10 a 6 horas. A interferência é pouca porque não utilizam os meios de hospedagem e poucas vezes os restaurantes, sendo um impacto fraco no trade turístico.

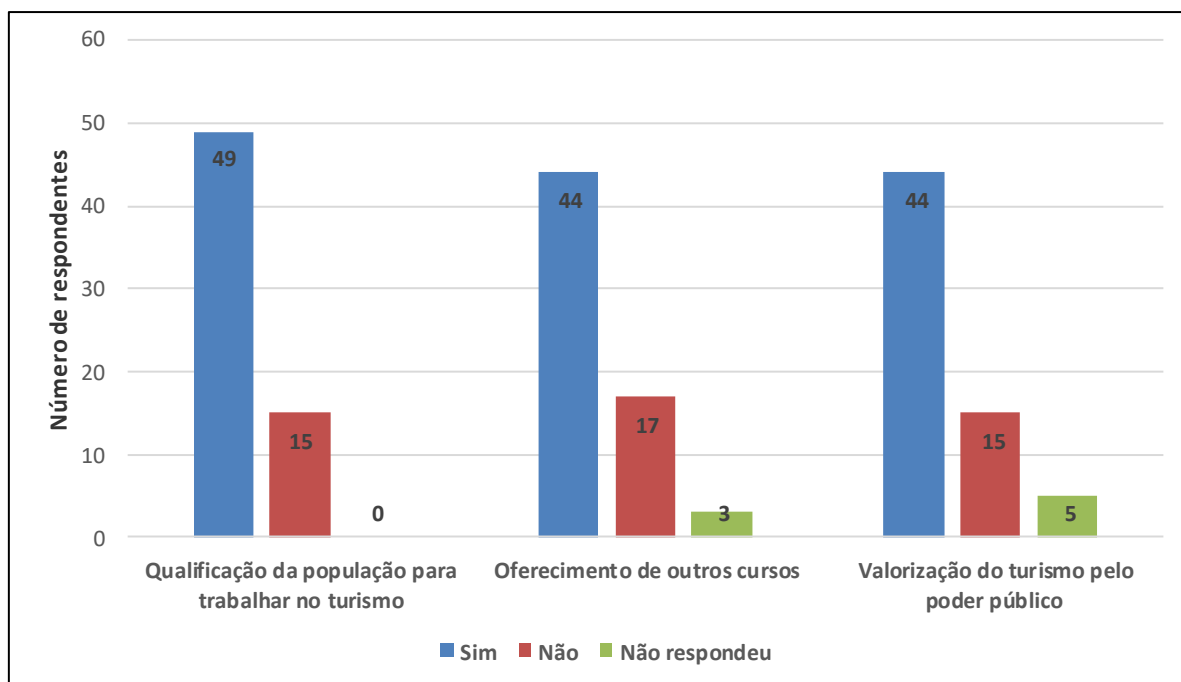
As empresas de cruzeiros marítimos têm como característica a verticalidade, ou seja, atua no mercado turístico mundial e na estação de verão do hemisfério Sul e faz escalas em Ilhabela, sendo um destes pontos no espaço geográfico globalizado, representando a alta circulação em redes geográficas e densamente técnicas (SANTOS, 2006). Por outro lado, conforme Santos (2006, p. 192) “a verticalidade cria interdependências, tanto mais numerosas e atuantes quanto maiores as necessidades de cooperação entre lugares”, foi percebido durante a pandemia do Covid-19, que mesmo as empresas de cruzeiros marítimos sendo globais fizeram falta no local pela ajuda financeira que causa no lugar, gerando empregos e rendas, principalmente às agências de viagens turísticas

Para Edvaldo Peres (2022), o incentivo do turismo de cruzeiros dado pelo poder público municipal se dá pelo “oferecimento de toda a estrutura pra embarque e desembarque de turista no município, bem como um receptivo para atendimento de passeios e atividades turísticas”. Porém, quanto ao retorno da atividade cruzeirista em relação aos aspectos econômico, social e ambiental, nada foi dito. A autora acredita que há um determinado retorno nesses aspectos, e outro subentendido que é o marketing para “atrair” turistas para a Ilha, e por fim, o fetiche de uma Ilha que recebe navios marítimos criando uma atmosfera de imaginário, ou melhor, uma psicofera.

5.3. TURISMO E AS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS

5.3.1. Segregação socioespacial e as políticas públicas locais para o turismo

Nessa seção, busca-se fazer uma relação entre a atividade turística a as políticas públicas locais, e como isso resulta ou não em segregação socioespacial em Ilhabela. Para tanto, o gráfico 11 traz alguns indicadores da pesquisa que demonstram essas relações por meio de variáveis como qualificação, oferecimento de cursos, e valorização do turismo pelo poder público local.

Gráfico 11: Relação entre a atuação do poder público com o *trade* turístico

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Primeiramente, as três respostas foram muito equilibradas, mostrando uma conexão entre elas. Sobre a qualificação da população para trabalhar no turismo, já que é a principal atividade, foi respondido que os cursos oferecidos pela gestão municipal são juntamente com o SEBRAE. Afirma Edvaldo Peres (2022) que, “vários cursos são oferecidos em parceria com o SENAI, SENAC e SEBRAE por meio do PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego)”.

Quando perguntado quais são os cursos oferecidos, foi respondido que são vários cursos, como: “recepção, turismo, panificação, garçom, guia de turismo, hotelaria, alimentos e bebidas, logística de turismo, gastronomia, atendimento, informática, barman, recepcionista, idiomas, cumim, cozinheiro, bartender, elétrica, energia solar”; em relação à qualidade deles, foram levantados os seguintes adjetivos: “fraco, horário ruim, cursos básicos, pouco potencial, cursos livres/rápidos, cursos muito iniciantes”. Sobre a situação dos cursos “adesão é pequena da população, não têm alunos para fechar turma”.

Logo após os respondentes discorreram como gostariam que os cursos fossem: “cursos intermediários importa – o público é exigente não a classe

social; o hotel poder liberar para fazer o curso; curso específico; horários não condizem com o funcionamento e pagamento”.

Em decorrência disso, foi perguntado sobre o turismo ser valorizado pelo poder público. A maioria (44 respondentes) disse que sim, o poder público valoriza a atividade turística, e acrescentaram: “gera lucro; poderia ser mais, a rede de apoio maior é entre os hoteleiros; vive do turismo, gira em torno do turismo; limpeza e enfeitada; ciclovia para os turistas; eventos voltados para o turismo, investimento em atrações; ônibus a 1 real; investe em infraestrutura”. Já aqueles que percebem uma desvalorização do turismo perante o poder público (15), diz: “Não como deveria, pouco recurso; somente arrecadação; vivem do turismo, mas oferecem a padronização; investe no turismo e não no morador; asfalto ruim, falta de lixeira”.

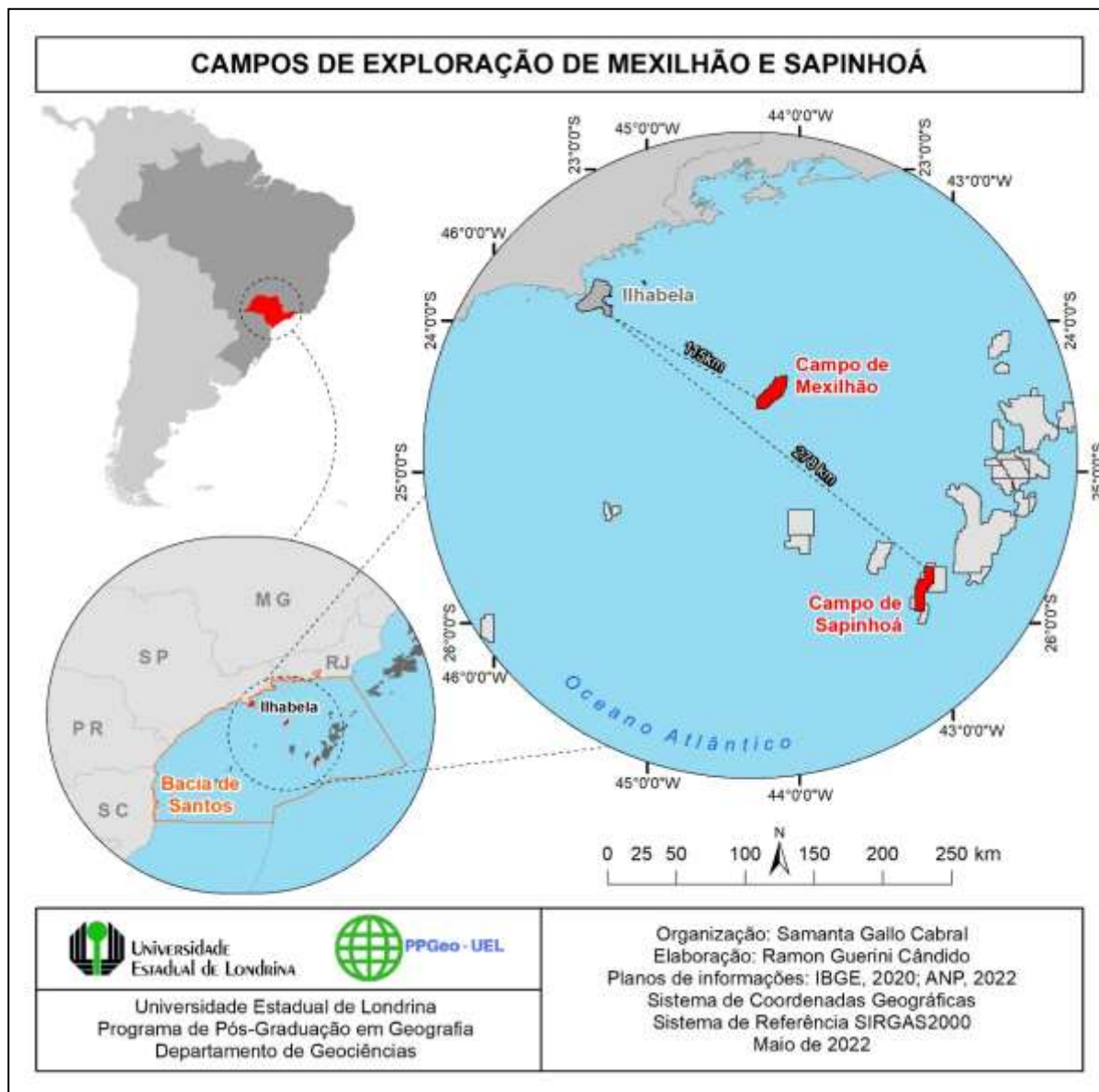
Conseqüentemente, os trabalhadores pesquisados do *trade* turístico, disseram que o poder público valoriza o turismo e oferece cursos para a população. Porém, percebe-se nas respostas negativas o reconhecimento da necessidade de fazer algo para melhorar, pois essa melhora está relacionada à população trabalhadora do município de Ilhabela. É importante lembrar que o turismo somente será bom, quando for bom também para a população em geral. Em outras palavras, a cidade boa para fazer atividade turística é aquela que é boa para viver, mesmo que uma parcela dessa população não esteja vinculada diretamente ao turismo. Complementa Edvaldo Peres (2022) sobre políticas públicas realizadas pela gestão municipal da secretaria de turismo, como:

Essas políticas estão voltadas para as melhorias da qualidade de vida da população como o programa Morar Melhor que visa reformar as casas das caiçaras nas comunidades tradicionais. Incentivo ao Turismo de Base Comunitária, desde os treinamentos, as ferramentas de divulgação e empréstimos via banco do povo.

Importante esta colocação sobre políticas públicas relacionadas ao turismo de base comunitária, atuando não somente na melhoria das residências para qualidade de vida, como apoio no incentivo do turismo de base comunitária para geração de renda. É importante existir políticas públicas para a comunidade tradicional. Por outro lado, não se pode esquecer a tentativa de implantação de resort nas comunidades caiçaras, na praia de Castelhanos e do Bonete pela gestão municipal. Além do turismo, há como fonte de arrecadação os *royalties* de petróleo

que são utilizados por Ilhabela. No mapa da figura 27 é possível observar os campos de exploração.

Figura 27: Bacia de Santos e a exploração de petróleo.



Fonte: Trabalho de campo realizado em janeiro de 2022. Organizado pela autora, 2022. Elaborado por Ramon Guerini Cândido, 2022.

A bacia de Santos é a maior bacia sedimentar de *offshore*, a qual produz petróleo e gás natural. O campo de Mexilhão uma plataforma fixa (115 km de distância) e o campo de Sapinhoá a uma plataforma flutuante (278 km de distância) – são destes dois campos da bacia de Santos que provêm os recursos financeiros dos *royalties*.

Relacionado à interferência dos *royalties* do petróleo no *trade* turístico foram respondidos 42 não e 32 sim, poucos veem relação entre os *royalties* e o turismo. Porém, estão interligados já que são utilizados para serviços públicos, pois o município com melhor saúde e educação para a população gera qualidade de vida e também desperta o interesse dos turistas em visitá-lo. Um respondente disse: “pessoas vieram trabalhar no turismo por causa da saúde e da educação, que é melhor do que em Minas Gerais e Recife” – havendo migração pela qualidade da saúde e da educação oferecida na cidade e reproduzindo um aumento no número da população. Outro ponto destacado é o aquecimento da economia local pela cidade receber os *royalties*.

Alguns disseram que depois dos *royalties*, houve uma melhoria da infraestrutura (calçamento de rua, cidade cuidada e limpa), da saúde, e da educação na Ilha. A gestão municipal também promove eventos, como shows, com o dinheiro dos *royalties*, com a intenção de promover a cultura para a população e atrair turistas para os eventos. A partir disso, foi dito: “existem poucos eventos, praticamente parou, depois da pandemia da Covid-19”.

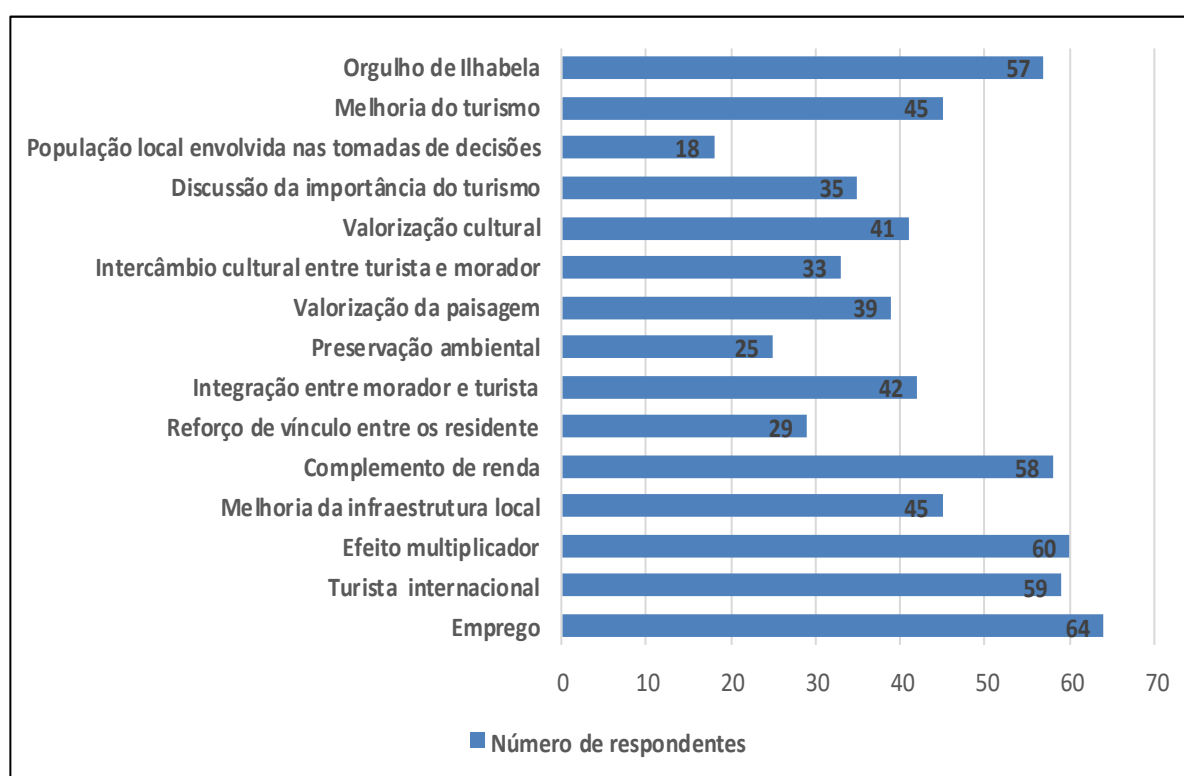
Para Edvaldo Peres (2022), os recursos financeiros dos *royalties* foram utilizados “em melhoria de estruturas viárias e construções” e em relação a investimento no turismo são utilizados “apenas indiretamente em melhorias estruturais como mirantes e praças”. Lembrando que 75% têm que ser destinado para educação e 25% destinado para saúde.

Já outros respondentes disseram que o “dinheiro não chega à população”, expondo que o investimento dos recursos não é perceptível. Outros disseram que com os recursos dos *royalties*, Ilhabela tem “muito dinheiro para poucos, aumentando a corrupção das empresas com faturamentos”. Por último, os pessimistas preocupados em quando “acabar os *royalties*, acabará os investimentos”.

A interferência relacionada à legislação é sobre o decreto municipal nº 2.404, de 14 de janeiro de 2011, o qual regulamenta a utilização de mesas, cadeiras e similares nas praias. Esse decreto determina a metragem conforme o nome da praia, o recolhimento dos equipamentos e a limpeza e a coleta do lixo, os fiscais multam caso seja feito algo irregular. Com relação a esse decreto, há uma insatisfação pelos respondentes dos restaurantes.

Em vista disso, é necessário ter uma legislação que regulamenta o uso desses equipamentos nas praias, com objetivo de não ser abusivo para aqueles que estão consumindo nos estabelecimentos. É importante para a paisagem e uso dos banhistas da praia. O gráfico 12 demonstra os impactos positivos promovidos pelo turismo – atividade econômica principal de Ilhabela, litoral norte de São Paulo.

Gráfico 12: Impactos positivos causados pelo turismo em Ilhabela



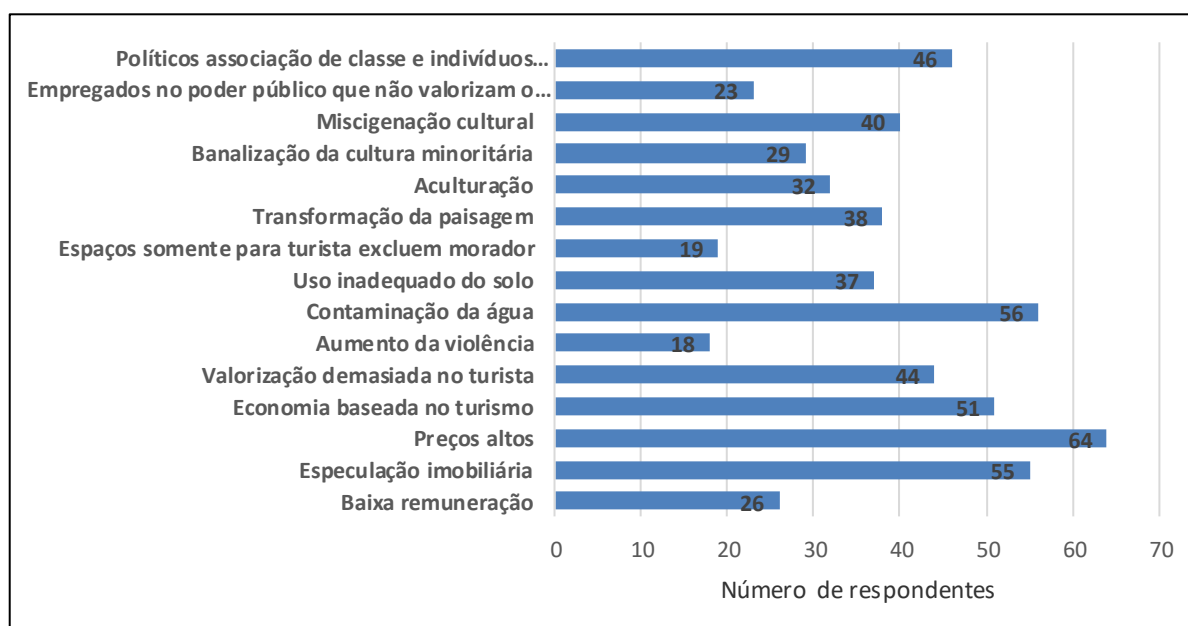
Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

O gráfico 12 apresenta os impactos positivos da atividade turística respondida pelos trabalhadores do *trade* turístico. Todos os respondentes disseram ter como benefício os empregos ofertados no turismo, indo ao encontro da atividade turística por ser a principal atividade econômica da Ilha. Em seguida, responderam que o turismo causa efeito multiplicador (60), traz turistas internacionais (59), e é um complemento de renda (58). Todas essas categorias positivas trazidas pelo turismo ao município de Ilhabela são benefícios econômicos, e foram os números mais altos concordantes dos respondentes. O turismo impacta positivamente na economia e é destacado por esse feito. Afinal, na sociedade capitalista, o recurso econômico é de suma importância para viver, e para alguns meios de acumulação.

O impacto econômico positivo é o mais conhecido entre os que trabalham com o turismo. A mudança no nível de gastos dos turistas pode influenciar a quantidade de empregos gerados pelo *trade* turístico. Outro impacto positivo que ficou alto está relacionado ao orgulho de Ilhabela (57), demonstra o pertencimento que tem sobre o lugar, e a beleza natural da paisagem, pois os moradores sentem orgulho de viver na Ilha. Sobre a população local envolvida nas tomadas de decisões, apenas 18 respondentes disseram que há esse envolvimento. Deixando claro que a população não se envolve e as decisões são tomadas pela gestão municipal, falta de audiências públicas com horários e dias possíveis para os moradores e incentivo pelo poder público, e falta de interesse em participar e tomar as decisões locais pela população. Foi mencionado que as discussões acontecem nas redes sociais e não na câmara dos vereadores, enfim, uma situação superficial, sem a participação efetiva da população além das redes sociais.

Outra categoria que chamou atenção por ter sido um número baixo, é sobre benefício e a preservação ambiental, sobre o qual 25 respondentes falaram que o turismo não preserva. É visível nos morros e nas encostas construções invadindo a mata, ficam escancaradas à especulação imobiliária, perto do mar as mansões dos milionários e mais concentrada ao fundo, próximo à entrada do parque as residências da classe baixa.

Gráfico 13: Impactos negativos causados pelo turismo em Ilhabela



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Em síntese, os impactos positivos gerados pela economia estão em maior número. Os impactos ambientais, culturais e políticos foram respondidos em um nível mediano; essas mudanças acontecem por meio do turismo na localidade, e precisam ser monitoradas quanto às transformações para que não ocorra algo não desejado. Assim, o gráfico 13 noticia os impactos negativos causados pela atividade turística na cidade de Ilhabela.

Com relação aos impactos negativos causados pela atividade turística no município de Ilhabela, os trabalhadores do *trade* turístico responderam que o maior impacto é o preço alto de produtos e serviços, sendo a resposta unânime entre os respondentes, entende-se que pela questão de ser uma Ilha e ter a tarifa da balsa paga ao Dersa (Desenvolvimento Rodoviário S.A.) faz com que os preços aumentem, esse preço final ao consumidor, acrescido da tarifa, torna perceptível a diferença de preço entre o continente e a Ilha. Para os moradores da Ilha é complicado ter este preço tão alto, pois o salário não acompanha os preços estabelecidos no território. Foi informado que próximo ao início da alta temporada, no mês de novembro, os preços do mercado de alimentos são ajustados.

Faz-se necessário dizer que, quando perguntado sobre a existência de espaços somente para o turista que excluem moradores (19), vai ao encontro dos preços altos cobrados na Ilha, sendo que os preços impossibilitam os moradores de frequentar determinados lugares, então, por meio do preço faz a segregação de público de cada lugar. Com certeza, os preços selecionam o tipo de turista que frequenta a Ilha por meio da classe social, fica claro que o valor agregado a Ilhabela, também impossibilita turistas com menor recurso financeiro. Um exemplo da hotelaria pode ser dado pelo hotel Ibis, da rede Accor, o qual, conforme a instalação do hotel em determinado bairro, ocorre uma variação de preço, mas o preço está ligado ao valor do espaço geográfico.

Outros agravantes para o município de Ilhabela ter alto valor turístico, além da tarifa da balsa, são: os valores embutidos nos produtos por ser uma Ilha, o território com pouco espaço para o uso e os lugares poucos explorados e com mais natureza. Isso tudo, permite que o preço dos produtos turísticos seja alto. Caracterizado como um produto de acesso para poucos, e quanto mais exclusivo é o produto turístico, mais ele é interessante para o turismo de elite. Por outro lado, o turismo de massa chegou a Ilhabela, no final do século passado, então

existem no mínimo duas décadas de turismo de massa no município, um dos respondentes disse: “os milionários estão vendendo suas mansões para deixarem a Ilha”. Esse trabalhador do turismo pode estar insatisfeito por ter uma mudança do nível de gastos dos turistas, que pode influenciar a quantidade de emprego ofertado pelo mercado turístico e nas comissões recebida pelos trabalhadores do turismo. Outro ponto relatado foi a promoção de dois eventos ao mesmo tempo promovida pela gestão municipal: um para a atividade turística e outro para a população. E, por fim, foi respondido que na alta temporada o morador deixa de ir à praia e retorna a esse espaço depois que diminuem os turistas.

Em contrapartida, Ilhabela ter uma área de preservação (PEIb) e praias pouco exploradas torna-a especial, desperta o desejo dos turistas em visitá-la, pois a natureza ainda é presente no território, mesmo que haja uma pressão sobre ela. Mas o capitalismo pressiona a produção em massa, e isso vem da base do turismo, intensificado cada vez mais depois da Revolução Industrial. Com a proximidade dos grandes centros urbanos como São José dos Campos e São Paulo, o capitalismo exige muito do trabalhador e o trabalhador, no tempo livre, direciona para o lazer. As empresas que se apropriam da beleza da Ilha causam uma pressão para que seja explorada, a ocupação de maior risco e de degradação é o turismo de elite, por ser um turismo que sempre escolhe algo exclusivo e seletivo. O turismo de massa explora por onde o turismo de elite já percorreu, vindo com um maior número de pessoas.

O que pode ser feito, é diferenciar os preços para os moradores, os preços para eles têm que ser distintos tanto no turismo quanto nos bens de consumo, acredita a pesquisadora. Conforme os entrevistados, alguns agentes dos receptivos falaram que dão desconto de 5% para moradores fazerem os passeios, outros respondentes falaram que os supermercados fazem um cartão informando que o indivíduo é morador e também receber 5% de desconto na compra. O morador não pode ficar com o ônus da sazonalidade e ser prejudicado por isso.

A pandemia da Covid-19 escancarou o problema de um lugar ter apenas uma economia focada na atividade turística, o turismo parou então Ilhabela também para. Isso também acontece quando alguma catástrofe natural ocorre, como chuvas torrenciais, enchentes, desmoronamentos. Demonstrando a alta

dependência econômica da atividade turística, ocasionando problemas econômicos para todos os moradores da localidade.

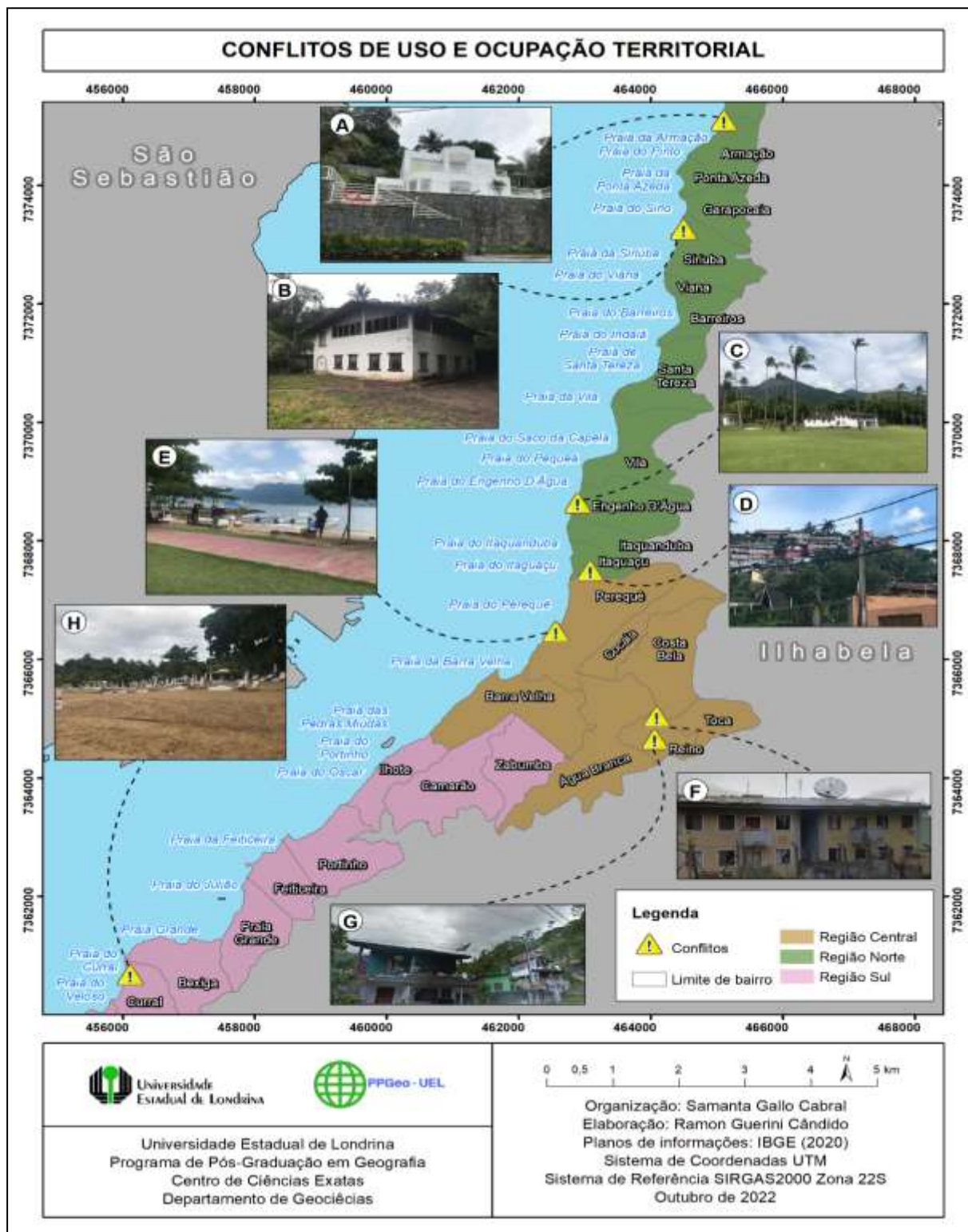
Já com relação à contaminação da água (56), destaque para falta de tratamento de esgoto, em que apenas 43% do esgoto coletado, dado de 2019, e 4% do esgoto são tratados, um número bem abaixo da média do estado de São Paulo e do Brasil. “O município foi classificado na 632^a posição no Índice de Coleta e Tratamento de Esgoto Municipal (ICTM) entre 645 municípios do Estado” (MUNICIPAL PLANO GESTOR DO TURISMO DE ILHABELA, 2020, p. 28). O arquipélago configura entre os 13 piores resultados estaduais de 2019, com uma nota de 1,17 (de 0 a 10). Foi feito um Plano Municipal de Saneamento Básico de 2019 a 2049 (30 anos) com metas de curto, médio e longo prazo para terem uma balneabilidade melhor na Ilha, já que a balneabilidade está diretamente ligada ao turismo (PLANO GESTOR DO TURISMO DE ILHABELA, 2020).

Uma balneabilidade informando água imprópria para banho em um município que tem o turismo como principal atividade econômica acarreta muitos danos. Assim, a gestão municipal e estadual precisa melhorar o saneamento básico local, pois, tudo indica que o município não acompanhou o crescimento populacional, e há um crescimento desordenado na Ilha subindo por entre os morros. Ainda, a Ilha recebe *royalty* da Petrobrás desde 2007 e deveria ter tido a preocupação em melhorar o saneamento básico, mas passa a ser preocupação do poder público quando afeta a qualidade das praias e atinge economicamente o turismo. A balneabilidade imprópria das praias, prejudica a saúde da população e a economia, diante dessa circunstância os turistas não irão para Ilhabela. Além da balneabilidade, foi dito pelo respondente que alguns bairros passam por falta de água nas casas dos moradores, ocasionados pela falta de saneamento básico.

As atividades turísticas de Ilhabela e suas discrepâncias em relação às políticas públicas locais provocam no espaço geográfico diferenças visíveis de usos e formas, bem como, evidenciam por meio desses espaços a segregação social desdobrada do contexto histórico-geográfico na ilha, sobretudo, em relação à produção do espaço turístico. Dessa forma o mapa da figura 28 mostra a segregação socioespacial em Ilhabela, ou seja, imagens com diversos objetos que se cristalizaram no tempo e que estão presentes no espaço geográfico de Ilhabela

como formas-conteúdos, resultado dos usos e ocupação territorial e seus conflitos espaciais.

Figura 28: Conflitos de uso e ocupação territorial e a segregação socioespacial



Fonte: Trabalho de campo realizado em janeiro de 2022. Organizado pela autora, 2022. Elaborado por Ramon Guerini Cândido, 2022.

Como já foi mencionado anteriormente, quando chegam pessoas em busca de realizar compra de terrenos para uso de segunda residência, provoca-se o movimento dos moradores locais para áreas mais distantes do mar, sendo um dos meios de segregação. Dessa maneira, podendo ser até mesmo impedidos de praticarem a pesca, pois dificultam tal realização. Além disso, a residência tem estrutura moderna, de moradores da classe social elitizada. Outra forma é pela chegada e apropriação desses mesmos espaços por grandes redes de hotéis e resorts.

A segregação socioespacial é produzida principalmente pelo mercado imobiliário que tem o poder, via detenção de capital, para, assim, controlar em maior parte, quando não há a devida regulação do Estado, o que será produzido no território. Para Castells (1983, p. 210) “a tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, sendo essa disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também de hierarquia”. Assim, a beira mar é possível verificar a semelhança de residências de alto padrão – mansões, que, com isso, segrega até outros moradores da paisagem que depois da construção foi impedida, a exemplo disso, se pode observar a imagem A.

Já a imagem B e C, são estruturas do período colonial agrícola de Ilhabela, a imagem B é um prédio particular onde funcionava uma casa de farinha e a imagem C é a fazenda Engenho D’Água tombada e pertencente ao município de Ilhabela. Com isso, as duas imagens demonstram forma-conteúdo de um período de atividade econômica que não existe mais no território, mas que se manifesta como rugosidade, principalmente o parque municipal Fazenda Engenho D’Água que hoje funciona como conteúdo turístico para visitação para conhecer a história do lugar e da produção açucareira. Para entender melhor, Santos (2006, p. 92) explica a rugosidade da seguinte forma:

Chamemos de *rugosidade* ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos. É dessa forma que elas são uma parte desse espaço-fator. Ainda que sem tradução imediata, as rugosidades nos trazem os restos de divisões do trabalho já passadas (todas as escalas da divisão do trabalho), os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho.

A imagem D são objetos turísticos instalados no morro, para os turistas que lá se hospedam ver a paisagem do alto, como o canal de São Sebastião, a praia e, ao fundo, a cidade de São Sebastião. Apesar da vista, os respondentes desses equipamentos turísticos que estão próximo ao mar nesse bairro, relataram que não pode chover nem por curto período – meia hora, que a praia fica inutilizada, durante a precipitação, pelo odor que deságua no mar oriundo dos efeitos da falta de saneamento e urbanização desenfreada.

A imagem E e H expressam diferentes usos e ocupação da praia. A imagem E é um canto da praia de Perequê onde são comercializados os peixes depois da atividade de pesca, sendo uma praia urbana muito utilizada pelos moradores, já que muitos residem próximos a esse local. Já a imagem H, demonstra a atividade de lazer na praia do Curral, o hotel disponibiliza espreguiçadeiras com guarda-sóis e algumas tendas.

Dessa forma, a praia, apesar de ser uma área pública, passa a não ser democrática, por exemplo, na praia do Curral que possui barco camaroeiro, aluguel de caiaque e os restaurantes, enfim, é necessária uma compreensão e acolhimento de todas essas atividades econômicas para o uso desse lugar.

E, por último, a imagem F e G, as duas no bairro Reino. A imagem F apresenta residências do CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo) que foram construídas nesta área para a população que necessitava de políticas públicas como programas de habitação para ter sua moradia, com condições que os moradores conseguiram realizar o pagamento. Já a imagem G, no mesmo bairro, mostra residências sendo construídas no morro com características de construções que evidenciam a população de baixa renda.

Para Negri (2008, p. 132) existem dois tipos de segregação socioespacial: “a voluntária se dava quando o indivíduo iria habitar um determinado local da cidade por sua própria iniciativa; a involuntária quando por forças externas a ele o obriga a habitar ou deslocar-se de determinados espaços”. Com isso confirma que os moradores de classe social baixa foram morar em residências do CDHU por ser, muitas vezes, a única chance de ter sua própria moradia, mesmo sendo um bairro afastado do comércio, do transporte e da praia. Demonstra o contraponto das

duas classes na segregação voluntária e involuntária, uma classe escolhe o espaço e a outra fica com o que sobra desse espaço.

A partir dessa figura é possível perceber os usos e ocupações das distintas classes sociais para residência e para comercialização em diferentes bairros. Seria uma percepção simplista dizer que a segregação é uma divisão do espaço, mas a segregação é uma forma de controle e poder do território. Além disso, a segregação também é dada pela cultura, idioma, intelecto – por isso que as comunidades caiçaras que sobraram no espaço geográfico da Ilha vivem no lado Leste.

Por último, faz-se necessário dizer que o turismo também promove a segregação socioespacial, os lugares de lazer dos moradores e dos turistas geralmente são distintos, sendo que os dois grupos não se relacionam e há certa competição entre eles. Mascarenhas (2003, p. 5), “as novas cidades turísticas tendem acentuar a problemática capitalista da segregação socioespacial” com a especulação imobiliária, o investimento em infraestruturas de áreas frequentadas pelos turistas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou analisar as transformações socioespaciais geradas pelas dinâmicas das ações antrópicas no ciclo econômico da atividade turística na zona costeira de Ilhabela (SP) ocorridas em diferentes temporalidades.

Com esse objetivo foi demonstrado o processo das dinâmicas turísticas na Ilha, com suas particularidades nos bairros e mais perceptível em comparação às regiões com seus elementos relacionados ao espaço geográfico. A análise temporal dos meios de hospedagens e dos restaurantes demonstrou que os objetos técnicos apareciam conforme uma tipologia turística se desenvolvia no território.

Com relação à análise temporal dos meios de hospedagens, concluiu-se que, a balneabilidade da região sul da Ilha promove interesse de instalação de novos meios de hospedagens. A maioria das novas instalações hoteleiras nos últimos anos se deu nos espaços das praias do canal de São Sebastião. No entanto, apesar de ocupar espaços de forma segregados, existe grande diversidade dos meios de hospedagens para atender diversos públicos, de variadas classes sociais. Percebe-se então, uma densa produção do espaço geográfico turístico sendo desenvolvido, impulsionado pela atividade turística.

Já na análise temporal dos restaurantes, identificou-se que estes estão presentes em todas as regiões da Ilha, com variedade de estabelecimentos para serviço de alimentação que atende os turistas e a população local. Esses objetos turísticos estão presentes na Ilha e, nos bairros mais distantes, tiveram uma ocupação mais tardia inerente ao turismo elitizado, de massa e de base comunitária, são objetos que podem ser carregados de tecnologia e de informação dentro ou ao redor dele.

A análise temporal das agências de viagens tem um aumento intrinsecamente ligado aos cruzeiros marítimos que iniciam a suas escalas no século XXI na costa brasileira. É perceptível o crescimento de acordo com o número de escalas na Ilha, juntamente com o território normado pela gestão municipal que atraiu muitos trabalhadores de fora da cidade para atender a demanda dos serviços desse setor. Acredita-se que a atuação dos cruzeiros marítimos na Ilha traz um

retorno em publicidade nacional e até internacional, principalmente na América do Sul e os passeios locais realizados pelos cruzeiristas.

A oferta turística natural e cultural do município de Ilhabela tem suas particularidades, os atrativos naturais desse território possuem uma riqueza somada a diversidade das praias juntamente com a mata e suas cachoeiras no espaço turístico. Os atrativos culturais tanto material quanto imaterial que são heranças de temporalidades passadas ainda permanecem na Ilha, como: fazendas cafeeiras e canavieiras, festas religiosas, modo de vida caiçara, que se fazem hoje atrativos turísticos. Com este cenário histórico-geográfico, o capital turístico se apropria deste espaço, e investe em equipamentos turísticos para atrair cada vez mais visitantes e atender uma diversidade de público. Dessa forma, a cada atrativo turístico instalado, aumenta o número de turistas e pode aumentar o retorno deles à Ilha, e consequentemente a instalação de novos equipamentos turísticos.

A partir dessa diversidade de atrativos turísticos criou-se um perfil particular do *trade* turístico. Foram pesquisados 64 equipamentos turísticos entre eles: meios de hospedagens, restaurantes e agências de viagens. Com relação a idade desses trabalhadores a maioria está entre 41 e 22 anos de idade; um número superior de pessoas de origem do estado de São Paulo – uma surpresa, pois houve vários relatos de que vinham pessoas de outros estados brasileiros para trabalhar e não foi isso que a pesquisa dos trabalhadores do turismo identificou. Mais de 50% dos trabalhadores têm apenas o Ensino Médio, mostrando que a área do turismo não estimula o trabalhador a ter formação superior.

Esta configuração do *trade* turístico que foi exposta, se manifesta no espaço turístico de duas formas: horizontais e verticais na atividade turística. As horizontalidades turísticas em Ilhabela se deram pela implantação do *Wyndham Ilhabela Casa di Serena* que impõe elementos hegemônicos atuando com um novo fluxo no espaço geográfico trazendo o global, o tempo rápido. Com relação às verticalidades turísticas, a rede Vellin é um exemplo dessa categoria, é uma rede formada de pequenos meios de hospedagens independentes que recentemente se uniram para ter *know-how* e força nas vendas e na publicidade, e utilizando das densidades tecnológicas e informacionais.

Dessa forma, nota-se que há diferentes densidades técnicas científicas informacionais entre as atividades horizontais e verticais. As

verticalidades estão mais intensas no espaço de Ilhabela, e as horizontalidades vão diminuindo e resistindo e como as verticalidades os agentes globais estão mais atuantes no espaço de Ilhabela. Isso mostra que as forças hegemônicas sobressaem em relação às forças locais. Como exemplo dessa dinâmica tem rede local que ganha força para concorrer no mercado.

Trabalho, densidade informacional, *marketing* digital provoca um aprofundamento da divisão do trabalho. A sazonalidade em Ilhabela reflete a diminuição dos turistas em 5 meses e a gestão municipal, juntamente com o *trade* turístico, tenta diminuir esta flutuação com eventos gerando uma diminuição nos recursos econômicos para os trabalhadores do turismo, por outro lado, um descanso para o meio ambiente. Outro ponto importante que melhora essa variação do número de turistas é esse novo turismo promovido pela pandemia, e que talvez perdure - o trabalho em home office que permite ao trabalhador trabalhar em outro município.

Mais da metade das empresas turísticas (62%) utilizam outras empresas deste segmento, sendo que alguns interagem mais que outros – hotel indicando restaurante e agência de viagens, mostrando o apoio entre elas, característica da horizontalidade. Com relação ao *marketing* utilizado pelas empresas vem aumentando o número do *marketing* digital e diminuindo o *marketing* tradicional, confirmando como vetores da globalização atuando no território.

As agências de viagens online oferecem objetos turísticos aos clientes de uma maneira mais acessível pela tecnologia e informação, e geram uma particularidade no cargo dos trabalhadores do turismo e um aprofundamento no processo da divisão do trabalho. As redes sociais verticais estão intrinsecamente ligadas ao meio técnico-científico-informacional e mostram uma alta densidade tecnológica e informacional no *trade* turístico de Ilhabela, essas redes sociais são utilizadas de variadas formas: comunicação, posicionamento, publicidade etc. Ainda é necessário dizer que o AirBnb é uma nova forma de alugar residências, que pode se tornar um concorrente dos meios de hospedagens, gerando algumas desvantagens relacionadas aos empregos gerados pelos meios de hospedagens, essa plataforma de aluguel de hospedagens representa o tempo rápido, o global, a alta densidade técnica e informacional – elementos da verticalidade do AirBnb e que trazem um pequeno efeito multiplicador para o município.

Na densidade técnica-informacional existe a importância para que o turismo aconteça e forme as redes que ligam Ilhabela. Sabendo da importância dos fluxos para o turismo, a chegada da pandemia trouxe muitos danos à atividade turística. Os fluxos estão cada vez mais sendo aumentados na Ilha e fora dela, assim, aumentando as redes que são as transportadoras da verticalidade e da horizontalidade. As vias permitem a fluidez dos veículos, das pessoas, de mercadorias e permitem a atividade turística ser concretizada, principalmente com a duplicação da rodovia dos Tamoios impactando em Ilhabela. Ainda, sobre fluxos é dado uma maior intensidade a partir da pandemia com a instalação de fibra ótica impactando no fluxo da informação e tecnológico, abre-se uma oportunidade para aqueles que querem passar a trabalhar por um período em *home office*; um novo segmento depois do evento da pandemia do Covid-19.

Essas particularidades da Ilha, principalmente em relação às horizontalidades criam uma psicofera que cada vez mais foge das próprias características da ilha, nos aspectos culturais, sociais e econômicos. Mostrando o exemplo do aprofundamento da segregação socioespacial que cada vez mais excluem a população local das praias e outros. Antes da pandemia do COVID-19 os eventos promovidos pela gestão municipal, quando havia 2 eventos, um era destinado para o turista e outro para a população, percebendo a segregação voluntária e involuntária no território ilhabelense.

A gestão pública, principalmente a municipal, deve ter uma preocupação em gerar os impactos positivos sociais e culturais do turismo focados na participação dos moradores e agregar valor a eles. Outra questão é permitir a participação nas decisões referentes à construção do espaço e não de forma repentina e abrupta com um projeto, como o mirante e *resorts* nas praias das comunidades tradicionais. E por meio de cursos de aperfeiçoamento e outros, a inserção no mercado de trabalho, para incentivar o desenvolvimento desses trabalhadores no turismo. Dando a oportunidade dentro do empreendimento para ter plano de carreira e auxílio de estudos avançados em turismo e áreas afins para efetivar esse crescimento profissional dentro da área turística.

No espaço turístico, o sistema de ações, por meio de intencionalidades efetivadas na esfera técnica, cria objetos turísticos podendo ser conflitante entre eles: objetos novos e os antigos, cada qual com sua forma e

função. A exemplo disso, existem o conflito entre o turismo de segunda residência dominado pelo mercado imobiliário e a atividade turística representada pelo *trade* turístico, o que demonstra o jogo de poder no espaço geográfico no município de Ilhabela com a atuação da sociedade local, dos turistas e do poder público como planejadores e executores de políticas públicas.

Assim, fica claro o conflito entre os atores hegemônicos e os hegemonzados na luta pelo espaço. Os hegemônicos com uso do capital têm o poder de desenvolverem os objetos com as formas-conteúdos de acordo com a sua intencionalidade. Por outro lado, os hegemonzados sendo sociedade local e comunidade tradicional, muitas vezes lutando pelo espaço como é o caso da tentativa da instalação de grandes empreendimentos nas praias do Bonete e dos Castelhanos, e os empreendimentos no lado leste da Ilha, aonde foram contra os hegemônicos e conseguiram impedir, mas nem sempre isso acontece.

E os conflitos no espaço geográfico foram acelerados pela globalização que nos últimos anos, tendo como aliados a tecnologia e inovações criando uma maior desigualdade socioespacial. Onde as verticalidades, do tempo rápido, e do global impulsionam este conflito espacial promovendo segregações socioespaciais e desigualdades pelos atores hegemônicos.

O turismo de massa está consolidado em Ilhabela, e existe um investimento na diversificação dos atrativos turísticos com a intencionalidade do retorno e da permanência de maior tempo dos turistas – recomenda-se que o números dos veículos na altíssima temporada seja controlado para não haver congestionamento e a impossibilidade de circulação.

O melhor futuro para a Ilha é a conservação do território do PEIb, conforme tem sido realizado, o Parque é importantíssimo para: as comunidades tradicionais, a atividade turística, e a permanência da singularidade da imagem de Ilhabela.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Antônio Paulino de. Memória histórica sobre São Sebastião. **Revista de história**, São Paulo, v. 16, n. 33, p. 176-222, jan. 1958. Disponível em: <www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/106630/105235>. Acesso em: 18 out. 2020. **Anais**.1992.
- ANDRADE, Manoel Correia. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995.
- ANTAS JUNIOR, Ricardo Mendes. **Território e regulação**: espaço geográfico, fonte material e não-formal do direito. São Paulo: Humanistas/Fapesp, 2005.
- ANTONELLO, Ideni Terezinha; CALVENTE, Maria Del Calmen Matilde Huertas; MOURA, Jeani Delgado. Paschoal. A pesquisa de memória viva – uma experiência da sua utilização na formação dos professores de Geografia. **Geografia**, Londrina, v. 12, n. 1, p. 391-402, jan/jun. 2003. Disponível em: <www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/6701>. Acesso em: 19 jan. 2020.
- BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas; PERES, Silvia Miguel de Paula. Ilhabela, SP: transformações socioambientais e processos saúde-doença. *In*: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 4.,2008, Brasília. **Anais**. 2008.
- BARRETTO, Margarita. **Planejamento responsável do turismo**. Campinas: Papirus, 2005.
- BENDAZOLLI, Cintia. **O panorama da ocupação sambaqueira no Arquipélago de Ilhabela, São Paulo**. Tese (Doutorado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- BOULLÓN, Robert C. **Las actividades turísticas y recreacionales**: el hombre como protagonista. 4. Ed. México: Trilhas, 2009.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 de mar de 2021.
- _____. **Decreto n. 5.300, de 07 de dezembro de 2004**. Regulamenta a Lei n. 7661, de 16 de maio de 1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC dispõe sobre regras de uso e ocupação da zona da orla marítima, e dá outras providencias. Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/97168/decreto-5300-04>>. Acesso em: 10 out. 2017.
- _____. **Decreto nº 1.540, de 27 de junho de 1995**. Dispõe sobre a composição e o funcionamento do Grupo de Coordenação incumbido da atualização do Plano

Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC).

_____. **Decreto nº 5.377 de 23 de fevereiro de 2005.** Aprova a política nacional para os recursos do mar - PNRM. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5377.htm. Acesso em: 18 jul. 2019.

_____. **Decreto-lei nº 243, de 28 de fevereiro de 1967,** fixa as Diretrizes e Bases da Cartografia Brasileira e dá outras providências.

_____. **Lei nº 7661, de 16 de maio de 1988.** Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências.

_____. Ministério do Turismo. **Programa de regionalização do turismo:** roteiros do Brasil: módulo operacional 7: roteirização turística. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

_____. **Portaria nº 461, de 13 de dezembro de 2018.** Aprova a relação dos municípios abrangidos pela faixa terrestre da Zona Costeira brasileira.

_____. **Resolução CIRM nº 5, de 3 de dezembro de 1997.** Aprova o plano nacional de gerenciamento costeiro II.

_____. **Resolução nº 01, de 21 de novembro de 1990.** Aprova o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC). Disponível em: <http://antigo.infraestrutura.gov.br/images/GEIPOP/legislacao-geipot/1990/90-3-res01.doc>. Acesso em: 10 de mar de 2021.

BUARK, Cícero. **Ilhabela e seus mistérios.** São Paulo: Monsanto, 1980.

_____. **O triângulo de Ilhabela e seus mistérios.** São Paulo: Dag gráfica e editorial, 1992.

BUHALIS, Dimitrios. Strategic use of information technologies in the tourism industry. **Tourism Management.** London, v. 19, n. 5, p. 409-421, out. 1998. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/222452921_Strategic_Use_of_Information_Technologies_in_the_Tourism_Industry. Acesso em: 25 jan. 2021.

CALI, Plácido (coord.). **Plano de manejo parque estadual de Ilhabela diagnóstico do patrimônio cultural.** São José dos Campos: Casa da Floresta: Fundação Florestal: Gestão Arqueológica Consultoria, 2010.

CALVENTE, Maria Del Carmen Huertas. Ilhabela: turismo e território. **Geografia,** Londrina, v. 8, n. 1, p. 29-36, dez. 1999. Disponível em: www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/10201/9010. Acesso em: 25 jan. 2020.

_____. **Ilhabela: turismo e território.** In: DIEGUES, Antônio Carlos (org.). Ilhas e sociedades insulares. São Paulo: NUPAUB/USP, 1997. Disponível em:

<https://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/Ilhas_Sociedades_Insulares.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2020.

_____. **No território do azul marinho: a busca do espaço caiçara.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

CETESB. **Educação e participação:** material de apoio à educação ambiental. São Paulo: CETESB, 1986. Conceitos, modelos e sistemas. São Paulo: Aleph, 2008.

COOPER, Chris; FLETCHER, John; WANHILL, Stephen; GILBERT, David; DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Pesquisa em turismo:** planejamento, métodos e técnicas. São Paulo: Futura, 1998.

DINIZ, Eduardo Henrique. Comércio eletrônico: fazendo negócios por meio da internet. **RAC**, Maringá, v. 3, n. 1, p. 71-86, jan./abr. 1999. Disponível em: <www.scielo.br/j/rac/a/ZXfv7Xjdg6nfTKpbxYWdjxg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 dez. 2020.

DOMINGUES, Viviane. **Turismo e recursos costeiros em São Sebastião e Ilhabela:** percepção dos moradores e de turistas. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

DORES, Fabíola Gaspar das. A memória como método de pesquisa. **Caderno de campo:** revista de ciências sociais, Araraquara, n. 4, p. 113-131, 1999. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/10143/6642>>. Acesso em: 08 dez. 2020.

DUARTE, Altair. **Políticas públicas e meio ambiente:** o gerenciamento costeiro de São Paulo. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

DUARTE, Paulo Araújo. Conceituação de cartografia temática. **Geosul**, Florianópolis, v. 6, n. 11, p. 133-138, jan./jun. 1991. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/12774>>. Acesso em: 14 mai. 2021.

FALCÃO, Luis Altair Coffi. **Termos técnicos do meio turístico: conceitos, definições, siglas e tipologias.** Disponível em: <<http://futurismologo.blogspot.com.br>> Acesso em: 13 out. 2022.

FERNANDES, Manoel do Couto; GRAÇA; Alan José Salomão. Conceitos e aplicações cartográficas diante das necessidades da cartografia turística. In: ARANHA, Raphael de Carvalho; GUERRA, Antônio José. **Geografia Aplicada ao Turismo.** São Paulo: Oficina de Textos, 2014.

FITZ, Paulo Roberto. **Cartografia Básica.** São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

FRANÇA, Ary. **A Ilha de São Sebastião** – estudo de geografia humana. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1951.

_____. As paisagens humanizadas da ilha de São Sebastião. **Boletim Paulista de Geografia**, [S. l.], n. 10, p. 33–44, 2017. Disponível em: <<https://publicacoes.agb.org.br/index.php/boletim-paulista/article/view/1391>>. Acesso em: 18 nov. 2021.

FURLAN, Sueli A. **Lugar e cidadania: implicações socioambientais das políticas de conservação ambiental** (situação do Parque estadual na Ilha de São Sebastião – SP). Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

FUSTER, Luis Fernandez. **Teoría y técnica del turismo tomo I**. Madrid: nacional, 1971.

G1. Turismo e viagem. Custo afugenta cruzeiros da costa brasileira e nº de passageiros diminui. Disponível em: <<http://g1.globo.com/turismo-e-viagem/noticia/2013/05/custo-afugenta-cruzeiros-da-costa-brasileira-e-n-de-passageiros-diminui.html>>. Acesso em: 06 jun. 2020.

GARSON, Sol. **Regiões metropolitanas: por que não cooperam?** Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles; Belo Horizonte: PUC, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Paulo César da C. **Geografia e Modernidade**. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de L. (Org.) et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

GONÇALVES, Luiz Claudio de A. Menescal; CAMPOS, Maria Helena Barreto. **Introdução a turismo e hotelaria**. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2005.

GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, v. 2, n. 3, p. 523-545, set./dez. 2012.

HAESBAERT, Rogério. **Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão**. In: CASTRO, I. E. de.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. P. 165-205.

_____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi- territorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade** em tempos de insegurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014

HALL, Richard H. **Organizações: estrutura e processos**. 3 ed. Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil, 1984.

HARVEY, David. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

IBGE. Ilhabela. Receitas orçamentárias realizadas. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/ilhabela/pesquisa/21/28141?tipo=ranking&indicador=28141&ano=2008>>. Acesso em: 03 out. 2020.

ILHABELA. **Decreto municipal nº 470, de 13/11/2002**. Dispõe sobre a permissão de prestadores de serviços na praça da bandeira e píer da vila durante as visitas de navios em Ilhabela, na temporada de 2002/2003. Disponível em: <<https://www.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=8969&cdDiploma=20%20200470&NroLei=470&Word=&Word2>>. Acesso em: 08 mai. 2020.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2017.

LOHMANN, Guilherme; PANOSSO NETTO, Alexandre. **Teoria do turismo**:

LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. **O lugar no mundo contemporâneo**: turismo e urbanização em Ubatuba-SP. 1999. 218p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

MALDONADO, Wanda. Comunidades caiçaras e o parque estadual de Ilhabela. In: DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). **Ilhas e sociedades insulares**. São Paulo: NUPAUB/ USP, 1997.

MARCONDES, Daniella de Souza. **Os conflitos decorrentes do veraneio e do turismo sobre o território tradicional caiçara na Praia de Castelhanos a partir da década de 1950**. Dissertação de mestrado. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

MARTINELLI, Marcelo. A Imagem Figurativa e a Imagem Cartográfica no Turismo. In: FARIA, Ivani Ferreira de (coord.). **Turismo**: lazer e políticas de desenvolvimento local. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2011, p. 159-173.

_____. **Curso de cartografia temática**. São Paulo: Contexto, 1991.

MATHIESON, A; Wall, G. **Tourism**: economic, physical and social impacts. New York: John Wiley & Sons, 1990.

MELQUIADES, Tânia; TADINI, Rodrigo Fonseca. **Fundamentos do Turismo**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

MENDES FILHO, Luiz Augusto Machado. **Impactos da adoção da internet na hotelaria**: a percepção dos gerentes de médio e grande porte de Natal/RN. 2002. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Programa de Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2002.

MERLO, Márcia. **Entre o mar e a mata**: a memória afro-brasileira. São Sebastião, Ilhabela e Ubatuba. Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2003.

MERLO, Márcia. **Memória de Ilhabela: faces ocultas, vozes no ar.** São Paulo: Educ: FAPESP, 2000.

MICHELON, Rita; CARDONA, Regina. **O processo de comercialização de produtos turísticos.** Porto Alegre: [s. n.], 2007. Disponível em: <https://docplayer.com.br/141812539-O-processo-de-comercializacao-de-produtos-turisticos-manual-do-participante.html>. Acesso: 06 jul. 2012.

MILANESI, Marcos Alexandre. **Avaliação do efeito orográfico na pluviometria de vertentes opostas da Ilha de São Sebastião (Ilhabela-SP).** Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MINAYO, M.C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo-Rio de Janeiro. Hucitec-Abrasco, 1992.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Contribuição para a gestão da zona costeira do Brasil: elementos para uma geografia do litoral brasileiro.** São Paulo: Annablume, 2007.

MOTTA, Camilla. Construção de mirante projetado por Ruy Ohtake gera polêmica em Ilhabela: Moradores fazem abaixo-assinado contra obra; são 2,6 mil assinaturas. Denúncia é que projeto interfere na paisagem e não teve licitação. **G1.** Vale do Ribeira e região, 04 maio 2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2016/05/construcao-de-mirante-projetado-por-ruy-ohtake-gera-polemica-em-ilhabela.html>>. Acesso em: 20 maio 2022.

MUNDT, Magda Elisabeth. *Gestão de Tecnologia em Atividades de Serviços. In:*

MUSSOLINI, Gioconda. **Ensaio de antropologia indígena e caiçara.** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1980.

NOFFS, Paulo Silva. **A disputa pela hegemonia do espaço na baía dos Castelhanos.** Tese de doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

OMT – Organização Mundial do Turismo. **Implicações das definições de turismo da ONU/OMC para as estatísticas de turismo dos EUA.** [s.n.]: OMT, 1996.

PALHARES, Guilherme Lohmann. **Transportes turísticos.** São Paulo: Aleph, 2002.

PEREIRA, Marcos. **Marketing em cidades turísticas.** São Paulo: Chronos, 2001.

PHILLIPS, P. A.; MOUTINHO, L. **Sistemas de planejamento estratégico em hotelaria e turismo.** Wallingford: CAB Internacional, 1998.

PIRRÓ, M. S. A. **Baía de Castelhanos e seus lugares: um olhar o lugar.** Trabalho de Graduação Individual, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

PRESOTTO, Andréa. **Espaços livres públicos: um estudo no município de Ilhabela**

(SP). Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

PROST, Catherine. Região costeira, um espaço geográfico específico entre dois conjuntos. *In*: PROST, Catherine; SILVA, Cátia Antônia da. **Espaços costeiros brasileiros: dilemas e desafios geográficos**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

REJOWSKI, Mirian. **O retorno do território**. *In*: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). Território: globalização e fragmentação. 4. ed. São Paulo: Hucitec: ANPUR, 1998. p. 15-20.

REJOWSKI, Mirian. **Turismo no Percurso do Tempo**. São Paulo: Aleph, 2002.

ROCHA E SILVA, Christian Deni. **Cidade e natureza: mercado imobiliário, turismo, e desenvolvimento urbano em Ilhabela**. Dissertação del mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

RODRIGUEZ, J. J.; WINDEVORHEL, N. J. **Análise regional da situação da zona marinha costeira da América Central**. Washington: BID, 1998.

RUSCHMANN, Doris. A experiência do turismo ecológico no Brasil: um novo nicho de mercado ou um esforço para atingir a sustentabilidade. **Turismo: visão e ação**, Balneário Camboriú, v. 2, n. 5, p. 81-90, out./mar. 2000.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas: Papirus, 1997.

SAMPAIO, Tony Vinicius Moreira. **Cartografia temática**. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFPR, 2018.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2006.

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. 5º ed. São Paulo: EDUSP, 2013.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SÃO PAULO (Estado). Parque estadual de Ilhabela. **Plano de manejo**. Resumo Executivo. Dez. 2015.

_____. **Decreto Estadual nº 9.414 de 20 de janeiro de 1977**. Cria o Parque Estadual de Ilhabela e dá providências correlatas.

Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/212567/decreto-9414-77-sao-paulo-sp>>. Acesso em: 30 jan. 2020.

_____. **Decreto nº 47.303, de 07 de novembro de 2002**. Institui e disciplina a composição e o funcionamento do Grupo de Coordenação Estadual e dos Grupos Setoriais de Coordenação a que se refere o artigo 8º da Lei nº 10.019, de 3 de julho de 1998, que dispõe sobre o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro.

_____. **Decreto nº 49.215, de 07 de dezembro de 2004.** Dispõe sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico do Setor do Litoral Norte, prevê usos e atividades para as diferentes zonas, estabelece diretrizes, metas ambientais e socioeconômicas e dá outras providências, nos termos estabelecidos pela Lei nº 10.019, de 3 de julho de 1998. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2004/decreto-49215-07.12.2004.html> . Acesso em: 18 jul. 2019.

_____. **Decreto nº 62.913, de 08 de novembro de 2017.** Dispõe sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico do Setor do Litoral Norte, e dá providências correlatas. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2017/decreto-62913-08.11.2017.html> . Acesso em: 18 jul. 2019.

_____. **Lei nº 10.019, de 03 de julho de 1998.** Dispõe sobre o plano estadual de gerenciamento costeiro. Disponível em: www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1998/lei-10019-03.07.1998.html . Acesso em: 18 jul. 2019.

_____. **Lei nº 15.688, de 28 de janeiro de 2015.** Altera a lei nº 10.019, de 3 de julho de 1998, que dispõe sobre o plano estadual de gerenciamento costeiro, e dá outras providências. Disponível em: www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2015/lei-15688-28.01.2015.html .

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SHELDON, P. **Tecnologia de informação turística.** Wallingford. CAB Internacional, 1997.

SHEPHERD, Rebecca. **Turismo: princípios e prática.** Porto Alegre: Bookman, 2001.

SILVA, Natacha G. **Campos da. Bonete: mudanças e permanências do modo de vida de uma comunidade tradicional caiçara.** Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

SILVEIRA, Maria Laura. Território usado: dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 15, n. 1, p. 4-12, jan./dez. 2011.

SIMÕES, Nivaldo. **Uma viagem pela história do arquipélago de Ilhabela.** São Paulo: Noohva América, 2005.

SORRE, Max. **Les fondements de la géographie humaine.** Tome II. Volume I. Paris: Boulevard Saint-Michel, 1948.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas.** 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SPÓSITO, E. S. **Geografia e filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: UNESP, 2004.

TAMOIOS NEWS. Prefeitura de Ilhabela terá orçamento de R\$ 1,09 bilhão em 2020. Disponível em: <<https://www.tamoiosnews.com.br/executivo/prefeitura-de-ilhabela-tera-orcamento-de-r-109-bilhao-em-2020/>>. Acesso em: 06 jun. 2020.

TUSHMAN, Michael; NADLER, David. Organização para a inovação. **Management Review**, California, v. 28, n. 3, p. 74-92, 1986.

VALLS, Josep-francesc. **Gestão integral de destinos turísticos sustentáveis**. São Paulo: FGV, 2006.

VAN HOOFF, Hubert B. et al. Technology needs and perceptions: an assessment of the U.S. lodging industry. **Cornell Hotel and Restaurant Administration Quarterly**, Ithaca, v. 36, n. 5, p. 64-69, 1995.

WERTHNER, Hannes; KLEIN, Stefan. **Information technology and tourism**: a challenging relationship. New York: Springer, 1999.

ZWEIG, Stefan. **Américo Vespúcio**: a história de um erro histórico. Trad. José Américo da Câmara. São Paulo: Labrador, 2019.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Roteiro de Entrevista trade turístico

PESQUISA: TRANSFORMAÇÕES REALIZADAS PELAS AÇÕES HUMANAS NA ZONA COSTEIRA DE ILHABELA (SP)

Doutoranda: Samanta Gallo Cabral

Professora Orientadora: Profa. Dra. Adriana Castreghini de Freitas Pereira

Programa de Pós-graduação em Geografia – PPGeo/Uel/Londrina/PR

1. Dados do entrevistado:

1.1 Sexo: () Masculino () Feminino

1.2 Data de nascimento: ___/___/_____

1.3 Nasceu em:

() Ilhabela

() Outro município. Qual? _____ UF: _____

1.4 Município que reside:

() Ilhabela () Outro município Qual? _____

1.5 Reside em:

() casa própria () alugada () com parentes ou pais () outros () _____

1.6 Há quanto tempo reside nesse município?

() Menos de 1 ano

() 1 a 2 anos

() 2 a 3 anos

() 3 a 5 anos

() 5 a 10 anos

() 10 a 15 anos

() 15 a 20 anos

() mais de 20 anos

() Sempre Morou em Ilhabela

1.7 Escolaridade:

_____ Ensino Fundamental _____ Ensino Médio _____ Graduação Incompleta
_____ Graduação Completa _____ Pós-Graduação

1.8 Atuação profissional:

Somente no trade turístico em Ilhabela _____ Tempo de atuação (anos) _____

No trade turístico fora de Ilhabela, se for o caso:

Se tem outra atuação, indicar áreas e local (Ilhabela ou outra cidade):

1.9 Renda média mensal no trade turístico em Ilhabela:

1.9.1 Alta temporada (verão): ___ até R\$ 500,00

- () de R\$ 500,00 a R\$1.000,00
 ___ de R\$ 1.000,00 a R\$ 1.500,00.
 ___ de R\$ 1.500,00 a R\$ 2.000,00
 ___ de R\$ 2.500,00 a R\$ 3.000,00
 ___ de R\$ 3.000,00 a R\$ 3.500,00
 ___ de R\$ 3.500,00 a R\$ 4.000,00
 ___ de R\$ 4.500,00 a R\$ 5.000,00
 ___ de R\$ 5.000,00 a R\$ 5.500,00
 ___ de R\$ 5.500,00 a R\$ 6.000,00
 ___ acima de R\$ 6.000,00

1.9.2 *Baixa temporada (inverno):*

- ___ até R\$ 500,00
 ___ de R\$ 500,00 a R\$1.000,00
 ___ de R\$ 1.000,00 a R\$ 1.500,00
 ___ de R\$ 1.500,00 a R\$ 2.000,00
 ___ de R\$ 2.500,00 a R\$ 3.000,00
 ___ de R\$ 3.000,00 a R\$ 3.500,00
 ___ de R\$ 3.500,00 a R\$ 4.000,00
 ___ de R\$ 4.500,00 a R\$ 5.000,00
 ___ de R\$ 5.000,00 a R\$ 5.500,00
 ___ de R\$ 5.500,00 a R\$ 6.000,00
 ___ acima de R\$ 6.000,00

1.10 Nome do equipamento turístico (em Ilhabela ou outra cidade): _____

1.11 *Equipamento turístico*

Inaugurado em qual ano? _____

Quantos anos trabalha neste equipamento? _____

2 Características do equipamento turístico

2.1 Qual o tamanho do equipamento? (em m² ou outra indicação)

2.2 Você paga aluguel do equipamento

() sim () não

Se _____ sim, _____ qual _____ o _____ valor?

2.3 A localização do equipamento é satisfatória?

() sim () não

2.4 O equipamento utiliza serviços de outras empresas do trade turístico?

() sim () não

Quais? _____

2.5 Quais são os principais concorrentes deste equipamento?

2.6 O equipamento faz algum tipo de divulgação, propaganda ou anúncio?

() sim () não

Se sim, quais? _____

2.7 O equipamento já teve um incentivo?

() sim () não

Qual? _____

3 Relação equipamento turístico com os funcionários

3.1 Você é proprietário do negócio?

() sim () não

3.2 Além de você, quantas pessoas trabalham neste estabelecimento?

() 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () 8 () 9 () 10 () mais de 10

3.3 São contratadas pessoas do município de Ilhabela?

() sim () não

Quais cargos elas estão presentes? _____

3.4 Nos cargos de chefia têm funcionários do município de Ilhabela?

() sim () não

Quais cargos? _____

3.5 É comum contratar pessoas de outros lugares?

() sim () não

Quais municípios? _____

Quais cargos elas ocupam? _____

3.6 Já teve funcionário que com o seu desenvolvimento chegou a cargo de chefia?

() sim () não

Quantos? _____

Quais os cargos? _____

3.7 O poder público ou outro órgão qualifica a população de Ilhabela para trabalhar na atividade turística?

() sim () não

Quais tipos de curso? _____

Quais órgãos? _____

3.8 Gostaria que fossem oferecidos outros cursos?

() sim () não

Quais? _____

3.9 A atividade turística é valorizada pelo poder público em Ilhabela?

() sim () não

Explique? _____

4 Os acontecimentos que interferiram na atividade turística

4.1 Os parques existentes em Ilhabela já interferiram no equipamento turístico?

() sim () não.

Qual ou Quais parques? _____

Como? _____

4.2 A vinda dos cruzeiros marítimos já interferiu no equipamento?

() sim () não.

Qual ou quais? _____

Como? _____

4.3 Alguma legislação criada já interferiu no equipamento?

() sim () não.

Qual ou quais? _____

Como? _____

4.4 Alguma estrada ou obra dentro e fora da Ilha interferiu no equipamento?

() sim () não.

Qual ou quais? _____

Como? _____

4.5 Os royalties da Petrobrás interferiram ou interferem no equipamento?

() sim () não.

Qual ou quais? _____

4.6 O mercado imobiliário interfere de alguma forma no equipamento?

() sim () não.

Qual ou quais? _____

Como? _____

4.7 A pandemia da Covid-19 interferiu de alguma forma no equipamento?

() sim () não.

Qual ou quais? _____

Como? _____

4.8 Além destes acontecimentos, algum outro acontecimento interferiu no equipamento?

() sim () não.

Qual ou quais? _____

Como? _____

5 Relacionamento entre o equipamento turístico e a população, o turista e o poder público

5.1 Relacionamento do equipamento turístico com a população?

5.2 Relacionamento do equipamento turístico com o turista?

5.3 *Relacionamento do equipamento turístico com o poder público?*

6 Os benefícios e os malefícios da atividade turística para o município de Ilhabela

6.1 *Indique os benefícios da atividade turística em Ilhabela.*

- emprego*
- turistas internacionais*
- efeito multiplicador*
- arrecadação pela UC*
- melhoria da infraestrutura local*
- complemento de renda*
- reforço do vínculo entre os residentes*
- integração entre morador e turista*
- preservação ambiental*
- valorização da paisagem*
- intercâmbio cultural entre turista e morador*
- valorização cultural*
- discussão da importância do turismo*
- população local envolvida nas tomadas de decisões*
- melhoria da atividade turística*
- orgulho de Ilhabela*

Outros, quais? _____

6.2 *Indique os problemas causados pela atividade turística em Ilhabela*

- salários baixos*
- especulação imobiliária*
- preços altos*
- economia baseada no turismo*
- valorização demasiada pelo turista*
- aumento da violência*
- contaminação da água*
- uso inadequado do solo*
- espaços somente para turistas excluem os moradores*
- especulação imobiliária*
- transformação da paisagem*
- aculturação*
- banalização da cultura minoritária*
- miscigenação cultural*
- empregos no poder público que não valorizam a atividade*
- políticos, associações de classe e indivíduos preocupados com fins particulares*

Outros, quais? _____

APÊNDICE B

Roteiro de Entrevista órgão público – secretaria de turismo
PESQUISA: TRANSFORMAÇÕES REALIZADAS PELAS AÇÕES HUMANAS NA
ZONA COSTEIRA DE ILHABELA (SP)

Doutoranda: Samanta Gallo Cabral

Professora Orientadora: Profa. Dra. Adriana Castreghini de Freitas Pereira

Programa de Pós-graduação em Geografia – PP GEO/U EL/LONDRINA/PR

1. Qual o perfil do turista do município de Ilhabela?
2. Quais as políticas públicas da secretaria de turismo?
3. Qual a relação da secretaria de turismo com o trade turístico? Hotelaria? Alimentos e bebidas? Agências receptivas?
4. O que pensa sobre a atividade do Airbnb no município? O Airbnb prejudica a atividade hoteleira?
5. Existe uma discrepância no número de estabelecimentos turísticos com os publicados no plano gestor de 2020, qual é o motivo?
6. A segunda residência teve início em Ilhabela na década de 1970. Após esse período, esse tipo de morador/turista continuou chegando? Em quais épocas?
7. Existe qualificação da população para as atividades do turismo?
8. Pode citar algum outro órgão que oferece qualificação para a população local, para as atividades do turismo?
9. Existe uma sazonalidade na atividade turística? Qual é essa sazonalidade?
10. Como vocês resolvem a sazonalidade do município de Ilhabela?
11. Quais são, atualmente, as principais atividades que sustentam a ilha? Comércio; pesca; construção civil; serviços?
12. Como os royalties do pré-sal são aplicados?
13. Tem alguma porcentagem dos royalties aplicada exclusivamente no turismo?
14. Como é mediada a questão da atividade turística com o fato de 80% da ilha ser uma área de preservação??
15. O poder público e/ou a secretaria de turismo tem preocupação com a pressão do mercado imobiliário no município de Ilhabela? Quais são as ações?
16. Existe invasão de terras no município?
17. A secretaria do turismo incentiva o turismo de cruzeiros? Qual o retorno da atividade cruzeirista para o município de Ilhabela?

18. Qual o marketing relacionado ao turismo feito pelo poder público municipal? E o estadual?
19. A secretaria de turismo de Ilhabela trabalha em conjunto com outras secretarias de turismo do litoral norte de São Paulo?
20. Qual o efeito da pandemia da Covid-19 no turismo de Ilhabela?
21. Qual o legado positivo e negativo da pandemia para a cidade de Ilhabela? Pode-se dizer que Ilhabela se tornou um destino seguro na pandemia?
22. Como lidam com os impactos negativos da atividade turística na ilha? Balneabilidade, falta de água, congestionamento de trânsito?
23. Com as novas tendências do turismo na pandemia como: turismo de isolamento, viagens mais lentas, escritório online. Existe um novo modo de fazer turismo depois da pandemia, e vocês acreditam que Ilhabela, por ter a área verde do Parque, além da zona costeira, ser privilegiada?
24. O alargamento das 6 praias (Vila, Ponta da Pequeá, Engenho D'Água, Itaquanduba, Perequê, Barra Velha), explique o motivo? Quais as consequências do alargamento para o turismo?
25. A Ilhabela teve a preocupação de melhorar a internet para os turistas virem trabalhar nas 'cidades-escritório'. Além da Vivo, outras empresas também vieram? Conseguiram aumentar o número de turistas?
26. Existe internet gratuita no município? Em quais locais?
27. Quais as ações para o desenvolvimento da atividade turística??
28. Alguma legislação impacta a Ilha?
29. As estradas e/ou obras dentro ou fora da Ilha impactam a Ilhabela?
30. Gostaria de falar sobre algum acontecimento que impactou no turismo de Ilhabela?
31. Relacionamento do poder público com a população?
32. Relacionamento do poder público com o turista?
33. Relacionamento do poder público com o trade turístico?

ANEXOS

**Secretaria de Desenvolvimento Econômico e do Turismo
de Ilhabela**

R. Prefeito Mariano Procópio de Araújo Carvalho, 86 – Perequê –
Ilhabela – SP CEP 11630-000 Tel: (12) 3896-9203 - Site –
<http://www.turismoilhabela.com>

EMPRESAS	SERVIÇOS															
	Aluguel de	Passeio de Veleiros	Passagens ou Pacotes Turísticos	City-Tour	Escola de Iatismo	Escunas	Kite Surf	Mergulho	Passeios de Jipe	Passeio de Lancha / Pesca	Trilhas Subaquáticas	Stand up	Traslados (Vans e carros)	Trekking em Trilhas	Locação Veículos	Avião e
BL3 Escola de Iatismo - Praia da Armação - 3896 1271 bl3@bl3.com.br @bl3escoladeiatismo		X			X		X			X					X	
Colonial Diver - Pedras Miúdas - 3894 9459 colonialdiver@colonialdiver.com.br @colonialdiverilhabela								X								
Ilha Adventure Passeios - Perequê - 3896 5399 ilha.adventure@hotmail.com @ilha.adventura.ilhabela			X			X		X	X							
Maremar - Perequê - 3896 3679 / 2443 / 1418 @maremarilhabela			X			X		X	X						X	
Terra & Mar - Perequê - 3896 4040 contato@terraemarihabela.com.br @terraemarihabela			X			X		X	X							
Webtur - (12) 3896-6519 contato@webtur.com			X			X		X	X							
Jipe Aventura - (12) 3896-6464 (12) 99168-1776 jipeaventura@gmail.com @jipeaventura				X		X		X	X						X	
Sumitica - Perequê - 3896 2096 / 981215687 sumiticaturismo@ig.com.br @sumitica.turismo		X	X					X	X					X		
Ilhabela Jeep Tour - (12) 99179-8995 arnaldo_ilha@hotmail.com @ilhabelajeptour				X					X	X						
Fernanda Bianco - Vila (12) 3896 4186 (11) 2626-4919 (12) 99184 6908 @biancoturismo_ilhabela	X	X				X		X	X						X	
Bombordo - (12) 99127-0102 Instagram: @bombordoturismo			X	X			X	X				X				
Mar & Vida Eco Trip - (12) 99654-5378 contato@marevidaecotrip.com.br @marevida_ecotrip			X			X		X	X	X		X		X		
Kluka's Cottage & Tour - (12) 98132-0665									X					X		

Secretaria de Desenvolvimento Econômico e do Turismo de Ilhabela
 R: Prefeito Mariano Procópio de Araújo Carvalho, 86 – Perequê – Ilhabela – SP
 CEP 11630-000 Tel: (12) 3896-9203 - Site – <http://www.turismoilhabela.com>

RECEPTIVOS TURÍSTICOS DE ILHABELA	EMPRESAS	SERVIÇOS																	
		Aluguel de buggy	Passeio de Veleiros	Passagens ou Pacotes Turísticos	Caiaques	City-Tour	Escola de latismo	Escunas	Kite Surf	Mergulho	Passeios de Jipe	Passeio de Lancha / Flexboat	Pesca	Trilhas Subaquáticas	Stand up	Traslados (Vans e carros)	Trekking em Trilhas	Locação Veiculos	Avião e Helicóptero
	Da.Ma.Ta - (12) 99662-3218 damataecoturismo.com.br @damataecoturismo					X					X	X					X		
	Narwhal - Perequê - (12) 3896-3807 (12) 98886-7268 ilha@narwhal.com.br @narwhal_mergulho						X	X		X				X					
	Rafael Turismo - (12) 99132-8476 (12) 3896-6800 rafael.turismo@hotmail.com @rafaelturismo			X		X										X		X	X
	Ferrara Transportes - (12) 3894-1518 / (12) 99760-9830 Instagram: @ferrara.ilhabela www.ferraralanchas.com									X	X	X	X			X			
	Caicara Beach - Perequê - 3896 5159/99147-0443 caicara_beach@hotmail.com.br		X		X	X				X	X	X			X			X	
	Nilton Turismo - (12) 3896-1800 www.niltonturismo.com.br @niltonturismoilhabela		X	X		X		X			X	X				X			
	Acquas & Trilhas - (12) 3199-2909 (12) 99114-2004 ilhabelaeuu@gmail.com @mundoacquas			X		X				X	X	X		X		X	X		
	Oceano Sub - (12) 3896-2189 oceanosub@oceanosub.com.br @oceanosub									X				X					
	KR Locadora - 99767-1265 / 99767-8526 contato@krlocadora.com.br					X										X			
	Victoria Turismo - (12) 98121-1796 passeiosvictoriaturismo.com.br victoriaturismo@gmail.com			X		X		X		X	X	X							

